Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 1

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 2

2.3 - Outras informações relevantes 3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 4

3.2 - Medições não contábeis 5

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 6

3.4 - Política de destinação dos resultados 7

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 10

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 11

3.7 - Nível de endividamento 12

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento 13

3.9 - Outras informações relevantes 14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 15

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco 38

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 46

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 52

4.5 - Processos sigilosos relevantes 53

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 54

4.7 - Outras contingências relevantes 56

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 58

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado 59

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado 63
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado 67
5.4 - Outras informações relevantes 68

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 69
6.3 - Breve histórico 70
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas 72
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 81
6.7 - Outras informações relevantes 82

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas 86
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 90
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 93
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 99
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 100
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 107
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 108
7.8 - Relações de longo prazo relevantes 109
7.9 - Outras informações relevantes 110

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico 111
8.2 - Organograma do Grupo Econômico 117
8.3 - Operações de reestruturação 118
8.4 - Outras informações relevantes 121

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 122
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 124

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia 127

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 137

9.2 - Outras informações relevantes 142

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 145

10.2 - Resultado operacional e financeiro 174

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 180

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 183

10.5 - Políticas contábeis críticas 187

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor 191

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 192

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 193

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 194

10.10 - Plano de negócios 195

10.11 - Outros fatores com influência relevante 197

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 203

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 204

12. Assembléia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 205

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 212

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76 214

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 216

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 217

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 218

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração 232

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 233

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 234

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 243

12.12 - Outras informações relevantes 244

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 245

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 249

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 250

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 252

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 260

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 261

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária 263

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 265

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções 266

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 268

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 269

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 270

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 271

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 272

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 273

13.16 - Outras informações relevantes 274

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 275

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 277

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 278

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 279

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária 280

15.3 - Distribuição de capital 293

15.4 - Organograma dos acionistas 294

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 295

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 308

15.7 - Outras informações relevantes 309

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 313

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 314

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 331

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 332

17.2 - Aumentos do capital social 333

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 336

17.5 - Outras informações relevantes 337

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 338

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 339

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 341

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 342

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos 343

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 344

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 345

Índice

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 346

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 347

18.10 - Outras informações relevantes 348

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 349

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 350

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social 352

19.4 - Outras informações relevantes 353

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 354

20.2 - Outras informações relevantes 355

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 356

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 357

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 359

21.4 - Outras informações relevantes 360

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor 361

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 362

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 363

22.4 - Outras informações relevantes 364

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Flávio Rezende Barbosa**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDETES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	20/07/2007
Descrição do serviço contratado	(i) auditoria das demonstrações financeiras das empresas do grupo e revisão especial das informações trimestrais da Companhia; (ii) assessoria e conforto de valores relacionados ao processo de captação de recursos; (iii) assessoria financeira e tributária relacionada à aquisição da LWB; (iv) diagnóstico contábil relacionado ao IFRS. Os serviços descritos neste item abrangem todos e quaisquer serviços prestados pela empresa de auditoria desde a sua contratação.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes em 2009 foi de R$1,8 milhão referentes aos serviços prestados no Brasil e no exterior. O item (i), listado na descrição do serviço contratado, representou a totalidade da remuneração total dos auditores em 2009. Os custos da remuneração dos auditores independentes estão substancialmente concentrados na PRICEWATERHOUSECOOPERS.
Justificativa da substituição	A Companhia informa que não houve substituição dos auditores desde a data inicial de contratação.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica uma vez que não houve substituição do auditor desde a data incial de contratação.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
ANIBAL MANOEL GONÇALVES DE OLIVEIRA	20/07/2007	851.939.507-44	Rua dos Inconfidentes, 1190, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30140-120, Telefone (31) 32691551, Fax (31) 32616950, e-mail: anibal.oliveira@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

2.3. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não há outras informações relevantes.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)	Exercício social (31/12/2007)
Patrimônio Líquido	2.223.044.000,00	2.219.692.000,00	2.113.171.000,00	814.045.000,00
Ativo Total	5.077.913.000,00	4.966.274.000,00	5.563.975.000,00	2.320.148.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.688.192.000,00	1.926.568.000,00	1.466.125.000,00	305.986.000,00
Resultado Bruto	590.322.000,00	626.904.000,00	549.268.000,00	107.879.000,00
Resultado Líquido	70.748.000,00	-29.685.000,00	-53.861.000,00	-54.955.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	258.211.934	257.954.378	213.873.448	869.000.000.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	8,610000	8,600000	9,880000	0,000940

3.2 - Medições não contábeis

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O quadro abaixo foi composto com base nas informações financeiras consolidadas.

R$ mil	**9M10**	**2009**	**2008**	**2007**
Lucro (prejuízo) do período	70.748	(29.685)	(53.861)	(54.955)
(+) (Receitas) despesas financeiras, líquidas	151.882	238.679	139.125	17.623
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social e Participação dos administradores	38.163	28.688	(14.044)	(4.316)
(+) Participação de acionistas minoritários	(501)	1.541	6	11.024
(=) Resultado Operacional – Lajir (Ebit)	**260.292**	**239.223**	**71.226**	**(30.624)**
(+) Depreciação/Amortização	90.964	125.789	323.647	36.520
(+) Despesas não operacionais, líquidas	-	-	-	-
(=) Lajida (Ebitda)	**351.256**	**365.012**	**394.873**	**5.896**

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza como medida não contábil o LAJIDA, o qual, de acordo com o Ofício Circular CVM n.º 1/2005, compreende os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização e das participações de acionistas minoritários, participações dos administradores e despesas não operacionais, líquidas. LAJIDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. O LAJIDA não possui significado padronizado e a definição de LAJIDA da Magnesita Refratários pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades.

O LAJIDA é importante para a Companhia uma vez que é um dos principais indicadores para a medição do desempenho operacional das regiões geográficas da Magnesita Refratários, bem como para a definição da remuneração variável dos administradores e empregados. Além disso, é um indicador importante para comparação entre as empresas produtoras de refratários no mundo.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há eventos subsequentes que, em cumprimento às regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Deliberação CVM Nº 593/09, constaram das últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4.Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

	2009	2008	2007
a. Regras sob retenção de lucros	De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido ajustado anual deve se destinar à constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. Adicionalmente, uma parcela do lucro líquido ajustado, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração, conforme o art. 195 da Lei nº 6.404/76 A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/76, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado. A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei nº 6.404/76, que terá por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite,	De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido ajustado anual deve se destinar à constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. Adicionalmente, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração conforme o art. 195 da Lei nº 6.404/76. A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/76, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado. A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei nº 6.404/76, que terá por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% do valor do capital social e, uma vez atingido esse	De acordo com o estatuto social da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de agosto de 2007, 5% do lucro líquido ajustado anual deviam se destinar à constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. Adicionalmente, uma parcela do lucro líquido podia ser destinada à formação de reservas para contingências, mediante proposta dos órgãos da administração conforme o art. 195 da Lei nº 6.404/76. A parcela remanescente podia ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/76, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado. A parcela remanescente, se houvesse, por proposta dos órgãos da administração, podia ser total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei nº 6.404/76, que tinha por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não podia

3.4 - Política de destinação dos resultados

	a assembléia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A assembléia geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, conforme o §1º do art. 152 da Lei nº 6.404/76; e a Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes, desde que previamente autorizada pela assembléia geral.	limite, a assembléia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos A assembléia geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, conforme o §1º do art. 152 da Lei nº 6.404/76; e a Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes, desde que previamente autorizada pela assembléia geral.	ultrapassar 100% do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a assembleia geral podia deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos A assembleia geral podia atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, conforme o §1º do art. 152 da Lei nº 6.404/76; e a Companhia podia conceder doações e subvenções a entidades beneficentes, desde que previamente autorizada pela assembleia geral.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado a ser distribuído na forma de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as demais disposições do estatuto social e da legislação aplicável.	O estatuto social da Companhia prevê o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado a ser distribuído na forma de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as demais disposições do estatuto social e da legislação aplicável.	O estatuto social da Companhia previa o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado a ser distribuído na forma de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as demais disposições do estatuto social e da legislação aplicável.
c. Periodicidade da distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia permite que a Companhia levante balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribua dividendos intermediários com base nos resultados apurados à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros. Entretanto, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.	O estatuto social da Companhia permite que Companhia poderá levante balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribua dividendos intermediários com base nos resultados apurados à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros. Entretanto, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.	O estatuto social da Companhia permitia que a Companhia distribuísse, a qualquer tempo, mediante deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, assim como o pagamento de juros sobre capital próprio.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões	O Contrato de Financiamento à Exportação Sênior (*Senior Export Facility Agreement*), celebrado em 16/09/2009, no valor principal de US$ 300 milhões, entre Magnesita Administration	O Contrato de Financiamento à Exportação Sênior (*Senior Export Facility Agreement*), celebrado em 31/10/2008, no valor principal de US$ 475 milhões, entre Magnesita Administration	Não há

3.4 - Política de destinação dos resultados

judiciais, administrativas ou arbitrais	GMBH, na qualidade de devedora, a emissora, na qualidade de garantidora, JP Morgan Chase Bank, N.A., na qualidade de agente, o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. e outras partes, cujos recursos foram utilizados para pagamento antecipado do contrato de 31/10/2008, como regra geral, restringia o pagamento de dividendos pela emissora, exceto na medida em que tal pagamento não excedesse o mínimo exigido por lei para determinado exercício social. Adicionalmente, informamos que não houve restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	GMBH, na qualidade de devedora, a emissora, na qualidade de garantidora, JP Morgan Chase Bank, N.A., na qualidade de agente, e outras partes, como regra geral, restringia o pagamento de dividendos pela emissora, exceto na medida em que tal pagamento não excedesse o mínimo exigido por lei para determinado exercício social. Adicionalmente, informamos que não houve restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	

Após a emissão dos bonds em 25 de março de 2010, conforme descrito no item 4.1 (descrição dos fatores de risco), a Companhia passou a ter *covenants* afirmativos e negativos que restringem a sua capacidade e de suas subsidiárias de tomar determinadas medidas, dentre elas a de pagar dividendos ou fazer outras distribuições.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008	Exercício social 31/12/2007
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00		0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2009, 31/12/2008 e 31/12/2007 distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

Ademais, não houve pagamento de dividendos até a data de 30/11/2010.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2010	2.840.045.000,00	Índice de Endividamento	1,28000000	
31/12/2009	2.730.448.000,00	Índice de Endividamento	1,23000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (30/09/2010)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Real	9.295.000,00	1.526.000,00	0,00	0,00	10.821.000,00
Quirografárias	459.757.000,00	383.690.000,00	817.669.000,00	1.168.108.000,00	2.829.224.000,00
Total	469.052.000,00	385.216.000,00	817.669.000,00	1.168.108.000,00	2.840.045.000,00
Observação					

Exercício social (31/12/2009)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Real	6.402.000,00	250.905.000,00	250.669.000,00	0,00	507.976.000,00
Quirografárias	748.034.000,00	663.330.000,00	336.811.000,00	474.297.000,00	2.222.472.000,00
Total	754.436.000,00	914.235.000,00	587.480.000,00	474.297.000,00	2.730.448.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 30 de março de 2010, a Companhia emitiu títulos de dívida, por meio de sua subsidiária integral Rearden G Holdings EINS GmbH ("Rearden"), que estão sendo negociados na bolsa de Luxemburgo, no valor de US$ 400 milhões, com vencimento final em 2020 e juros fixos de 7,875% ao ano, pagos semestralmente. Os títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, pela subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Os recursos captados por meio da oferta foram utilizados principalmente para pagamento integral da dívida da Companhia de que trata o Senior *Export Facility Agreement* celebrado com o J.P. Morgan Chase Bank, N.A., o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. em 16/9/2009, no valor principal de US$ 300 milhões.

Os títulos e a garantia não foram e não serão registrados de acordo com o *U.S. Securities Act* de 1933, ou com as leis que regem o mercado de capitais de qualquer Estado ou jurisdição, e serão vendidos somente a compradores institucionais qualificados de acordo com a *Rule 144A do Securities Act*, e fora dos Estados Unidos a investidores não-americanos de acordo com a *Regulation S*. Para maiores informações acerca das restrições a que a Rearden e a Companhia estão sujeitas em decorrência da emissão dos títulos de dívida pela Rearden, favor consultar o item 18.10 deste Formulário de Referência.

Por meio de fato relevante publicado em 14 de agosto de 2009, a Companhia informou ao mercado sobre a renegociação de instrumentos financeiros celebrados com o J.P. Morgan Chase Bank, N.A., o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. A Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de sua atividade fiscalizadora, enviou ofício à Companhia solicitando a cronologia da referida operação e as pessoas nela envolvidas, sendo que as informações solicitadas já foram devidamente prestadas pela Companhia.

Adicionalmente, no item 3.1 deste Formulário, no que se refere ao exercício social findo em 31/12/2007, vale notar que as ações da Companhia eram negociadas na BM&F Bovespa em lotes de mil. Portanto, a leitura do valor patrimonial das ações, bem como do resultado líquido por ação, indicados no referido item, para efeitos de comparação com a cotação à época, deve ser feita por lote de mil ações e não por unidade de ações. Em outras palavras, em 31/12/07, o valor patrimonial por ação era de R$0,00094 e, por lote de 1.000 ações, R$0,94. Já o prejuízo líquido por ação era de (R$0,000063) e (R$ 0,063) por lote de 1.000 ações. Nos exercícios seguintes, após a incorporação da Magnesita S.A. pela Magnesita Refratários S.A., com conseqüente conversão das ações na proporção de 1 (uma) ação ordinária nominativa de Magnesita S.A. igual a 64,48102 ações ordinárias nominativas de Magnesita Refratários S.A. e de 1 ação preferencial nominativa do tipo "A" ou "C" igual a 50,10692 ações ordinárias nominativas de Magnesita Refratários S.A., todas as ações foram grupadas na razão de 10.000:1 e passaram a ser negociadas em lotes unitários.

Ademais, todas as tabelas dos itens 3.1 a 3.9 referem-se a informações financeiras consolidadas da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1.Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

Nós temos montantes significativos de dívidas, e podemos não ser capazes de garantir refinanciamento em termos favoráveis ou mesmo qualquer refinanciamento de acordo com os seus vencimentos. Além disso, apesar do montante significativo de nossa dívida, ainda assim podemos ser capazes de contrair substancialmente mais dívidas, o que poderia agravar ainda mais os riscos associados à nossa substancial alavancagem.

Atualmente, temos um montante substancial de endividamento. Em 30 de setembro de 2010, tínhamos, direta ou indiretamente, R$ 1.444,1 milhões de dívida líquida total (entende-se por dívida líquida como o saldo de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo mais as emissões de títulos de dívida menos caixa e equivalentes de caixa). Não são considerados nesse conceito os ajustes a valor justo dos contratos de hedge. De nossa dívida total consolidada com base em 30 de setembro de 2010, R$ 98,4 milhões constituíam dívida de curto prazo (empréstimos e financiamentos de curto prazo classificados no passivo circulante, cujo prazo de vencimento seja inferior a 12 meses da data do balanço, incluindo a parte circulante das dívidas de longo prazo) e R$ 1.795,7 milhões de dívida de longo prazo (empréstimos e financiamentos de longo prazo classificados no passivo não circulante, cujos prazo de vencimento seja superior a 12 meses contados da data do balanço, incluindo a emissão de títulos de dívida captados no mercado), dos quais R$ 657,9 milhões compreendem a emissão de títulos de dívida.

Além disso, nós e nossas subsidiárias podemos ser capazes de incorrer em dívidas substanciais adicionais, incluindo dívidas garantidas, no futuro. Se novas dívidas ou responsabilidades forem adicionadas ao nosso nível atual de endividamento os riscos que enfrentamos atualmente poderiam aumentar.

Para maiores informações sobre nosso endividamento, favor consultar o itens 3.7 e 10.1, subitem “f” deste Formulário de Referência.

Impactos na liquidez podem afetar nossas possibilidades de Financiamento

Historicamente, tratamos nossas necessidades de liquidez (incluindo os fundos necessários para efetuar pagamentos programados de principal e juros, refinanciar dívidas e custear capital de giro e despesas de capital previstas) com fluxo de caixa operacional, empréstimos com linhas de crédito, recursos de dívida e ofertas de ações e recursos provenientes da venda de ativos. Os mercados de crédito globais têm passado recentemente por uma significativa volatilidade de preços, deslocamentos e quebra de liquidez, fazendo com que os *spreads* no mercado e o refinanciamento de dívidas ampliassem consideravelmente. Essas circunstâncias provocaram um impacto significativo na liquidez dos mercados financeiros, tornando as condições para financiamento substancialmente menos atraentes e, em vários casos, resultaram na indisponibilidade de certos tipos de financiamento. Esta volatilidade e falta de liquidez afetaram negativamente uma ampla gama de títulos de renda fixa. Como resultado, o mercado de títulos de renda fixa experimentou uma redução de liquidez, aumento da volatilidade dos preços, eventos de retração do crédito e maior inadimplência. Esses fatores e as contínuas perturbações do mercado tiveram, e podem continuar a ter, um efeito adverso sobre nós, incluindo nossa capacidade de refinanciar dívidas. Além disso, a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

contínua incerteza nos mercados de capital e de crédito pode impactar negativamente nossa capacidade de acesso a financiamento adicional de curto e longo prazos, o que afetaria negativamente nossa liquidez e situação financeira.

Nossos acordos de financiamento incluem covenants importantes, incluindo covenants para manter índices financeiros, o que pode restringir nossa flexibilidade financeira e operacional. Qualquer inadimplência decorrente da violação desses covenants poderia ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Nossos principais contratos financeiros contém *covenants* afirmativos e negativos que restringem nossa capacidade e a de nossas subsidiárias de tomar determinadas medidas. Tais contratos limitam nossa capacidade e a de nossas subsidiárias de:

- incorrer em dívida adicional;
- pagar dividendos ou fazer outras distribuições;
- realizar determinados investimentos;
- criar gravames;
- celebrar determinados tipos de transação com afiliadas;
- vender determinados ativos ou fundir-se com outras empresas ou por elas ser incorporada; e
- declarar dividendos.

Em diversos contratos financeiros, somos obrigados a observar determinadas obrigações e quocientes financeiros, dentre os quais se inclui:

- manutenção de um quociente máximo entre endividamento líquido consolidado e LAJIDA (lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização e das participações de acionistas minoritários, participações dos administradores e despesas não operacionais, líquidas); e
- manutenção de quociente mínimo entre LAJIDA e despesa financeira líquida consolidada.

Uma inadimplência nos nossos contratos de financiamento que não seja remediada na forma do contrato pode resultar em uma decisão, por parte desses credores, no sentido de antecipar o vencimento do saldo da dívida em questão. Isso também pode antecipar o vencimento de outras dívidas em razão da previsão de *cross-default* em outros contratos de financiamento. Em 2009, obtivemos *waiver* de nossos credores, sem o qual teríamos violado determinados *covenants* financeiros em contratos de financiamento, o que poderia ter resultado na antecipação do vencimento de nossas obrigações nos termos de tais contratos.

Além disso, os *covenants* podem limitar a nossa capacidade de operar os nossos negócios, podendo impossibilitar ou limitar a nossa capacidade de melhorar as operações ou aproveitar oportunidades de negócio que possam surgir.

Nossos ativos e fluxo de caixa podem ser insuficientes para pagar o saldo total em aberto nos termos de nossos contratos de financiamento, quer em suas respectivas datas de vencimento, quer em uma eventual antecipação de pagamentos em caso de inadimplência. Se tais eventos ocorrerem, nossa situação financeira será prejudicada.

Para maiores informações sobre nosso endividamento, favor consultar o itens 3.7 e 10.1, subitem “f” deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos não conseguir adotar o modelo de negócio denominado* CPP – Cost per Performance *fora do Brasil, o que poderia afetar adversamente nossas perspectivas futuras de negócio.

Por meio deste modelo a Companhia oferece contratos de soluções refratárias integradas para a indústria siderúrgica nos quais a remuneração é vinculada diretamente à performance do cliente e não especificamente ao volume em toneladas de refratários vendidos. Atualmente, utilizamos o modelo CPP – *Cost Per Performance* predominantemente para os clientes da indústria siderúrgica no Brasil. Como parte de nossa estratégia após a aquisição da LWB Refractories Holding Gmbh, pretendemos ampliar o modelo CPP aos clientes da indústria siderúrgica fora do Brasil, incluindo Europa, Estados Unidos e China. No entanto, se não tivermos sucesso na implantação do modelo CPP fora do Brasil, nossas perspectivas de negócios futuros poderão ser afetadas.

Para maiores informações sobre nosso modelo de negócio denominado CPP, favor consultar o item 10.1 "a" deste Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de materializar os benefícios esperados de nossas aquisições passadas ou futuras, algumas das quais podem ter um impacto significativo sobre nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

No passado fizemos, e poderemos fazer no futuro, aquisições significativas que envolveram riscos, tais como:

- o fracasso dos negócios adquiridos em alcançar os resultados esperados;
- a possível incapacidade para manter ou contratar pessoas-chave nas empresas adquiridas;
- a possível incapacidade de alcançar sinergias e/ou economias de escala esperadas; e
- passivos imprevistos.

Nossa capacidade de materializar os benefícios esperados das aquisições depende, em grande parte, da nossa capacidade de integrar as operações adquiridas às nossas operações existentes em pouco tempo e de forma eficaz. Esses esforços podem não ser bem sucedidos.

Se nós não tivermos sucesso em materializar os benefícios esperados de aquisições passadas ou futuras, ou se integrar as operações adquiridas com as operações existentes nos levar a incorrer em custos inesperados, nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser afetados adversamente. Para maiores informações sobre nossas aquisições, favor consultar os itens 6.5 e 10.1 deste Formulário de Referência.

A volatilidade do real e outras moedas em relação ao dólar dos EUA e ao euro poderá afetar adversamente nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais.

Somos afetados por flutuações do real e de outras moedas em relação ao dólar dos EUA e ao euro. Uma parcela significativa de nossa receita líquida é denominada em dólares e euros sendo uma parte substancial de nossa dívida denominada na moeda norte-americana. Alterações nas taxas de câmbio podem resultar em perdas ou ganhos em nossa dívida líquida em dólar e contas a pagar. Além disso, a volatilidade dos preços do real (e de algumas outras moedas) frente ao dólar e ao euro afeta nossos resultados, uma vez que a maioria dos nossos custos em relação aos produtos vendidos é denominado em reais, enquanto uma parcela significativa de nossas receitas está denominada em dólares ou em euros. Flutuações de moeda corrente deverão continuar a afetar nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

De acordo com o Banco Central do Brasil, o real valorizou 20,7% frente ao dólar em 2007 e desvalorizou 24,2% em 2008. A moeda brasileira valorizou 34,2% frente ao dólar dos EUA em 2009 e 2,8%no período compreendido até 30 de setembro de 2010.

O real valorizou 8,1% face ao euro em 2007 e desvalorizou 19,4% em 2008, ao passo que, em 2009, valorizou 29,1% frente ao euro e 8,5%no período compreendido até 30 de setembro de 2010.

O Banco Central interveio ocasionalmente para controlar movimentos instáveis nas taxas de câmbio. Não podemos prever se o Banco Central vai continuar a permitir a livre flutuação do real. Assim, não é possível prever o impacto que a política cambial do governo brasileiro terá sobre nós. Não podemos garantir que o governo brasileiro, no futuro, não venha a impor uma banda na qual as taxas de câmbio real/dólar ou real/euro possam flutuar ou instituir taxas de câmbio fixas, tampouco podemos prever o impacto que um evento como esse poderia ter sobre nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Uma volatilidade significativa nos preços da moeda também pode resultar em inquietação dos mercados de câmbio de determinados países, além de poder limitar nossa capacidade de transferir ou converter tais moedas em dólares ou euros e outras moedas, no intuito de efetuar o pagamento tempestivo de juros e do principal de nossa dívida. Os governos de determinados países para os quais exportamos podem instituir políticas cambais restritivas no futuro. Para maiores informações sobre nossa situação financeira e resultados operacionais, favor consultar o item 10.2 deste Formulário de Referência.

Nossos negócios podem ser afetados adversamente por riscos relacionados a atividades de hedge.

Nós temos como política efetuar operações pontuais com instrumentos de derivativos com o objetivo de mitigar ou eliminar riscos de descasamento de moeda à nossas operações. No entanto, não fazemos uso regular de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial, uma vez que os riscos aos quais estamos expostos nos nossos ativo e passivo, estão relacionados ao curso normal de seus negócios.

Estamos expostos a possíveis mudanças no valor dos nossos instrumentos derivativos principalmente devido a flutuações nas taxas de câmbio e taxas de juros. Estas flutuações podem resultar de mudanças nas condições econômicas, no sentimento dos investidores, e de políticas monetárias e fiscais, da liquidez dos mercados globais, de eventos políticos internacionais e regionais e de atos de guerra ou terrorismo. Por exemplo, nos nove primeiros meses de 2010 tivemos despesas no valor de US$ 4,6 milhões no swap de dólar norte-americano-euro que possuímos devido à valorização do euro frente ao dólar norte-americano.

Além disso, pelo fato de contabilizarmos nossos instrumentos de derivativos pelo método de marcação a mercado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), o valor de marcação a mercado de tais instrumentos pode aumentar ou diminuir, antes da data de sua liquidação e, por conseguinte, podemos incorrer em perdas não realizadas devido a fatores além do nosso controle, incluindo alguns dos fatores descritos acima que podem afetar adversamente nossa posição financeira. Para maiores informações sobre nossa atividade de hedge, favor consultar os itens 5.2 e 10.2 “c” deste Formulário de Referência.

Resultados desfavoráveis em litígios pendentes podem afetar negativamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Estamos envolvidos em diversos processos judiciais decorrentes de nossas atividades normais, incluindo ações de natureza cível, tributária, trabalhista e criminais, além de procedimentos administrativos e ambientais. Figuramos como parte em vários processos judiciais e administrativos relativos a questões trabalhistas, cíveis e fiscais, cujo montante total de pedidos era estimado em R$ 172 milhões (dos quais, em setembro de 2010, R$ 110,9 se referiam a processos fiscais e R$ 6,5 milhões a processos cíveis; e, em outubro de 2010, R$ 54,6 se referiam a processos trabalhistas). Em 30 de setembro de 2010, tínhamos provisionado R$ 96,4 milhões em relação a esses processos (R$ 78,7 com relação a processos fiscais; R$ 15,8 para processos trabalhistas; e R$ 1,9 milhões para processos cíveis). Um resultado desfavorável em qualquer dessas ações poderia afetar adversamente nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais. Para maiores informações acerca de litígios em que estamos envolvidos, favor consultar os itens 4.3 e 4.6 deste Formulário de Referência.

Se não formos capazes de proteger nossa propriedade intelectual, nossa posição competitiva pode sofrer.

Proteger nossa propriedade intelectual é fundamental para o nosso negócio. Como a maioria dos participantes da indústria de refratários, nós, no passado, nos baseávamos sobretudo na proteção de direitos autorais e segredos de negócio para nossas informações confidenciais. Entretanto, não se pode garantir que segredos de negócios e outras informações confidenciais não sejam divulgados, ou que outros não desenvolverão, de forma independente, informações técnicas substancialmente equivalentes ou superiores ou, de outra forma, tenham acesso aos nossos segredos de negócio e outras informações e os divulguem. Mesmo que nossa tecnologia possa ser específica para o uso de determinadas matérias-primas ou equipamentos que podem não estar prontamente disponíveis para concorrentes, não é possível garantir que sejamos capazes de proteger nossos direitos autorais, segredos de negócio ou outras informações confidenciais com eficácia. Se não pudermos obter, manter ou fazer valer os direitos de propriedade intelectual e a confidencialidade de nossos segredos e outras informações, nossos concorrentes podem ser capazes de oferecer produtos similares aos nossos, ameaçando nossa posição competitiva e prejudicando nossos resultados.

Além da proteção dos direitos autorais e segredos de negócio, dependemos de patentes próprias e licenciadas por terceiros relacionadas às composições de produtos minerais ou processos de produção, muito embora nossas patentes estejam em geral restritas a determinados equipamentos específicos e formas especiais de refratários. O direito de patentes relacionado ao âmbito das reivindicações nas áreas em que atuamos ainda está evoluindo e a extensão da proteção futura é altamente incerta, de modo que não podemos garantir que esses direitos, que ora detemos ou venhamos a deter, sejam valiosos. Futuramente, outras pessoas podem depositar pedidos de patente idênticos ou semelhantes aos nossos ou de nossos licenciadores. Para determinar a prioridade das invenções nesses casos, teremos de participar de processos que podem resultar em custos substanciais em honorários e afetar significativamente o âmbito da nossa proteção de patente. Não podemos assegurar que desses pedidos de patentes, nenhum terá prioridade sobre os nossos pedidos. Além disso, nossa propriedade intelectual pode ser objeto de importantes processos administrativos e judiciais, tais como questionamentos contra nossas patentes em diferentes jurisdições. Nós poderemos ou não optar por buscar uma ação judicial contra aqueles que tenham infringido nossas patentes, devido ao compromisso associado de custos e tempo de acompanhamento destas ações. Caso não consigamos proteger ou fazer valer nossos direitos de propriedade intelectual com êxito, nossa posição competitiva pode sofrer, prejudicando nossos resultados operacionais. Ações judiciais para fazer valer nossos direitos de patente podem ser custosas e desviar um tempo de administração significativo. Além disso, essas ações judiciais poderiam ser perdidas e também resultar na anulação de nossas patentes ou na conclusão de que não podemos utilizar tais produtos ou processos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

patenteados. Para maiores informações sobre nossos direitos de propriedade intelectual, favor consultar o item 9.1 deste Formulário de Referência.

Podemos estar sujeitos a ações trabalhistas que podem nos afetar adversamente.

A maioria dos nossos empregados é representada por sindicatos ou outras organizações similares e coberta por convenções coletivas ou acordos semelhantes, sujeitos a renegociação periódica. No passado, passamos por breves diminuições do trabalho. Além disso, podemos não concluir com êxito nossas negociações trabalhistas em termos satisfatórios, o que pode resultar em um aumento significativo do custo de mão-de-obra, paralisações ou distúrbios trabalhistas que interrompam nossas operações. Qualquer aumento de custo, tais como paralisações ou distúrbios, pode nos afetar de maneira significativa. Para maiores informações sobre os processos trabalhistas em que estamos envolvidos, bem como nossa exposição frente a tais contingências, favor consultar os itens 4.6, 10.5 e 14.1 deste Formulário de Referência.

Podemos ser afetados adversamente por aumento no custo de eletricidade e combustível e por interrupções no fornecimento de energia.

Várias etapas do nosso processo de produção (em especial a produção de grãos eletrofundidos) requerem quantidades substanciais de energia elétrica. Um aumento no custo da eletricidade poderia, portanto, afetar adversamente nossos resultados operacionais. Os preços da eletricidade podem ser sujeitos a alterações devido, entre outras causas, a novas leis ou regulamentos, imposição de novos impostos ou tarifas ou alterações dos impostos ou tarifas existentes, interrupções na produção por parte dos fornecedores, níveis de preços globais e condições de mercado. Até 30 de setembro de 2010, satisfizemos 96% das nossas necessidades de eletricidade através da compra de eletricidade de empresas de energia elétrica a preços de mercado vigentes e 4% através de nossos geradores termelétricos

Nossas operações dependem em grande parte de fontes de combustível, em especial petróleo e gás. Os custos com combustíveis representaram aproximadamente 10% dos nossos custos totais de produção até 30 de setembro de 2010 e são um componente importante de nossas operações, especialmente das nossas usinas de sinterização em Brumado e nossos geradores elétricos em Contagem e Brumado. Os custos de combustível também afetam indiretamente outras áreas do nosso negócio, como nossa logística e operações de mineração. Não só o fornecimento, como também o preço dos combustíveis, é impossível de prever, tendo em vista o preço recorde dos combustíveis entre 2005 e 2007, aumentando em 2008 para um novo patamar recorde. Se não formos capazes de repassar aos nossos clientes o aumento do preço dos combustíveis, o nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados. Para maiores informações sobre os efeitos das flutuações nos preços de combustíveis, favor consultar o item 10.2 "c" deste Formulário de Referência.

Flutuações nos custos de transporte podem prejudicar nossa capacidade de fornecimento de produtos aos nossos clientes.

Os custos de transporte representam uma parcela significativa de nossos custos no que diz respeito à exportação de nossos produtos; uma parte dos quais é repassada aos nossos clientes. Nossos custos de transporte são, portanto, um fator de suma importância nas decisões de compra dos clientes. Aumentos nos custos de transporte podem fazer com que os refratários que produzimos sejam menos competitivos do que os produzidos por nossos concorrentes, cujas instalações são geograficamente mais próximas aos consumidores, bem como fazer com que os minerais industriais

4.1 - Descrição dos fatores de risco

vendidos por nós sejam menos competitivos do que os vendidos por fornecedores localizados geograficamente mais próximos dos consumidores.

No entanto, reduções significativas dos custos de transporte podem resultar em aumento da concorrência, no Brasil, entre os produtores de refratários e empresas de mineração de outras partes do mundo. Esse aumento na concorrência nacional poderia ter um efeito adverso significativo em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais. Estamos particularmente sensíveis aos aumentos dos custos, já que não temos acordos de longo prazo com terceiros prestadores de serviços de logística. Para maiores informações sobre nossa estrutura de transporte, favor consultar o item 7.3 "b" deste Formulário de Referência.

A interrupção de serviços de transporte e logística pode limitar nossa capacidade de entregar nossos produtos aos nossos clientes.

Dependemos, sobretudo, de ferrovias, caminhões e navios para entregar nossos produtos. A interrupção de qualquer desses serviços devido a problemas meteorológicos, dificuldades mecânicas, desastres naturais, colisões, greves (tanto pelos nossos próprios empregados quanto pelos empregados das empresas com as quais fazemos negócios, tais como o porto ou os armadores), bloqueios, gargalos ou outros eventos podem, ao menos temporariamente, prejudicar a nossa capacidade de fornecer nossos produtos, resultando em menos remessas. Algumas das minas que exploramos dependem de uma única transportadora ou de uma única forma de transporte, em relação à qual não contamos com acordos de longo prazo, apenas ordens de serviço por tempo limitado. Portanto, uma greve local com relação a uma dessas formas de transporte ou a não renovação de uma ordem de serviço pode nos impedir de transportar materiais para as nossas instalações de produção ou aos nossos clientes. Falhas mecânicas, eventos naturais, como raios ou inundações, ou atos de vandalismo ou sabotagem podem fazer com que determinados tipos de transporte se tornem inoperantes, interrompendo ou impedindo, assim, o transporte. Estes e outros eventos poderiam prejudicar nossa capacidade, ou a dos nossos transportadores, fornecer produtos, o que impactaria negativamente a nossa receita. Níveis mais baixos de remessa por longos períodos pode levar nossos clientes a suprir suas necessidades por meio de outros fornecedores, o que afetaria negativamente os nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais. Para maiores informações sobre nossa estrutura de transporte e logística, favor consultar o item 7.3 "b" deste Formulário de Referência.

A produção de refratários está sujeita a riscos, como acidentes que podem afetar nossas operações e nos levar a incorrer em passivos significativos, custos elevados de reparo e/ou perda de receita líquida.

Nossas operações estão sujeitas a riscos, como incêndios, explosões, falhas mecânicas, faltas de energia, vazamentos descontrolados ou liberação de substâncias perigosas, bem como outros acidentes relacionados com a mineração e fabricação de materiais refratários. Esses riscos podem resultar em lesões e na perda de vidas, danos significativos ao ativo fixo e a equipamentos, ou a destruição dos mesmos, além de contaminação ambiental. Não podemos eliminar totalmente os riscos inerentes aos processos de mineração e produção. Além disso, as apólices de seguros que mantemos podem não ser suficientemente amplas para cobrir todos os perigos ou riscos que estamos sujeitos ou fornecer cobertura para todas as nossas perdas. Um acidente significativo em uma de nossas minas ou fábricas pode nos forçar a suspender temporariamente uma parte de nossas operações ou todas elas, podendo ainda resultar em custos de reparação consideráveis ou reclamações de perdas e danos, além de perda da nossa receita líquida que podem não ser cobertos por nossas apólices de seguros. Adicionalmente, caso tenhamos de suspender qualquer uma de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nossas operações temporariamente, nossos concorrentes teriam a oportunidade de fornecer aos nossos clientes produtos e serviços que, de outra forma, nós forneceríamos. Para maiores informações sobre as características dos processos de produção, favor consultar o item 7.3 "a" deste Formulário de Referência.

Nossos recursos minerais podem não ser convertidos em reservas viáveis.

A produção de muitos dos nossos produtos depende da nossa capacidade de extrair quantidades suficientes de minerais de alta qualidade das minas que exploramos. Embora nos dediquemos a extensas pesquisas geológicas para estimar a quantidade e qualidade de nossas reservas minerais, podemos não ser capazes de converter nossos recursos e depósitos em reservas efetivamente viáveis.

Há muitas incertezas inerentes à estimativa de quantidade e qualidade de reservas, incluindo vários fatores que escapam ao nosso controle, como licenciamento ambiental e preço de minério. A engenharia de recursos é um processo subjetivo utilizado na estimativa de depósitos subterrâneos de minerais que não podem ser medidos com precisão, e a precisão de qualquer estimativa de recursos é o resultado da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação de engenharia geológica. A precisão dessas estimativas poderia ser ainda mais importante se procurarmos vender algumas das nossas reservas, já que isto reduziria a vida útil dos depósitos minerais que se encontram disponíveis.

As estimativas de diferentes engenheiros podem mudar e, consequentemente, os resultados de nossas atividades de mineração e produção após a data de uma estimativa podem requerer uma revisão e poderão não se converter em reservas. As estimativas de quantidade e qualidade dos recursos e da vida útil das minas serão revistas com base na experiência produtiva atual e de outros fatores, e as estimativas anteriores não podem ser convertidas em recursos e reservas. Por exemplo, as flutuações no preço de mercado de minerais industriais, taxas de recuperação reduzidas, custos de produção mais elevados decorrentes da inflação e de outros fatores podem resultar em recursos e reservas que já não são economicamente viáveis de explorar e em recursos materialmente menos significativos e de qualidade inferior aos indicados anteriormente. Se não formos capazes de desenvolver, renovar ou substituir esses recursos, nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Nossa Companhia está sujeita a controle difuso, o que poderá nos tornar suscetíveis à realização de alianças entre acionistas, a conflitos entre acionistas e a outros eventos semelhantes.

Nossa Companhia está sujeita a controle difuso. O mercado de capitais brasileiro possui experiência limitada com companhias abertas com controle difuso. Consequentemente, poderão ser firmados alianças ou acordos entre os atuais e novos acionistas, os quais possivelmente teriam o mesmo efeito de se ter um novo grupo controlador. Caso venha a surgir um acionista controlador individual ou novo grupo controlador, poderemos sofrer alterações súbitas e inesperadas em nossas políticas e estratégias corporativas, inclusive a substituição de nossos administradores e conselheiros. Além disso, poderemos nos tornar sujeitos a tentativas não solicitadas de aquisição de controle e aos conflitos decorrentes dessa situação. Além disso, nossos acionistas poderão alterar ou excluir essas mesmas disposições de nosso Estatuto Social e, por conseguinte, não cumprir a obrigação de realizar uma oferta pública de aquisição de ações, tal como atualmente exige nosso estatuto social. A existência de controle difuso poderá fazer com que certos procedimentos de tomada de decisão

4.1 - Descrição dos fatores de risco

sejam lentos ou ineficazes, uma vez que haverá a possibilidade de que o quórum mínimo exigido por lei para certas deliberações não seja atingido. Qualquer alteração súbita ou inesperada à nossa administração, política societária ou orientação estratégica ou, ainda, qualquer tentativa de aquisição de controle ou controvérsia entre os acionistas no que tange aos seus respectivos direitos poderá prejudicar nosso negócio, nossa situação financeira ou os resultados de nossas operações.

Os interesses de nossos acionistas majoritários podem ser conflitantes com os dos demais acionistas.

Nossos acionistas majoritários: (i) Rearden L Holdings 3 S.À.R.L (um veículo de investimento do Grupo Rhône), (ii) GIF II Fundo de Investimentos em Participações (um veículo de investimento da Gávea Investimentos), (iii) Alumina Holdings LLC ("Alumina", um veículo de investimento controlado por GP Capital Partners III, L.P. e GP Capital Partners IV, L.P., fundos de private equity administrados por subsidiárias integrais da GP Investiments, Ltd.), (iv) GPCP4 – Fundo de Investimentos em Participações ("GPCP4 – FIP", um fundo paralelo da GP Capital Partners IV, L.P, e (v) Mag Fundo de Investimentos em Participações ("MAG-FIP"), os quais detêm, em conjunto, 42,92% de nossas ações ordinárias em 25 de fevereiro de 2011.

Nossos acionistas majoritários têm a prerrogativa de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e, assim, controlar nossas políticas e operações, incluindo a nomeação de administradores, futuras emissões de ações ordinárias ou outros títulos, pagamento de dividendos, se houver, sobre o nosso capital, constituição de dívida, reformas do nosso Estatuto Social e a celebração de operações extraordinárias, e os seus interesses podem não estar sempre alinhados com os interesses dos investidores. Além disso, nossos acionistas majoritários podem ter interesse em aquisições, desinventimentos e outras operações que, na opinião dos mesmos, poderiam aumentar seus investimentos, mesmo que tais operações possam envolver riscos para os investidores. Por exemplo, os acionistas majoritários podem fazer com que efetuemos aquisições que aumentem o nosso endividamento ou vendamos ativos geradores de receitas. Além disso, enquanto nossos acionistas majoritários continuam a deter indiretamente uma quantidade significativa de nossas ações ordinárias e poder de voto, mesmo que tal montante seja inferior a 50%, eles continuarão a ser fortemente capazes de influenciar ou controlar efetivamente nossas decisões.

Adicionalmente, cada um de nossos acionistas majoritários está no ramo de investimento em empresas e pode, de tempos em tempos, adquirir e deter participações em empresas que sejam nossos concorrentes diretos ou indiretos. Eles também podem buscar oportunidades de aquisição que possam ser complementares ao nosso negócio e, por conseguinte, essas oportunidades de aquisição podem não estar disponíveis para nós. Para maiores informações sobre os nossos acionistas majoritários, favor consultar os itens 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência.

c. a seus acionistas

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Nosso estatuto permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de (i) balanço patrimonial, ou (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. A Companhia

4.1 - Descrição dos fatores de risco

poderá ainda pagar juros sobre capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social se nossos administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante de nossa situação financeira.

Os ajustes contábeis introduzidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") afetarão o lucro líquido ajustado para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2010, o qual será tomado por base para determinação do dividendo mínimo obrigatório de 25%. A distribuição de dividendos depende da existência de reservas distribuíveis suficientes no patrimônio líquido, sendo que a apuração de tais reservas pode também ser afetada pela adoção das novas práticas contábeis. Além do que, após a emissão dos *bonds*, em 25 de março de 2010, nós passamos a ter *covenants* que poderão restringir a nossa capacidade e de nossas subsidiárias de pagar dividendos ou fazer outras distribuições.

Para maiores informações sobre nossa política de destinação de resultados e sobre os bonds emitidos, favor consultar o item 3.4 e 18.10 deste Formulário de Referência, respectivamente.

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderá limitar a capacidade de venda de nossas ações pelo preço e momento desejados.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Como exemplo, a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros apresentou capitalização de mercado de R$ 2,0 trilhões no período compreendido até 30 de setembro de 2010 e um volume médio diário de negociação de R$ 6,1 bilhões no mesmo período. Para fins comparativos, a capitalização da Bolsa de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE), em 30 de Setembro de 2010 era de US$ 12,3 trilhões. O mercado de capitais brasileiro demonstra significativa concentração. As dez maiores companhias, em termos de capitalização de mercado representavam, aproximadamente, 56,06% da capitalização de mercado agregada de todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros em 30 de setembro de 2010. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações. Para maiores informações sobre a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, favor consultar o item 5.1 deste Formulário de Referência.

A Companhia não dispõe de mecanismos de proteção contra aquisições hostis (poison pills).

Na data-base de 31 de janeiro de 2011, 51,47% das ações de emissão da Companhia estão nas mãos de acionistas não controladores. Em razão desse maior grau de dispersão acionária, poderá haver dificuldade de obtenção do quorum mínimo exigido por lei para certas deliberações. Não obstante, o Estatuto Social da Companhia não prevê mecanismo que dificulte ou impeça a aquisição hostil do controle da Companhia ou a aquisição de participações relevantes no seu capital social (*poison pill*). A inexistência do referido mecanismo de proteção torna o controle da Companhia mais vulnerável e suscetível a futuras aquisições por seus acionistas ou novos investidores, hipótese em que podem ocorrer alterações súbitas, inesperadas e/ou substanciais em sua estrutura administrativa, gestão e política societária ou orientação estratégica, o que pode afetar adversamente a Companhia. Caso o

4.1 - Descrição dos fatores de risco

controle da Companhia seja alterado, determinados contratos relevantes ao desenvolvimento de suas atividades, incluindo parcerias estratégicas e instrumentos de financiamento, podem sofrer vencimento e/ou término antecipado, caso não sejam obtidas as respectivas anuências de seus credores e/ou respectivas contrapartes, conforme o caso.

O investimento do acionista nas ações de nossa emissão pode sofrer diluição no futuro.

Podemos vir a necessitar de capital adicional no futuro, inclusive por meio de emissão de ações ou títulos de dívida conversíveis em ações, o que pode resultar na diluição da participação do nosso acionista. Qualquer capital adicional, obtido através da emissão de ações pode diluir a participação percentual dos investidores no nosso capital social.

Os detentores de American Depositary Receipt (ADR's) poderão ter dificuldades no exercício dos direitos de voto nas assembleias de acionistas da Companhia e, por não serem acionistas diretos da Companhia, serão incapazes de fazer valer os direitos dos acionistas previstos no Estatuto da Companhia e na legislação societária brasileira. Além disso, não poderão exercer os direitos de preferência relativos às ações ordinárias da Companhia subjacentes a tais ADR's.

Os detentores de ADR's podem exercer direitos de voto em relação às ações ordinárias da Companhia representadas por ADR's somente em conformidade com os termos do contrato de depósito que os rege, de forma que os seus detentores poderão enfrentar limitações práticas do seu direito de voto por causa dos passos adicionais envolvidos nas comunicações da Companhia com os detentores de ADR's.

Enquanto que os titulares de ações ordinárias da Companhia são capazes de exercer o seu direito de voto pessoalmente na assembleia geral de acionistas ou por procuração, os detentores de ADR's devem apenas instruir o seu depositário, tempestivamente, com orientações que entenda conveniente. Este processo de votação, necessariamente, levará mais tempo para os detentores de ADR's do que para os titulares de ações ordinárias da Companhia. E não será exercido o voto inerente às ações ordinárias representadas por ADR's caso as informações não tenham sido tempestivamente recebidas pelo depositário de ADR's.

Os detentores de ADR's também podem não receber o material necessário ao exercício do voto em tempo de instruir o depositário a respeito do voto das ações ordinárias subjacentes aos seus ADR's. Além disso, o depositário e os seus agentes não são responsáveis por não cumprir as instruções de voto recebidas dos detentores de ADR's ou pela forma em que tais instruções de voto tenham sido cumpridas. Assim, os detentores de ADR's podem não ser capazes de exercer direitos de voto e terão pouco ou nenhum recurso caso o voto inerente às ações ordinárias subjacentes aos seus ADR's não seja exercido conforme solicitado.

Os detentores de ADR's não serão acionistas diretos da Companhia e serão incapazes de fazer valer os direitos dos acionistas previstos no Estatuto da Companhia e na legislação societária brasileira.

Os detentores de ADR's não poderão exercer os direitos de preferência relativos às ações ordinárias da Companhia subjacentes às ADR's, a menos que uma declaração de registro sob o US Securities Act de 1933, conforme alterada, ou o "Securities Act", seja eficaz no que diz respeito a esses direitos, ou seja obtida isenção das exigências de registro do Securities Act. A Companhia não é obrigada a obter uma declaração de registro com relação às ações relativas a estes direitos de preferência ou a tomar quaisquer outras medidas para tornar o direito de preferência disponível aos detentores de ADR's. A Companhia pode decidir não apresentar qualquer declaração de registro. Se

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a Companhia não apresentar uma declaração de registro ou se, após consulta com o depositário das ADR's, decidir não tornar o direito de preferência disponível aos detentores de ADR's, os titulares poderão receber apenas o resultado líquido da venda dos seus direitos de preferência pelo depositário, ou, se não forem vendidos, os seus direitos de preferência podem vir a caducar.

d. a suas controladas e coligadas

Algumas de nossas operações dependem de joint ventures e nossos negócios podem ser prejudicados se nossos parceiros não honrarem seus compromissos ou honrá-los em termos que não nos sejam satisfatórios.

Atualmente, estamos operando parte de nossos negócios por meio de joint ventures com outras empresas e pretendemos futuramente criar novas joint ventures. Estabelecemos uma joint venture com a empresa Carrières et fours à chaux Dumont-Wautier S.A., que sintetiza dolomita, uma joint venture com a Envoy Enterprise Co. Ltd., que fabrica produtos de dolamita queimada, uma joint venture com Taiyuan Iron & Steel (Group) Co. Ltd, que fabrica tijolos e produtos dolomíticos monolíticos e uma joint venture com a Krosaki Harima Inc. para a comercialização, venda e entrega de materiais refratários de controle de fluxo e determinados serviços e produtos nos Estados Unidos, Canadá e México.

Nossas previsões e planos para essas joint ventures, e qualquer outra recém-formada, parte do pressuposto de que nossos parceiros cumprirão suas obrigações para efetuar contribuições de capital, adquirir produtos e, em alguns casos, fornecer o pessoal de direção ou financiamento. Além disso, muitos dos projetos contemplados pelas nossas joint ventures dependem de compromissos de financiamento, os quais contêm determinadas condições prévias para cada desembolso. Se algum dos nossos parceiros não honrar seus compromissos ou se não conseguirmos cumprir todas as condições de nossos compromissos financeiros, a joint venture, consórcio ou outro projeto afetada pode não ser capaz de operar de acordo com seus planos de negócio, ou é possível que tenhamos de aumentar o nível de nossos investimentos para implantar esses planos. Qualquer um desses eventos pode ter um efeito adverso significativo sobre nós. Para maiores informações sobre nossas joint ventures, favor consultar o item 7.1 deste Formulário de Referência.

Qualquer redução nos nossos ratings de crédito poderia nos afetar material e adversamente.

Os *ratings* de crédito atribuídos para a nossa dívida podem ser aumentados ou diminuídos, dependendo, entre outros fatores, da avaliação das agências de *rating* quanto a nossa condição financeira, bem como a sua avaliação do risco brasileiro em geral. Os *ratings* de crédito podem afetar as taxas de juros que pagamos sobre o capital que tomamos emprestado e a percepção do mercado quanto a nossa condição financeira. Se as avaliações referentes à nossa dívida forem reduzidas e o mercado perceber quaisquer dessas reduções como uma deterioração da nossa condição financeira, os custos para tomarmos novos empréstimos provavelmente aumentarão e os nossos resultados operacionais, fluxos de caixa e situação financeira podem ser adversamente afetados. Além disso, uma diminuição em nossas avaliações de crédito provavelmente terá um efeito adverso sobre o preço de mercado para nossas ações ordinárias.

e. a seus fornecedores

Nós e nossas subsidiárias podemos figurar como responsáveis principais ou solidárias das dívidas trabalhistas de terceirizados

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Caso as empresas terceirizadas que nos prestam serviços e às nossas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, nós e as nossas subsidiárias podemos ser consideradas solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser autuadas e/ou obrigadas a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Em 30 de setembro de 2010, os valores envolvidos nas reclamações em curso em que figurávamos no polo passivo somavam R$ 55 milhões, o que corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos reclamantes, tendo como valor provisionado e que realmente entendemos como envolvido a quantia de R$ 15,8 milhões. Na hipótese de virmos a ser responsabilizados por todas estas demandas, nossas atividades poderão sofrer um efeito adverso.

Dependemos de um número limitado de fornecedores de certas matérias-primas e podemos ser prejudicados por eventual falta de fornecimento ou aumento dos preços das mesmas.

Nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados negativamente pela falta de fornecimento ou pelo aumento dos preços de determinadas matérias-primas essenciais para a produção de refratários que produzimos. Compramos cerca de 30% das nossas matérias-primas, consistindo principalmente de matérias-primas com alto teor de alumina, tais como bauxita e andaluzita originárias principalmente do Brasil, China, Alemanha e África do Sul, a partir de terceiros. Dependemos de um número limitado de fornecedores para oferecer essas matérias-primas em volumes necessários e com qualidade adequada e níveis de confiabilidade. Por exemplo, efetuamos diversas ordens de compra junto à (i) Alcoa Alumínio S.A. para o fornecimento de alumina e alumínio em pó, no que gastamos R$ 16 milhões nos primeiros nove meses de 2010, até o dia 30 de setembro, e R$ 20,0 milhões em 2009 e (ii) Elfusa Geral de Eletrofusão Ltda. para o fornecimento de alumina fundida, espinélio e alumínio em pó, no qual gastamos R$ 32,5 milhões nos primeiros nove meses de 2010 e R$ 33,7 milhões no exercício social de 2009. Nos termos desses acordos, as matérias-primas em geral são fornecidas em conformidade com ordens de compra individuais e qualquer das partes pode rescindir o contrato mediante um aviso prévio de 60 dias à outra parte. Outros contratos de fornecimento ou, em alguns casos, ordens de compra, podem ser rescindidos mediante aviso prévio por qualquer das partes, com antecedência de 30 a 240 dias. Se os fornecimentos que compramos de terceiros forem encerrados, atrasados ou interrompidos por qualquer motivo, não seremos capazes de produzir determinados tipos de materiais refratários em tempo hábil, em quantidade suficiente ou em condições aceitáveis. A ausência geral de contratos de fornecimento de longo prazo sujeita nossos processos industriais e receitas a riscos, uma vez que não há garantia de que os acordos com nossos fornecedores sejam renovados ou prorrogados. Não há garantias de que esses contratos venham a ser renovados em termos favoráveis ou que haja de fato qualquer renovação. Além disso, as matérias-primas que compramos de terceiros podem estar sujeitas a aumentos de preço devido, por exemplo, a taxas de inflação, flutuações do câmbio, escassez ou aumento dos impostos de importação. Se os preços destas matérias-primas aumentarem ou se o fornecimento for cessado, os nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados, caso não sejamos capazes de repassar aos nossos clientes o aumento do preço das matérias-primas ou substituir o fornecedor em tempo hábil. Para maiores informações sobre nossos principais insumos e matérias primas, favor consultar o item 7.3 “e” deste Formulário de Referência.

f. a seus clientes

A perda de alguns de nossos clientes pode causar um impacto adverso significativo em nossos resultados de operações, fluxos de caixa e situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Uma parcela significativa de nossa receita advém de um número limitado de clientes. A isto se soma o fato de nossos dez maiores clientes terem sido responsáveis por, aproximadamente, 50% das nossas vendas líquidas consolidadas em 2009 e no período encerrado em 30 de setembro de 2010, respectivamente, e um cliente, ArcelorMital Tubarão, representavam cerca de 11% do total da nossa receita líquida em 30 de setembro de 2010. Costumamos manter contratos de fornecimento de curto prazo, muitas vezes renováveis anualmente, com a maioria de nossos principais clientes, por meio dos quais nos comprometemos a entregar uma percentagem de suas necessidades por produtos refratários. Os termos de tais contratos de fornecimento geralmente exigem que, a cada ano, possamos determinar, em conjunto com nossos clientes, os preços de fornecimento para o ano seguinte. Geralmente, os preços são em parte determinados em relação aos nossos custos com matérias-primas, energia e mão de obra. No caso de não chegarmos a um acordo sobre o preço de fornecimento para o ano seguinte, nossos clientes poderão comprar os respectivos produtos de outro fornecedor. Não há garantias de que os contratos com nossos principais clientes serão renovados ou prorrogados em termos favoráveis a nós ou a ambos, que esses contratos não serão rescindidos antecipadamente, ou que vamos obter receita equivalente de nossos principais clientes no futuro.

Além disso, alguns de nossos contratos com clientes venceram, sendo que continuamos a manter nosso relacionamento com esses clientes nos termos desses contratos vencidos, ao mesmo tempo em que procuramos renová-los. Qualquer mudança na demanda por parte de um ou mais dos nossos principais clientes, atrasos no pagamento, dificuldade em acordar um preço para um ano específico de fornecimento ou mesmo a perda de qualquer desses clientes poderia ter um efeito adverso significativo no resultado de nossas operações.

Além disso, estamos expostos ao risco de crédito dos clientes e os riscos de inadimplência correlatos. Nós estimamos que nossos contratos de seguro de crédito e cartas de crédito referentes às nossas operações venham a cobrir em torno de 40% das nossas operações de remessa para a Europa, 16% de nossas operações de remessa para a América do Sul, e 20% da nossa operação para os EUA. Não obtivemos quaisquer outras garantias para minimizar o risco de crédito de nossos clientes. Um aumento na taxa de inadimplência de nossos clientes pode ter um efeito adverso significativo em nossos resultados operacionais.

Se nossos clientes conseguirem oferecer reclamações imputando a nós a responsabilidade por defeitos em produtos por nós comercializados, nossos resultados operacionais podem ser impactados negativamente e nossa reputação pode ser prejudicada.

Enfrentamos o risco de exposição a reclamações sobre responsabilidade por defeitos em produtos comercializados na hipótese de seu uso resultar em danos pessoais. Nós produzimos e comercializamos uma ampla variedade de materiais refratários, principalmente para que os fabricantes de aço e cimento os utilizem em processos industriais de alta temperatura. Danos patrimoniais significativos, danos pessoais e até mesmo morte podem resultar do mau funcionamento de fornos industriais, estufas, incineradores e reatores, em virtude de defeitos em nossos produtos refratários. Os custos e recursos necessários para a defesa contra reclamações de responsabilização por produtos por nós comercializados podem ser substanciais. Poderíamos ser responsáveis pelo pagamento de alguns ou de todos os danos pelos quais tivermos sido responsabilizados. A publicidade em torno esses tipos de sinistros é também suscetível de prejudicar nossa reputação, independentemente de tais reclamações serem ou não bem sucedidas. Qualquer uma dessas conseqüências resultantes de defeitos em nossos produtos afetaria negativamente os nossos resultados operacionais.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nosso negócio é altamente dependente do nível de produção de aço e cimento, e nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetadas pela redução dos volumes de produção da indústria de aço e cimento.

A demanda por nossos produtos e serviços é altamente dependente do volume da produção de aço e cimento, especialmente em nossos principais mercados do Brasil, Europa, Estados Unidos e China. A indústria siderúrgica é o maior consumidor de nossos produtos refratários, sendo a indústria do cimento o segundo maior. A demanda por produtos de aço e cimento é altamente cíclica e é afetada por flutuações macroeconômicas nos mercados globais e nas economias domésticas dos países consumidores desses produtos, incluindo tendências nos setores automotivo, de construção civil, de eletrodomésticos, de embalagem e de distribuição.

A retração econômica nas economias global e doméstica em 2008 afetou a demanda por aço e produtos de cimento, resultando na diminuição dos níveis de produção de aço e cimento. A produção mundial de aço caiu de 1.329,7 milhões de toneladas em 2008, para 1.219,7 milhões de toneladas em 2009, ao passo que a produção de aço no Brasil diminuiu de 33,7 milhões de toneladas em 2008 para 26,5 milhões de toneladas em 2009. A produção mundial de cimento (excluindo a China) passou de 1.571 milhões de toneladas em 2008 para 1.551 milhões de toneladas em 2009, e a produção de cimento no Brasil passou de 51.8 milhões de toneladas em 2008 para 51,7 milhões de toneladas em 2009. Como resultado dessa recente queda nos volumes de produção nas indústrias siderúrgica e de cimento, experimentamos uma diminuição na demanda de nossos produtos, e, em decorrência disso, nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais podem continuar a ser prejudicados, a menos que os volumes de produção de aço e cimento aumentem.

Para maiores informações sobre o setor produtivo de aço e cimento e sobre nossas receitas líquidas, favor consultar os itens 10.2 “a.ii.” e 7.6 deste Formulário de Referência.

Volatilidade nos mercados globais de crédito nos últimos anos e seus efeitos sobre as economias globais e nacionais poderia continuar a afetar negativamente nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A volatilidade significativa no mercado de capitais global, a indisponibilidade de financiamento no mercado de capitais global a taxas razoáveis e as amplamente divulgadas agitações do mercado de crédito comercial desde a queda de 2008 tiveram um impacto negativo considerável nos mercados financeiros, bem como na economia global. Os efeitos dessas agitações se espalharam e são difíceis de quantificar. Atualmente, é consenso geral entre os economistas que as economias onde atuamos, incluindo a brasileira, europeia, norte-americana e chinesa, estiveram em recessão. Embora haja um consenso de que esta recessão terminou no segundo semestre de 2009, a recuperação esperada tem sido fraca, o que pode continuar a ter um efeito negativo considerável em nossos clientes e, consequentemente, podemos continuar a ter uma redução da demanda por nossos produtos e serviços, como refratários e minérios. Por exemplo, os dois mercados finais essenciais para nossos produtos e serviços, as indústrias siderúrgica e de cimento, foram, e, de certa forma, permanecem negativamente afetados pela desaceleração nos bens de consumo duráveis e os setores de construção civil resultantes da perturbação nos mercados de crédito globais. Embora a siderurgia brasileira tenha mostrado recentemente ligeiros sinais de recuperação, os níveis de produção de aço em nível mundial ainda são em geral menores do que os níveis de produção verificados antes da agitação nos mercados de crédito globais e, caso haja oscilação nesta recuperação, a demanda por cimento e aço deverá piorar mais uma vez. A taxa de recuperação da economia europeia deverá colocar tanto a Ásia quanto a América do Norte em defasagem. Além disso, a dívida pública da Europa se encontra em níveis elevados e as perspectivas econômicas nesse continente são muito incertas neste

4.1 - Descrição dos fatores de risco

momento. Assim, nossos resultados operacionais foram afetados pela desaceleração econômica e futuramente podem ser ainda mais atingidos se as atuais condições econômicas globais não melhorarem ou se deteriorarem ainda mais. Para maiores informações sobre a volatilidade nos mercados globais, favor consultar o item 10.2 "a.ii." deste Formulário de Referência.

A concorrência no setor de refratários é intensa e pode limitar nossa capacidade de manter ou aumentar a nossa fatia de mercado ou manter nossos preços em níveis rentáveis.

Temos concorrentes para cada um de nossos produtos e mercados geográficos, uma situação que esperamos que prossiga no futuro. Nossos maiores concorrentes são: RHI Refractories; Krosaki Harima Corporation; Shinagawa Refractories Co.; Calderys Refractories Solutions; ANH Refractories Company; Vesuvius; Saint-Gobain; Morgan Crucible e o grupo Refratechnik. Pelo fato de alguns de nossos produtos poderem ser substituídos por produtos similares fabricados por nossos concorrentes, em muitas das atividades que estamos envolvidos, a competição de preços é um fator importante para a realização de vendas. Assim, nossas perspectivas de negócios futuros dependem em grande medida da nossa capacidade de manter uma estrutura de preços competitivos, bem como de nossa capacidade de atender às mudanças das necessidades dos clientes, prever mudanças tecnológicas e reagir a elas e desenvolver relações eficazes e competitivas com nossos clientes e fornecedores. Se não formos capazes de realizar qualquer dessas propostas, ou se a concorrência de preços resultar em redução nos níveis de rentabilidade, o nosso volume de negócios e nossa lucratividade poderão ser afetados de maneira adversa e significativa. Para maiores informações sobre nossos maiores concorrentes, favor consultar o item 10.2 "a.ii." deste Formulário de Referência.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

Nossas operações nacionais e internacionais estão sujeitas a regulamentos e leis complexos e em evolução, e o cumprimento de tais requisitos regulamentares envolve custos significativos.

Nossas operações de exploração, mineração e produção em todo o mundo estão sujeitas a numerosos regulamentos e leis federais, estaduais, provinciais e municipais. O cumprimento desses regulamentos e leis impõe encargos, e pode causar atrasos na obtenção, ou não obtenção, de autorizações e aprovações governamentais, o que pode afetar adversamente nossas operações. Além disso, os custos de cumprimento de tais leis e regulamentos, bem como de programas internos de voluntariado, são significativos e continuarão a sê-lo em um futuro previsível. Por fim, a evolução dos padrões de regulamentação e expectativas pode resultar em novos processos e/ou aumento dos custos, o que pode ter um significativo efeito adverso sobre a receita e os fluxos de caixa. Para maiores informações sobre a regulamentação dos países em que atuamos, favor consultar os itens 7.5 "a" e "b" deste Formulário de Referência.

Nossas operações estão sujeitas a riscos ambientais que podem impactar o preço de negociação de nossas ações.

Nossas operações de mineração estão sujeitas a leis e regulamentação de proteção do meio ambiente, desenvolvimento de minas, prospecção, produção mineral, lixos tóxicos, proteção de espécie em extinção e protegidas, dentre outros. Estamos sujeitos a riscos e passivos em potencial associados à poluição do meio ambiente e à remoção de rejeitos que poderiam resultar da exploração, do desenvolvimento e da produção mineral. Esses passivos incluem não apenas a obrigação em solucionar os danos ambientais e indenizar os terceiros afetados, como também a imposição de sanções administrativas e criminais contra nós, nossos funcionários e administradores. Caso não sejamos capazes de solucionar um problema ambiental por completo, podemos ser

4.1 - Descrição dos fatores de risco

obrigados a suspender as operações ou adotar medidas intermediárias até a solução do problema em questão, o que poderá afetar adversamente os nossos negócios e resultados, podendo, inclusive, causar impactos adversos à imagem da Companhia.

A Organização das Nações Unidas (inclusive por meio da Organização Mundial Metereológica (OMM), organismo da ONU que monitora o clima e a água) e outras organizações internacionais vêm se mobilizando cada vez mais contra atividades que possam aumentar as concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa, preocupadas com as possíveis mudanças climáticas da Terra. Esses temas vêm se tornando cada vez mais recorrentes, inclusive influenciando a opinião de consumidores em diversos países com relação a empresas que contribuem para a emissão de tais efeito estufas. Assim, podemos sofrer impactos adversos caso empresas consumidoras de nossos produtos refratários tenham sua imagem afetada em decorrência de manifestações públicas de repúdio a desrespeito às metas, acordos e políticas realizados por tais órgãos internacionais.

Adicionalmente, a fabricação de materiais refratários resulta em emissões de gases poluentes perigosos, como hidrocarbonetos voláteis, mercúrio e gases de efeito estufa. Na Europa, por exemplo, as emissões industriais de dióxido de carbono são regulamentadas pelo Sistema de Comercialização de Emissões da União Européia (European Union Emissions Trading Scheme), ou EU ETS, um sistema comunitário europeu de comercio desenvolvido para tornar-se progressivamente mais rigoroso, inclusive reduzindo o numero de licenças de emissão de dióxido de carbono atribuídas a titulo gratuito por Estados-Membros da União Européia. Uma série de outras medidas legislativas e regulatórias destinadas a tratar das emissões, gases de efeito estufa e outros poluentes, como o Protocolo de Kioto, e propostas de iniciativas legislativas e regulamentares dos Estados Unidos e Europa, estão em fases diversas de implementação ou discussão. Tais medidas poderão resultar em um aumento de custos para instalarmos novos controles para a redução das emissões atmosféricas perigosas, tais como mercúrio, de nossas instalações, comprar créditos ou licenças de emissão atmosférica, e/ou monitorar e registrar as emissões de gases de efeito estufa de nossas operações. Tais medidas poderão resultar também em aumento de custos para os negócios de nossos clientes, ou afetar seus negócios, o que poderia, por sua vez, resultar em uma diminuição na demanda por nossos produtos. Esses fatores poderão afetar adversamente os nossos negócios e resultados, podendo, inclusive, causar impactos adversos à imagem da Companhia.

Além disso, é possível que futuras mudanças nas leis, regulamentação, acordos, ou mudanças no exercício ou na interpretação dessas leis, regulamentos e acordos resultem em mudanças nas exigências legais ou nos termos das licenças e acordo existentes aplicáveis a nós ou a nossas propriedades (ou aquelas que atualmente pretendemos adquirir), o que poderia ter um impacto adverso relevante sobre nossos projetos de desenvolvimento planejado, propriedades, resultados operacionais, situação financeira ou perspectivas da Companhia.

Qualquer dessas ocorrências poderá impactar negativamente os preços de negociação de nossas ações, prejudicado os nossos acionistas e investidores.

Poderíamos incorrer em custos significativos para cumprir ou endereçar responsabilidades nos termos das leis e regulamentos sobre saúde, segurança e meio ambiente.

Nossas instalações e nossas operações com refratários, exploração e mineração estão sujeitas a rigorosos regulamentos e leis que dispõem sobre saúde, segurança e meio ambiente em cada uma das jurisdições em que operamos. Essas leis regulam, entre outras coisas, as emissões no ar (incluindo controle de poeira), as descargas de água, saúde e segurança ocupacionais, o uso, armazenamento e eliminação de substâncias e resíduos sólidos e perigosos, recuperação ou

4.1 - Descrição dos fatores de risco

restauração do meio ambiente em áreas de minas e limpeza de terrenos contaminados. Somos obrigados a obter e manter licenças de várias autoridades governamentais nacionais e estaduais para muitas de nossas operações, incluindo nossas operações de mineração. Não podemos garantir também se seremos capazes de manter ou renovar as nossas licenças, alvarás, registros, autos de vistoria do corpo de bombeiros, se eles serão renovados, ou se as competentes autoridades brasileiras se recusarão ou atrasarão a sua emissão, ajuste ou renovação. Os custos para cumprir esses requisitos podem ser significativos. Além disso, a falha no cumprimento dos requisitos aplicáveis, ou na obtenção e cumprimento das licenças e autorizações necessárias, pode resultar em sanções de cunho administrativo ou criminal, pedidos de indenização por danos pessoais e materiais, obrigação de remediar a contaminação ou danos causados aos recursos naturais, obrigação de instalação de equipamentos de controle de poluição, revogação ou não renovação de licenças ou restrições às nossas operações, ou mesmo a suspensão das mesmas, ou o encerramento temporário ou definitivo das instalações de produção.

No Brasil, por exemplo, as penalidades administrativas incluem notificações, multas de até R$ 50.000.000,00 (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência), interdição temporária ou permanente da atividade, embargo, demolição, suspensão de subsídios de agências públicas e fechamento temporário ou permanente do empreendimento. Além disso, uma incapacidade de cumprir os regulamentos e leis ambientais estrangeiros mais rigorosos pode nos impedir de, no futuro, buscar um financiamento de menor custo junto a organizações estrangeiras ligadas ao governo ou organizações de desenvolvimento multilaterais, que podem condicionar o financiamento ao cumprimento de regulamentos e leis ambientais mais rigorosos.

Em particular, a fabricação de materiais refratários resulta em emissões de gases poluentes perigosos, como hidrocarbonetos voláteis, mercúrio e gases de efeito estufa. Na Europa, por exemplo, as emissões industriais de dióxido de carbono são regulamentadas pelo Sistema de Comercialização de Emissões da União Europeia (European Union Emissions Trading Scheme), ou EU ETS, um sistema comunitário europeu de comércio desenvolvido para tornar-se progressivamente mais rigoroso, inclusive reduzindo o número de licenças de emissão de dióxido de carbono atribuídas a título gratuito por Estados-Membros da União Europeia. Uma série de outras medidas legislativas e regulatórias destinadas a tratar das emissões, gases de efeito estufa e outros poluentes, como o Protocolo de Kioto, e propostas de iniciativas legislativas e regulamentares dos Estados Unidos e Europa, estão em fases diversas de implementação ou discussão. Tais medidas poderão resultar em um aumento de custos para instalarmos novos controles para a redução das emissões atmosféricas perigosas, tais como mercúrio, de nossas instalações, comprar créditos ou licenças de emissão atmosférica, e/ou monitorar e registrar as emissões de gases de efeito estufa de nossas operações. Tais medidas poderão resultar também em aumento de custos para os negócios de nossos clientes, ou afetar seus negócios, o que poderia, por sua vez, resultar em uma diminuição na demanda por nossos produtos.

A descoberta de contaminação antes desconhecida em nossas instalações, ou em sítios de terceiros para onde enviamos os resíduos para eliminação, poderia nos exigir custos significativos de investigação e limpeza. Algumas leis ambientais, nomeadamente a lei de superfinanciamento dos EUA (U.S. Superfund Law), podem impor responsabilidade aos atuais e originários proprietários e/ou operadores de terrenos contaminados, bem como sobre as partes que eliminaram ou cuidaram da eliminação de resíduos perigosos nesses sítios, sem levar em conta conhecimento ou culpa. A contratação de terceiros para a disposição de nossos resíduos perigosos não nos isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados, caso tais terceiros não desempenhem suas atividades em conformidade com legislação ambiental. Estamos realizando, ou realizamos no passado, atividades de reabilitação em algumas de nossas instalações para tratar da contaminação do

4.1 - Descrição dos fatores de risco

solo e de águas subterrâneas. Pode haver contaminação adicional nessas ou em outras instalações, o que pode resultar na imposição de obrigações de apuração ou remediação sobre nós no futuro, por exemplo, no caso de uma mudança em qualquer instalação, com encerramento ou venda desse serviço. Podemos também ter passivos de contaminação ambiental ou danos relacionados aos nossos antigos sítios ou operações, incluindo a pedreira Hagen-Halden, para a qual somos o sucessor legal do proprietário originário nos termos da lei alemã e poderíamos ser responsabilizados por alguns ou todos os custos para restaurar o local, caso o operador atual se torne insolvente. Significativos custos imprevistos relacionados a essas questões poderiam reduzir a nossa disponibilidade de fundos para o pagamento de juros ou principal de nossa dívida, dividendos sobre ações ordinárias ou para o financiamento de nossas operações normais e desenvolvimento planejado.

Muito embora tenhamos incorrido e iremos incorrer no futuro em custos significativos de capital e operacionais a fim de cumprirmos leis, regulamentos e autorizações ambientais, não podemos garantir que nossas operações estarão sempre em conformidade com os mesmos. Também não podemos garantir se seremos capazes de manter ou renovar as nossas licenças e alvarás, se eles serão revogados ou se as competentes autoridades ambientais se recusarão ou atrasarão a sua emissão, ajuste ou renovação.

A promulgação de novos regulamentos e leis ambientais, a interpretação mais rigorosa, a execução de exigências vigentes, ou a imposição de obrigações decorrentes de leis ambientais poderiam forçar-nos a incorrer em custos para o seu cumprimento, aumentos de capital ou passivos referentes a pedidos de indenização por perdas e danos, e/ou poderiam limitar nossas operações em curso ou planejadas, podendo, qualquer um desses fatores, surtir um impacto significativo sobre nossos negócios, nossa condição financeira, ou nossos resultados operacionais.

Para maiores informações sobre a regulamentação dos países em que atuamos, favor consultar o item 7.5 “a” deste Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de obter todas as licenças, concessões e autorizações necessárias para as nossas operações.

A produção de nossos produtos depende da emissão das licenças, autorizações, permissões e concessões de lavra de diversos órgãos governamentais, incluindo entes regulatórios e ambientais, como o DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e as Secretarias de Meio Ambiente dos Estados nos quais possuímos nossas jazidas.

Não podemos assegurar que seremos capazes de obter todas as licenças, autorizações, permissões ou concessões de lavra necessárias para nossas operações em tempo hábil. A falha ou o atraso em obtê-las em tempo hábil ou quaisquer disputas em conexão com as mesmas, podem representar um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados das nossas operações e situação financeira, na medida em que podemos não ter a capacidade de ampliação de negócios necessários.

Alterações na legislação brasileira do setor de mineração e infraestrutura logística poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Os marcos regulatórios relacionados às atividades de mineração e infraestrutura logística, como de transporte ferroviário, rodoviário e o setor portuário estão em constante atualização e estão sujeitos à atuação governamental e dos órgãos e entidades reguladores afetos ao seu campo de atuação. As alterações introduzidas nas normas de natureza regulatória poderão, direta ou indiretamente, impactar negativamente as nossas atividades.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Mudanças na legislação tributária brasileira podem ter um impacto negativo sobre as taxas aplicáveis aos nossos negócios.

O governo brasileiro frequentemente adota mudanças de regimes fiscais e de previdência social que podem afetar tanto a nós quanto nossos clientes. Estas alterações incluem mudanças nos nas taxas de impostos e contribuição e, ocasionalmente, a adoção de impostos temporários, cujo produto é destinado a fins governamentais específicos.

Algumas dessas alterações podem resultar em um aumento no pagamento de nossos impostos, o que pode afetar negativamente a rentabilidade da indústria e aumentar os preços de nossos produtos e serviços, restringir nossa capacidade de fazer negócios em nossos mercados atuais e mercados-alvo e fazer com que nossos resultados financeiros sejam prejudicados. Não é possível dar qualquer garantia de que seremos capazes de manter o nosso fluxo de caixa projetado e rentabilidade após um aumento dos impostos brasileiros aplicáveis a nós e a nossas operações.

Existem diferenças significativas entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos e o IFRS (International Financial Reporting Standards).

Elaboramos nossas demonstrações financeiras de acordo com BR GAAP, que difere, em certos aspectos, do U.S. GAAP, princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA. e do IFRS, normas internacionais de contabilidade. Por conseguinte, as informações financeiras apresentadas neste Formulário de Referência podem diferir significativamente daquelas preparadas de acordo com o U.S. GAAP e o IFRS ou com as normas contábeis de outros países. A partir do exercício a findar em 31 de dezembro de 2010, as demonstrações financeiras societárias passam a ser elaboradas em conformidade com os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e dispõem, no caso das demonstrações financeiras consolidadas, sobre a convergência dos BR GAAP para os IFRS. Assim, as nossas demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício a findar em 31 de dezembro de 2010, inclusive, serão distintas daquelas incluídas no presente Formulário de Referência.

As deliberações da CVM No. 603 e 626 permitiram que as companhias emissoras de valores mobiliários apresentem formulários de informações trimestrais - ITR e demonstrações intermediárias durante 2010 elaboradas em conformidade com as normas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2009 e transfiram a adoção de novas práticas contábeis adotadas no Brasil e vigentes a partir de 1º. de janeiro de 2010 até o momento em que forem apresentadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2010. Neste caso, as empresas devem divulgar a sua escolha em transferir a adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil e reapresentar as informações trimestrais de 2010 com as informações comparativas de 2009, ajustadas para as novas normas de 2010 no momento em que forem apresentadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações financeiras interinas de 30 de setembro de 2010 e dos períodos de nove meses findos de 30 de setembro de 2010 e 2009 serão atualizadas para as novas normas de 2010 mediante a apresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2010. Estas demonstrações financeiras atualizadas diferirão em alguns aspectos materiais das demonstrações financeiras inclusas na circular de oferta dos períodos aplicáveis.

Para a obtenção de informações adicionais acerca da nova contabilidade e o possível impacto dessas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

resoluções na apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, veja o item 10.4, subitens "a" e "b" deste Formulário de Referência.

Não foi elaborada qualquer conciliação de nossas demonstrações financeiras em BR GAAP com o U.S. GAAP dos EUA ou o IFRS. Não se pode garantir que a conciliação não identificaria diferenças quantitativas relevantes entre as nossas demonstrações financeiras em BR GAAP e tais demonstrações financeiras preparadas com base no U.S. GAAP ou no IFRS. Ao tomarem uma decisão de investimento, os investidores devem confiar em seu próprio exame da Magnesita, os termos das ações ordinárias e nossas informações financeiras. Os investidores em potencial devem consultar seus próprios consultores profissionais a fim de obterem uma compreensão das diferenças entre o BR GAAP, o U.S. GAAP e o IFRS, e como essas diferenças podem afetar as informações financeiras contidas no presente documento.

Modificações de práticas contábeis podem afetar nossas demonstrações financeiras, alterar nosso resultado contábil e impactar as bases de distribuição de dividendos.

As informações trimestrais (controladora e consolidado) da Companhia para os trimestres de 2010 foram elaboradas e são apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei de Sociedades por Ações e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas práticas contábeis correspondem às normas e orientações que estavam vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

A Deliberação CVM no. 603, de 10 de novembro de 2009, facultou às companhias abertas apresentar os seus formulários de informações trimestrais - ITR, durante o exercício de 2010, de acordo com as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009. Neste caso, as companhias deverão divulgar o fato em nota explicativa e reapresentar os ITRs de 2010, comparativamente com os de 2009, também ajustados às normas de 2010, pelo menos quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de primeiro de janeiro de 2010.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações trimestrais da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Durante o exercício de 2009, dentro do processo de convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu várias normas e interpretações de normas, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, com aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2010.

Através da Deliberação CVM 603/09, a CVM prorrogou para dezembro de 2010 a aplicação obrigatória dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC editados e aprovados pela própria CVM em 2009, facultando às companhias abertas apresentar os seus formulários de ITR durante o exercício de 2010 conforme as práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009. Neste caso, as companhias deverão reapresentar os referidos formulários ajustados às normas vigentes em 2010, comparativamente aos de 2009 também ajustados por estas normas, pelo menos quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2010.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nesse contexto, a Companhia decidiu por apresentar os formulários de ITR dos trimestre de 2010 de acordo com as práticas contábeis em vigor até 31 de dezembro de 2009, considerando que atualmente encontra-se em processo de análise dos potenciais efeitos decorrentes da aplicação dos novos Pronunciamentos do CPC, tendo em vista a complexidade dos cálculos e definições de diretrizes relacionadas a essas novas práticas contábeis.

A modificação de nossas práticas contábeis pode produzir impactos relevantes nas nossas demonstrações financeiras, com possível efeito em nosso resultado contábil, incluindo possíveis impactos nas bases de distribuição de dividendos.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Mudanças adversas nas diretrizes políticas, econômicas e outras políticas do governo chinês podem prejudicar o crescimento econômico global da China, o que poderia afetar as nossas operações naquele país de maneira adversa e significativa, assim como alterações nas diretrizes políticas, econômicas e outras políticas do governo americano e dos países da União Européia podem ter um efeito adverso considerável sobre os nossos negócios.

Temos operações importantes na China. Assim, nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais, em particular os de nossas operações na China, são afetados pela evolução econômica, política e jurídica da China. A economia chinesa é, em muitos aspectos, diferente da maioria das economias dos países desenvolvidos, tais como:

- o grau de envolvimento do governo;
- o nível de desenvolvimento;
- a taxa de crescimento;
- o controle cambial;
- a alocação de recursos;
- um sistema regulatório em evolução; e
- a ausência de transparência suficiente no processo regulatório.

Enquanto a economia chinesa registrou um crescimento significativo nos últimos 30 anos, o mesmo tem sido desigual, tanto geograficamente como entre os diversos setores da economia. A economia chinesa também vivenciou alguns efeitos adversos decorrentes da recente crise financeira mundial.

A economia chinesa vem se convertendo de uma economia planificada para uma economia mais voltada para o mercado. Embora nos últimos anos o governo chinês tenha adotado medidas enfatizando a utilização das forças de mercado para a reforma econômica, a redução da propriedade estatal dos meios de produção e o estabelecimento de boa governança corporativa nas empresas, uma fatia substancial dos ativos produtivos na China é ainda propriedade do governo chinês. O controle continuado desses ativos e outros aspectos da economia nacional pelo governo chinês poderiam afetar significativa e adversamente o nosso negócio. O governo chinês também exerce um controle substancial sobre o crescimento econômico chinês através da alocação de recursos, controlando o pagamento de obrigações em moeda estrangeira, definindo a política monetária e outorgando tratamento preferencial a determinadas indústrias ou empresas.

O valor do Yuan chinês em relação ao dólar dos EUA e outras moedas é afetado, dentre outros motivos, por mudanças nas condições políticas e economicas da China, e suas políticas cambiais. A conversão do Yuan em moedas estrangeiras, incluindo dólares dos EUA, foi baseada nas taxas de câmbio fixadas pelo Banco Popular da China. Em 21 de julho de 2005, o governo chinês alterou a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

política aplicada na sua ultima década para atrelar o valor do Yuan exclusivamente ao dólar dos EUA, permitindo, assim, a flutuação do Yuan numa faixa estreita, em relação às moedas estrangeiras. Desde julho de 2008, o Yuan foi negociado dentro de uma faixa estreita em relação ao dólar dos EUA e flutuou significativamente em relação a outras moedas livremente negociadas. Não podemos prever por quanto tempo esta situação pode durar e quando e como as taxas de câmbio do Yuan poderão variar daqui para frente.

Qualquer mudança adversa nas condições econômicas ou políticas do governo da China pode implicar um efeito adverso significativo sobre o crescimento econômico global e sobre o nível de investimento e despesa, por exemplo, em aço e cimento (ou em indústrias que necessitem de aço ou cimento) na China, o que, por sua vez, poderia levar a uma redução na demanda por nossos produtos e, por conseguinte, ter um efeito adverso significativo sobre nossos negócios, nossa situação financeira ou nossos resultados operacionais. Para maiores informações sobre nossos negócios com a China, favor consultar o item 7.7 deste Formulário de Referência.

O sistema jurídico chinês possui incertezas inerentes que poderiam limitar as proteções jurídicas de que dispomos e, se considerarem que deixamos de cumprir as leis aplicáveis, podemos incorrer em despesas adicionais ou estar sujeitos a multas e penalidades significativas.

Uma vez que temos operações significativas na China, as leis chinesas e o sistema jurídico chinês podem ter um impacto significativo em nossas operações de negócios. O sistema jurídico da China desenvolveu-se rapidamente ao longo das últimas décadas. No entanto, uma vez que o sistema jurídico chinês continua a evoluir rapidamente, as interpretações de muitas leis, regulamentos e regras nem sempre são uniformes e sua aplicação envolve incertezas que podem limitar a proteção jurídica de que dispomos. Além disso, muitos juízes na China carecem da profundidade da formação jurídica e experiência que seria esperada de um juiz em um país mais desenvolvido. Pelo fato de o Judiciário chinês ser relativamente inexperiente em aplicar as leis que existem, de fato, é temerário prever uma decisão do magistrado e pode ser difícil obter uma execução rápida e equitativa das leis que de fato existem; além disso, qualquer litígio na China pode ser longo e resultar em custos substanciais e desvio de recursos e atenção da administração. Adicionalmente, leis e regulamentações chinesas recém sancionadas, ainda não publicadas ou divulgadas, podem ter efeito retroativo e, portanto, podemos nos encontrar em violação destas regras, das quais não temos ciência. Para maiores informações sobre nossos negócios com a China, favor consultar o item 7.7 deste Formulário de Referência.

Qualquer alteração na política monetária e econômica no Brasil, na União Europeia e nos Estados Unidos poderão aumentar os nossos custos, refletindo negativamente nos nossos negócios.

Além disso qualquer modificação nas leis trabalhistas, ambientais, regulatórias, tributárias, do Brasil, da União Europeia e dos Estados Unidos, que são atualmente imprevisíveis, podem nos trazer consequências de difícil mensuração.

Uma série de medidas legislativas e regulatórias destinadas a tratar das emissões, gases de efeito estufa e outros poluentes, como o Protocolo de Kioto, e propostas de iniciativas legislativas e regulamentares dos Estados Unidos e Europa, estão em fases diversas de implementação ou discussão. Tais medidas poderão resultar em um aumento de custos para instalarmos novos controles para a redução das emissões atmosféricas perigosas e em um aumento de custos para os negócios de nossos clientes, ou afetar seus negócios, o que poderia, por sua vez, resultar em uma diminuição na demanda por nossos produtos.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de performance. A Companhia acredita possuir elevado grau de controle sobre seus fornecedores e clientes, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na Seção 4.1.

Apresentamos, a seguir, as medidas tomadas pela Companhia com o objetivo de mitigar cada um dos riscos apresentados no item 4.1 deste Formulário de Referência. De toda forma, não se pode garantir a eficácia e efetividade de tais medidas para atenuação ou mitigação de cada um dos riscos endereçados no item 4.1 deste Formulário de Referência, os quais devem ser considerados pelos investidores da Companhia no seu processo de tomada de decisão de investimento nas Ações:

Fatores de risco relacionados ao emissor

- ***Nós temos montantes significativos de dívidas, e podemos não ser capazes de garantir refinanciamento em termos favoráveis ou mesmo qualquer refinanciamento de acordo com os seus vencimentos. Além disso, apesar do montante significativo de nossa dívida, ainda assim podemos ser capazes de contrair substancialmente mais dívidas, o que poderia agravar ainda mais os riscos associados à nossa substancial alavancagem.***

A companhia vem conseguindo reduzir seu endividamento e o custo de suas dividas, equalizando sua estrutura de capital. A companhia, ainda, monitora sua posição de caixa constantemente, visando a mitigar o risco acima.

- Impactos na liquidez podem afetar nossas possibilidades de Financiamento

A Companhia procura alongar o prazo de pagamento de suas dividas (preferindo contratar dividas de longo prazo), visando a mitigar o risco acima.

- Nossos acordos de financiamento incluem covenants importantes, incluindo covenants para manter índices financeiros, o que pode restringir nossa flexibilidade financeira e operacional. Qualquer inadimplência decorrente da violação desses covenants poderia ter um efeito adverso relevante sobre nós.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Visando a mitigar o risco acima, a Companhia monitora o cumprimento de suas obrigações e, caso verifique situações que possam resultar em um inadimplemento contratual (quebra de "covenant"), busca antecipadamente a negociação com o(s) credor(es). Operações importantes de capitalização e captações de títulos de dívidas demonstram a capacidade da companhia de mitigar este risco.

- Podemos não conseguir adotar o modelo de negócio denominado* CPP – Cost per Performance *fora do Brasil, o que poderia afetar adversamente nossas perspectivas futuras de negócio.

A Companhia tem equipes de vendas nas principais regiões onde tem operações, as quais buscam constantemente oferecer a clientes existentes e clientes potenciais oportunidades de negócios no modelo CPP. Estas equipes nas demais regiões receberam reforços de técnicos experientes do Brasil, com total domínio do modelo de negócio.

- Podemos não ser capazes de materializar os benefícios esperados de nossas aquisições passadas ou futuras, algumas das quais podem ter um impacto significativo sobre nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia tem metas próprias que visam a aproveitamentos das sinergias decorrentes de aquisições passadas, e busca aprimorar o aproveitamento das sinergias que são identificadas.

- A volatilidade do real/ e outras moedas em relação ao dólar dos EUA e ao euro poderá afetar adversamente nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia monitora seu endividamento e sua geração de caixa operacional também sob a ótica das moedas aplicáveis, e, em casos que julga necessários, busca proteção com instrumentos de *hedge* para equalizar os fluxos de endividamento com geração de caixa operacional que tenham moedas distintas.

- Nossos negócios podem ser afetados adversamente por riscos relacionados a atividades de hedge

Visando a mitigar o risco acima, a Companhia tem como política não efetuar operação de hedge para fins especulativos, e sim buscando mitigar ou eliminar riscos de descasamento de moedas às suas operações e endividamento.

- Resultados desfavoráveis em litígios pendentes podem afetar negativamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia acompanha seus processos judiciais e contrata assessores jurídicos externos para a condução de todos os seus litígios, sempre buscando profissionais qualificados em suas respectivas áreas de atuação. Além disso, em muitos casos, sobretudo na esfera trabalhista, a Companhia busca fazer acordos em ações judiciais nas quais julga serem remotas suas chances de êxito.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

- Se não formos capazes de proteger nossa propriedade intelectual, nossa posição competitiva pode sofrer.

A Companhia busca proteger sua propriedade intelectual, restringindo o acesso a sua tecnologia aos profissionais que efetivamente necessitem do mesmo para desenvolvimento de suas atividades. Adicionalmente, a Companhia busca obter de seus funcionários o compromisso formal de confidencialidade com relação às informações que a ela pertencem.

- Podemos estar sujeitos a ações trabalhistas que podem nos afetar adversamente

A Companhia acompanha seus processos judiciais e contrata assessores jurídicos externos para a condução de todos os seus litígios, sempre buscando profissionais qualificados em suas respectivas áreas de atuação. Além disso, em muitos casos, sobretudo na esfera trabalhista, a Companhia busca fazer acordos em ações judiciais nas quais julga serem remotas suas chances de êxito.

- Podemos ser afetados adversamente por aumento no custo de eletricidade e combustível e por interrupções no fornecimento de energia

A Companhia tem como prática o monitoramento constante de seus custos mediante a divisão dos mesmos em pacotes específicos, como é o caso de combustível e eletricidade, cada qual com gestor interno próprio e sistemas de acompanhamentos e monitoramento. Além disso, a Companhia tem buscado a contratação de fornecimentos de longo prazo, visando a mitigar potenciais variações expressivas nos preços de tais insumos. Com relação à potencial interrupção de energia elétrica, a Companhia dispõe de geradores em suas 2 principais unidades na América do Sul (Cidade Industrial e Brumado). A Companhia mantém seus contratos de fornecimento destes insumos com empresas de grande porte no segmento, em uma relação comercial de longa data.

-Flutuações nos custos de transporte podem prejudicar nossa capacidade de fornecimento de produtos aos nossos clientes.

A Companhia tem como prática o monitoramento constante de seus custos mediante a divisão dos mesmos em pacotes específicos, como é o caso de frete, com gestor interno próprio, além de possuir sistemas de acompanhamentos e monitoramento de tais custos. A Companhia conseguiu ampliar o número de fornecedores de fretes, distribuindo a atividade em um número adequado e estratégico, eliminando riscos de concentração e dependência.

- A interrupção de serviços de transporte e logística pode limitar nossa capacidade de entregar nossos produtos aos nossos clientes.

Visando a evitar riscos de desabastecimento de seus clientes, a Companhia busca trabalhar com níveis de estoque adequados ao consumo de seus clientes, também com margens de segurança para evitar ou mitigar o risco de desabastecimento por questões relacionadas a transporte e logística. A Companhia conseguiu ampliar o número de fornecedores de fretes, distribuindo a atividade em um número adequado e estratégico, eliminando riscos de concentração e dependência.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

- A produção de refratários está sujeita a riscos, como acidentes que podem afetar nossas operações e nos levar a incorrer em passivos significativos, custos elevados de reparo e/ou perda de receita líquida.

A Companhia procura ter programas adequados de segurança em suas atividades, buscando implantar uma cultura de procedimentos seguros e eliminação de riscos, bem como ter técnicos e engenheiros capacitados e especializados em suas áreas de atuação. Além disso, a companhia busca a contratação de seguros visando a proteção em caso de tais acidentes.

-Nossos recursos minerais podem não ser convertidos em reservas viáveis.

Visando a mitigar o risco acima, a Companhia tem equipes próprias de geólogos trabalhando em suas minas, e faz intensas pesquisas geológicas para estimar a quantidade e qualidade de suas reservas minerais.

Fatores de risco relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

- Nossa Companhia está sujeita a controle difuso, o que poderá nos tornar suscetíveis à realização de alianças entre acionistas, a conflitos entre acionistas e a outros eventos semelhantes.

A Companhia não toma medidas visando à mitigação desse risco.

*- **Os interesses de nossos acionistas majoritários podem ser conflitantes com os dos demais acionistas***

Nosso estatuto social prevê a necessidade de autorização do Conselho de Administração em certos casos de transações com partes relacionadas. Além disso, nosso Conselho de Administração tem em sua composição representantes de nossos acionistas minoritários (20% dos membros do Conselho de Administração são considerados como "independentes" conforme definição do Regulamento do Novo Mercado da Bovespa) e tais representantes participam das deliberações do órgão.

Fatores de risco relacionados a seus acionistas

- Podemos não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

A Companhia atua com visão de longo prazo e com o objetivo de gerar valor a seus acionistas, incluindo, mas não se limitando, à geração de lucro para o pagamento de dividendos.

- A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderá limitar a capacidade de venda de nossas ações pelo preço e momento desejados.

Visando também a aumentar a liquidez de suas ações, a Companhia lançou em 2010 um Programa de ADR Nível 1. Além disso, a Companhia dispõe de *free-float* relevante.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

- A Companhia não dispõe de mecanismos de proteção contra aquisições hostis (poison pills).

Considerando a ampla base acionária da Companhia, não foram tomadas até o momento medidas visando à implementação de mecanismos de proteção contra aquisições hostis ou outras medidas visando à mitigação desse risco.

- O investimento do acionista nas ações de nossa emissão pode sofrer diluição no futuro.

A Companhia busca fazer aumentos de capital apenas em situações pontuais e necessárias, no melhor julgamento de sua administração, visando a evitar diluição do investimento de nossos acionistas.

- Os detentores de American Depositary Receipt (ADR's) poderão ter dificuldades no exercício dos direitos de voto nas assembleias de acionistas da Companhia e, por não serem acionistas diretos da Companhia, serão incapazes de fazer valer os direitos dos acionistas previstos no Estatuto da Companhia e na legislação societária brasileira. Além disso, não poderão exercer os direitos de preferência relativos às ações ordinárias da Companhia subjacentes a tais ADR's.

Tendo em vista que seu programa de ADR é recente, a Companhia não tomou até o momento medidas visando à mitigação desse risco. Além disso, a tomada de medidas nesse sentido dependeria também do envolvimento das instituições envolvidas no programa de ADR para alteração dos procedimentos geralmente adotados pelo mercado em programas de ADR com relação ao exercício do direito de voto.

Fatores de risco relacionados a suas controladas e coligadas

*- **Algumas de nossas operações dependem de joint ventures e nossos negócios podem ser prejudicados se nossos parceiros não honrarem seus compromissos ou honrá-los em termos que não nos sejam satisfatórios.***

A Companhia indica membros em conselhos de administração de suas *joint-ventures* e faz reuniões regulares em tais órgãos ou diretamente com seus sócios em tais *joint-ventures*, buscando sempre o alinhamento de interesses entre as partes envolvidas e o cumprimento de compromissos previamente assumidos por seus sócios.

- Qualquer redução nos nossos ratings de crédito poderia nos afetar material e adversamente.

A Companhia busca manter as agências que avaliam nossos ratings constantemente informadas de sua situação patrimonial e de seus negócios, visando a evitar reduções em tais *ratings* por falta de informações.

Fatores de risco relacionados a seus fornecedores

- Nós e nossas subsidiárias podemos figurar como responsáveis principais ou solidárias das dívidas trabalhistas de terceirizados

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia vem desenvolvendo projetos internos de controle de seus terceirizados, além de exigir de seus fornecedores o integral e pontual cumprimento das obrigações trabalhistas que estes têm com seus funcionários. Adicionalmente, quando é o caso, a Companhia retém pagamento a fornecedores que possam estar inadimplentes com suas obrigações trabalhistas.

- Dependemos de um número limitado de fornecedores de certas matérias-primas e podemos ser prejudicados por eventual falta de fornecimento ou aumento dos preços das mesmas.

A Companhia vem buscando constantemente aumentar seu grau de verticalização, justamente para evitar desabastecimento de suas matérias-primas, bem como aumento de preços.

Fatores de risco relacionados a seus clientes

*- **A perda de alguns de nossos clientes pode causar um impacto adverso significativo em nossos resultados de operações, fluxos de caixa e situação financeira.***

A companhia busca manter relacionamentos duradouros com seus principais clientes, bem como busca excelência no atendimento, visando à sua permanente manutenção e fidelização. Ademais, a Companhia busca celebrar contratos de longo prazo com seus principais clientes, trabalhar constantemente no desenvolvimento de novos produtos, além de manter equipes dentro das instalações de tais clientes para buscar aumento de performance de seus produtos e a satisfação de tais clientes de modo geral (a exemplo do modelo CPP).

*- **Se nossos clientes conseguirem oferecer reclamações imputando a nós a responsabilidade por defeitos em produtos por nós comercializados, nossos resultados operacionais podem ser impactados negativamente e nossa reputação pode ser prejudicada.***

A Companhia dispõe de equipes de engenheiros e técnicos qualificados e treinados para atendimento de seus clientes. Além disso, a Companhia monitora constantemente a qualidade de seus produtos com sistemas de qualidade.

Fatores de risco relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

*- **Nosso negócio é altamente dependente do nível de produção de aço e cimento, e nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetadas pela redução dos volumes de produção da indústria de aço e cimento.***

A Companhia vem buscando diversificar seus segmentos de atuação, tendo inclusive criado recentemente uma Vice-Presidência Industrial Global que visará, dentre outras, buscar oportunidades em outros mercados que não o de aço e cimento.

- Volatilidade nos mercados globais de crédito nos últimos anos e seus efeitos sobre as economias globais e nacionais poderia continuar a afetar negativamente nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia busca constantemente acompanhar e analisar os principais indicadores econômicos das regiões onde tem maior atuação, bem como analisa as projeções dos mercados de maior atuação, como aço e cimento, com o intuito de identificar medidas que possam ser eventualmente tomadas para atenuar os efeitos indesejáveis decorrentes de tal volatilidade.

- A concorrência no setor de refratários é intensa e pode limitar nossa capacidade de manter ou aumentar a nossa fatia de mercado ou manter nossos preços em níveis rentáveis.

A Companhia acredita estar presente nos principais mercados de refratários e também constantemente visa a conquistar novos clientes e manter seus principais clientes existentes, com as quais busca manter relações de longo prazo.

Fatores de risco relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue

- ***Nossas operações nacionais e internacionais estão sujeitas a regulamentos e leis complexos e em evolução, e o cumprimento de tais requisitos regulamentares envolve custos significativos***

A Companhia tem áreas especificas que acompanham as principais modificações nas legislações e regulamentações especificas, tais como ambientais e de mineração, sempre buscando o cumprimento de tais requisitos ao menor custo possível.

- Nossas operações estão sujeitas a riscos ambientais que podem impactar o preço de negociação de nossas ações.

A Companhia dispõe de técnicos e especialistas que monitoram constantemente as principais modificações nas legislações e regulamentações, bem como as obrigações ambientais que lhe são aplicáveis, sempre buscando a adequação e o atendimento a tais regras e obrigações.

- Poderíamos incorrer em custos significativos para cumprir ou endereçar responsabilidades nos termos das leis e regulamentos sobre saúde, segurança e meio ambiente

A Companhia tem áreas especificas para cuidar da saúde de seus funcionários (departamentos de medicina), além de áreas próprias que tratam de segurança do trabalho e meio-ambiente. A Companhia busca constantemente aplicar medidas preventivas, tais como treinamentos e palestras, para evitar danos relacionados à saúde de seus funcionários e ao meio-ambiente.

- Podemos não ser capazes de obter todas as licenças, concessões e autorizações necessárias para as nossas operações.

A Companhia dispõe de técnicos e especialistas que cuidam da obtenção das necessárias licenças para suas operações, além de monitorar constantemente o efetivo cumprimento das normas aplicáveis, visando à manutenção de tais licenças e operações.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

- Alterações na legislação brasileira do setor de mineração e infraestrutura logística poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia tem áreas especificas que acompanham as principais modificações nas legislações e regulamentações que lhe são aplicáveis, sempre buscando a adequação e o atendimento a tais novas regras, respeitados os prazos então estabelecidos.

- Mudanças na legislação tributária brasileira podem ter um impacto negativo sobre as taxas aplicáveis aos nossos negócios.

A Companhia tem áreas especificas que acompanham as principais modificações nas legislações e regulamentações que lhe são aplicáveis, sempre buscando a adequação e o atendimento a tais novas regras, da forma mais eficiente possível, respeitados os prazos então estabelecidos.

- Existem diferenças significativas entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos e o IFRS (International Financial Reporting Standards).

A Companhia não dispõe de meios para mitigar tal risco, na medida em que apenas cumpre as normas que lhes são aplicáveis.

- Modificações de práticas contábeis podem afetar nossas demonstrações financeiras, alterar nosso resultado contábil e impactar as bases de distribuição de dividendos.

A Companhia não dispõe de meios para mitigar riscos de mudanças de práticas contábeis.

Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue

- ***Mudanças adversas nas diretrizes políticas, econômicas e outras políticas do governo chinês podem prejudicar o crescimento econômico global da China, o que poderia afetar as nossas operações naquele país de maneira adversa e significativa, assim como alterações nas diretrizes políticas, econômicas e outras políticas do governo americano e dos países da União Européia podem ter um efeito adverso considerável sobre os nossos negócios.***

Uma presença global permite à Companhia diversificar a concentração desses riscos em uma única jurisdição, o que colabora na mitigação dos riscos acima mencionados.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas.

Foram relacionados no presente item 4.3 os processos que, individualmente, são relevantes para a Companhia. Para tanto, foi considerado o possível impacto significativo dos mesmos no patrimônio da Companhia, em sua capacidade financeira ou em seus negócios ou os de suas controladas. Não há outros fatores presentes em processos em que a Companhia seja parte capazes de influenciar a decisão do público investidor que deveriam ser considerados para fins do critério de relevância adotado.

Processos Tributários

A Companhia é parte em diversos processos de natureza tributária envolvendo valor de contingência passiva estimado em, aproximadamente, R$ 110,9 milhões, em 30 de setembro de 2010. Na mesma data, a Companhia havia constituído provisão decorrente dos referidos processos no valor de R$ 78,7 milhões e realizado depósitos judiciais no âmbito de alguns desses processos no valor total de R$ 4,7 milhões. Dentre os processos tributários e procedimentos administrativos em que a Companhia e suas controladas figuram no pólo passivo, aqueles considerados relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas e que não estão sob sigilo encontram-se descritos imediatamente abaixo e no item 4.6:

Processo administrativo n.º 13.603.002794/2003-50 (RV 140.320)	
a. Juízo	Delegacia Regional de Belo Horizonte
b. Instância	8ª Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes
c. Data de instauração	23/12/2003 (Data de protocolo da impugnação aos autos de infração)
d. Partes no processo	Delegacia da Receita Federal de Contagem (Autor) e Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda. (Réu - empresa incorporada pela Companhia).
e. Valores envolvidos	IRPJ – R$ 14,3 milhões e CSL – R$ 5,1 milhões (valores atualizados em 30.09.2010)
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado contra a Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda. em razão do não recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (“CSL”) sobre os lucros auferidos no exterior por meio da Iliama Trading (empresa controlada pela Companhia sediada na Ilha da Madeira). Em 03/03/2004 foi proferida decisão de primeira instância desfavorável mantendo integralmente o crédito tributário exigido. A Companhia apresentou Recurso Voluntário em 20/04/2004, cujo acórdão foi proferido em 23/03/2006 afastando a exigência do IRPJ sobre lucros referentes aos períodos de 1996 e 1997 e CSLL sobre os lucros referentes aos períodos de 1996, 1997 e 1998. Em 06/11/2006 a Companhia apresentou Embargos de Declaração, que foram encaminhados às autoridades para que estas se manifestem sobre os fatos envolvidos no processo. Em 28.02.2007 o julgamento dos Embargos de Declaração foi convertido em diligência e após a conclusão da diligência, em 30.01.08, os autos voltaram ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa em contrapartida de baixa de provisão.
i. Valor provisionado	R$ 19,4 milhões

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo n.º 2005.34.00.022000-6 (Ação Anulatória de Débito Fiscal)	
a. Juízo	Justiça Federal
b. Instância	7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
c. Data de instauração	19/07/2005
d. Partes no processo	Magnesita Refratários S/A (Autor) e União Federal (Réu)
e. Valores envolvidos	R$ 7,5 milhões (valor atualizado em 30.09.2010)
f. Principais fatos	Trata-se de ação anulatória de débito fiscal por meio da qual a Companhia busca a declaração de legalidade da apuração, pelo estabelecimento de Brumado, do crédito presumido de IPI como ressarcimento do valor da Contribuição para o Programa de Integração Social e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("PIS/COFINS") incidentes sobre as aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, para utilização no processo produtivo, conforme previsão da Lei nº 9.363/96. Da mesma forma, a Companhia busca a legalidade das transferências dos créditos apurados para os estabelecimentos de Contagem e das compensações feitas com o Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") devido nas vendas realizadas no mercado interno. Em 11/04/2007 foi proferida sentença desfavorável à Companhia e em 01/06/2007 foi apresentado recurso de apelação, que encontra-se desde então pendente de julgamento.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa em contrapartida de baixa de provisão.
i. Valor provisionado	R$ 7,5 milhões

Em 2006, a Magnesita S.A. obteve decisão favorável, final e definitiva em discussão judicial movida contra à Centrais Elétricas S.A. - Eletrobrás acerca da correção monetária plena incidente sobre os empréstimos compulsórios.

O empréstimo compulsório sobre energia elétrica foi instituído através da Lei nº 4.156/1962, sob a égide da Constituição Federal de 1967. A Emenda Constitucional 1/69, conquanto admitisse a instituição de empréstimo compulsório por lei ordinária exigiu que a situação ensejadora de sua criação fosse estabelecida em lei complementar. Para atender tal exigência foi aprovada a Lei Complementar nº 13/1972 que autorizou a criação do empréstimo compulsório em favor da Centrais Elétricas S.A. – Eletrobrás. Tal empréstimo, cuja sistemática foi substancialmente alterada com o advento do Decreto-lei 1.512/76, era cobrado mensalmente nas contas de consumo de energia elétrica, com a finalidade de expandir o sistema elétrico do país.

Até a Emenda Constitucional 1/69, o empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás era considerado espécie de contrato coativo (Súmula 418/ do Supremo Tribunal Federal ("STF")). A mencionada emenda, contudo, determinou que se aplicassem aos empréstimos compulsórios as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais de direito tributário, o que foi mantido com a Constituição Federal de 1988. Esse entendimento foi corroborado tanto pelo STF quanto pelo Superior Tribunal de Justiça ("STJ").

A devolução do empréstimo foi feita pela Eletrobrás mediante a conversão em ações, entretanto, não houve a aplicação da correção monetária legalmente devida em determinados períodos, o que culminou no ingresso de ações judiciais pleiteando a diferença não paga, como no caso da Magnesita S.A. Também nesse caso, o STJ entende ser devida a incidência de correção monetária sobre os empréstimos compulsórios

Em decorrência da decisão final favorável, o mérito da ação não pode mais ser discutido. A Eletrobrás foi condenada a pagar uma quantia apurada em laudo pericial e a entregar

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

167.212.493 ações de sua emissão à Magnesita S.A. Posteriormente, a Companhia impetrou ação de cobrança contra a Eletrobrás visando o recebimento dos respectivos valores, sendo que parte do valor pleiteado pela Companhia, no montante de aproximadamente R$ 8 milhões, foi reconhecido pela Eletrobrás e registrado nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 2006.

A ação de cobrança do valor não reconhecido pela Eletrobrás teve continuidade, ocorrendo, inclusive, depósito judicial no montante de R$ 69,7 milhões em agosto de 2007 por parte da Eletrobrás. No quarto trimestre de 2009, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Companhia requereu o levantamento do valor depositado em juízo em razão do transcurso do prazo para a Eletrobrás impugnar a execução de cobrança.

Em janeiro de 2010, a Companhia obteve decisão em segunda instância favorável ao levantamento do valor depositado judicialmente, cujas chances de reversão através de novos recursos impetrados por parte da Eletrobrás, são consideradas remotas (mínimas) pelos seus consultores jurídicos. Dessa forma, no 4º. trimestre de 2009, a Companhia decidiu registrar o montante atualizado de R$ 65,2, líquido dos custos advocatícios, no resultado daquele exercício, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, em contrapartida da rubrica “Valores a receber - Eletrobrás” no ativo circulante.

No entanto, em razão da apresentação de recursos e mandado de segurança pela Eletrobrás, a Companhia acredita que o levantamento dos respectivos valores não deverá ocorrer em 2010 o que poderá implicar a reclassificação do registro acima mencionado nas demonstrações financeiras para o "ativo não-circulante".

Apresentamos, no quadro abaixo, as seguintes informações processuais requeridas:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo n.º 1999.001.082034-7 (Ação Ordinária)	
a. Juízo	Justiça Estadual
b. Instância	6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
c. Data de instauração	17.06.1999
d. Partes no processo	Magnesita Refratários S/A (Autor) e Centrais Elétricas S.A. – Eletrobrás (Réu)
e. Valores envolvidos	R$ 65,2 milhões (valor atualizado em 31/12/2009)
f. Principais fatos	Trata-se de execução na qual se busca o cumprimento da sentença transitada em julgado que condenou a Eletrobrás ao pagamento de diferenças de correção monetária, juros, dividendos e bonificações referentes ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica. A execução definitiva do julgado foi iniciada em 22/08/06. Em 18/10/06 a Eletrobrás depositou a quantia que entendia incontroversa, oferecendo penhora de ações negociáveis em bolsa que equivaliam ao saldo restante. A Companhia recusou a oferta das ações, requereu a realização do bloqueio on-line do montante e o levantamento da parcela incontroversa, o que foi deferido. Em 27/11/2009 foi acolhido o pedido de intervenção no feito manifestado pela União Federal e determinou a competência para julgar a execução em favor da Justiça Federal. Em 09.12.2009, contudo, em decorrência de recurso apresentado pela Companhia a competência da execução foi mantida na justiça estadual. Em 15/01/2010 foi reconhecida a ciência da Eletrobrás quanto à execução e penhora bem como transcurso do prazo para impugnação sem a apresentação desta. O pedido de levantamento da quantia depositada, contudo, foi indeferido. Tanto a Eletrobrás quanto a Companhia apresentaram recursos contra essa decisão. O recurso da Companhia foi julgado favoravelmente para determinar o levantamento da quantia depositada. Em 28/07/2010 após reiterar o pedido de levantamento pela Companhia, foi proferida decisão determinando a expedição dos mandados de pagamento. Em 29/07/2010 a União Federal requereu a suspensão dos mandados de pagamento, o que foi deferido na mesma data. Tal decisão, contudo, foi invalidada em 10/08/2010, em razão do impedimento do desembargador que a prolatou. Os autos foram então remetidos a outro desembargador. Recentemente a Eletrobrás impetrou mandado de segurança contra o relator do recurso no qual se discute o levantamento do depósito, o qual foi suspenso até que seja julgado o mandado de segurança.
g. Chance de perda	Remota (a discussão do mérito já transitou em julgado favoravelmente à Companhia)
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não aplicável porque o mérito do processo de conhecimento já transitou em julgado em favor da Companhia. O processo encontra-se em fase de execução.
i. Valor provisionado	Não há provisão

Processos Trabalhistas

Dentre as ações trabalhistas em que a Companhia e suas controladas figuram no pólo passivo, não há processos que individualmente sejam relevantes para a Companhia ou suas controladas, ou que possam impactar de forma significativa seus negócios, seu patrimônio ou sua capacidade financeira. Para uma descrição acerca do número de processos trabalhistas a que a emissora responde, veja o item 4.6.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como partes em 26 ações cíveis, sendo que em 25 dessas está no polo passivo e em 1 no polo ativo. Dentre essas, as relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas e que não estão sob sigilo, destacamos as seguintes ações:

Processo n.º 079.07.387.290-9	
a. Juízo	1ª Vara Cível de Contagem/MG
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	19/12/2007
d. Partes no processo	Autor: Mineração Santa Juliana Réu: Magnesita Refratários S.A.
e. Valores envolvidos	R$ 3.200.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Indenizatória por meio da qual requer-se a condenação da Companhia ao pagamento de indenização em decorrência de alegado descumprimento de contrato de prestação de serviços de mineração. 30/09/2010 – Aguarda-se manifestação dos assistentes técnicos acerca da perícia.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro no valor máximo pleiteado pela parte contrária em função da inexistência de provisão.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo n.º 2008.066.029240-8	
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Volta Redonda/RJ
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	20/10/2008
d. Partes no processo	Autor: ENGEFOR – Montagem de Refratários e Demolições S/A Réu: Magnesita Refratários S.A.
e. Valores envolvidos	R$ 1.568.607,15
f. Principais fatos	Trata-se de Ação de Cobrança relacionada à prestação, pela Autora, de serviços de consultoria, assessoria e representação que embasaram a emissão da nota fiscal nº 0204 e da duplicata nº 036/08. 17/08/2010 – Processo suspenso até o julgamento da Exceção de Incompetência apresentada pela Magnesita com vistas ao declínio de competência para a Comarca de Contagem.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa no valor envolvido atualizado.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processos Criminais

A ação criminal relevante em que a Companhia figura no pólo passivo segue descrita a seguir:

Processo criminal n.º 0471.05.055963-5	
a. Juízo	Vara Criminal de Pará de Minas
b. Instância	1ª instância da Justiça de Minas Gerais
c. Data de instauração	Denúncia do Ministério Público datada de 10 de junho de 2009, baseada no Inquérito Policial 02/2005
d. Partes no processo	Ministério Público e Magnesita Refratários S/A
e. Valores envolvidos	Não há menção a valores na inicial, por se tratar de processo criminal
f. Principais fatos	O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofereceu denúncia em desfavor do Defendente, aduzindo, em síntese, que "segundo se apurou, a empresa denunciada contratou os serviços da Empresa Magmin Ltda. para efetuar a demolição de uma parte da rocha mineral explorada na mina Serra dos Ferreiras II, no município de Onça de Pitangui. Em 05.05.2005, foi realizada a demolição, que resultou na derrubada da cobertura vegetal em uma área de 00:50há de preservação permanente às margens direita e esquerda do curso d'água denominado Serra Grande, que abastece uma propriedade rural e um afluente do córrego Cacunda, que abastece as propriedades rurais na localidade de Serra dos Ferreiras. O material carreado para o leito do córrego desceu até a barragem de capitação da água para uma propriedade rural, atingindo o encanamento que conduz água até a casa sede da fazenda.", requerendo, por derradeiro, fosse a requerida condenada nas sanções dos artigos 38 e 54, § 2º, inciso V, da Lei n.º 9.605/98. Foi apresentada defesa preliminar, em 34 laudas, acerca da ausência de dolo na conduta da empresa, da atipicidade penal do fato narrado, da ausência de nexo de causalidade entre a conduta da empresa e o dano ocorrido, do vício de narrativa da denúncia oferecida e do reconhecimento da prescrição da pena em perspectiva.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há como ser fixado no momento, podendo haver aplicação das penas de multa, restritivas de direito e prestação de serviços à comunidade, em caso de condenação, conforme venha a ser definido pelo Juízo.
i. Valor provisionado	Não há valor provisionado

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investido

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas.

A Companhia e suas controladas não figuram como partes em nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral, com ou sem sigilo, e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, exceto com relação a ações judiciais de caráter meramente trabalhista ajuizadas por ex-administradores com relação a verbas rescisórias.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. ***Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.***

A Companhia e suas controladas não figuram como partes em nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral, sigiloso.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros.

Para fins do presente item 4.6, foi considerado o possível impacto significativo de processos no patrimônio da Companhia, em sua capacidade financeira ou em seus negócios ou os de suas controladas. Não há outros fatores presentes em processos em que a Companhia seja parte capazes de influenciar a decisão do público investidor que deveriam ser considerados para fins do critério de relevância adotado.

Processos Tributários

De 2007 a 2009 a Companhia foi autuada pelo Departamento Nacional de Produção ("DNPM") com base em suposto pagamento a menor de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais ("CFEM") decorrente de divergência, em especial, em relação à base de cálculo aplicável e os valores que a compõe. Em 30 processos administrativos decorrentes dessas autuações, relativas ao período de 1991 a 2007, a Companhia discute, sucintamente, que o valor a ser utilizado como base de cálculo da CFEM é o valor da substância mineral até a calcinação, quando se dá a descaracterização mineralógica daquela (art. 14, III do Decreto 01/91), subtraído de algumas deduções permitidas em lei. Da mesma forma, a Companhia entende ser ilegal a equiparação da saída da substância mineral para consumo ou a utilização (transferência) à saída por venda, para fins de incidência de CFEM. Em 25 desses processos, nossos advogados estimam que o valor envolvido atualizado perfaz o montante de aproximadamente R$ 6,7 milhões, enquanto os 5 autos de infração remanescentes envolvem aproximadamente R$ 37,3 milhões e atualmente encontram-se pendente de julgamento em primeira instância administrativa. Para estes últimos 5 processos, a Companhia constituiu provisão no valor de R$ 37,3 milhões (em 30/09/2010). Dentre estes processos, destacamos os cinco, que pelo valor individual e probabilidade de perda se destacam e para estes apresentamos, no quadro abaixo, as seguintes informações:

Processos administrativos: i) NFLDP 004/2008, ii) NFLDP 005/2008, iii) NFLDP 006/2008, iv) NFLDP 007/2008, v) NFLDP 008/2008	
a. Juízo	DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral - BA - 7º Distrito
b. Instância	Não aplicável
c. Data de instauração	03/04/2008
d. Partes no processo	DNPM (Autor) e Magnesita Refratários S/A (Réu)
e. Valores envolvidos	i - R$ 1,7 milhões; ii - R$ 25,5 milhões; iii - R$ 80,5 mil; iv - R$ 5,7 mil e v - R$ 924,5 mil (valores originais). .
f. Principais fatos	Em geral, a Companhia discute acerca do valor a ser utilizado como base de cálculo da CFEM e a legalidade da equiparação da saída da substância mineral para consumo ou para utilização (transferência) à saída por venda. Em abril de 2008 foram apresentadas as defesas, as quais aguardam julgamento da primeira instância administrativa.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa em contrapartida de baixa de provisão.
i. Valor provisionado	R$ 37,3 milhões

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processos Trabalhistas

Em outubro de 2010, a Companhia figurava como ré em aproximadamente 846 processos judiciais de contingência trabalhista. Os pedidos formulados nesses processos somavam aproximadamente R$ 54,6 milhões. Entretanto, a Companhia provisionava, na data-base de setembro de 2010, R$ 15,8 milhões levando em consideração as reais chances de êxito dos pedidos formulados em cada caso. Os principais pedidos aduzidos nestes processos judiciais trabalhistas são os seguintes: equiparação salarial, indenização por doença ocupacional/acidente do trabalho, adicional de periculosidade/insalubridade e horas extras.

Dentre as ações individuais, destacam-se algumas demandas ajuizadas por sindicatos discutindo o eventual descumprimento de normas presentes em Acordos Coletivos de Trabalho e buscando sanções pelo descumprimento de obrigações relacionadas a regras de saúde e segurança ocupacional. Também têm destaque medidas administrativas e judiciais movidas pelo Ministério Público do Trabalho voltadas ao questionamento, dentre outros temas, da cota de aprendizes da Companhia e do enquadramento sindical de seus empregados.

A Companhia e suas controladas figuram, ainda, como parte em aproximadamente 143 ações trabalhistas, em que ex-empregados (ou seus respectivos sucessores) buscam indenizações por acidentes do trabalho ou doenças profissionais. Tais demandas, embora individualmente não apresentem potencial para afetar negativamente os negócios da Companhia, em conjunto podem se mostrar relevantes.

Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como parte em 26 ações cíveis (das quais 25 são no pólo passivo), dentre as quais não há processos repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, sejam esses processos sob sigilo ou que não estejam sob sigilo, e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

REFIS

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao pagamento e parcelamento de débitos junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 11.941/09. A Companhia optou pelo pagamento de débitos fiscais no montante de R$ 5,6 milhões, em 180 parcelas, sendo R$ 1,9 através de desembolso de caixa e R$ 4,4 pela utilização de prejuízo fiscal. Os valores do parcelamento ainda encontram-se pendente de homologação por parte da Receita Federal do Brasil. Em 30/11/10 a Companhia já efetuou o pagamento de 13 parcelas pelo valor mínimo de recolhimento, cujo montante total representa R$ 2,6 mil.

Questões Ambientais

Somos réus em processos judiciais e administrativos de cunho ambiental no curso normal de nossos negócios, dentre os quais destacamos abaixo. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos nossos negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso para nós.

Somos parte em um inquérito civil iniciado pelo Ministério Público do Estado da Bahia, para investigar eventual dano ambiental e problemas de saúde na comunidade localizada na cidade de Brumado, Estado da Bahia, decorrente de emissões fora dos padrões legais associadas às nossas operações. Enviamos documentos e informações em resposta à solicitação do Ministério Público e solicitamos arquivamento do procedimento, o que ainda não ocorreu. Foi elaborado um projeto para implementação de um sistema para reduzir a emissão de particulados, cujo custo foi estimado em R$ 10 milhões para o ano de 2011.

Estamos envolvidos na limpeza de uma unidade industrial desativada anteriormente operada por nossa então subsidiária Cerâmica São Caetano Ltda. (incorporada pela Emissora), na cidade de Suzano, Estado de São Paulo. O sítio, localizado perto de áreas residenciais e de agricultura, contém chumbo, arsênico e zinco no solo, e chumbo, níquel e mercúrio em águas subterrâneas. Estivemos envolvidos nos últimos anos, na realocação de resíduos contaminados para um aterro industrial controlado para substâncias perigosas. Fizemos um orçamento para a elaboração do plano de remediação e a empresa consultada estimou o valor de R$ 18,5 milhões. Tal proposta ainda está sob análise, sendo que o processo de remediação ainda não foi iniciado.

Adicionalmente, identificamos contaminação do solo decorrente do material refratário depositado em nosso aterro localizado em Betim, Estado de Minas Gerais, onde temos uma unidade industrial para fabricação de produtos refratários operada por nossa antiga subsidiária Ikera Indústria e Comércio Ltda. Estudos preliminares sugerem que a transferência de resíduos refratários para um aterro industrial controlado pode nos custar cerca de R$ 6 milhões, no entanto esse valor não está provisionado, e nós necessitaremos de significante investigação posterior do solo, análise detalhada sobre a existência de alternativas mais eficientes em relação a custo, e um plano de remediação aprovado pelas autoridades para desenvolver uma estimativa mais confiável. Em 2009, nós transferimos a produção e os equipamentos de Betim para nossas outras plantas industriais em Contagem, a fim de concentrar a produção em menos unidades e gerar ganho operacional, o que pode resultar em investigação adicional e/ou obrigações de remediação durante os próximos anos.

Em dezembro de 2010 recebemos um ofício do Ministério Público de Minas Gerais requerendo informações sobre o processo de licenciamento ambiental da exploração minerária no município de Itabirito. A licença foi concedida seguindo o procedimento aplicável às atividades de impactos ambientais não significativos. A Companhia forneceu informações ao órgão, explicando que o processo de licenciamento para emissão da Autorização Ambiental de

4.7 - Outras contingências relevantes

Funcionamento seguiu a legislação estadual vigente. Ainda não recebemos nenhuma resposta do Ministério Público e, portanto, não podemos determinar o impacto deste ofício, caso exista algum, em nossas operações ou negócios. A não adequação das nossas atividades ao licenciamento ambiental regular exigido pelo órgão ambiental pode causar efeitos adversos para nós.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem.

Não se aplica, considerando que a Magnesita Refratários S.A. não se enquadra na categoria de emissor estrangeiro, mas sim de companhia aberta com sede no Brasil.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5. RISCOS DE MERCADO

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Qualquer alteração econômica mundial poderá impactar diretamente, seja positivamente ou negativamente, a nossa produção.

O nível global de produção de aço e cimento impacta diretamente as vendas de materiais refratários da Companhia. Com a crise econômica internacional e a consequente diminuição da demanda por aço e produtos de cimento, as empresas especializadas reduziram sua atividade produtiva, impactando os níveis de produção desses setores. A produção mundial de aço caiu de 1.329,7 mil toneladas em 2008 atingindo de 1.219,7 mil toneladas em 2009, e a produção de aço no Brasil diminuiu de 33,7 mil toneladas em 2008 atingindo 26,5 mil toneladas em 2009. A produção mundial de cimento (excluindo a China) passou de 1.571 mil toneladas em 2008 para 1.551 mil toneladas em 2009, e a produção de cimento no Brasil passou de 51,8 milhões de toneladas em 2008 para 51,1 milhões de toneladas em 2009.

Dependemos fortemente do mercado internacional, de forma que a variação cambial também poderá impactar negativamente a nossa receita.

A Companhia também está exposta a variações cambiais, uma vez que a receita líquida proveniente do mercado externo é maior que a receita líquida do mercado interno. Em 2009, 57% da receita líquida da Companhia veio do mercado externo. Variações cambiais podem afetar o nível das exportações da Companhia, já que a maioria de sua receita é gerada fora do Brasil e em moeda estrangeira, e pode fazer com que a Magnesita sofra perdas. Logo, variações cambiais, principalmente em euro e em dólar americano, podem fazer com que a receita líquida diminua, caso essas moedas se depreciem frente ao real. A variação cambial também pode afetar a dívida da Companhia, já que 43% dessa dívida era em moeda estrangeira em 31/12/2009. A nossa exposição líquida a flutuações cambiais, de 30 de setembro de 2010, decorrente principalmente das flutuações do dólar é a seguinte:

(em milhares de reais)	**Dólares**	**Euro**	**Outras moedas**
Ativos e passivos em moeda estrangeira			
Caixa e Bancos	33.131	35.482	26.050
Títulos e Valores Mobiliários	3.239	—	204
Contas a receber, líquidas de provisão para riscos de crédito.....	88.417	112.817	31.133
Fornecedores	(39.054)	(47.700)	(21.481)
Empréstimos e financiamentos.....	(176.920)	(20.846)	—
Emissão de títulos de dívida.....	(657.894	–	–
Outros passivos monetários líquidos no exterior	(63.193)	(155.054)	(22.132)
	(812.274)	(75.301)	13.774

A exposição à taxa de juros flutuante está basicamente sujeita às variações da LIBOR, já que esta é referência para os empréstimos em dólares, e às variações da taxa CDI, pois esta é referência aos empréstimos denominados em reais.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O mercado de capitais brasileiro tem grande influência sobre os nossos negócios.

A Companhia também está exposta a riscos relativos à volatilidade e liquidez limitada do mercado fazendo com que o preço de suas ações possa ser afetado negativamente. O mercado de valores mobiliários brasileiro pode ser influenciado por diversos fatores macroeconômicos do Brasil e do mundo. Além de aspectos econômicos, aspectos políticos também podem influenciar diretamente ou indiretamente no preço da ação negociada.

As condições econômicas e políticas brasileiras e as percepções dessas condições no mercado internacional têm um impacto direto sobre nossos negócios e o nosso acesso ao capital internacional e mercados de dívida, podendo afetar adversamente nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Realizamos quantidade substancial de nossas operações no Brasil e vendemos boa parte dos nossos refratários, minérios e serviços para consumidores no país. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2010, 47,8% de nossas receitas líquidas foram obtidos no Brasil. Assim, nossa condição financeira e nossos resultados de operações dependem substancialmente das condições econômicas no Brasil. O produto interno bruto do Brasil, ou PIB, em termos reais, cresceu 6,1% em 2007, 5,1% em 2008, recuou 0,2% em 2009 e cresceu 8,4% no período encerrado em 30 de setembro de 2010. Não podemos garantir que o PIB irá aumentar ou manter-se estável no futuro. A evolução da economia brasileira pode afetar as taxas de crescimento do país e, consequentemente, o consumo de refratários e minerais. Como resultado, esses acontecimentos poderiam prejudicar as nossas estratégias de negócios, os resultados das operações ou a situação financeira.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia nacional e ocasionalmente institui modificações significativas nas políticas e regulamentações. Nossos negócios, juntamente com nossos resultados operacionais e situação financeira, poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como fatores econômicos de caráter geral, tais como:

- desvalorizações e outros movimentos da taxa de câmbio;
- políticas monetárias;
- taxas de inflação;
- instabilidade dos preços das commodities;
- instabilidade econômica e social;
- quedas de energia elétrica;
- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições sobre remessas para o exterior;
- liquidez do mercado doméstico de capitais e empréstimos;
- restrições às exportações;
- política fiscal; e
- outras atitudes ou evoluções políticas, diplomáticas, econômicas e sociais no Brasil ou que venham a afetá-lo.

Historicamente, o cenário político do país tem influenciado o desempenho da economia brasileira e a crise política afetou a confiança dos investidores e do público em geral, o

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

que resultou na desaceleração econômica e no aumento da volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. A evolução de políticas do governo brasileiro e a incerteza sobre tais políticas, se serão implementadas e quando, o que está de fora do nosso, pode nos afetar adversamente.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no país, e surtir efeitos adversos sobre nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Historicamente, o Brasil enfrentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, teve efeitos negativos consideráveis sobre a economia brasileira, especialmente antes de 1995. As taxas de inflação foram de 3,8% em 2006, 7,7% em 2007 e 9,8% em 2008, comparada com um taxa de deflação de 1,7% em 2009 e uma taxa de inflação de 7,9% até 30 de setembro 2010, medida pelo Índice Geral de Preços - Mercado, ou IGP-M, divulgado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas. Nossos custos de caixa e despesas operacionais são substancialmente denominados em reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira, uma vez que nossos fornecedores geralmente aumentam os preços para refletir a desvalorização da moeda. Se a taxa de inflação brasileira aumentar mais rápido do que qualquer taxa de valorização do dólar, então, já que expressas em dólares, nossas despesas operacionais podem aumentar. Além disso, uma inflação alta geralmente leva ao aumento das taxas de juros domésticas e, por conseguinte, nossos custos de dívida denominada em reais podem aumentar.

As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária rigorosa, com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. A inflação, as medidas para combater a inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e, portanto, minar a confiança do investidor no país, impactando a nossa capacidade de acessar os mercado de capitais internacional.

O Brasil poderá enfrentar altos níveis de inflação futuramente, o que pode impactar a demanda interna por nossos produtos. As pressões inflacionárias também podem restringir nossa capacidade de acessar mercados financeiros estrangeiros e levar a novas intervenções governamentais na economia, incluindo a introdução de políticas governamentais que venham a afetar substancialmente o desempenho geral da economia brasileira, as quais, por sua vez, podem nos afetar de maneira significativa. Para maiores informações sobre a inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, favor consultar o item 10.2 “b” deste Formulário de Referência.

Flutuações nas taxas de juros poderiam aumentar o custo do serviço da nossa dívida e afetar negativamente nosso desempenho financeiro geral.

Nossas despesas financeiras são afetadas por mudanças nas taxas de juros, como o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e a LIBOR - London Interbank Offered Rate. A taxa CDI flutuou significativamente no passado em resposta à expansão ou contração da economia brasileira, inflação, políticas do governo brasileiro e outros fatores. Por exemplo, a taxa CDI passou de 13,2% ao ano em 31 de dezembro de 2006 para 11,1% em 31 de dezembro de 2007, tendo, em seguida, aumentado para 13,6% em 31 de

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

dezembro de 2008. A taxa de CDI foi de 8,6% em 31 de dezembro de 2009 e de 10,6% em 30 de setembro de 2010. Devido à crise econômica dos EUA, as taxas Libor também flutuaram e diminuíram nos últimos meses em resposta à política monetária do Federal Reserve, o Banco Central norte-americano. Um aumento significativo das taxas de juros, em particular a CDI, pode ter um efeito adverso relevante sobre nossas despesas financeiras e afetar negativamente nosso desempenho financeiro global. Por outro lado, uma redução significativa na taxa do CDI ou da LIBOR poderá afetar negativamente as receitas financeiras provenientes de nossas atividades de investimento. Para maiores informações sobre as flutuações nas taxas de juros, favor consultar o item 10.2 "c" deste Formulário de Referência.

A nossa exposição à taxa de juros flutuante está basicamente sujeita às variações da taxa CDI, pois esta é referência aos empréstimos denominados em reais. A análise de sensibilidade que se segue foi elaborada para estudar o risco de taxa de juros associada a algumas de nossas dívidas de longo prazo. Com conexão a essa análise de sensibilidade, foram considerados como "prováveis" a expectativa do Banco Central do Brasil para o CDI para o ano de 2010. Além disso, os Cenários II e III foram calculados levando em conta o aumento do CDI de 25% e 50%, respectivamente, em comparação com o cenário provável. Abaixo estão as nossas despesas financeiras no âmbito desses cenários, tendo em conta o parcela pós-fixada das taxas de juro aplicáveis:

		Despesa Financeira (em milhares de reais)		
Instrumento	**Taxa**	**Cenário I (provável)**	**Cenário II**	**Cenário III**
Export Credit Notes	CDI	148.420	178.930	209.440

Condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os em desenvolvimento, podem afetar significativa e adversamente a economia brasileira e, portanto, o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

O mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em diferentes graus, as condições de mercado em outros países, como a América Latina e países em desenvolvimento. Muito embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores ao desenvolvimento em um deles pode fazer com que o mercado de capitais dos demais venham a flutuar. As evoluções ou condições em outros países, como os em desenvolvimento, por vezes afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultaram em consideráveis saídas de recursos e na diminuição da quantidade de moeda estrangeira investida no Brasil, bem como limitou o acesso aos mercados de capitais internacionais, o que pode afetar, de maneira adversa e considerável, a nossa capacidade de contrair empréstimos a uma taxa de juros aceitável ou aumentar o capital quando, e se houver, necessidade para tanto, ou mesmo o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:
a. riscos para os quais se busca proteção
b. estratégia de proteção patrimonial (**hedge**)
c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (**hedge**)

a) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia tem como política efetuar operações pontuais com instrumentos de derivativos com o objetivo de mitigar ou eliminar riscos de descasamento de moeda à sua operação.No entanto, a Companhia não faz uso regular de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial, uma vez que os riscos aos quais está exposta no seu ativo e passivo, estão relacionados ao curso normal de seus negócios.

b) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia busca gerir seu fluxo de caixa estabelecendo critérios de posições de caixa mínimo. Atua também no gerenciamento de contratos de longo prazo com seus principais fornecedores, evitando eventuais impactos no fluxo de caixa por aumentos de preço.

Os riscos de crédito a que a Companhia e suas controladas estão sujeitas em seu "Contas a Receber" de clientes, estão minimizados pela contratação de seguros de crédito de exportação junto a seguradoras, pela análise criteriosa da concessão do limite e pelo controle eficiente de cobrança

c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza instrumentos de derivativos, tais como swaps e opções, para mitigar ou eliminar riscos de descasamento de moeda à sua operação. Celebramos um contrato a termo a fim de proteger os fluxos de caixa com a aquisição de matérias-primas, como segue:

(em milhares de reais)	**Vencimento**	**Valor de Referência (nocional)**	**Valor Justo**
Alemanha.....	30/03/2015		
... Ativos		US$150.000	(7.754)
... Passivos		€118.110	
Reino Unido.....	29/10/2010 até 29/07/2011		
... Ativos		£4.340	104
... Passivos		€4.896	

Estamos expostos a possíveis mudanças no valor dos nossos instrumentos derivativos principalmente devido a flutuações nas taxas de câmbio e taxas de juros. Estas flutuações podem resultar de mudanças nas condições econômicas, no sentimento dos investidores, e de políticas monetárias e fiscais, da liquidez dos mercados globais, de eventos políticos internacionais e regionais e de atos de guerra ou terrorismo.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

d.	parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos
e.	se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (**hedge**) e quais são esses objetivos

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza como parâmetro para o gerenciamento de riscos de moeda o nível de descasamento entre o fluxo de caixa operacional e o fluxo de caixa financeiro em cada moeda. Periodicamente, a Companhia procura restabelecer o balanço entre tais fluxos de caixa a fim de assegurar o bom gerenciamento do risco cambial. Os parâmetros de investimento são:

Condições de Liquidez

Os investimentos financeiros devem ser planejados com base na previsão de caixa de curto e médio prazo das empresas e devem possuir preferencialmente liquidez imediata e não podendo exceder um período de 24 meses.

Gestão de Risco de Crédito

Os investimentos financeiros locais devem ser efetuados exclusivamente em instituições que foram avaliadas por uma agência de *Rating* conceituada (Moody's, S&P, Fitch), e devem observar os seguintes critérios:

Critério I: com relação à concentração, a carteira de investimentos deve obedecer aos seguintes limites:

Montante Total das Aplicações Financeiras (R$/Milhões)	Exposição máxima por banco
< R$ 50	50%
R$ 50 < > R$ 100	33%
R$ 100 < > R$ 200	25%
> R$ 200	20%

Critério II: aplicação em instituições Brasileiras – Rating >= AA; aplicação em instituições Extrangeiras (Fitch e S&P) - Rating >= AA ou (Moodys) – Rating >= Aa3.

Critério III: os limites de exposição por instituição (lastro da operação), assim como as instituições financeiras autorizadas a receberem investimentos da Magnesita Refratários S.A., são previamente definidos em sua Política de Riscos. Nenhuma aplicação poderá ter prazo superior a 720 dias. Apenas através de aprovação específica do Conselho de Administração poderão ser feitas operações que não satisfaçam às exigências formalizadas acima.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração deverá rever a tabela acima a cada 6 meses ou sempre que julgar necessário.

Instrumentos Financeiros Autorizados

Os instrumentos de curto e médio prazo autorizados para investimentos são:

- Certificado de Depósito Bancário;
- Operações Compromissadas (o lastro das operações compromissadas somente poderá ser de emissores listados acima e respeitando os limites estabelecidos);
- Time Deposits; e
- Fundos Exclusivos, mediante a prévia aprovação do Conselho de Administração.

Apenas mediante aprovação específica do Conselho de Administração é que serão admitidas operações que não satisfaçam às exigências descritas acima.

Uso de Instrumentos Derivativos

Qualquer operação que envolva instrumentos derivativos, tanto na ponta passiva quanto na ponta ativa, será analisada caso a caso e somente será autorizada com o aval do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S/A.

e) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia não efetua operações com derivativos para fins especulativos ou outros fins que não o de promover a proteção patrimonial.

f.	estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos
g.	adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O monitoramento de riscos é feito através de sua Tesouraria, ligada diretamente à Diretoria Financeira, avaliando se as ações praticadas estão sendo feitas de acordo com as políticas adotadas para o gerenciamento de risco. A Tesouraria comunica a Diretoria Financeira caso identifique a necessidade de utilização de instrumentos derivativos. A Diretoria Financeira, por sua vez, de acordo com a Política de Riscos, analisa a proposta da Tesouraria e, quando julga necessário, submete à aprovação do Conselho de Administração.

Um dos meios para a Tesouraria acompanhar a eficácia de suas ações no gerenciamento dos riscos financeiros é o estabelecimento da meta de endividamento líquido máximo no exercício social findo, além de verificação do fluxo de caixa operacional gerado e do fluxo de caixa financeiro consumido em cada moeda. A Tesouraria monitora continuamente a eficácia de suas políticas de gerenciamento de riscos, utilizando modelos financeiros para realizar simulações e análises de estresse. Os resultados

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

financeiros da Companhia são comparados com as previsões dos modelos financeiros, a fim de verificar a efetividade da política adotada.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura organizacional e os controles internos da Companhia estão adequados para a verificação da efetividade da Política de Risco, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita devido ao seu posicionamento no mercado.

Conforme mencionado anteriormente, o monitoramento desses riscos é feito através da Tesouraria da Companhia, ligada diretamente à Diretoria Financeira, a qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de acordo com as políticas adotadas para o gerenciamento de risco. A Tesouraria comunica a Diretoria Financeira caso identifique a necessidade de utilização de instrumentos derivativos, que, por sua vez, de acordo com a Política de Riscos, analisa a proposta da Tesouraria e, quando julga necessário, submete à aprovação do Conselho de Administração.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4.Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	11/12/2006
Forma de Constituição do Emissor	A Companhia foi constituída em 11 de dezembro de 2006 na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	02/07/2007

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia

A Companhia foi constituída, em 11 de dezembro de 2006, sob a denominação Sibaúma Participações S.A., a qual foi posteriormente alterada, em 06 de agosto de 2007, para RPAR Holding S.A. e, em 17 de março de 2008, para Magnesita Refratários S.A.

Entre 11 de dezembro de 2006 e 26 de setembro de 2007, a Companhia não gerou resultados decorrentes de sua atividade social.

Em 27 de setembro de 2007, Alumina Holdings, LLC, GPCP4 - Fundo de Investimentos em Participações, e Gávea Investimentos, adquiriram, através da Companhia, o controle de Magnesita S.A. A referida operação foi feita mediante a aquisição, pela Companhia, de ações representativas, direta e indiretamente, de 70,7% do capital votante da Magnesita S.A. e 3,1% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 38,6% do capital social total da referida companhia.

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia adquiriu em bolsa, por meio de oferta pública voluntária de ações, novas ações preferenciais classe A e classe C da Magnesita S.A., correspondentes a 16,83% das ações preferenciais em circulação, representando um aumento na participação no capital total de 7,98%.

Entre 3 e 31 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu, via Bolsa de Valores, 955.392.390 ações ordinárias e 2.951.731.751 ações preferenciais classe A de emissão de Magnesita S.A., aumentando sua participação em 9,18% do capital total.

Em 31 de janeiro de 2008, a Companhia realizou leilão, na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, de oferta pública para aquisição de ações ordinárias de emissão da Magnesita S.A., tendo adquirido 4.512.220.813 ações ordinárias, representativas de 10,61% do capital total da referida companhia.

Em 21 de fevereiro de 2008, a Companhia realizou a incorporação das controladas Magnesita S.A. e Partimag S.A., tendo os acionistas detentores de ações da Magnesita S.A. recebido ações da Companhia. No caso da Partimag S.A., subsidiária integral da Companhia cujo principal ativo referia-se a sua participação na Magnesita S.A., a incorporação não gerou emissão de ações.

Em 02 de abril de 2008, a Companhia ingressou no Novo Mercado, segmento que exige maior transparência da Companhia para com seus stakeholders e o cumprimento de diversas práticas de governança corporativa. Desde então, todas as ações da Companhia passaram a ser ordinárias.

Em 25 de abril de 2008, a Companhia celebrou contrato para a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Insider - Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. ("Insider"), empresa produtora de refratários monolíticos e prémoldados de alta tecnologia com sede na Cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais. A operação pactuada com preço de aquisição de R$ 55 milhões foi concluída em 30 de outubro de 2008 pelo valor atualizado total de R$ 57,4 milhões.

6.3 - Breve histórico

Posteriormente, a Insider foi incorporada pela Magnesita Insider Refratários Ltda. (atual denominação de MAG-Sé Participações Ltda.), sociedade controlada da Companhia.

Em 7 de setembro de 2008, a Companhia celebrou com a Rearden L. Holdings 2 S.A.R.L., sociedade do Grupo Rhône, instrumentos tendo por objeto a participação na totalidade das ações do Grupo LWB ("LWB"), líder no segmento de refratários dolomíticos, com operações industriais na América do Norte, Europa e Ásia.

A operação foi concluída em 5 de novembro de 2008 com a incorporação, pela Companhia, da Purus Participações Ltda., sociedade da LWB. Foi celebrado um aditamento ao acordo de acionistas da Companhia proporcionando a adesão do Grupo Rhône, com 9,14% das ações de emissão da Companhia, ao referido acordo e a sua participação com um membro do Conselho de Administração.

Assim, a Companhia, companhia aberta listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, tornou-se, juntamente com suas controladas, uma produtora de refratários magnesianos, dolomíticos e aluminosos com plantas localizadas na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando:
a. Evento
b. principais condições do negócio
c. sociedades envolvidas
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor
e. quadro societário antes e depois da operação

- *Aquisição de Ações da Magnesita S.A. (27 de setembro de 2007).*

Em 12 de agosto de 2007, foi celebrado instrumento denominado *Share Purchase Agreement*, tendo por objeto a aquisição, pela Companhia, do controle da Magnesita S.A., mediante aquisição direta e indireta de ações representativas de 70,7% do capital votante da Magnesita S.A. e 3,1% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 38,6% do capital social total, sendo certo que, conforme previsto no *Share and Purchase Agreement*, tais ações foram transferidas para a Companhia no dia 27 de setembro de 2007.

A aquisição do controle da Magnesita S.A. foi contratada sob condições usuais em negócios desta natureza, sendo certo que o preço de aquisição das ações representativas do capital social da Magnesita S.A. foi de R$77,00 por lote de mil ações ordinárias e R$34,00 por lote de mil ações preferenciais das Classes A e C. O preço total da operação foi de R$1,24 bilhão, cujo pagamento foi feito à vista, em moeda corrente nacional, sendo certo que 55% do total do preço de aquisição fora pago mediante utilização de recursos próprios e o saldo de 45%, mediante financiamento obtido pela Companhia junto ao Banco ABN AMRO Real S.A.

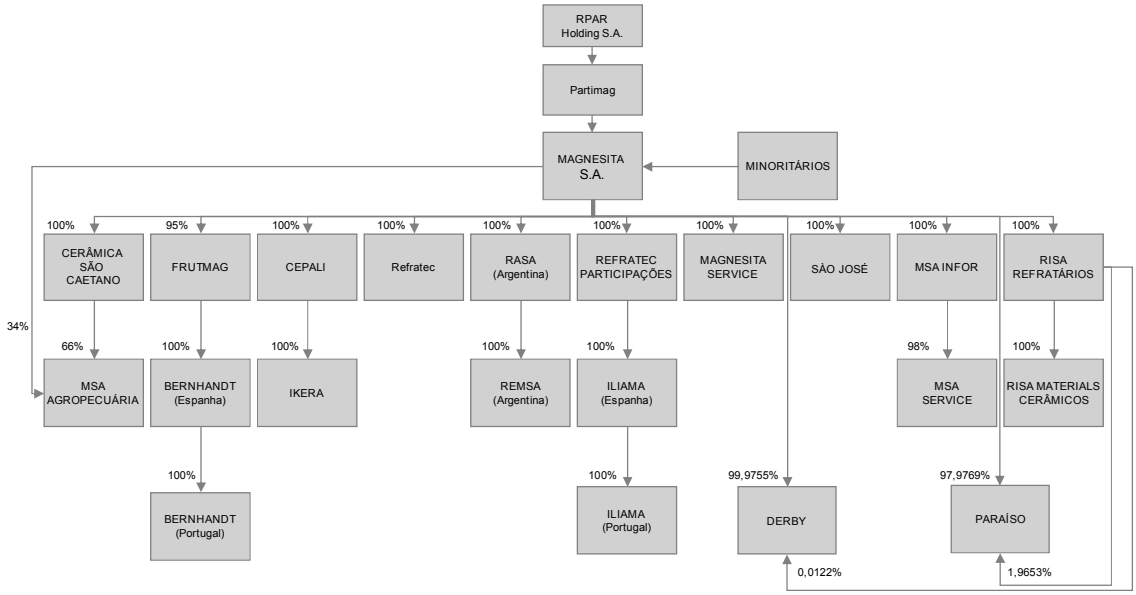
Após a aquisição do controle da Magnesita S.A., a Companhia adquiriu novas ações ordinárias e preferenciais de emissão da Magnesita S.A., sendo: (i) 3.295.045.842 ações preferenciais em leilão realizado na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 11/12/2007 no âmbito de oferta voluntária para aquisição de ações preferenciais; (ii) 4.512.220.813 ações ordinárias no leilão realizado na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 31/01/2008 no âmbito de oferta obrigatória para aquisição de ações ordinárias; e (iii) 955.392.390 ações ordinárias e 2.985.331.751 ações preferenciais adquiridas no mercado aberto até 31/01/2008.

Como resultado das mencionadas aquisições, a Companhia passou a deter, somadas suas participações direta e indireta, 66,07% do capital social da Magnesita S.A., representada por 21.224.760.711 ações ordinárias, correspondentes a 94,90% do capital votante, e 6.883.532.055 ações preferenciais, representativas de 34,11% do capital representado por ações preferenciais.

Não obstante o acima exposto, as referidas operações de aquisição não resultaram em qualquer modificação no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Abaixo segue um quadro societário da Companhia após as referidas aquisições:



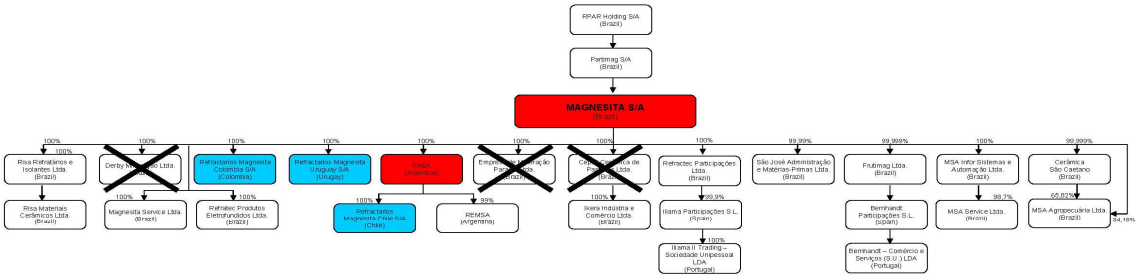
- Incorporação de Controladas (30 de janeiro de 2008)

Em 30 de janeiro de 2008, as sociedades Cepali - Cerâmica de Pastilhas Ltda, Mineração Paraíso Ltda. e Derby Mineração Ltda. foram incorporadas pela Ikera Indústria e Comércio Ltda., subsidiária da Magnesita S.A.

As referidas incorporações foram realizadas com base em laudos de avaliação devidamente aprovados e de acordo com condições usuais em negócios desta natureza, sendo certo que a operação teve como objetivo simplificar a estrutura societária da Companhia. Adicionalmente, a referida operação não resultou em qualquer modificação no quadro acionário da Companhia.

Abaixo segue um quadro societário da Companhia demonstrando o impacto das referidas incorporações no quadro de sociedades do grupo.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



- Incorporação da Magnesita S.A. e da Partimag S.A. (21 de fevereiro de 2008)

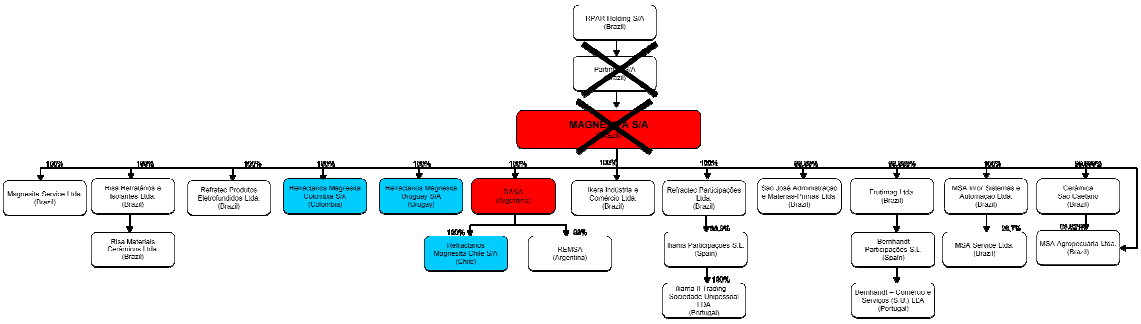
Em 21 de fevereiro de 2008, a Companhia realizou a incorporação das controladas Magnesita S.A. e Partimag S.A.

As referidas incorporações foram realizadas com base em laudos de avaliação devidamente aprovados pelas Assembleias Gerais das sociedades envolvidas, sendo certo que os acionistas detentores de ações da Magnesita S.A. receberam ações de emissão da Companhia, na seguinte proporção (i) 1 ação ordinária da Magnesita S.A. foi substituída por 64,48102 ações ordinárias de emissão da Companhia; (b) 1 ação preferencial classe A da Magnesita S.A. foi substituída por 50,10692 ações ordinárias de emissão da Companhia; e (c) 1 ação preferencial classe C da Magnesita S.A. foi substituída por 50,10692 ações ordinárias de emissão da Companhia. Por sua vez, no caso da Partimag S.A., subsidiária integral da Companhia cujo principal ativo referia-se a sua participação na Magnesita S.A., a incorporação não gerou emissão de ações da Companhia.

As incorporações resultaram em um aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 288.175.542,29 e tiveram como objetivo (i) simplificar a estrutura societária da Companhia; e (ii) introduzir melhores práticas de governança corporativa, com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Abaixo segue um quadro societário da Companhia demonstrando o impacto das referidas incorporações no quadro de sociedades do grupo.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

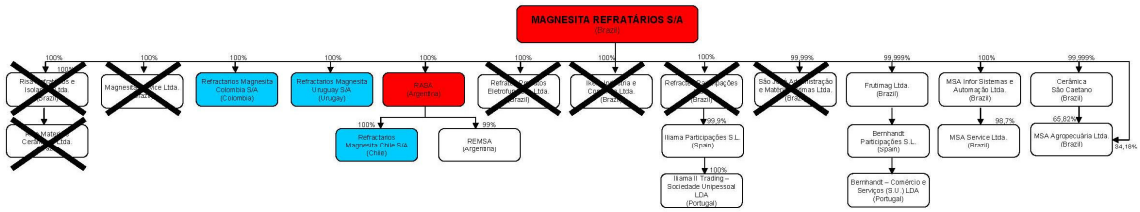


- *Incorporação de Controladas (30 de abril de 2008)*

Em 30 de abril de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação, pela Companhia, das seguintes subsidiárias: Magnesita Service Ltda; Risa Refratários e Isolantes Ltda; Risa Materiais Cerâmicos Ltda; Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda; Ikera Indústria e Comércio Ltda; Refratec Participações Ltda; e São José Administração de Matérias Primas Ltda.

As referidas incorporações foram realizadas com base em laudos de avaliação devidamente aprovados e de acordo com condições usuais em negócios desta natureza, sendo certo que a operação teve como objetivo simplificar a estrutura societária da Companhia. Adicionalmente, a referida operação não resultou em qualquer modificação no quadro acionário da Companhia.

Abaixo segue um quadro societário da Companhia demonstrando o impacto das referidas incorporações no quadro de sociedades do grupo.



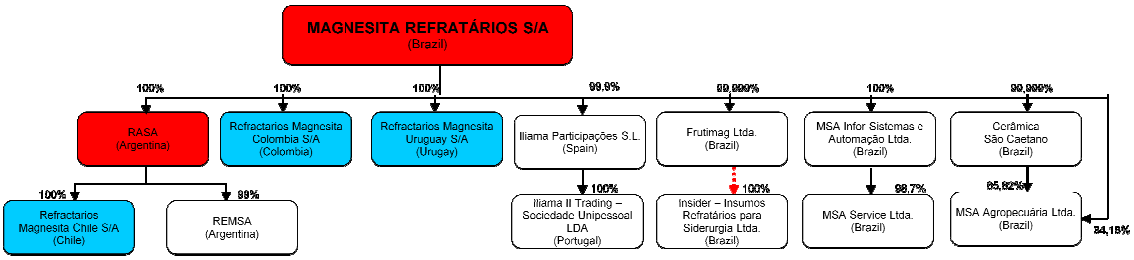
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

- Aquisição da Insider – Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. (30 de outubro de 2008)

Em 25 de abril de 2008, a Companhia celebrou contrato para a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Insider - Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. ("Insider"), empresa produtora de refratários monolíticos e pré-moldados de alta tecnologia com sede na Cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais. A operação pactuada com preço de aquisição de R$ 55,0 milhões foi concluída em 30 de outubro de 2008 pelo valor atualizado total de R$ 57,4 milhões.

A aquisição da Insider teve por objetivo o desenvolvimento estratégico das operações em refratários e o crescimento estruturado e rentável dos negócios da Companhia. Adicionalmente, a referida aquisição ocorreu sob condições usuais em negócios desta natureza e não resultou em qualquer modificação no quadro acionário da Companhia.

Abaixo segue um quadro societário da Companhia após a referida aquisição:



- Aquisição do Grupo LWB (5 de novembro de 2008)

Em 7 de setembro de 2008, a Companhia celebrou com a Rearden L. Holdings 2 S.A.R.L., sociedade do Grupo Rhône, instrumentos tendo por objeto a participação na totalidade das ações do Grupo LWB ("LWB"), líder no segmento de refratários dolomíticos, com operações industriais na América do Norte, Europa e Ásia.

A operação foi concluída em 5 de novembro de 2008 com a incorporação, pela Companhia, da Purus Participações Ltda., sociedade diretamente controlada pela Mukden Participações Ltda. ("Mukden") e indiretamente da LWB. Os acionistas da LWB receberam da Companhia o valor de R$ 785,4 milhões, sendo R$ 297,8 milhões em dinheiro, e o restante, correspondente a R$ 487,6 milhões, através da entrega de 23.457.778 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a 10,97% do seu capital social total. Foi considerado o valor de R$ 17,60 por ação da Companhia para fins do cálculo do valor da transação.

Foi celebrado um aditamento ao acordo de acionistas da Companhia proporcionando a adesão do Grupo Rhône, com 9,14% das ações de emissão da Companhia, ao referido acordo e a sua participação com um membro do Conselho de Administração.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

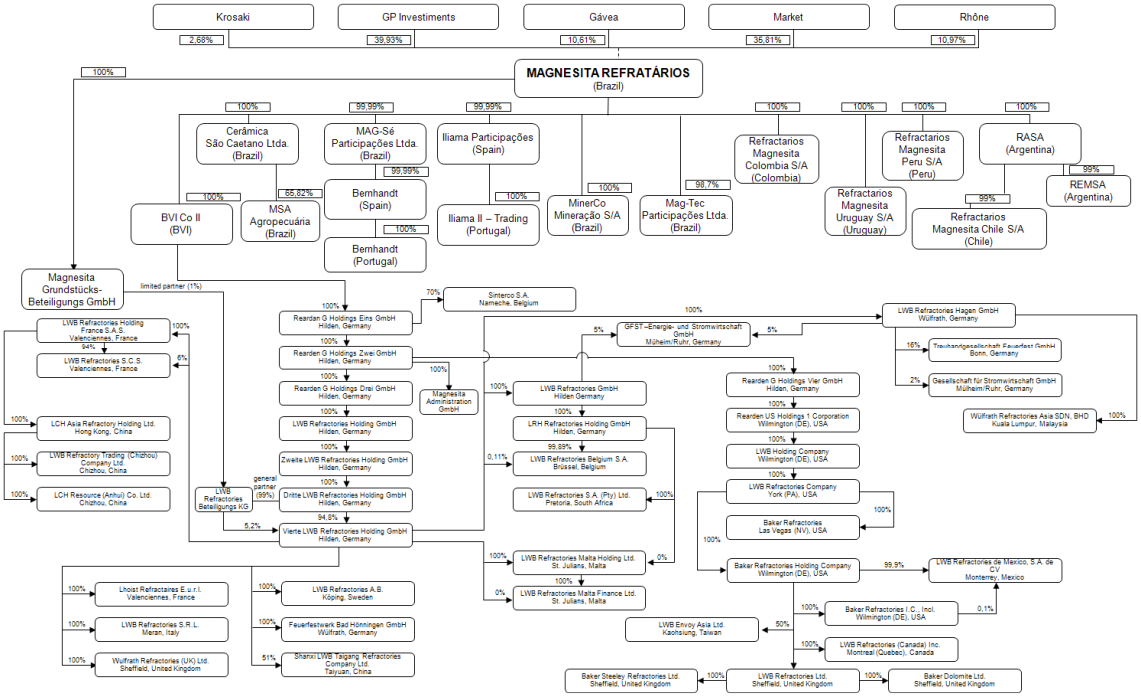
A aquisição da LWB teve como objetivo aumentar a participação da Companhia no mercado mundial de refratários, proporcionando maior poder de negociação e geração de receitas e, consequentemente, aumento das perspectivas de lucratividade para seus acionistas. Além disso, proporcionou o aproveitamento de sinergias existentes, ampliando a perspectiva de expansão dos negócios atualmente desenvolvidos pela Companhia.

Adicionalmente, em 19 de dezembro de 2008, foi aprovada pela Companhia a incorporação das sociedades EDRJ91 Participações Ltda. ("EDRJ91"), indiretamente controlada pela Companhia, e Mukden, sociedade do Grupo LWB detentora de 10,97% do capital social da Companhia. A EDRJ91 havia incorporado, anteriormente, a Caribbean Refractories Holdings, Ltd., sociedade da qual a Magnesita detinha 100% do capital social.

As referidas incorporações foram realizadas com base em laudos de avaliação devidamente aprovados e, por se tratar de incorporação de companhia investida por sua investidora, no caso da EDRJ91, e de companhia investidora por sua investida, no caso da Mukden, não ocorreu cancelamento ou emissão de novas ações na Companhia, tampouco houve alteração no valor do capital social da Companhia, de forma que o capital social da Companhia permaneceu inalterado.

Adicionalmente, em consequência da incorporação da Mukden, as 23.457.778 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 10,97% do capital social desta última, anteriormente detidas pela Mukden, foram distribuídas, no mesmo ato da incorporação da Mukden, aos quotistas da Mukden, proporcionalmente à participação destes no capital social da Mukden.

Abaixo segue um quadro societário da Companhia após a aquisição da LWB:



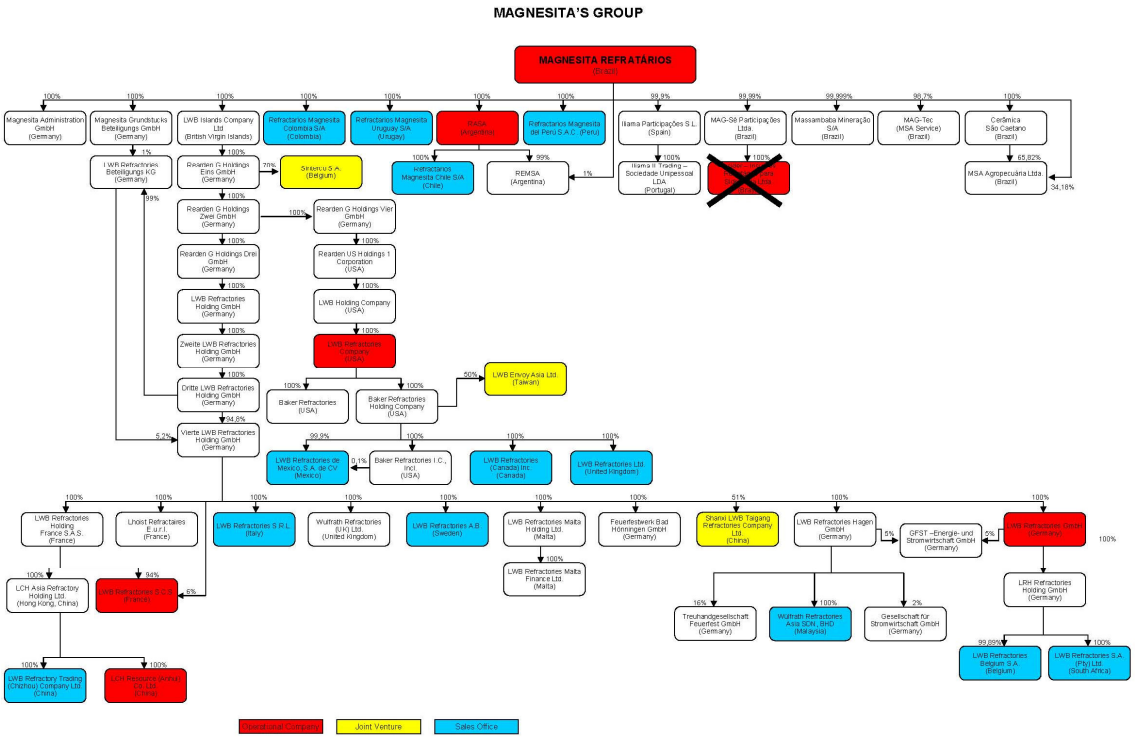
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

- Incorporação da Insider (30 de dezembro de 2008).

Em 30 de dezembro de 2008, a Insider foi incorporada pela Magnesita Insider Refratários Ltda. (atual denominação da MAG-Sé Participações Ltda.), ambas subsidiárias da Companhia.

As referidas incorporações foram realizadas com base em laudos de avaliação devidamente aprovados e de acordo com condições usuais em negócios desta natureza, sendo certo que a operação teve como objetivo simplificar a estrutura societária da Companhia. Adicionalmente, a referida operação não resultou em qualquer modificação no quadro acionário da Companhia.

Abaixo segue um quadro societário da Companhia demonstrando o impacto da incorporação da Insider no quadro de sociedades do grupo.

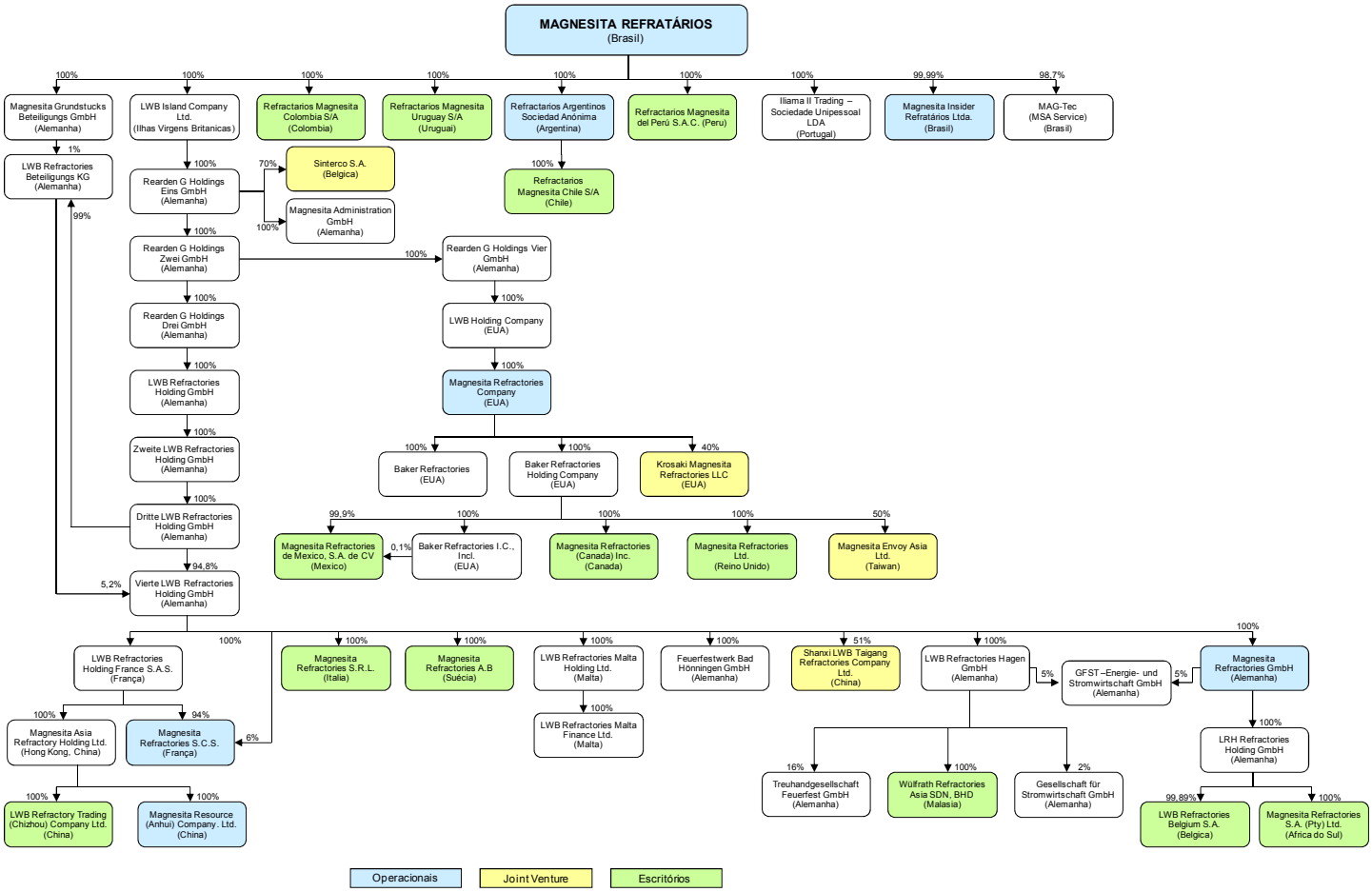


- Incorporação de Controladas (27 de abril de 2010)

Em 27 de abril de 2010, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação, pela Companhia, das subsidiárias MSA Agropecuária Ltda., Cerâmica São Caetano Ltda. e Massambaba Mineração S.A. a fim de simplificar sua estrutura societária, não implicando em alteração do capital social da Companhia ou em sua posição patrimonial. uma vez que esta era detentora da totalidade das quotas/ações representativas do capital social das sociedades incorporadas.

Abaixo segue um quadro societário da Companhia após as referidas incorporações:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



- Incorporação de Controladas (junho e julho de 2010)

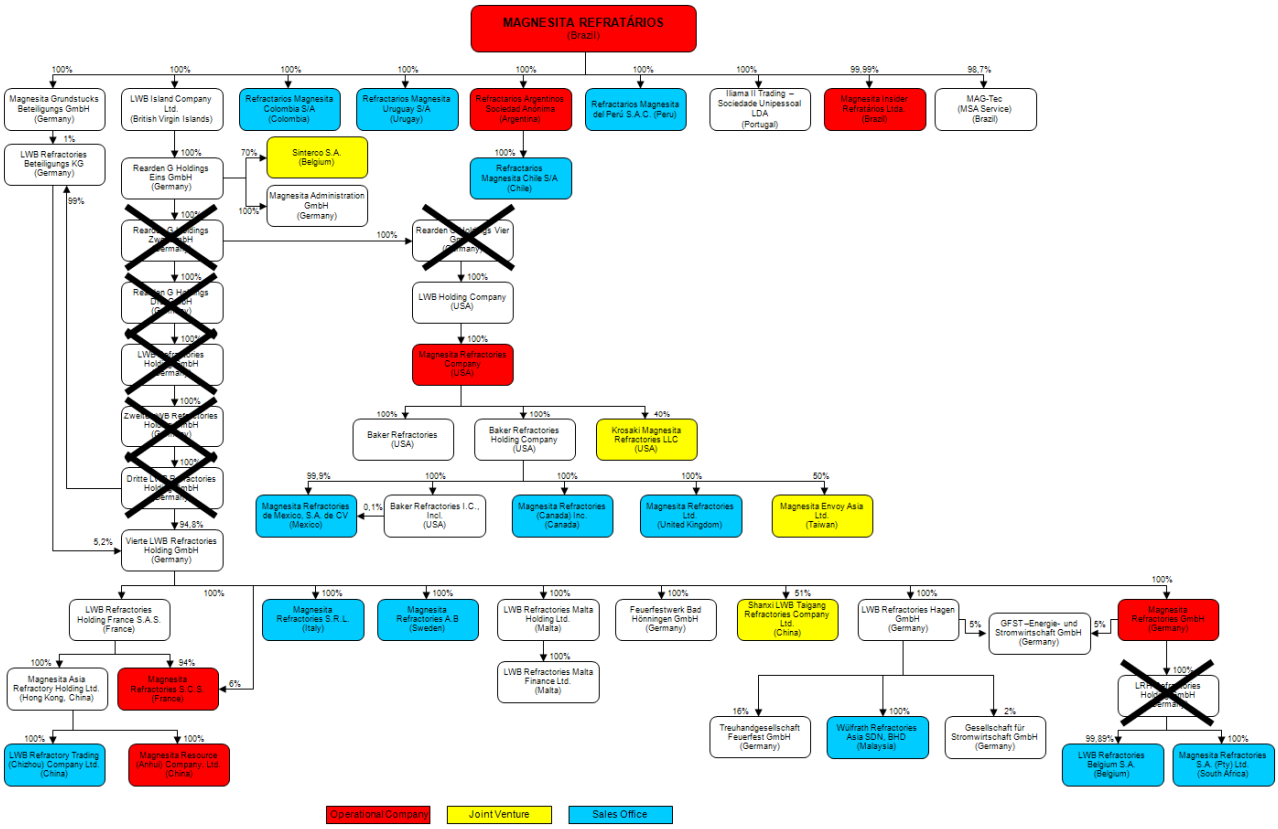
No ano de 2010, uma série de sociedades (holdings) do grupo foram extintas através de operações de incorporação, de forma a enxugar ainda mais o quadro de empresas controladas do Grupo Magnesita. Todas as sociedades incorporadas eram 100% controladas, indiretamente, pela Magnesita Refratários S/A. As operações foram as seguintes:

1. Dritte LWB Refractories Holding GMBH foi incorporada pela Zweite LWB Refractories Holding GMBH em 17 de junho de 2010;
2. Rearden G Holdings Vier GMBH foi incorporada pela Rearden G Holdings Zwei GMBH em 17 de junho 2010;
3. Zweite Refractories Holding GMBH foi incorporada pela LWB Refractories Holding GMBH em 17 de junho 2010;
4. LWB Refractories Holding GMBH foi incorporada pela Rearden G Holdings Drei GMBH em 17 de junho de 2010;
5. Rearden G Holdings Drei GMBH foi incorporada pela Rearden G Holdings Zwei GMBH em 17 de junho de 2010;
6. Rearden G Holdings Zwei GMBH foi incorporada pela Rearden G Holdings Eins GMBH em 17 de junho de 2010.
7. LRH Refractories Holding GMBH foi incorporada pela Magnesita Refractories em 12 de julho de 2010.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

As referidas incorporações foram realizadas de acordo com condições usuais em negócios desta natureza, não implicando em alteração do capital social da Companhia ou em sua posição patrimonial. Adicionalmente, a referida operação não resultou em qualquer modificação no quadro acionário da Companhia.

Abaixo segue um quadro societário demonstrando o impacto das incorporações das sociedades europeias em 2010 no quadro de empresas do grupo.



6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve, até a data de publicação deste Formulário, pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7.Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

- Histórico da Magnesita S.A. (sociedade incorporada pela Companhia, em 21 de fevereiro de 2008).

As atividades industriais da Magnesita S.A. tiveram início em 1940, logo em seguida ao descobrimento, em 1939, de depósitos de magnesita localizados na cidade de Brumado, Estado da Bahia. Em 1940, a Magnesita S.A. recebeu autorização do governo brasileiro para operar como mineradora, começando, em 1944, suas operações industriais na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, com a produção de refratários aluminosos e sílico-aluminosos, vindo a produzir, a partir de 1948, também os magnesianos e cromo-magnesianos.

Desde 1966, passou a investir em pesquisa e desenvolvimento, procurando adequar tecnicamente suas unidades fabris com o objetivo de atender às necessidades de seus clientes. Em 16 de março de 1967, a Magnesita S.A. se tornou companhia aberta e, em 04 de junho de 1973, foi listada na Bolsa de Valores de São Paulo.

Desde a década de 60, desenvolve e investe em suas operações, através (i) de investimentos na expansão de sua produção em Brumado, (ii) da constituição, em 1962, da Refractários Argentinos S.A.I.C. y M., na Argentina, e (iii) da aquisição, entre 1973 a 1984, da Cerâmica São Caetano Ltda., RISA – Refratários e Isolantes Ltda., Ikera Indústria e Comércio Ltda. e Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda.

Na década de 90, realizou uma reorganização interna. O departamento comercial foi estruturado, com o intuito de atingir a indústria do cimento. Foi iniciado um novo modelo de negócios, focado particularmente no setor siderúrgico, transformando a Magnesita S.A. em um fornecedor de soluções que atua bem próximo ao cliente, com produtos e serviços personalizados. Com o objetivo de aperfeiçoar seus serviços e reduzir tanto o consumo dos refratários quanto aperfeiçoar o tempo de produção dos clientes, passou a oferecer serviços de especificação de refratários e design de projeto, logística de refratários e controle de inventário, montagem e manutenção de refratários, administração de resíduos, engenharia e serviço de tecnologia para siderurgia. Na área comercial, um conceito de vendas diretas foi substituído por um sistema de gerenciamento de contas de clientes chaves e, com objetivo de aperfeiçoar os serviços de assistência técnica aos clientes, instalou uma diversificada rede de parcerias na área tecnológica. Além disso, passou a concentrar os esforços de exportação em produtos de características únicas e com a qualidade que atrairia o interesse dos principais players da indústria cimentera internacional. Em 2002, renovou por um período adicional de 25 anos a concessão para uso do terminal marítimo situado em Aratu, Bahia, de onde exporta o sínter de magnesita.

Na última década, a Magnesita Service Ltda., subsidiária dedicada à prestação de serviços de manutenção mecânica e de produtos refratários, foi reestruturada e melhor integrada com os clientes da indústria siderúrgica. A Risa Materiais Cerâmicos Ltda. foi constituída com o propósito de reciclar materiais refratários usados para os principais *players* do mercado siderúrgico. Nos últimos anos, consolidou os esforços de marketing global na indústria siderúrgica objetivando atingir uma base de consumidores com uma maior amplitude geográfica e, em 2006, passou a fornecer uma linha completa de

6.7 - Outras informações relevantes

serviços de gerenciamento de refratários ao Grupo Gerdau na America do Sul, incluindo Colômbia, Chile e Uruguai, no nosso primeiro contrato de "*custo por tonelada de aço*" fora do Brasil e da Argentina.

- *Valor estratégico das ações do Grupo LWB.*

O valor estratégico da aquisição do Grupo LWB ("LWB") baseou-se nas sinergias decorrentes da combinação das extensas reservas de dolomita da LWB e no nosso acesso a sínter de alta qualidade, tornando a Companhia autossuficiente em termos de muitas das suas principais matérias-primas, bem como na inexistência de sobreposição entre as operações da Companhia e da LWB (com a Companhia em grande parte dedicada ao mercado brasileiro e LWB com vendas significativas na Europa, os Estados Unidos e Ásia). A aquisição da LWB resultou na nossa capacidade de oferecer um portfólio completo de produtos que abrange todas as aplicações relacionadas com refratários, tanto nos mercados de magnesita, quanto nos de dolomita, com a exposição geográfica equilibrada e diversificação de clientes. A integração dos produtos de magnesita e dolomita reforçou a nossa disponibilidade de matérias-primas e de proteção de custo.

Sinergias adicionais foram obtidas a partir da unificação da Companhia e dos serviços de pesquisa e desenvolvimento da LWB, da nossa redução nos pagamentos de comissões a agentes de vendas e na diminuição dos custos das matérias-primas, bem como economias de escala e redução de custos trabalhistas, redução estratégica do preço das matérias-primas devido ao nosso maior poder de barganha e a eliminação de intermediários nos canais de distribuição.

- *Programa de ADR da Companhia.*

Em agosto de 2010, a Companhia lançou seu Programa de American Depositary Receipts ("ADR") nível 1, tendo, como agente depositário, o Deutsche Bank Trust Company Americas e, como agente custodiante, o Banco Itaú-Unibanco S.A.

Nos termos do Programa de ADR da Companhia, cada ADR emitido representa 2 (duas) ações ordinárias de emissão da Companhia. O objetivo do nosso Programa de ADR é facilitar a aquisição de ações da Companhia no exterior por investidores não residentes, propiciando maior visibilidade e liquidez à Companhia, bem como permitindo que administradores da Companhia residentes no exterior possam adquirir ações da Companhia, inclusive dentro do Plano de Opção de Compra de Ações.

No âmbito do Programa de ADR, as ações ordinárias da Companhia não foram e não serão registradas sob o *U.S. Securities Act de 1933* ("Securities Act") ou sob quaisquer leis estaduais referentes a valores mobiliários e, a menos que sejam registradas, não poderão ser objeto de oferta ou venda nos Estados Unidos, exceto nos termos de isenção aplicáveis pelos requisitos de registro do *Securities Act* e pelas leis estaduais que regulamentam valores mobiliários.

- *Sociedades constituídas*

6.7 - Outras informações relevantes

Recentemente, as sociedades abaixo foram constituídas, principalmente, como veículos para a expansão das operações de vendas e distribuição de produtos e soluções em serviços refratários, ofertados pela Companhia em vários países.

Refractarios Magnesita del Peru S.A.C, em 19/03/2008;
Magnesita Refractories Corporation (Miami), em 03/02/2009
Refractários Magnesita Colômbia S/A (Sogamoso), em 05/06/2007;
Refratários Magnesita Uruguay (Montevidéu), em 24/06/2007;
Minerco Mineração S/A, em 20/03/2007;
Magnesita Administration, em 28/10/2008;
Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH, em 27/10/2008;
Mukdem Participações Ltda., em 11/04/2007
EDRJ91 Participações Ltda., em 11/04/2007;
LWB Island Company (BVI), em 05/10/2008;
Krosaki Magnesita Refractories LLC, em 28/04/2010;
Magnesita Australia PTY Ltd., em 14/07/2010.

A sociedade Krosaki Magnesita Refractories LLC é uma *joint-venture* constituída nos Estados Unidos da América entre a Magnesita Refractories Company, subsidiária norte-americana da Companhia, e a Krosaki USA Inc, subsidiária norte-americana da Krosaki Harima Corporation, para desenvolvimento de negócios conjuntos e vendas, nos Estados Unidos da América, Canadá e México, de produtos de controle de fluxo de produção de aço (*flow-control*).

Em 14 de julho de 2010, foi constituída a Magnesita Australia PTY Ltd., uma subsidiária integral da Companhia sediada na Austrália, cujo objetivo é atuar como escritório local de vendas e distribuição no mercado da Oceania.

- *Sociedades alienadas ou extintas*

As sociedades abaixo foram alienadas ou extintas com o objetivo de simplificar a estrutura societária da Companhia.

Cepali - Cerâmica de Pastilhas Ltda. (incorporada), em 30/01/2008;
Mineração Paraíso Ltda. (incorporada), em 30/01/2008;
Derby Mineração Ltda. (incorporada), em 30/01/2008;
Magnesita S.A. (incorporada), em 21/02/2008;
Partimag S.A. (incorporada), em 21/02/2008;
Insider – Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. (incorporada), em 25/04/2008;
Magnesita Service Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
Risa Refratários e Isolantes Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
Risa Materiais Cerâmicos Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
Ikera Indústria e Comércio Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
Refratec Participações Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
São José Administração de Matérias Primas Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
MSA Infor Ltda. (alienada), em 26/07/2008;
Purus Participações Ltda. (incorporada), em 05/11/2008;
EDRJ91 Participações Ltda. (incorporada), em 19/12/2008;
Mukden Participações Ltda. (incorporada), em 19/12/2008;

6.7 - Outras informações relevantes

Insider - Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. (incorporada), em 19/12/2008;
REMSA – em processo de dissolução iniciado em 07/04/2009;
Bernhandt Participações S.L - Espanha (extinta), em 19/06/2009;
Bernhandt – Comércio e Serviços Sociedade Unipessoal Ltda - Portugal (extinta), em 29/08/2008;
Wulfrath Refractories (UK) Ltd. (extinta), em 14/11/2008;
Lhoist Refractaires E.u.r.l. (incorporada), em 03/02/2010;
MSA Agropecuária Ltda. (incorporada), em 27/04/2010;
Cerâmica São Caetano Ltda. (incorporada), em 27/04/2010;
Massambaba Mineração S.A. (incorporada), em 27/04/2010;
Dritte LWB Refractories Holding (incorporada), em 17/06/2010;
Rearden G Holdings Vier GMBH (incorporada), em 17/06/2010;
Zweite Refractories Holding GMBH (incorporada), em 17/06/2010;
LWB Refractories Holding GMBH (incorporada), em 17/06/2010;
Rearden G Holdings Drei GMBH (incorporada), em 17/06/2010;
Rearden G Holdings Zwei GMBH (incorporada), em 17/06/2010; e
LRH Refractories Holding GMBH (incorporada), em 17/06/2010.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

O objeto social da Companhia compreende (i) realização de pesquisa, lavra, beneficiamento, aproveitamento industrial e comercial de minérios, especialmente magnesita e associados, para fins de fabricação de materiais refratários; (ii) fabricação, reaproveitamento, reciclagem e comercialização de materiais refratários, isolantes, produtos eletrofundidos e cerâmicos; (iii) exploração, fabricação e comercialização dos derivados e associados de magnesita, inclusive magnesita calcinada na forma e/ou nomenclatura de óxido de magnésio destinada a utilização agro-pecuária como insumo, fertilizante, corretivo de solo ou como produto para nutrição animal, entre outras aplicações a segmentos industriais diversos; (iv) promoção e exploração da indústria e do comércio de minérios, bem como dos metais respectivos; (v) construção e exploração de estradas de ferro e de rodagem, terminais marítimos, empreender a construção de usinas para aproveitamento de energia elétrica e realizar serviços de arborização, florestamento e reflorestamento; (vi) prestação de serviços nos diversos setores e atividades de engenharia em geral, inclusive nos relativos à aplicação e utilização de materiais refratários, montagem de conjuntos industriais, administração e execução de serviços e obras de construção civil, fabricação de estruturas metálicas, fabricação, reparação e manutenção de equipamentos mecânicos e outros produtos correlatos, além de setores contábeis e administrativos; (vii) a realização de operações de exportação e importação; e (viii) a representação comercial pertinente às suas atividades, bem como a participação em outras sociedades.

A Companhia, através da incorporação da Magnesita S.A. em 21 de fevereiro de 2008, deu plena continuidade às atividades da empresa incorporada, dentre as quais a fabricação de refratários, produto essencial nos processos que utilizam temperaturas elevadas, como nas indústrias siderúrgica, de cimento, metais, ferroligas, dentre outras. Os refratários apresentam-se nas mais variadas formas, sendo as principais: tijolos, massas, argamassas e concretos. Também são encontrados em diversas composições, sendo que a maioria dos produtos da Companhia é de natureza básica (magnesianos e dolomíticos).

O ciclo operacional do minério de magnesita utilizado na produção de refratários inicia-se em Brumado - Bahia, onde estão localizadas as principais jazidas e usinas de produção de sínter de magnesita da Companhia. De Brumado, o sínter é remetido, principalmente, ao parque fabril da Companhia localizado em Contagem - Minas Gerais (também é destinado a outros locais de operações da própria Companhia e suas subsidiárias, como Argentina, Estados Unidos e Europa), onde é utilizado como matéria prima para a produção de refratários. O sínter é, também, exportado para diversos países, tais como Argentina, Alemanha, Colômbia, EUA e Espanha.

A Companhia possui também minas e unidades de processamento de sínter de dolomita localizadas nos Estados Unidos, China e Bélgica, sendo essa última uma *joint-venture* onde a companhia não detém direitos minerários, somente a unidade de manufatura. O sínter produzido nessas localidades é utilizado como matéria-prima para a produção de refratários dolomíticos nas fábricas da Companhia no exterior.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

CPP – *Cost per Performance*

A Companhia oferece a seus clientes um modelo de negócio baseado em soluções denominado "Cost per Performance", ou "CPP". Por meio deste modelo a Companhia oferece contratos de soluções refratárias integradas principalmente para a indústria siderúrgica nos quais a remuneração é vinculada diretamente à performance do cliente e não especificamente ao volume em toneladas de refratários vendidos.

Neste tipo de contrato, que também pode ser denominado R$/t (Real por tonelada efetivamente produzida), as receitas da fornecedora de refratários são baseadas no volume de produção das siderúrgicas. Desta forma, no sentido de ampliar seus rendimentos, é interessante para a fornecedora disponibilizar toda uma estrutura de serviços de assistência técnica.

Em seus contratos de CPP, a Companhia oferece oferece equipamentos mecânicos de apoio à aplicação de refratários e presta serviços de manutenção mecânica e refratária em equipamentos siderúrgicos, além de oferecer serviços de gerenciamento de refratários para siderúrgicas, geralmente a um custo por tonelada de aço vazado.

Através de um aumento da participação em todo o processo industrial siderúrgico que busca a otimização dos resultados de produção e a redução de custos totais, a ideia destes contratos é se utilizar da expertise da Companhia no ramo para ampliar suas margens de lucro e fortalecer a relação com a clientela.

Investimentos em Controladas

Unidades Operacionais:

Magnesita Insider Refratários Ltda. - Após a incorporação da Insider ao final de 2008, a Magnesita Insider passou a ter como atividade principal a produção de produtos refratários tais como, lanças, "snorkels", "impellers" e concretos, utilizados, em sua grande maioria, no processo produtivo de usinas siderúrgicas integradas e de grande porte. A planta industrial está estrategicamente localizada no Vale do Aço, com capacidade atual de produção de 8.650 t/ano.

Refractarios Argentinos S.A.I.C. y M. - Subsidiária integral, localizada em San Nicolás, Argentina, é responsável pela produção de produtos refratários, dentre eles, tijolos, massas, concretos, argamassas, blocos e peças refratárias pré-moldadas, com capacidade instalada de 40.400 t/ano.

Magnesita Refractories S.C.S. – Com sede em Valenciennes, na França, possui 2 fábricas de refratários dolomíticos e monolíticos (Valenciennes, 62 mil t/ano, e Flaumont, 48 mil t/ano). O abastecimento de dolomita para essas duas fábricas é feito a partir da associação com a Sinterco, uma empresa belga que possui uma mina localizada a 70 km das fábricas. É 100% controlada pela Magnesita Refratários S.A..

Magnesita Resource (Anhui) Company Ltd. – Essa unidade localizada na cidade de Chizhou, na China, produz até 80 mil t/ano de tijolos e produtos monolíticos à base de dolomita queimada e temperada. A Magnesita Resource, integralmente controlada pela Magnesita Refratários S.A., possui também uma mina de dolomita localizada a apenas

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

25 km da fábrica de refratários, em Qingyang, com vida útil estimada em 50 anos e capacidade instalada para produção de até 65 mil t/ano de sínter..

Magnesita Refractories GmbH - Com sede em Hilden na Alemanha, possui 3 fábricas de refratários, com capacidade instalada de 352 mil t/ano, sendo uma em Hagen-Halden voltada para a produção de tijolos e monolíticos de dolomita queimada e temperada, magnesita queimada e temperada, bem como de tijolos espinelizados queimados. A segunda fábrica está localizada em Oberhausen (Alemanha) e produz tijolos e monolíticos magnesianos Também na cidade alemã de Kruft, podem ser produzidos refratários aluminosos e outras especialidades não básicas. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 100% do capital social da Magnesita Refractories GmbH.

Magnesita Refractories Company – Localizada em York, nos Estados Unidos, possui uma mina com vida útil estimada em 50 anos e capacidade de sinterização de 255.000 t/ano de doloma utilizadas na produção de mais de 250 mil t/ano de refratários básicos e monolíticos em fábrica própria instalada no mesmo local. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 100% do capital social da Magnesita Refractories Company.

Empreendimentos Conjuntos (joint-venture)

Sinterco S.A. – Localizada na Bélgica, a Sinterco é responsável pela exploração e sinterização de dolomita. Sua mina tem vida útil estimada em 30 anos e capacidade instalada de 165 mil t/ano. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 70% do seu capital social e a Carrières et fours à chaux Dumont-Wautier S.A. (Lhoist Group) os outros 30%.

Magnesita Envoy Ásia Ltd. – Resultado da associação com a Envoy, em que a Magnesita Refratários é detentora de 50% do capital total, a Magnesita Envoy é responsável pela fabricação de tijolos e produtos monolíticos dolomíticos em Taiwan. A fábrica tem capacidade instalada de 33 mil t/ano.

Shanxi LWB Taigang Refractories Company Ltd. – Localizada em Taiyuan, China, e com capacidade de produção de 27 mil t/ano de produtos refratários dolomíticos queimados, a Shanxi LWB surgiu de uma parceria com a Tisco, maior produtora de aço inox na China. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 51% do seu capital social.

Krosaki Magnesita Refractories LLC. – Localizada em York, Pennsylvania, Estados Unidos, e com produção voltada para produtos de *flow control* como válvulas longas, válvulas submersas e válvulas gaveta, a Krosaki Magnesita surgiu de uma parceria com a Krosaki Harima Refractories,uma subsidiária integral da Krosaki Harima Corporation, e um dos maiores produtores de refratários no Japão. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 40% do seu capital social.

<u>Rede de Comercialização/Distribuição:</u>

Refractarios Magnesita Colombia S/A.
Refractarios Magnesita Uruguay S/A.
Refractarios Magnesita Del Peru S.A.C.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Refractarios Magnesita Chile S/A.
Magnesita Refractories de México S.A. de CV
Magnesita Refractories (Canada) Inc. – Canadá
Magnesita Refractories Ltd – Reino Unido
Magnesita Refractories S.R.L. – Itália
Magnesita Refractories A.B. - Suécia
Wulfrath Refractories Ásia SDN, BHD - Malásia
LWB Refractories Belgium S.A.
Magnesita Refractories SA. (Pty) Ltd. – África do Sul
LWB Refractory Trading (Chizhou) Company Ltd. – China
Magnesita Australia PTY Ltd.

As demais empresas são, em grande parte, sociedades com atividades bastante restritas, normalmente holdings utilizadas em operações financeiras estruturadas, comerciais e tributárias.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2.Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:
a. produtos e serviços comercializados

As informações por segmento operacional apresentadas nos itens 7.2 e 7.3 consideram como "segmento operacional" os diferentes tipos de produtos e serviços que a companhia comercializa, embora a Companhia não tenha divulgado quaisquer informações sobre segmentos operacionais nas suas demonstrações financeiras dos últimos três exercícios sociais, haja visto que esta é uma exigência requerida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no contexto das novas práticas contábeis brasileiras. Portanto, os critérios de apresentação destas informações e de definição dos segmentos operacionais não foram, necessariamente, aqueles previstos no CPC 22. Consequentemente, a apresentação das informações por segmentos operacionais requeridas para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme comentado no item 10.4, poderá apresentar diferenças significativas em relação às informações aqui apresentadas.

As receitas da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, decorrem, principalmente, da produção e comercialização de refratários, sínter de magnesita e dolomita, outros minerais tais como cromita, talco e óxido de magnésio, outros produtos (sub-produtos vendidos pelas unidades fora do Brasil) e serviços.

Abaixo, incluímos breve descrição dos produtos e serviços comercializados pela Companhia.

Refratários

Os refratários são produtos utilizados por uma infinidade de indústrias que operam com temperaturas elevadas, destacando-se, no consumo global, a siderurgia e a indústria de cimento. Os refratários apresentam-se nas mais variadas formas, sendo as principais: tijolos, massas, argamassas e concretos. Também são encontrados em diversas composições tais como, os magnesianos, dolomíticos e aluminosos. A empresa comercializa esses produtos através de vendas diretas ou por meio de contratos de performance onde ocorre um envolvimento maior da companhia com a operação do seu cliente.

Sinter de Magnesita

A companhia produz para consumo próprio e comercialização dois tipos de sinteres de magnesita, utilizados como matérias-primas na produção de refratários:
- Sinter M10 -Magnésia sinterizada produzida a partir de magnesita natural, pelo processo de monoqueima em fornos verticais, a temperaturas superiores a 1700 ºC . O produto possui garantia mínima de 94% de MgO e densidade aparente mínima de 2,98 g/cm3.

Sínter M-30 – A produção do sínter M-30 (magnésia sinterizada) é feita a partir da magnesita natural pelo processo de dupla queima, em fornos verticais a temperaturas superiores a 2200ºC. O produto possui uma garantia mínima de 98% de MgO e densidade aparente de 3,30g/cm3. O produto possui processos intermediários de concentração e pureza e briquetagem.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Sinter de dolomita

A companhia produz para consumo próprio e comercialização o sinter de dolomita, utilizados como matérias-primas na produção de refratários. O processo de produção do sinter de dolomita é similar ao de sinter de magnesita M-10, acima descrito.

Outros minerais

Outros minerais compreendem basicamente o oxido de magnésio, talco e cromita. Produtos decorrentes da atividade mineraria da companhia. O óxido de magnésio é um produto 100% natural, obtido através da calcinação do minério de magnesita (carbonato de magnésio).

O talco é um mineral de ocorrência conjunta ao minério de magnesita, razão pela qual a empresa desenvolveu produtos e mercados para este mineral. Não é utilizado na produção de refratários.

A cromita é um mineral extraído para consumo próprio e comercialização para terceiros, no caso de ocorrências não apropriadas à produção de refratários.

Outros Produtos são, basicamente, subprodutos da atividade de produção de refratários e de sinter de dolomita.

Serviços

Com a comercialização de materiais refratários na siderurgia, em especial na modalidade de vendas com garantias de desempenho, surgiu a oportunidade de agregar serviços de manutenção eletro-mecanica para os principais clientes siderúrgicos brasileiros. A companhia desenvolveu uma unidade preparada para o atendimento a grandes manutenções, bem como serviços de montagem e aplicação de materiais refratários.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Segmentos	9M10		2009		2008	
	R$ mil	%	R$ mil	%	R$ mil	%
Refratários	1.484.308	87,9	1.703.101	88,4	1.170.504	79,9
Sínter	26.099	1,6	60.207	3,1	58.870	4,0
Outros minerais	54.216	3,2	62.311	3,2	72.245	4,9
Outros produtos	6.976	0,4	2.649	0,1	3.149	0,2
Serviços	116.593	6,9	98.300	5,1	161.357	11,0
Total	**1.688.192**	**100,0**	**1.926.568**	**100,0**	**1.466.125**	**100,0**

Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Companhia não divulgou a segregação da receita por segmento operacional. Informamos, todavia, que a receita total da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foi de R$ 305.986.000.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A Companhia não calcula, em suas Demonstrações Financeiras, o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. características do processo de produção

Refratários são produtos resistentes a altas temperaturas destinados a aplicações industriais onde os processos produtivos se desenvolvam nessas condições. As unidades produtivas da Companhia, suas instalações e geografias (América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia) permitem a produção e distribuição de produtos e serviços de forma global, atendendo os clientes de forma otimizada.

Podemos caracterizar as unidades por meio de 4 grandes linhas de produtos:
a) Produtos moldados aluminosos e sílico-aluminosos;
b) Produtos moldados básicos (produtos a base de sínter de magnesita e de dolomita);
c) Produtos isostáticos (Válvulas Longas, Submersas e Tampões); e
d) Produtos monolíticos (não-moldados) e pré-moldados.

O sequenciamento produtivo está abaixo descrito:

Produtos moldados aluminosos e sílico-aluminosos: Inicialmente as matérias-primas são calcinadas a temperaturas superiores a 1000 ºC, em seguida são moídas em diversas granulometrias e ensiladas. O processo de fabricação do refratário inicia-se com a dosagem e mistura das diversas granulometrias de matérias-primas e continua com a conformação, que pode ser em prensas de até 2500 t. Os produtos são em seguida colocados em carros de queima, onde são levados a fornos com temperatura de até 1700 ºC.

Produtos moldados básicos, magnesianos e dolomíticos: O processo é análogo ao anterior, exceto pela primeira fase de calcinação, não efetuada nesta linha, pois a matéria-prima de maior consumo, o sínter magnesiano, é calcinado e sinterizado em Brumado. A partir da moagem, o processo é idêntico, ou seja, dosagem, mistura, prensagem e queima. As massas básicas, produzidas nesta fábrica, não possuem as fases de prensagem e queima. No caso dos produtos dolomíticos, a dolomita é calcinada e sinterizada em fornos verticais. Em seguida é feita a moagem, a classificação, a mistura, a moldagem e a cura.

Produtos isostáticos (Válvulas Longas, Submersas e Tampões): as principais matérias-primas são aluminas, zircônias e grafitas, em especificações e granulometrias diversas. As matérias-primas são dosadas, misturadas, prensadas e então queimadas em torno de 1000 ºC. Após a queima, já na fase final, as peças passam por inúmeros processos de acabamento, como usinagem, corte, pinturas e solda de componentes metálicos, que as adequarão ao uso específico de cada cliente.

Produtos monolíticos (não-moldados) e pré-moldados: os produtos dessa linha só possuem os processos de moagem, dosagem e mistura. No caso dos pré-moldados, há uma moldagem manual e secagem em estufas.

Descrição sumária dos processos de obtenção de sinter de magnesita em Brumado (Bahia – Brasil): O objetivo das unidades de Catiboaba e Pedra Preta, município de Brumado-BA, é a obtenção da magnesita calcinada à morte, matéria-prima para a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

fabricação de tijolos refratários. A calcinação de magnesita se processa em alta temperatura, ou por mono-queima ou dupla-queima. O processo de mono-queima é aquele proporcionado por um só forno vertical: alimenta-se o minério graúdo no forno, sendo que o mesmo é calcinado e sinterizado à medida que vai descendo no interior do forno. Neste processo obtém-se o sínter M-10, teor de MgO entre 93 e 96%. Denomina-se processo de dupla-queima aquele que utiliza dois fornos, um para calcinar e outro para sinterizar o minério. Este processo exige uma prensagem (briquetagem) do material, intermediária aos 2 fornos. O sínter M-30 com teor de MgO superior a 98% é o produto desta etapa. A especificação do sinter M-10 ou M-30 é obtida a partir de minérios oriundos de minas e tratamentos diferentes, sendo que o segundo exige, além de temperaturas mais elevadas para a sua sinterização, processo de concentração do minério.

b. características do processo de distribuição

A Companhia administra sua própria logística para a recepção e distribuição de matérias-primas e produtos acabados, assim como para o transporte interno de materiais. A Companhia gere os níveis de estoque com base na demanda do mercado e nos planos de produção da planta de cada cliente. A cadeia logística é monitorada pela Companhia através de sistemas de informação altamente desenvolvidos. Transportamos os nossos produtos para diversas cidades do Brasil, assim como da Argentina, Paraguai e Uruguai, por transporte rodoviário, com exceção de minérios extraídos de Brumado, que são transportados por via férrea. As exportações a partir do Brasil para os outros países são realizadas, principalmente, através do Porto de Aratu, na cidade de Candeias, no Estado da Bahia, Brasil. O transporte de minerais da mina da Europa para as plantas europeias e da mina da China para suas respectivas plantas é via rodoviária. Nos Estados Unidos, em York, a mina e a fábrica estão no mesmo local.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

1. participação em cada um dos mercados

O principal mercado consumidor dos produtos refratários é a indústria siderúrgica. Segundo levantamento da Industrial Minerals Magazine os maiores consumidores de refratários são: indústria de aço com 70% do mercado; indústria do cimento representando 7%; indústria de cerâmica com participação de 5%; indústria de metais não-ferrosos com 5%; indústria de vidro com 4%; indústria química com 4%; e outros participantes com os demais 5%. Estima-se que esse mercado consumiu cerca de 23 milhões de toneladas de refratários em 2009 e que a China representa quase 50% de toda a demanda mundial.

Nos 9M10, a Companhia realizou vendas líquidas de R$1.688,2 milhões. Desse valor, 87,9% foram oriundos de vendas de produtos refratários, dos quais 50,9% foram produzidos na América do Sul e os 49,1% remanescentes por outras regiões do mundo.

Nos 9M10, 85,4% das vendas de produtos refratários da Companhia destinaram-se à siderurgia, 9,1% à indústria de cimento e cal e 5,5% para outros mercados. Revela-se nesses dados que a Companhia é altamente dependente da performance da indústria de aço – quanto maior a produção de aço, maior serão as vendas de refratários destinados a este setor.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Por termos como clientes os maiores produtores de aço do país, acreditamos ser atualmente responsáveis por mais de 70% dos refratários vendidos no Brasil, com base em receitas.

A Companhia estima sua participação nos mercados em 2010, em volume, da seguinte forma:

	Aço	**Cimento**
América do Norte	15,0%	19,0%
Europa + Comunidade dos Estados Independentes - CEI + Oriente Médio	6,9%	5,4%
Ásia + Oceania	0,9%	0,3%
América do Sul (*incluindo Brasil*)	71,7%	45,3%
Brasil	75,0%	85,0%
Mundo	**3,9%**	**3,4%**

2. condições de competição nos mercados

Tanto o mercado de aço, quanto o mercado de cimento são caracterizados por serem mercados consolidados, ou seja, com a atuação de poucos produtores que representam a maior parte do *market share*. Em contrapartida, o mercado de produtores de refratários é um setor segmentado, e a Companhia estima que o líder desse mercado, RHI, possui cerca de 9,5% de *market share*, em termos de receita líquida. Por este fato, o refratário ainda representa uma pequena parcela no custo de produção desses clientes.

Até a aquisição da companhia alemã LWB Refractories Holding Gmbh ("LWB"), ocorrida em novembro de 2008, a Companhia era focada no fornecimento de refratários para o mercado brasileiro e sul americano. Com a aquisição da LWB, a Companhia acredita que se tornou a terceira maior produtora de refratários do mundo em termos de receita líquida, ficando com cerca de 5,4% do *market share*. Considerando a consolidação do resultado da Companhia de janeiro até setembro de 2010, a receita líquida de vendas para o mercado externo correspondeu a 52,2% da receita líquida total. A Companhia passou a atuar mais fortemente nos mercados norte-americano, europeu e asiático, sem perder sua liderança na América do Sul.

d. eventual sazonalidade

Nossa exposição a flutuações sazonais na demanda por cimento e, em grau ainda menor, por aço é mínima. Muito embora o impacto global sobre nosso negócio de sazonalidade nas indústrias de aço e cimento não seja significativo, a demanda por materiais refratários é afetada durante os períodos de menor demanda por cimento, tais como períodos chuvosos, e paradas programadas na indústria siderúrgica, que tendem a ocorrer durante períodos de menor utilização, como os meses de dezembro e julho.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

O sínter de magnesita é a principal matéria-prima utilizada na produção de refratários, devido à sua extrema resistência a altas temperaturas (até 2.000º C). De acordo com a Industrial Minerals Magazine, a Companhia possui alguns dos maiores depósitos de magnesita do mundo, localizados em Brumado, com um total de reservas medidas e indicadas de 831 milhões de toneladas. Essas minas poderiam suprir nossas necessidades por mais de 185 anos, se mantivéssemos os níveis de produção de refratários atuais. A qualidade das reservas também é elevada, com um grau de pureza superior a 98%, uma marca igualada por poucas minas de todo o mundo.
O sínter de dolomita, também umas das principais matérias-primas, é utilizado na produção de refratários para a indústria de aços especiais devido à sua extrema resistência a altas temperaturas (até 1.800° C) e às suas propriedades que otimizam a produção desses aços. A Companhia possui suas próprias minas de dolomita no Brasil e nos Estados Unidos e possui o direito de explorar a mina de dolomita da China. A mina de dolomita da Europa é uma joint venture na qual a Companhia possui 70% de participação, cabendo os 30% restantes à Carrières et fours à chaux Dumont-Wautier S.A. (Lhoist Group). Juntas, essas minas de dolomita poderiam suprir nossas necessidades de dolomita por mais de 59 anos, tendo por base os níveis de produção normais.

Nos 9M10, aproximadamente 70% das necessidades de matéria-prima, em termos de volume, do grupo, foram atendidas pelas próprias minas da Companhia. A Companhia produziu 100% da magnesita, dolomita, cromita, argilas, cianita e pirofilita necessárias para suas operações na América do Sul e parcela do consumo de magnesita pelas demais unidades.

Ademais, apresentamos abaixo tabela indicando nossos principais fornecedores, bem como o produto fornecido e o valor dos negócios:

Fornecedor	**Produto Fornecido**	**R$ (em milhões)**
Shell Brasil Ltda.	Combustível	69,2
Queensland Magnesia Pty LTD	Sínter de magnesita	36,9
ACC Resources do Brasil Com. Imp.	Produtos químicos	34,9
Vito Transportes Ltda.	Transporte	33,8
Efusa Geral de Eletrofusão Ltda.	Cerâmica	32,5
Hargreaves raw materials services Gm	Magnésia eletro fundida e grafita	26,7
Companhia de Gás de Minas Gerais—Gasmig	Gás natural	21,0
Alcoa Aluminio S.A.	Pó de alumínio	16,0
ThyssenKrupp MinEnergy GmbH	Magnésia eletro fundida e grafita	15,8
Cathay Minerals Co.	Chamote	13,9

Esclarecemos que a companhia, no curso normal de suas atividades, adquire algumas matérias primas denominadas genericamente, consoante a legislação aplicável, “produtos controlados”. Para aquisição e manipulação de referidos produtos em sua atividade produtiva a Companhia está sujeita à fiscalização do Exército brasileiro e da Polícia Federal que emitem, respectivamente, Certificado de Registro e Certificado de Licença de Funcionamento sem os quais a companhia estaria impossibilitada de utilizar

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

tais produtos. A companhia, em suas unidades que utilizam produtos controlados, possui os devidos Certificados de Registros e Certificados de Licença de Funcionamento, que a habilita a adquirir (compra), armazenar (depósito), importar, utilizar industrialmente, utilizar laboratorialmente, consumir e utilizar para demolição, conforme aplicável em cada caso, os seguintes produtos: ácido fluorídrico (fluoreto de hidrogênio), ácido perclórico; mangésio e suas ligas em pó, nitrato de amônio, nitrato de potássio, trietantolamina (Tri(2-Hidroxietil) Amina), cordel detonante, espoleta pirotécnica, estopim, explosivos, dinamite, acessório iniciador, pó de alumínio, ácido nítrico, ácido perclórico, nitrato de amônia, nitrato de potássio, álcool etílico, ácido clorídrico, éter de petróleo, ácido sulfúrico, iodo, hidróxido de amônio, tolueno, hidróxido de sódio, cloreto de cálcio anidro, carbonato de sódico, dicromato de potássio, peróxido de hidrogênio, clorofórmio, álcool isopropílico, éter etílico, orto-toluidina, acetona, bicarbonato de sódio, ácido bórico natural, carbonato de sódico, dicromato de sódio, ácido ortofosfórico.

2. eventual dependência de poucos fornecedores

Outra matéria-prima de importância para a produção de refratários, e que é comprada de terceiros, é a alumina, responsável pela fabricação dos refratários aluminosos que são em grande parte utilizados na indústria de cimento. A zircônia também representa uma importante matéria-prima comprada de terceiros que é usada na fabricação de algumas classes de refratários mais nobres – conhecidos como isostáticos.

Dentro os demais insumos, podemos destacar o combustível como o mais relevante. Os combustíveis podem ser o óleo ou o gás natural, dependendo da matriz energética de cada forno, usados nas unidades de produção de sínter e de fabricação de refratários.

Compramos cerca de 30% das nossas matérias-primas, consistindo principalmente de matérias-primas com alto teor de alumina, tais como bauxita e andaluzita originárias principalmente do Brasil, China, Alemanha e África do Sul, a partir de terceiros. Dependemos de um número limitado de fornecedores para oferecer essas matérias-primas em volumes necessários e com qualidade adequada e níveis de confiabilidade.
Por exemplo, efetuamos diversas ordens de compra junto à (i) Alcoa Alumínio S.A. para o fornecimento de alumina e alumínio em pó, no que gastamos R$ 16,0 milhões nos primeiros nove meses de 2010, até o dia 30 de setembro, e R$ 20,0 milhões em 2009 e (ii) Elfusa Geral de Eletrofusão Ltda. para o fornecimento de alumina fundida, espinélio e alumínio em pó, no qual gastamos R$ 32,5 milhões nos primeiros nove meses de 2010 e R$ 33,7 milhões no exercício social de 2009.

3. eventual volatilidade em seus preços

O preço dos refratários não tem correlação com o preço dos produtos de nossos principais clientes – aço e cimento. Historicamente, os refratários representam entre 3 e 5% do custo de produção desses clientes e a política de aumento de preço dos refratários segue a inflação de cada país onde temos operações. A Companhia não sofre, significativamente, com as variações dos preços de matérias primas, uma vez que 70% de suas necessidades são atendidas por unidades operacionais do próprio grupo.

A China domina o fornecimento de todas as matérias-primas chave para o setor de refratários. De acordo com a U.S. Geological Survey - USGS, a China é responsável por

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

60% do fornecimento de magnesita e 70% do fornecimento de grafita no mundo. De acordo com a Industrial Minerals Magazine, os preços dessas matérias-primas vem subindo rapidamente com alta volatilidade devido às crescentes restrições da China sobre as exportações, o que causa fornecimento instável ao mercado mundial. Essas medidas impactam diretamente os preços de magnésia eletro-fundida, sínter de magnesita, grafita e alumina.

Os preços dos fretes subiram devido à recuperação econômica mundial, e os principais fornecedores da Companhia ajustaram seus preços devido à crescente demanda.

A recuperação econômica também impactou o setor de energia, afetando os preços de eletricidade e os preços de combustíveis, que são correlacionados com o preço do petróleo.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4.Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Período findo em 30/09/2010

9M10		
Cliente	**Montante total de receitas provenientes do cliente (R$ mil)**	**%**
ArcelorMittal Tubarão	185.960	11,0
Receita Líquida Total	1.688.192	100,0

Exercício social findo em 31/12/2009

No exercício social findo em 31/12/2009, a Companhia não possuía clientes responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os segmentos operacionais afetados pelos referidos clientes são refratários e serviços.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5.Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nossas atividades de exploração minerária, bem como as de industrialização, o que incluem nossas instalações, atividade refratária e as operações de mineração estão sujeitas a regulamentos e legislações. Essas leis e regulamentos dispõem sobre prazos e procedimentos específicos a serem observados nas atividades de prospecção e pesquisa mineraria, lavra, transporte, entre outros fatores, as emissões na atmosfera (incluindo controle de poeira), o descarte de água, saúde e segurança ocupacional, o uso, armazenamento e eliminação de resíduos, preservação de áreas protegidas, recuperação ou restauração do meio ambiente em áreas minadas e da limpeza de propriedades contaminadas. Temos tomado medidas para limitar as emissões de poluentes de acordo com as leis ambientais e as nossas licenças, e acreditamos que estamos atualmente em conformidade com todos os requisitos de emissões aplicáveis às nossas operações.

No que tange às atividades de prospecção, pesquisa e lavra, faz-se importante destacar que embora envidemos sempre os melhores esforços para observância de todas as leis e regulamentos aplicáveis, em razão da multiplicidade de dispositivos regulatórios e, considerando o elevado número de ativos minerários que possuímos, há casos em que não conseguimos ainda atualizar o status de todos os direitos minerários junto ao DNPM no que tangem aos ajustes contratuais às regras de arrendamento minerário vigentes (Portaria DNPM 269/2008) e atualização de titularidade de direitos minerários adquiridos em razão das recentes incorporações de empresas como a Massambaba Mineração S.A.

As nossas operações, incluindo as que estão em nossas plantas industriais, exigem licenças para instalação e operação dos equipamentos e são regulamentados pelo Ministério Público Federal e Estadual, órgãos ambientais e agências estaduais de meio ambiente dos Estados de São Paulo (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, ou CETESB), Espírito Santo (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ou IEMA), Minas Gerais (Fundação Estadual do Meio Ambiente, ou FEAM), Bahia (Instituto do Meio Ambiente, ou IMA), Rio de Janeiro (Instituto Estadual do Meio Ambiente, ou INEA), Ceará (Superintendência Estadual do Meio Ambiente, ou SEMACE)e Rio Grande do Sul (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, ou Fepam). Em geral, nossas operações são licenciadas pelas agências estaduais de meio ambiente, que estabelecem condições e restrições específicas em nossas licenças ambientais. Segundo a legislação brasileira, pessoas físicas ou jurídicas que violem as leis ambientais estão sujeitas a sanções penais e administrativas.

Na Europa, nossas operações estão sujeitas a limites obrigatórios em emissões de dióxido de carbono impostas pelos Estados-Membros da União Europeia. Nos termos desta diretiva, instalações industriais recebem licenças de emissão de dióxido de carbono e devem entregar um subsídio por cada tonelada de dióxido de carbono emitido. As empresas que emitem menos dióxido de carbono do que o limite estabelecido em suas licenças podem vender as licenças em excesso, enquanto as que emitem mais, devem comprar licenças adicionais através do Emissions Trading Scheme

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- ETS da União Europeia ("ETS"), que é um sistema internacional de comércio para as emissões industriais de dióxido de carbono. Com base nos subsídios concedidos à Companhia, em conexão com os planos de atribuição para o período corrente do comércio de emissões 2008-2012 e, na nossa estimativa de emissões de dióxido de carbono para esse período, acreditamos que as nossas fábricas europeias sujeitas ao ETS (Hagen e Kruft, Alemanha; Valenciennes, França e Namêche, na Bélgica, que é operada como uma joint venture) têm subsídios suficientes para as suas operações em curso até 2012 e, de fato, pode ter excesso de emissões que podem ser vendidos no mercado aberto. Em 2013, o novo comércio de emissões e o número de subsídios que os Estados-Membros podem atribuir gratuitamente deverão diminuir substancialmente, exigindo de muitas empresas a compra de licenças adicionais a preços de mercado estabelecidos por leilão.

A Diretiva da União Européia sobre a Gestão Integrada de Prevenção da Poluição e Controle, ou o IPPC, estabelece licenças para descarte de poluentes no ar e na água, atividades de gestão de resíduos, eficiência energética e outros assuntos relacionados que tenham impacto sobre o meio ambiente e, através dessas licenças, estabelece limites de emissão com base no conceito de melhores técnicas disponíveis, ou BAT. O objetivo dessas regulamentações é a melhoria da qualidade do ar e redução de poluentes por certas atividades industriais, através do estabelecimento de limites de emissões. Acreditamos que estamos cumprindo com os requisitos estabelecidos no âmbito destas diretivas, bem como atendendo a requisitos específicos da legislação ambiental da Alemanha e da França.

O regulamento REACH (Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas) aumenta o controle do uso de produtos químicos na União Europeia, impondo a todos os setores afetados a responsabilidade de assegurar e demonstrar a segurança da fabricação, utilização e eliminação de produtos químicos. O REACH, que entrou em vigor em 2007, exigiu o pré-registro de todas as substâncias químicas fabricadas ou importadas pelos países da União Europeia em quantidades superiores a uma tonelada por ano até o final de novembro de 2008. O registro, que irá ocorrer entre 2010 e 2018, dependendo do volume da substância identificada, requer documentação formal dos dados relevantes para a avaliação dos riscos para cada substância registrada, bem como o desenvolvimento de avaliações de risco para a sua utilização social. Com algumas exceções, o REACH aplica-se às substâncias que produzimos, bem como às matérias-primas e aos insumos adquiridos junto a fornecedores. Acreditamos que as medidas tomadas até agora sejam suficientes para assegurar a conformidade relevante com os requisitos aplicáveis.

A Diretiva de Responsabilidade Ambiental do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu estabeleceu a responsabilidade global de empresas cujas operações causam danos ambientais. Baseado no "princípio do poluidor-pagador", a diretiva exige que as empresas devam reverter ou minimizar os danos ambientais causados à água e ao solo, bem como em espécies protegidas e habitats naturais.

Nos Estados Unidos, o *Clean Air Act*, ou CAA, regula e monitora as emissões atmosféricas de poluentes provenientes de empresas. O CAA também impõe limites rigorosos de emissão de poluente ao ar e exige certificações para o cumprimento das condições de funcionamento da atividade comercial. Adicionalmente, órgãos federais e estaduais estabelecem o controle da emissão de ozônio, monóxido de carbono, benzeno,

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

dióxido de enxofre e óxido de nitrogênio. O cumprimento dos requerimentos impostos por esses órgãos podem aumentar os nossos custos de operação nos Estados Unidos.

Nossas operações de mineração localizadas em York, no estado da Pensilvânia, EUA, também estão sujeitas a uma extensa regulamentação estabelecida pelo governo estadual e federal, e autoridades ambientais. Somos obrigados a obter e manter licenças de mineração na superfície terrestre, e estas licenças requerem uma preparação de um plano de recuperação que aborda os impactos ambientais causados pelas operações de mineração. Preveem também a restauração do solo e vegetação impactados pela atividade de mineração.

Nossas operações na China são regulamentadas nos termos da Lei de Proteção Ambiental da República Popular da China e de outras leis nacionais e locais relativas ao ambiente e à saúde ocupacional e questões de segurança do trabalho. Nossos produtos não são considerados materiais ambientalmente perigosos, no entanto, a poeira e os resíduos produzidos durante o processo de produção são classificados como poluentes ambientais sob as leis do governo e regulamentações aplicáveis. Somos obrigados a obter determinadas licenças e autorizações para produzir nossos produtos na China. Além disso, nossas atividades de mineração na China estão sujeitas a uma extensa regulamentação, políticas e controles, inclusive os relacionados com o direito de extrair minerais do subsolo e as relativas à segurança dos nossos trabalhadores.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Detentora de significativas reservas minerais no Brasil, China, Estados Unidos e Europa, a preservação do meio ambiente é, antes de tudo, uma garantia da manutenção dos negócios da Companhia. Dessas minas, são extraídos todo o sínter de magnesita e a dolomita utilizados na sua produção de refratários. A exploração é planejada com vistas a proteger todo o entorno das minas, recuperando, anualmente, aproximadamente 45.000 m² de área minerada.

A Companhia utiliza filtros para evitar e/ou reduzir a emissão de resíduos na atmosfera; sistematicamente, faz reflorestamento, monitoramento da qualidade da água recirculada e mantém programas de educação ambiental junto não só ao público interno, como também às comunidades circunvizinhas. Buscamos preservar áreas de preservação permanente e demais áreas protegidas em nossas unidades e constituir áreas de reserva legal, em cumprimento à legislação ambiental vigente.

Adicionalmente, estamos empenhados em implementar, manter e melhorar os nossos sistemas de gestão ambiental em conformidade com a legislação aplicável, inclusive, nas nossas instalações fora do Brasil. Essas ações fazem parte dos requisitos da ISO 14001.

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Companhia foi certificado em conformidade com a norma internacional ISO 14001 nas unidades da Cidade Industrial de Contagem (MG), Brumado (BA), Terminal Marítimo de Aratu (BA) e Serra (ES). A série ISO 14000 é um instrumento de gestão ambiental, de cunho internacional, que dita normas de gerenciamento, de auditoria, de análises de ciclo de vida de produtos, de conceitos de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

melhoria contínua, de estudo de impacto ambiental, dentre outros. A ISO – "International Organization for Standardization" (Organização Internacional de Padronização) – constitui uma federação internacional de organizações de normatizações e está sediada em Genebra, na Suíça. O SGA está em fase de implantação em outras unidades da Companhia.

Nos nove primeiros meses de 2010, a Companhia destinou R$ 2.836.000,00 para projetos de investimento em segurança e meio ambiente, reforçando o comprometimento da Companhia com o bem-estar de seus funcionários e com a preservação ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

A Companhia possui diversas marcas entre os 13 mil produtos refratários que comercializa. Essas marcas encontram-se devidamente registradas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI e são fundamentais para o desenvolvimento dos negócios da Companhia.
A Companhia e suas subsidiárias detêm 222 registros e pedidos de registro de marcas no Brasil e 45 no exterior, dos quais os mais relevantes foram destacados no item 9.1.b deste formulário, todas protegendo produtos e serviços relativos às atividades da Companhia e de suas subsidiárias. A Companhia e suas subsidiárias também detêm diversos registros de nomes de domínio no Brasil e no exterior incorporando suas principais marcas.

No Brasil, um registro de marca tem vigência de 10 (dez) anos contados da data de concessão, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos. Os registros de nome de domínio no Brasil podem ser prorrogados sucessivamente por período igual ou superior a um ano, mediante o pagamento das taxas aplicáveis. O prazo de vigência e os requisitos para a prorrogação dos registros de marcas e nomes de domínio no exterior são determinados de acordo com as normas do país em que os nomes de domínio se encontram registrados.

Os registros de marca no Brasil asseguram ao seu titular a proteção da marca e uso exclusivo em todo o território nacional. Os registros de marca no exterior têm a extensão de sua proteção determinada de acordo com as normas do país ou região em que a marca se encontra registrada.

No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marca que estão sob análise do INPI podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem contestar os registros, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada na forma como foi registrada, ou deixar de assinalar todos os produtos ou serviços constantes de seu certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia e suas subsidiárias sejam titulares de registro de marca, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia ou alguma subsidiária está violando seus direitos de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

propriedade intelectual em relação a essas marcas. A manutenção de registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a conseqüente cessação dos direitos do titular.

A perda dos direitos sobre as marcas implica na impossibilidade de o titular utilizar exclusivamente a marca no Brasil e, ainda, impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros em relação a marcas, podendo ser impedida de utilizar essas marcas.

Patentes

A Companhia e suas subsidiárias detêm 6 patentes concedidas e 17 pedidos de patentes no Brasil e 88 patentes e pedidos de patentes no exterior incorporando suas principais tecnologias, das quais as mais relevantes foram destacadas nos itens 9.1.b deste formulário. As patentes são importantes e garantem que a Magnesita Refratários ofereça produtos diferenciados e de alto desempenho.

No Brasil, de acordo com a atual Lei de Propriedade Industrial, as patentes de invenção (PI) são válidas por 20 anos e as patentes de modelo de utilidade (MU) são válidas por 15 anos, contados a partir da data de depósito. Os prazos de vigência das patentes no exterior também são determinados de acordo com as normas do país em que a patente encontra-se depositada. O prazo de vigência da patente não pode ser prorrogado e sua manutenção está sujeita ao pagamento periódico de retribuições ao INPI ou a autoridades equivalentes no exterior, de acordo com as normas do país.

No Brasil, durante a vigência das patentes concedidas, está assegurado o direito de seu titular de impedir terceiros de explorar o objeto ou processo patenteado, e ainda obter indenização por tal exploração indevida, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a publicação do pedido de patente e a concessão da patente, em todo o território nacional. Para patentes concedidas no exterior, o titular conta com proteção semelhante, mas determinada pela legislação do país onde a patente foi concedida.

No âmbito administrativo, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, os pedidos de patente sob exame podem ser negados, caso não se consiga comprovar perante o quadro de examinadores o atendimento aos requisitos de patenteabilidade. Patentes também estão sujeitas a contestação por terceiros (ou pelo próprio INPI), por meio de processos de nulidade, na hipótese de terem sido concedidas em desacordo com a Lei 9.279/96. Em caso de abuso, desuso, emergência nacional ou interesse público, a patente também estará sujeita a ser licenciada compulsoriamente e, finalmente, a processos de caducidade.

No âmbito judicial, apesar da Companhia e suas subsidiárias serem titulares de diversas patentes, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia ou alguma subsidiária está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia e suas subsidiárias não têm nenhuma demanda judicial dessa natureza. A patente se extingue após o término do seu prazo de vigência. Sua manutenção está sujeita ao

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

pagamento de taxas anuais, o qual é imprescindível para evitar o arquivamento dos pedidos ou a extinção das patentes e a consequente cessação dos direitos do titular.

A perda dos direitos sobre as patentes implica na impossibilidade de o titular ter o privilégio sobre a exploração do objeto ou processo patenteado e impedir terceiros de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar produto patenteado ou produto ou processo obtido diretamente por processo patenteado. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por exploração indevida em caso de violação de direitos de terceiros em relação a patentes, podendo ser impedida de utilizar essas patentes.

Licenças dos Empreendimentos

A Companhia tem contratos para exploração de seus ativos minerais, que são regulamentados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. A Companhia emprega seus melhores esforços sempre buscando atender a todas as normas e procedimentos exigidos pelo órgão para a exploração de suas reservas minerais.

Franquias

Não há.

Contratos de Royalties

A Companhia celebrou contratos de transferência de know-how e de licença de patentes com importantes empresas internacionais, como a Krosaki Harima (Japão), Intocast (Alemanha) e Comat (EUA). Essas parcerias foram constituídas em áreas tecnológicas estratégicas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia.
Neste sentido, a Companhia e suas subsidiárias são partes adquirentes em 13 contratos de transferência de tecnologia atualmente em vigor, incluindo fornecimento de know-how, licença de patente e assistência técnica, todos averbados perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e o Banco Central do Brasil (BACEN).

A vigência dos contratos de transferência de tecnologia é especificada nos respectivos certificados de averbação emitidos pelo INPI, refletindo os termos contratuais. A averbação dos contratos de transferência de tecnologia perante o INPI garante a oponibilidade destes contratos perante terceiros em todo o território nacional e possibilita a remessa de royalties para o exterior, através do BACEN, assim como a dedutibilidade fiscal dentro dos limites estabelecidos na legislação em vigor.

Os direitos decorrentes de contratos de licença de marca ou patente extinguem-se mediante o término do contrato, por qualquer razão, ou através da perda do objeto contratual, quais sejam: a extinção ou expiração da marca ou patente licenciada. Com relação aos contratos de serviços técnicos, os direitos decorrentes extinguem-se mediante o término do contrato, por qualquer razão, ou após o término da prestação de serviços. Com relação aos contratos de fornecimento de know-how averbados perante o INPI, a empresa adquirente poderá fazer uso do know-how adquirido mesmo após a expiração do contrato.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O término de um contrato de licença de patente ou de marca fará com que o licenciado não possa mais explorar a patente ou marca licenciada, exceto na hipótese em que a patente caia em domínio público ou o registro da marca seja extinto.

Com relação aos contratos de fornecimento de tecnologia e know-how averbados perante o INPI, considera-se que a tecnologia foi absorvida pelo adquirente após o cumprimento do contrato e o adquirente poderá utilizar esse know-how sem que qualquer valor adicional seja devido, respeitando eventuais termos adicionais do contrato que possam envolver confidencialidade.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:
a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Receita Líquida (em R$ mil)	9M10	Participação (%)	2009	Participação (%)
Brasil	807.460	47,8	827.477	43,0
Estrangeiros	880.732	52,2	1.099.091	57,0
Estados Unidos	233.424	13,8	221.937	11,5
Alemanha	118.293	7,0	153.811	8,0
China	57.176	3,4	156.744	8,1
Outros estrangeiros[1]	471.839	27,9	566.599	29,4
Total	**1.688.192**	**100,0**	**1.926.568**	**100,0**

[1] Esclarecemos que o grupo "Outros estrangeiros" é composto pelos seguintes países: Austrália, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Argentina, Costa Rica, Croácia, Equador, Egito, Etiópia, França, Guatemala, Honduras, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Quênia, Líbia, Malásia, México, Marrocos, Nova Zelândia, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Polônia, Portugal, África do Sul, Coreia do Sul, Espanha, Sri Lanka, Suécia, Taiwan, Tanzânia, Tailândia, Tunísia, Reino Unido, Uruguai, Venezuela, Vietnã, Zâmbia e Zimbábue.
Individualmente, nenhum dos países que compõem o grupo "Outros estrangeiros" possui participação significativa na receita líquida total.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

China

Alterações adversas de natureza política e econômica por parte do governo chinês poderiam ter um efeito sobre o crescimento econômico da China, o que poderia afetar as nossas operações na região. Assim, o nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais, particularmente aqueles de nossas operações na China, são afetados por condições econômicas, políticas e jurídicas da China. A economia chinesa é diferente das economias dos países mais desenvolvidos, em muitos aspectos, incluindo:

- O grau de envolvimento do governo;
- O nível de desenvolvimento;
- A taxa de crescimento;
- O controle de câmbio;
- A alocação de recursos;
- Um sistema de evolução de regulamentação; e
- A falta de transparência suficiente no processo de regulamentação.

EUA e Alemanha

Com relação aos EUA e Alemanha, não há restrições específicas à produção de refratários, estando a Companhia sujeita às regulamentações dos respectivos países, principalmente de natureza ambiental, as quais a Companhia deve atender para que suas operações não sofram impactos negativos por irregularidades junto aos órgãos reguladores.

Outros países estrangeiros

A Companhia mantém relações comerciais com países que, individualmente considerados, não possuem participação significativa na receita líquida total da Companhia, quais sejam: Austrália, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Argentina, Costa Rica, Croácia, Equador, Egito, Etiópia, França, Guatemala, Honduras, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Quênia, Líbia, Malásia, México, Marrocos, Nova Zelândia, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Polônia, Portugal, África do Sul, Coreia do Sul, Espanha, Sri Lanka, Suécia, Taiwan, Tanzânia, Tailândia, Tunísia, Reino Unido, Uruguai, Venezuela, Vietnã, Zâmbia e Zimbábue.

Em todos estes países, não existem restrições específicas à produção de refratários, estando a Companhia sujeita, principalmente, às regulamentações de natureza ambiental de cada país. A Companhia deve atender tais regulamentações para que suas operações não sofram impactos negativos por irregularidades junto aos órgãos reguladores.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8.Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Não há relações de longo prazo relevantes além das tratados em outros itens deste formulário.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

No município de Brumado (BA), a Magnesita patrocina o projeto Cidadania Digital, contribuindo para a manutenção de um laboratório de informática na Vila Presidente Vargas, que beneficia centenas de pessoas. Em 2009, firmou parceria com o SESI - Serviço Social da Indústria e a prefeitura do município, viabilizando a realização de cursos de formação gratuitos para a comunidade.

A empresa também apoia a comunidade Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte (MG), contribuindo com melhorias do imóvel dedicado à extensão do centro comunitário e com a realização de cursos profissionalizantes de culinária, bijuteria e costura, além de programas odontológicos, de educação ambiental e de comunicação.

A Magnesita é hoje patrocinadora de projetos culturais no estado de Minas Gerais. Em 2009, foram destinados R$ 1.036.500,00 em projetos aprovados pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Ao apoiar iniciativas culturais em vários âmbitos, proporciona à comunidade e aos seus colaboradores o acesso a diferentes experiências artísticas.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

a. controladores diretos e indiretos

A Companhia tem como controladores diretos um veículo de investimento do Grupo Rhône (Rearden L Holdings 3 S.À.R.L.), um veículo de investimento da Gávea Investimentos (GIF II Fundo de Investimentos em Participações), Alumina Holdings, LLC ("Alumina"), um veículo de investimento controlado por GP Capital Partners III, L.P. ("GPCPIII") e GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV"), fundos de *private equity* administrados por subsidiárias integrais de GP Investments, Ltd., GPCP4—Fundo de Investimento em Participações, um fundo paralelo da GPCPIV ("GPCP4-FIP") e Mag Fundo de Investimentos em Participações ("MAG-FIP").

- Alumina

A Alumina, LLC ("Alumina"), sociedade constituída de acordo com as leis do Estado de Delaware, EUA, detém 30,36% do capital social total da Companhia e é controlada, indiretamente, por GP Capital Partners III, L.P. ("GPCPIII") e GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV"), fundos que têm como objetivo realizar investimentos de *private equity*, ou relacionados a *private equity*, em empresas localizadas no Brasil ou com atividade comercial expressiva no Brasil e, em menor extensão, em outros países da América Latina, buscando o controle ou o controle compartilhado, ou uma participação minoritária influente nas empresas-alvo.

O GPCPIII e o GPCPIV são geridos, respectivamente, pelas sociedades GP Investments III, Ltd. e GP Investments IV, Ltd., ambas subsidiárias integrais da GP Investments, Ltd., sociedade de capital aberto com sede nas Bermudas, que já realizou oferta pública de BDRs no Brasil em 2006 ("GP Investments"). Essas sociedades – GP Investments III, Ltd. e GP Investments IV, Ltd. - atuam na administração do GPCPIII e do GPCPIV, na capacidade de "*general partners*", mediante contratos de administração - *Partnership Agreement* - celebrados entre cada uma dessas sociedades e os demais investidores ("*limited partners*") do GPCPIII e GPCPIV. Os *general partners* possuem total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento de cada um dos fundos, enquanto que os *limited partners* não possuem discricionariedade com relação a realização de investimentos e desinvestimentos desses fundos ou qualquer influência sobre as companhias investidas.

As sociedades GP Investments III, Ltd. e GP Investments IV, Ltd., representam, respectivamente, 8% e 0,001% das quotas dos fundos GPCPIII e GPCPIV. Os *limited partners*, por sua vez, representam, respectivamente, 53,14% e 68,44% das quotas do GPCPIII e GPCPIV, e incluem, resumidamente, instituições de fomento internacionais, fundos de universidades, hedge funds, fundações familiares e investidores institucionais, dentre eles a GP Private Equity, Ltd. ("GPPE"), uma subsidiária integral da GP Investments, que possui, 38,86% das quotas do GPCPIII e 31,56% das quotas do GPCPIV. Indiretamente, nenhum dos *limited partners* possui participação no capital social da Companhia superior a 5%, com exceção da GP Investments, que detém, indiretamente, através da GPPE e dos *general partners*, aproximadamente 7,0% do capital social da Companhia.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

A GP Investments é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas, que, por sua vez, é controlada indiretamente pelos Srs. Fersen Lamas Lambranho e Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, cujas participações indiretas na Companhia são, individualmente, inferiores a 5%.

- *GPCP4-FIP*

O GPCP4-FIP detém 0,39% do capital social da Companhia. Assim como o GPCPIII e do GPCPIV, o GPCP4-FIP é gerido, indiretamente, pela GP Investments, através de sua controlada GP Investimentos S.A., registrada junto a CVM como administradora de fundos de investimento. O GPCP4-FIP é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução nº 391 da CVM e tem como finalidade a realização de investimentos em empresas localizadas no Brasil, *pari passu* às oportunidades de investimento do GPCPIV.

A GP Investimentos S.A., como gestora do GPCP4-FIP, possui total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo e orienta o voto do GPCP4-FIP nas assembleias gerais da Companhia.

A GP Investments (controladora indireta da GP Investimentos S.A.), é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas, que, por sua vez, é controlada indiretamente pelos Srs. Fersen Lamas Lambranho e Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, cujas participações indiretas na Companhia são, individualmente, inferiores a 5%.

A GP Investments não participa, direta ou indiretamente, como investidora do GPCP4-FIP.

- *MAG-FIP*

O MAG-FIP detém 3,27% do capital social da Companhia. O MAG-FIP é gerido pela sociedade BRZ Investimentos Ltda., sociedade controlada indiretamente pela GP Investments e registrada junto a CVM para atuar como administradora de fundos de investimentos. O MAG-FIP é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução nº 391 da CVM e tem como finalidade exclusiva a realização de investimentos na Companhia.

A BRZ Investimentos Ltda., como gestora do MAG-FIP, possui total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo e orienta o voto do MAG-FIP nas assembleias gerais da Companhia.

A GP Investments (controladora indireta da BRZ Investimentos Ltda.) é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas, que, por sua vez, é controlada indiretamente pelos Srs. Fersen Lamas Lambranho e Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, cujas participações indiretas na Companhia são, individualmente, inferiores a 5%.

A GP Investments não participa, direta ou indiretamente, como investidora do MAG-FIP.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

- Rearden L Holdings 3 S.À.R.L.

O Grupo Rhône participa na Companhia através do veículo de investimento Rearden L Holdings 3 S.À R.L ("Rearden"), que possui participação de 7,20% no capital da Companhia e tem como maior acionista a Rhône Onshore Partners III LP, a qual detém uma participação indireta no capital social da Companhia de 4,04%.

As participações acionárias na Rearden são detidas por Rhône Onshore Partners III, LP ("RP III"), uma sociedade limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware, Rhône Offshore Partners III, LP, uma sociedade limitada constituída segundo o leis das Ilhas Cayman ("ROP III"), e Rhône Coinvestment LP, uma sociedade limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware ("RC III" e, em conjunto com RP III e ROPIII, os "Fundos Rhône III").

Os Fundos Rhône III são fundos com foco em oportunidades de investimento em middle-market com perspectivas de crescimento nos mercados pan-europeu e transatlântico. Geralmente, os Fundos Rhône III procuram as empresas onde podem obter uma posição de controle e, de acordo com sua filosofia de investimento, esforçar-se por estabelecer relações estratégicas com outros investidores. O sócio gestor dos Fundos Rhône III é a Rhône Capital III LP, uma sociedade limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware ("General Partner").

O Partnership Agreement de cada um dos Fundos Rhône III delega todos os poderes de gestão relacionados aos fundos, incluindo a discricionariedade pelas decisões de investimento, ao General Partner. O sócio gestor do General Partner é Rhône Holdings III L.L.C., uma sociedade limitada constituida sob as leis do Estado de Delaware, que, por sua vez, é controlada pela Rhône Capital L.L.C, uma sociedade limitada constituida sob as leis do Estado de Delaware. A Rhône Capital L.L.C é controlada por Robert F. Agostinelli e Steven Langman.

Os Limited Partners do RP III e do ROP III incluem investidores institucionais como fundos de pensão, seguradoras, instituições financeiras e universidades, e em menor medida, os investidores individuais. Os Limited Partners do RC III são os funcionários de algumas filiais da General Partner. Nenhum parceiro dos Fundos Rhône III (incluindo o General Partner) detém indiretamente 5% ou mais da Companhia.

- GIF II Fundo de Investimentos em Participações

O Grupo Gávea Investimentos participa na Companhia através do veículo de investimento GIF II Fundo de Investimentos em Participações ("GIF II FIP"), que detém uma participação de 1,70% no capital social da Companhia, não possuindo nenhum acionista individual com participação indireta na Companhia superior a 5% de seu capital social.

O GIF II FIP é um fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução nº 391 da CVM, e registrado junto a CVM em 15 de março de 2007. O administrador do GIF II FIP é a BEM DTVM Ltda. e o gestor é a GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda. ("GIF Gestão"), que tem amplos poderes

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

para gerir os recursos do GIF II FIP com exclusiva discricionariedade. Além do investimento na companhia, o GIF II FIP detém outros investimentos em private equity.

A GIF Gestão é uma empresa de administração de recursos (asset management) registrada junto a CVM e faz parte do grupo Gávea, uma empresa independente de gestão de investimentos no Brasil, gerindo aproximadamente US$ 5 bilhões (base: Novembro 2010) e cujo controle, a partir de Novembro de 2010, passou ao J.P. Morgan Asset Management, braço global de gestão de recursos do Grupo J.P. Morgan, através de sua subsidiária integral, a Highbridge Capital Management. Além de gestora da Carteira do GIF II FIP, a GIF Gestão atua também como gestora de carteiras ou de veículos de investimentos dos quotistas do GIF II FIP, com mandato contendo amplos poderes para à sua exclusiva descrição administrar seus recursos. A discricionariedade pela gestão do GIF II FIP fica a cargo do seu Comitê de Investimentos, coordenado pelo Srs. Armínio Fraga Neto e Luiz Henrique Fraga, sócios do grupo Gávea.

O GIF II FIP possui cinco quotistas: GIF 2 PE-A2 LLC, GIF 2 PE-B2 LLC, GIF 2 PE-C2 LLC e GIF 2 PE-D2 LLC e Bradesco Vida e Previdência S.A. (BVP), proprietários de respectivamente 23,51%, 23,81%, 22,38%, 18,59%, 11,71% do total de quotas emitidas pelo GIF II FIP, que correspondem a participações indiretas no capital social da companhia de menos de 1% respectivamente. Os quotistas GIF 2 PE-A2 LLC, GIF 2 PE-B2 LLC, GIF 2 PE-C2 LLC e GIF 2 PE-D2 LLC são subsidiárias integrais do Gavea Investment Fund II ("GIF II"). O GIF II é um fundo de Private Equity administrado pela Goldman Sachs por meio de uma de suas subsidiárias e gerido pela GIF Gestão e pela Gávea Investimentos Ltda, ("Gavea Investimentos"), esta última também uma entidade pertencente ao grupo Gávea, que junto com a GIF Gestão, tem amplos poderes para administrar os recursos do GIF II com exclusiva discricionariedade.

b. controladas e coligadas

- Controladas Diretas

Denominação social	Sede	Participação da Companhia (%)			
		2010	2009	2008	2007
Iliama II Trading – Sociedade Unipessoal LDA	Portugal	100	99,9	99,9	--
LWB Island Company Ltd.	Ilhas Virgens/Inglaterra	100	100	100	--
Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH	Hilden/ Alemanha	100	100	100	--
Magnesita Insider Refratários Ltda.	Contagem/MG	99,9	99,9	99,9	95
Mag-Tec Ltda.	Contagem/MG	98,7	98,7	98,7	98,7
Rasa – Refractarios Argentinos	Buenos Aires/Argentina	100	100	100	100
Refractários Magnesita Colombia S.A.	Sogomoso/Colombia	100	100	100	---
Refractários Magnesita Del Peru S.A.C.	Chimbote/Peru	99,9	99,9	99,9	---
Refractários Magnesita Uruguay S.A.	Montevideo/Uruguai	100	100	100	---

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

- Controladas Indiretas

Denominação social	Sede	Participação da Companhia (%)			
		2010	2009	2008	2007
Magnesita Refractories Company	Estados Unidos	100	100	100	---
Rearden G Holdings Eins GmbH	Alemanha	100	100	100	---
Refractarios Magnesita Chile S/A	Chile	100	100	100	---
Magnesita Administration GmbH	Alemanha	100	100	100	---
LWB Holding Company	Estados Unidos	100	100	100	---
LWB Refractories Beteiligungs KG	Alemanha	100	100	100	---
Baker Refractories	Estados Unidos	100	100	100	---
Baker Refractories Holding Company	Estados Unidos	100	100	100	---
Vierte LWB Refractories Holding GmbH	Alemanha	100	100	100	---
Magnesita Refractories de Mexico S.A. de C.V.	México	99,9	99,9	99,9	---
Baker Refractories I.C., Inc.	Estados Unidos	100	100	100	---
Magnesita Refractories (Canada) Inc.	Canadá	100	100	100	---
Magnesita Refractories Ltd.	Reino Unido	100	100	100	---
LWB Refractories Holding France S.A.S	França	100	100	100	---
Magnesita Refractories S.R.L.	Itália	100	100	100	---
Magnesita Refractories A.B.	Suécia	100	100	100	---
Magneista Malta Holding Ltd.	Malta	100	100	100	---
Feuerfestwerk Bad Hönningen GmbH	Alemanha	100	100	100	---
LWB Refractories Hagen GmbH	Alemanha	100	100	100	---
GFST – Energie- und Stromwirtschaft GmbH	Alemanha	10	10	10	---
Magnesita Refractories GmbH	Alemanha	100	100	100	---
Magnesita Asia Refractory Holding Ltd.	Hong Kong, China	100	100	100	---
Magnesita Refractories S.C.S.	França	100	100	100	---
Magnesita Malta Finance Ltd.	Malta	100	100	100	---
Treuhandgesellschaft Feuerfest GmbH	Alemanha	16	16	16	---
Wülfrath Refractories Asia SDN, BHD	Malásia	100	100	100	---
Gesellschaft für Stromwirtschaft GmbH	Alemanha	2	2	2	---
LWB Refractories Belgium S.A.	Bélgica	99,89	99,89	99,89	---
Magnesita Refractories S.A. (Pty) Ltd.	África do Sul	100	100	100	---
LWB Refractory Trading (Chizhou) Company Ltd	China	100	100	100	---
Magnesita Resource (Anhui) Company Ltd	China	100	100	100	---
Magnesita Australia PTY Ltd	Austrália	100	---	---	---

- Joint Ventures

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Denominação social	Sede	Participação da Companhia (%)			
		2010	2009	2008	2007
Sinterco S.A.	Bélgica	70	70	70	---
Krosaki Magnesita Refractories LLC	Estados Unidos	40	---	---	---
Magnesita Envoy Asia Ltd.	Taiwan	50	50	50	---
Shanxi LWB Taigang Refractories Company Ltd.	China	51	51	51	---

c. participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia não possui participação em sociedades do grupo, ressalvadas as listadas nos itens acima.

d. participações de sociedades do grupo na Companhia

A sociedade Baker Refractories I.C. Inc., controlada da Companhia com sede nos Estados Unidos da América, detém 48.883 ações de emissão da Companhia, equivalentes a 0,02% de seu capital social, na qualidade de *trustee* de tais ações no âmbito de um programa de remuneração (*the third compensation plan)* realizado pela referida sociedade para seus diretores.

e. sociedades sob controle comum

Não há sociedades sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2.Caso o emissor deseje, inserir organograma do grupo econômico em que se insere o emissor, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1

As informações a respeito do grupo econômico encontram-se no item 8.1 acima.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	**01/11/2010**
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em 1º de novembro de 2010, o controle do Grupo Gávea Investimentos foi alienado para o J.P. Morgan Asset Management, braço global de gestão de recursos do Grupo J.P. Morgan, através de sua subsidiária integral, a Highbridge Capital Management. Não obstante a referida alienação, o Grupo Gávea Investimentos permaneceu não possuindo nenhum acionista individual com participação indireta na Companhia superior a 5% de seu capital social. Além disso, não houve qualquer alteração nos gestores responsáveis pelo Grupo Gávea Investimentos em razão da alienação mencionada.

Data da operação	**14/07/2010**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de empresa vinculada
Descrição da operação	Criação da Magnesita Australia PTY Ltd., empresa sediada na Austrália, controlada indiretamente pela Magnesita Refratários e diretamente pela Magnesita Refractoires S.C.S

Data da operação	**12/07/2010**
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	LRH Refractories Holding GMBH foi incorporada pela Magnesita Refractories GMBH, visando enxugar a estrutura societária do grupo

Data da operação	**17/06/2010**
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Incorporação das empresas Dritte LWB Refractories Holding GMBH, Rearden G Holdings Vier GMBH, Zweite Refractories Holding GMBH, LWB Refractories Holding GMBH, Rearden G Holdings Drei GMBH, Rearden G Holdings Zwei GMBH, em diversas operações societárias visando enxugar a estrutura societária do grupo.

Data da operação	**03/02/2009**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de empresa vinculada
Descrição da operação	Criação da Magnesita Refractories Corporation, empresa sediada em Miami/EUA

Data da operação	**30/12/2008**
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Incorporação da Insider Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. pela Magnesita Insider Refratários Ltda., visando enxugar a estrutura societária do grupo.

Data da operação	**19/12/2008**
Evento societário	Incorporação

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Incorporação das sociedades EDRJ91 e da Mukden pela Magnesita Refratarios S.A., com a conseqüente extinção das referidas sociedades. A incorporação da EDRJ91, operou-se , na contabilidade da Magnesita, por mera substituição dos ativos da Magnesita representados por sua conta de investimento referente à participação no capital social da EDRJ91 pelos elementos ativos e passivos integrantes do balanço patrimonial da EDRJ91, sem haver, ainda, alteração no valor do patrimônio líquido da Magnesita. A incorporação da Mukden pela Magnesita não resultou em alteração do capital social da Magnesita, na medida em que o acervo líquido incorporado, avaliado de acordo com o Laudo de Avaliação da Mukden, foi composto apenas pelo investimento detido pela Mukden na Magnesita e o respectivo ágio, subtraído o valor da provisão de que trata o §1º do artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99.
Data da operação	**05/11/2008**
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Incorporação da Purus Participações Ltda. pela Magnesita Refratarios S.A., com o conseqüente aumento do capital social da Companhia e emissão de ações desta última para ingresso dos quotistas da Purus Participações Ltda. na Companhia. Em decorrência da Incorporação, o capital social da Companhia foi aumentado em R$ 487.592.254,00 , com a emissão de 23.457.778 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, as quais foram emitidas pelo preço de emissão de R$ 20,79 e subscritas pelos quotistas da Purus e integralizadas com o acervo líquido ora incorporado pela Companhia.
Data da operação	**27/10/2008**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de empresa controlada
Descrição da operação	Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH
Data da operação	**26/07/2008**
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Alienação da MSA Infor Ltda.
Data da operação	**30/04/2008**
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Inorporação das seguintes empresas:Magnesita Service Ltda; Risa Refratários e Isolantes Ltda; Risa Materiais Cerâmicos Ltda; Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda; Ikera Indústria e Comércio Ltda; Refratec Participações Ltda; São José Administração de Matérias Primas Ltda. Referidas operações de incorporação não implicaram em aumento de capital da Companhia, uma vez que esta era detentora da totalidade das quotas representativas do capital social das empresas incorporadas. Desta forma, não houve qualquer alteração na posição patrimonial consolidada da Companhia em virtude das operações de incorporação realizadas.
Data da operação	**25/04/2008**
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Aquisição da Insider – Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. pelo grupo Magnesita, passando esta a ser controlada pela Magnesita Insider Refratários Ltda. (Mag-Sé Participações).
Data da operação	**19/03/2008**

8.3 - Operações de reestruturação

Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de empresa controlada
Descrição da operação	Refractarios Magnesita del Peru S.A.C.

Data da operação	**21/02/2008**
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Incorporação da Magnesita S.A. e da Partimag S.A. pela Rpar Holding S.A. (atual Magnesita Refratários S.A.). Para fins do aumento de capital e da emissão de novas ações decorrentes das Incorporações, foram aprovadas as seguintes relações de troca, conforme propostas no Protocolo de Incorporação: (I) no que se refere à Magnesita, (a) 1 ação ordinária da Magnesita será substituída por 64,48102 ações ordinárias de emissão da RPAR; (b) 1 ação preferencial classe A será substituída por 50,10692 ações ordinárias de emissão da RPAR; e (c) 1 ação preferencial classe C será substituída por 50,10692 ações ordinárias de emissão da RPAR, devendo o aumento de capital ser equivalente ao percentual do patrimônio líquido da Magnesita detido pelos demais acionistas que não RPAR e Partimag; e (II) no que se refere à Partimag, tendo em vista, de um lado, tratar-se de subsidiária integral da RPAR, e, de outro, que a Magnesita também esta sendo incorporada pela RPAR, sua incorporação não acarretará a emissão de ações pela RPAR, mas apenas a substituição, nos livros e registros da RPAR, das ações de emissão da Partimag pelo patrimônio absorvido por força da incorporação da Magnesita.

Data da operação	**30/01/2008**
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Incorporação das seguintes empresas: Cepali incorporada pela Ikera em 30 de janeiro de 2008; Derby incorporada pela Ikera em 30 de janeiro de 2008; Mineração Paraíso incorporada pela Ikera em 30 de janeiro de 2008; Referidas operações de incorporação não implicaram em aumento de capital da Companhia, uma vez que esta era detentora da totalidade das quotas representativas do capital social das empresas incorporadas. Desta forma, não houve qualquer alteração na posição patrimonial consolidada da Companhia em virtude das operações de incorporação realizadas.

Data da operação	**24/06/2007**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de empresa controlada
Descrição da operação	Refratarios Magnesita Uruguay

Data da operação	**05/06/2007**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de empresa controlada
Descrição da operação	Refractarios Magnesita Colombia S/A

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a respeito deste tópico foram disponibilizadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. Outros bens relevantes do ativo não circulante

Direitos Minerários

Atualmente, somos detentores de 85 concessões de lavra ativas, registradas perante o Departamento Nacional de Produção Mineral (Departamento Nacional de Produção Mineral, ou DNPM). Destas 85, sete concessões de lavra são arrendadas e, portanto, estão sujeitas aos termos dos seus respectivos contratos de arrendamento, devendo ser devolvidas aos seus respectivos titulares após o término dos respectivos contratos com vencimento para retornar aos seus proprietários.

As concessões de lavra ativas da Companhia estão registradas perante o Departamento Nacional de Produção Mineral sob os seguintes números de processos:

- Concessões de lavra próprias:

003.898/40; 001.407/41; 009.283/43; 001.772/44; 006.606/49; 006.305/65; 007.876/66; 008.699/67; 813.728/73; 808.409/74; 813.113/74; 830.064/83; 002.953/39; 003.110/40; 003.724/41; 005.253/41; 004.829/43; 005.494/43; 001.773/44; 006.254/44; 006.928/60; 007.308/60; 008.208/61; 004.813/62; 009.603/67; 014.235/67; 819.041/69; 819.482/69; 812.235/70; 812.236/70; 813.079/70; 809.389/71; 823.215/71; 803.857/72; 804.142/73; 804.366/73; 804.367/73; 804.368/73; 804.457/73; 804.458/73; 804.603/73; 814.804/73; 817.343/73; 803.122/74; 803.716/74; 803.718/74; 803.719/74; 803.720/74; 804.392/74; 808.982/74; 808.983/74; 808.985/74; 808.986/74; 809.401/74; 811.926/75; 811.927/75; 803.622/77; 803.747/78; 830.203/78; 831.127/81; 830.500/82; 002.886/62; 000.545/66; 001.531/66; 808.024/75; 808.007/76; 005.152/41; 007.085/44; 005.522/52; 005.871/56; 000.100/66; 800.448/78; 002.540/53; 815.122/73; 002.844/43; 007.337/51; 004.950/35

- Concessões de lavra arrendadas:

830.113/86; 830.136/86; 830.133/86; 830.112/86; 830.082/86; 006.135/50; 003.484/59

Além disso, temos 19 requerimentos de concessões de lavra. Sete deles foram arrendados em 2006, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, antes, portanto, da publicação da Portaria DNPM 269/2008. Em caso de aditamento dos contratos de arrendamento firmados com a CODEMIG após a publicação da referida Portaria DNPM, deverão ser observadas as limitações nela previstas, inclusive em relação à obrigatoriedade de averbação junto ao DNPM.

Também somos detentores de 74 alvarás de pesquisa que, mediante a apresentação de relatório final de pesquisa, bem como relatório de viabilidade econômica, podem vir a se tornar concessões de lavra. Essas autorizações de pesquisa são concedidas por um período que varia de um a três anos, podendo ser renovado, mediante anuência do DNPM. Destes 74, quatro alvarás de pesquisa foram arrendados, tendo sido três deles arrendados da CODEMIG em 2006 e um arrendado da Utinga Mineração Ltda.

A tabela abaixo descreve nossas minas mais importantes, com a indicação de seus nomes, localização, principal minério e, quando aplicável, a estimativa das reservas de minério relacionadas.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Mina	Localização	Principal Minério	Reserva Medida e Estimada (em milhões de toneladas)	Produção Anual no período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2010 (em toneladas)
Pedra Preta	Brumado, Bahia	Magnesita	77,2	301.437
Pomba	Brumado, Bahia	Magnesita	68,6	370.259
Cabeceiras	Brumado, Bahia	Talco	2,1	33.848
Pedras Petras	Santa Luz, Bahia	Cromita	1,7	45.800
Gameleira Produção de dolomita bruta	Sento Sé, Bahia	Magnesita / Dolomita	50,9 10,1	- 200
Fazenda Tijuco Mina	Uberaba, Minas Gerais	Argila Gibsítica	10,0	5.827
Caraço-Paraíso (Fazenda Paraíso) Mina	Uberaba, Minas Gerais	Argila Gibsítica	8,0	48.245
Acaba Mundo	Belo Horizonte, Minas Gerais	Dolomita refratária	5,1	0[1]
Serra dos Ferreiras	Pitangui, Minas Gerais	Pirofillita	421,3	8.536
Iguatu	Iguatu, Ceará	Magnesita	224,1	2.500
Itamarandiba	Itamarandiba, Minas Gerais	Cianita	0,282	115
Espongilito	João Pinheiro, Minas Gerais	Argila	0,5	720
Esmeraldas	Esmeraldas, Minas Gerais	Argila	0,03	450
Pedra Azul (licença de pesquisa)	Cachoeira de Pajeú, Pedra Azul, Minas Gerais	Grafita	36,0	0[2]
Qingyang	China	Dolomita	20,0	397.576
York	Pennsylvania	Dolomita	25,0	127.800

[1] A mina de Acaba Mundo, de propriedade da Companhia, atualmente encontra-se arrendada a terceiros, motivo pelo qual a Companhia não possui os dados de produção anual para o período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2010.
[2] Por encontra-se em fase de licenciamento ambiental, a mina de Pedra Azul ainda não está produzindo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Instalação Portuária - 1.440 m2	Brasil	BA	Salvador	Arrendada
Usina de geração de energia elétrica "dual fuel" (diesel e gas) - 19,2 MW	Brasil	MG	Contagem	Própria
Subestação elétrica (10 unidades - potencia instalada de 32,7 MVA)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Briquetador - 3 unidades	Brasil	MG	Brumado	Própria
Fornos de calcinação e sinterização(15 unidades)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Moinhos de bolas (3 unidades)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Micronizadores (3 unidades)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Moinhos de pendulos (5 unidades)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Moinho de ultra micronização (1 unidade)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Misturadores p/ produtos isostáticos (13 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Prensas p/ produtos isostáticos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras para produtos isostaticos (7 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos p/ produtos isostáticos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Raio X para produtos isostaticos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores para produtos monoloticos e pre-moldados (15 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras para produtos monoliticos e pre-moldados (13 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Briquetadores p/ produtos eletrofundidos (4 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Compressores a ar p/ produtos eletrofundidos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores p/ produtos eletrofundidos (2 uinidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos de eletrofusão (10 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Moinhos de bolas p/ produtos eletrofundidos (7 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Peneiras vibratorias p/ produtos eletronfundidos (6 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Transformadores p/ fornos de eletrofusão (11 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores p/ massas básicas (4 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Briquetadores p/ produtos basicos (8 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Moinhos p/ produtos basicos (18 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores p/ tijolos básicos (21 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Prensas para tijolos básicos (17 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Robôs p/ produção de tijolos basicos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras p/ tijolos basicos (4 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fornos p/ queima de tijolos básicos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Briquetadores p/ tijolos aluminosos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Moinhos p/ tijolos aluminosos (3 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores p/ tijolos aluminosos (32 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Prensas p/ tijolos aluminosos (19 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Robos p/ produção de tijolos aluminosos (3 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras p/ tijolos aluminosos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos p/ queima de tijolos aluminosos (10 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Unidade Fabril de beneficiamento de argila	Brasil	MG	Ponte Alta	Arrendada
Escritório administrativo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Escritório administrativo	Brasil	ES	Serra	Alugada
Escritório administrativo	Brasil	MG	Ipatinga	Alugada
Área de 298,23m2 de terreno e 881,16m2 de benfeitorias	Brasil	MG	Contagem	Própria
Área de 181,80m2 de terreno e 165m2 de benfeitorias	Brasil	MG	Contagem	Própria
Área de 8.075m2 de terreno e 6.772m2 de benfeitorias	Brasil	MG	Contagem	Própria
Acaba Mundo, Lotes 9 a 17, Quadra 215, com área de 2.700m2	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Acaba Mundo, com área de 61.000m2	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Acaba Mundo, com área 43.852m2	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Acaba Mundo, com área 194.548m2	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Área fabril -FMPM-FVLS- área de 29.674m2 de terreno e 21.761,8m2 de benfeitorias	Brasil	MG	Contagem	Própria
Área fabril -Catiboaba- área de 320.000m2 de terreno e 50.494m2 de benfeitorias	Brasil	BA	Brumado	Própria
São João Pedro Nolasco (Ponte Correia), com área de 28,00 hectares	Brasil	MG	Pitangui	Própria
Vargem das Paneleiras, com 77,21hectares	Brasil	MG	Conceição do Pará	Própria
Fazenda Serra Manga-Alencar-S.Pereiros, com área de 219,82 hectares	Brasil	CE	Iguatu	Própria
Fazenda Pedras Pretas,com área de 211 hectares	Brasil	BA	Santa Luz	Própria
Fazenda Castela, com área de 8.524,15 hectares	Brasil	BA	Sento Sé	Própria
Fazenda Barra da Salina/Aeroporto, com área de 85,40 hectares	Brasil	BA	Brumado	Própria
Fazenda Formosa/Aeroporto-Radio Farol, com área de 1 hectare	Brasil	BA	Brumado	Própria
Fazenda Serra das Éguas, com área de 8.826,50 hectares	Brasil	BA	Brumado	Própria
Lotes 5,6 e 8, Quadra 36, Cardeal Eugênio Pacelli, 2218, com área de 10.500m2	Brasil	MG	Contagem	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Lotes 1,2,3 e 9, Quadra 36(36A), Cardeal Eugênio Pacelli, com área de 14.927,50m	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lote 4, Quadra 36, Cardeal Eugênio Pacelli, 2218, com área de 4.418,00m2	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lote 7 Quadra 36, Cardeal Eugênio Pacelli, 2218, com área de 3.500,00m2	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lotes 5,6,parte 8,9, Q21, área de 15.050m2 de terreno e 2.700m2 de benfeitorias	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lotes 1,2 e 9, Q 21, área de 10.500m2 de terreno e 845,40m2 de benfeitorias	Brasil	MG	Contagem	Própria
Quarteirão 26(parte), área de 22.400m2 de terreno e 4.719 de benfeitorias	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lotes 5 a 7 e 9 Q.27,área de 14.193m2 de terreno e 2.284m2 de benfeitorias	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lote 8, Quadra 27 - R Osorio de Moraes – com área de 4.927,04m2	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lote 02-A da quadra 04, Distrito de Coronel Fabriciano, com área de 1.680,60m2	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 04-A da quadra 04, Distrito de Coronel Fabriciano, com área de 2.100,40m2	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 10 da quadra 03, Distrito Industrial, com área de 3.478,00m2	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 03 da quadra 04, Distrito Industrial, com área de 2.386,00m2	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 05 da quadra 04, Distrito Industrial, com área de 1.746,00m2	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 06 da quadra 04, Distrito Industrial, com área de 2.282,00m2	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 07 da quadra 04, Distrito Industrial, com área de 2.203,00m2	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 08 da quadra 04, Distrito Industrial, com área de 4.802,00m2	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Alterosa Armazéns, com área de 17.424,29m2	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Alterosa Armazéns, com área de 1.815,00m2	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Ponte Alta, com área de 1.493,00 hectares	Brasil	MG	Uberaba	Arrendada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Contrato de transferência de tecnologia	Mecanismo retrátil de válvula gaveta	Estados Unidos	26/02/2012	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know -how transferido em função do contrato supramencionado.
Contrato de transferência de tecnologia	Impeller	Brasil	07/03/2015	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know -how transferido em função do contrato supramencionado.
Contrato de transferência de tecnologia	Fabricação de massas refratárias para vedação de orifício de vazamento de aço de válvula de panela	Brasil	08/10/2011	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know -how transferido em função do contrato supramencionado.
Contrato de transferência de tecnologia	Massas básicas para distribuidores	Brasil	22/01/2015	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know -how transferido em função do contrato supramencionado.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Proc. enchimento do furo de equipamentos aux. para a transferencia de metais fundidos - PI9905104-4	Brasil	21/10/2019	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros, em relação a patentes, podendo ser impedidos de utilizar essas patentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Dispositivo mec. para enchimento aut. do furo de válvula gaveta - PI0104415-0	Brasil	03/10/2021	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.
Marcas	OXIMAG	Argentino	11/02/2015	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompahamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	CROMOLIT	Argentino	11/09/2016	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompahamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	DIRETMAG	Argentino	11/09/2016	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	SOLMAG	Argentino	11/09/2016	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BASIPLAST	Argentino	11/09/2016	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	MAGNEFOR	Argentino	11/09/2016	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.
Contrato de transferência de tecnologia	Tecnologia da Krosaki Harima para a produção de refratarios premoldados	Argentino	31/03/2011	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know -how transferido em função do contrato supramencionado.
Patentes	Método de aquecimento de ar para alto-fornos - PI9800834-0	Brasil	05/03/2018	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Sistema indicativo de fim de vida util de peças refratarias - PI9804186-0	Brasil	23/10/2018	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Sistema de injeção de gases em recipientes contendo metais ou ligas fundidas - PI9900824-6	Brasil	01/03/2019	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO DE ENCHIMENTO DO FURO DE EQUIPAMENTOS AUXILIARES COM DOIS TIPOS DE MATERIAL - PI9905104-4	Brasil	21/01/2019	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Sistema de gás e pó	Estados Unidos	27/08/2024	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Sistema de gás e pó	Africa do Sul	25/08/2025	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.
Contrato de transferência de tecnologia	Fornecimento de tecnologia relacionado a refratários (Baker Group)	China	Enquanto durar a joint venture	Inadimplemento contratual	Perda da possibilidade de receber parte dos royalties
Contrato de transferência de tecnologia	Tecnologia da Krosaki Harima para a produção de válvulas refratários	Brasil	13/12/2015	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know -how transferido em função do contrato supramencionado.
Marcas	MAGKOR	Brasil	24/11/2012	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	DOLMAG	Brasil	09/08/2018	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	JETMAG	Brasil	19/01/2012	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	GRAINBOND	Brasil	26/03/2011	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	MAGKOR	Brasil	28/01/2012	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	GRAFITAP	Brasil	25/08/2019	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	RISAMIX	Brasil	16/11/2015	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Cerâmica São Caetano Ltda.	60.499.472/0001-62	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Fabricação de produtos cerâmicos e refratários	100,000000
30/09/2010	-100,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2009	-12,370000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	0,01		
31/12/2008	3,440000	0,000000	0,00					
31/12/2007	100,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação nas controladas se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais. Em 2008, a Magnesita decidiu não seguir atuando no ramo que era a especialidade da Cerâmica São Caetano Ltda., pelo que a empresa foi desativada. Em 27 de abril de 2010, a Assembleia Geral da Magnesita, visando enxugar o seu quadro de controladas, aprovou a incorporação da Cerâmica São Caetano Ltda. pela Companhia, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações.

Iliama Participações S.L.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Espanha			Trading	100,000000
30/09/2010	7,320000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2009	-28,080000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	-35.150.000,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Viabilizar as exportações da Companhia.

LWB Island Company Ltd.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Virgens (Inglaterra)			Holding	100,000000
30/09/2010	-27,670000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2009	8,840000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	616.956.000,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Veiculos societários para participação em sociedades do grupo.

Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Alemanha			Holding	100,000000
30/09/2010	-36,630000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2009	-9,820000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	64.000,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Veiculos societários para participação em sociedades do grupo.

Magnesita Insider Refratários Ltda.	00.592.603/0001-20	-	Controlada	Brasil	MG	Contagem	Produção de produtos refratarios tais como lanças, "snorkels", "impellers" e concretos utilizados, em sua grande maioria, no processo produtivo de usinas siderurgicas integradas e de grande porte.	100,000000
30/09/2010	18,190000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2009	13,730000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	71.396.000,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

Magnesita Refractories Corporation	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Escritorio corporativo	100,000000
30/09/2010	-8,280000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2009	100,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	144.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Foi criada para ser a base dos executivos corporativos, porém decidiu-se por outra localidade e, atualmente, a empresa está em fase de liquidação.

Mag-Tec Ltda	02.497.342/0001-94	-	Controlada	Brasil	MG	Contagem	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e consultoria em tecnologia da informação.	100,000000
30/09/2010	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	245.000,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Esta subsidiária teve suas atividades operacionais descontinuadas em 2008. No entanto, tal sociedade ainda não foi devidamente extinta devido à existência de certas pendências residuais, já devidamente endereçadas para conclusão.

Massambaba Mineração S.A.	08.730.895/0001-21	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Atividade principal: estudos geológicos; Secundária: apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos e de minerais não-metálicos	100,000000

30/09/2010	-100,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**		
31/12/2009	-2725,200000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	0,01
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00			
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação nas controladas se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais. A Massambaba Mineração S.A. foi adquirida e mantida pela Companhia até Abril de 2010, data em que, visando enxugar o seu quadro de controladas, decidiu-se pela incorporação da Massambaba Mineração S.A. pela Companhia, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação da Massambaba Mineração S.A. pela Companhia foi aprovada na data de 27 de abril de 2010.

MSA Agropecuaria Ltda.	96.790.514/0001-67	-	Controlada	Brasil	BA	Betim	A controlada tinha como objetivo a criação de bovinos para corte, porém sua atividade foi descontinuada em 2008 e, em 2010, a empresa foi incorporada.	100,000000

30/09/2010	-100,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**		
31/12/2009	-0,130000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	0,01
31/12/2008	-21,110000	0,000000	0,00			
31/12/2007	100,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A controlada tinha como objetivo a criação de bovinos para corte. A MSA Agropecuária Ltda. foi adquirida e mantida pela Companhia até 2008, ano que ano em que a Magnesita decidiu não seguir com as atividades desempenhadas pela MSA Agropecuária Ltda. Em função disso, a empresa foi desativada e permaneceu não operacional por 02 anos, até que, em Abril de 2010, visando enxugar o seu quadro de controladas, decidiu-se pela incorporação da MSA Agropecuária Ltda. pela Companhia, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação da MSA Agropecuária Ltda. pela Companhia foi aprovada na data de 27 de abril de 2010.

Rasa - Refractarios Argentinos S.A.I.C. y M.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Produção, importação, exportação e venda de refratários, exploração de minerios e distribuiução e representação de outras empresas similares ou afins	100,000000

30/09/2010	5,860000	0,000000	0,00	**Valor mercado**		
31/12/2009	-38,520000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	19.862.000,00
31/12/2008	57,930000	0,000000	0,00			

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2007	100,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

Refractarios Magnesita Colombia S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Colômbia			Distribuição e comercialização, por conta própria ou de terceiros, na Colômbia ou no exterior, de materiais e produtos refratários, de minerais em geral e seus complementos ou derivados, nacionais ou importados; assistência técnica e montagem para sua instalação e funcionamento.	100,000000
30/09/2010	-169,830000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2009	-969,460000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	5.070.000,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

Refractarios Magnesita Del Peru S.A.C.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Peru			Comercialização de materiais e artigos refratários, prestação de serviços de instalação, manutenção, assistência técnica e consultoria e qualquer outro serviço relacionado com os materiais refratários comercializados.	100,000000
30/09/2010	-52,350000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2009	203,370000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	-902.000,00		
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai			Distribuição e comercialização, por conta própria ou de terceiros, no Uruguai ou no exterior, de materiais e produtos refratários, de minerais em geral e seus complementos ou derivados, nacionais ou importados; assistência técnica e montagem para sua instalação e funcionamento.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
30/09/2010	70,370000	0,000000	0,00	**Valor mercado**		
31/12/2009	2600,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2010	138.000,00
31/12/2008	100,000000	0,000000	0,00			
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações relevantes – Ativos relevantes

Quatro dos imóveis listados e classificados no item 9.1 acima como relevantes, localizados no município de Contagem/MG, foram arrolados nos termos do § 5º, do artigo 64, da Lei nº 9.532/97 e, em caso de transferência ou oneração do bem, a autoridade fiscal competente deverá ser comunicada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Já o imóvel objeto da matrícula de nº 55.691, do Registro de Imóveis de Contagem/MG, também foi caucionado ao Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública em garantia de débitos tributários.

Ademais, em relação ao quadro 9.1(c), esclarecemos que a Cerâmica São Caetano Ltda., Massambaba Mineração S.A. e MSA Agropecuária Ltda. foram incorporadas em 27 de abril de 2010 e que, portanto, não possuíam valor contábil em 30/09/2010. Todavia, a fim de possibilitar a inserção das variações de valor contábil ocorridas nos 3 (três) exercícios sociais anteriores (31/12/2009, 31/12/2008 e 31/12/2007) utilizamos o valor simbólico de R$ 0,01. Apresentamos abaixo o patrimônio líquido, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no período encerrado em 30/9/2010, das sociedades controladas mencionadas no quadro 9.1(c):

9.2 - Outras informações relevantes

CONTROLADAS	30/09/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Cerâmica São Caetano Ltda.	0,01	24.646.000	28.124.000	27.188.000
Variação (R$ mil)	-24.646.000	-3.478.000	936.000	27.188.000
Variação %	-100,00%	-12,37%	3,44%	100,00%
Iliama Participações S.L	-35.150.000	-32.754.000	-45.543.000	Não existia
Variação (R$ mil)	-2.396.000	12.789.000	-45.543.000	
Variação %	7,32%	-28,08%	100,00%	
LWB Island Company Ltd	616.956.000	852.923.000	783.651.000	Não existia
Variação (R$ mil)	-235.967.000	69.272.000	783.651.000	
Variação %	-27,67%	8,84%	100,00%	
Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH	64.000	101.000	112.000	Não existia
Variação (R$ mil)	-37.000	-11.000	112.000	
Variação %	-36,63%	-9,82%	100,00%	
Magnesita Insider Refratários Ltda. (Ex-Mag-Sé)	71.396.000	60.410.000	53.119.000	Não existia
Variação (R$ mil)	10.986.000	7.291.000	53.119.000	
Variação %	18,19%	13,73%	100,00%	
Magnesita Refractories Corporation	144.000	157.000	Não existia	Não existia
Variação (R$ mil)	-13.000	157.000		
Variação %	-8,28%	100,00%		
Mag-Tec Ltda	245.000	245.000	245.000	Não existia
Variação (R$ mil)	-	-	245.000	
Variação %	0,00%	0,00%	100,00%	
Massambaba Mineração S.A.	0,01	-3.334.000	127.000	Não existia
Variação (R$ mil)	3.334.000	-3.461.000	127.000	
Variação %	-100,00%	-2725,20%	100,00%	
Rasa - Refractarios Argentinos S.A.I.C. y M.	19.862.000	18.762.000	30.519.000	19.324.000
Variação (R$ mil)	1.100.000	-11.757.000	11.195.000	-
Variação %	5,86%	-38,52%	57,93%	0,00%
Refractarios Magnesita Colombia S.A.	5.070.000	-7.260.000	835.000	Não existia
Variação (R$ mil)	12.330.000	-8.095.000	835.000	
Variação %	-169,83%	-969,46%	100,00%	
Refractarios Magnesita Del Peru S.A.C.	-902.000	-1.893.000	-624.000	Não existia
Variação (R$ mil)	991.000	-1.269.000	-624.000	
Variação %	-52,35%	203,37%	100,00%	
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.	138.000	81.000	3.000	Não existia
Variação (R$ mil)	57.000	78.000	3.000	
Variação %	70,37%	2600,00%	100,00%	
MSA Agropecuária Ltda.	0,01	750.000	751.000	952.000
Variação (R$ mil)	-750.000	-1.000	-201.000	-
Variação %	-100,00%	-0,13%	-21,11%	0,00%

9.2 - Outras informações relevantes

No que tange às licenças de software, em 14/12/2010, a Companhia e suas subsidiárias detinham a licença regular de todos os programas de computador utilizados no desenvolvimento de suas atividades.

A vigência dos contratos de licença de software é especificada nos respectivos termos contratuais. O Território Atingido pelos contratos de licença de software é especificado nos respectivos termos contratuais.

Com relação aos contratos de licença de software, os direitos decorrentes extinguem-se mediante o término do contrato. O término de um contrato de licença de software fará com que o licenciado não possa mais utilizar o software licenciado.

As principais licenças para utilização de software usados pela Companhia no desenvolvimento de suas atividades são o SAP, Windows, Office e Adobe Acrobat. A Companhia e suas subsidiárias têm como política a utilização e aquisição regular de software sempre respeitando os direitos autorais de terceiros. Para este fim, os usuários de software assinam termos onde são notificados dos termos de uso dos software e também da política de segurança da informação. Ainda, de forma a controlar o cumprimento dos termos de uso, o Departamento de TI mantém controle dos software instalados nos computadores da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:
a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Magnesita é uma empresa com atuação global, dedicada à mineração, produção e comercialização de refratários. A Companhia, com base em estudos internos e publicações especializadas, acredita ser líder de mercado no Brasil e na América do Sul, terceira maior produtora de refratários do mundo com base em receita de 2009 e acredita ser a empresa com melhor rentabilidade do setor.

A Magnesita se diferencia por suas operações verticalmente integradas, oferecendo soluções completas através de uma extensa linha de materiais refratários e serviços, e por seu modelo de negócios inovador baseado na performance de seus clientes.

As minas exploradas pela Companhia compreendem algumas das maiores reservas mundiais conhecidas de magnesita e dolomita de alta qualidade. Brumado é uma das maiores reservas de Magnesita do mundo, sendo também uma das reservas de maior qualidade. A Companhia também explora outros minerais, tais como cromita, argila, talco e possui direitos de exploração sobre uma grande reserva de grafita.

A Companhia mantém relacionamento comercial de longa data com os produtores líderes globais de aço e cimento. Em 30 de setembro de 2010, a Companhia possuía aproximadamente 1.500 clientes ao redor do mundo, distribuídos em todos os continentes. A Companhia estima que, em 2009, tinha 5,4% do mercado global de refratários e, aproximadamente, 75% do mercado brasileiro de refratários para indústria siderúrgica e 85% do mercado brasileiro de refratários para a indústria cimenteira com base em receita.

De acordo com apurações internas, a Companhia é a produtora mais verticalizada do mundo em produtos refratários à base de magnesita e dolomita. A Companhia, junto com suas investidas, opera 28 unidades industriais distribuídas entre o Brasil, Argentina, Estados Unidos, França, Bélgica, Alemanha, China e Taiwan. A capacidade de produção total destas unidades em 30 de setembro de 2010 superava 1.440 mil toneladas de refratários/ano. Seu portfólio de produtos inclui produtos não moldados como materiais monolíticos, produtos moldados como tijolos refratários, e refratários especificamente moldados para finalidades siderúrgicas e industriais em geral. Ademais, a Companhia oferece equipamentos mecânicos de apoio à aplicação de refratários e presta serviços de manutenção mecânica e refratária em equipamentos siderúrgicos, além de oferecer serviços de gerenciamento de refratários para siderúrgicas, geralmente a um custo por tonelada de aço vazado, num modelo de negócio denominado CPP – *Cost per Performance*.

De acordo com a publicação especializada Industrial Minerals, edição de maio de 2010, as minas exploradas pela Companhia compreendem algumas das maiores reservas mundiais conhecidas de magnesita e dolomita de alta qualidade. Brumado é uma das maiores reservas de magnesita do mundo, sendo também uma das reservas de maior qualidade. A Companhia também explora outros minerais, tais como cromita, argila, talco e possui direitos de exploração sobre uma grande reserva de grafita.

Os resultados operacionais da Companhia foram significativamente influenciados pelos efeitos da aquisição da LWB Refractories Holding GmbH ("LWB"), uma empresa alemã, produtora de refratários e com unidades operacionais em outras regiões da Europa, Estados Unidos e China, que levou à consolidação dos resultados da LWB em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de novembro de 2008. Seus resultados operacionais também foram influenciados no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2010 e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 e continuarão a ser influenciados por diversos fatores, dentre eles:

- o volume de produção de aço e cimento, principalmente em seus principais mercados: Brasil, Europa, Estados Unidos e China;
- a capacidade da Companhia em reter clientes;
- a estabilidade dos mercados globais de capitais e o crescimento das economias global e nacional;
- o sucesso da Companhia na implantação do modelo CPP no exterior, inclusive na Europa, Estados Unidos e China;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- a capacidade da Companhia de realizar os benefícios de aquisições passadas e futuras, inclusive a da LWB;
- a capacidade da Companhia de manter uma estrutura de precificação competitiva, acompanhar as mudanças nas demandas dos clientes, antecipar a evolução tecnológica e desenvolver relacionamentos eficazes e competitivas com seus clientes e fornecedores;
- a volatilidade cambial do real (e de outras moedas) frente ao dólar e ao euro;
- operações de *hedging* em função de oscilações nas taxas de câmbio e de juros; e
- as condições econômicas e políticas internas, inclusive em razão das eleições gerais em 2010.

A condição financeira e a liquidez da Companhia são influenciadas por diversos fatores, dentre eles:

- a capacidade de geração de caixa de seus negócios;
- as taxas de juros praticadas no Brasil e no exterior e movimentações nas taxas de câmbio, as quais influenciam sua cobertura do serviço da dívida;
- as cláusulas restritivas de alguns contratos de financiamento (incluindo a escritura de emissão das 7,875% Senior Notes com vencimento em 2020), as quais poderão restringir sua flexibilidade financeira e operacional;
- sua capacidade de obter outros financiamentos de instituições financeiras brasileiras e internacionais e de vender seus títulos de dívida nos mercados nacional e internacional de valores mobiliários, com taxas aceitáveis;
- suas necessidades de dispêndios em projetos de investimento (Capex), que consistem basicamente de gastos na manutenção das suas unidades industriais, expansão de sua capacidade de produção e tecnologia da informação; e
- a obrigatoriedade, de acordo com a legislação brasileira e em nosso estatuto social, do pagamento de dividendos em valor igual ou superior a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

É opinião dos diretores que as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia como positivas, principalmente, por contar com um alto grau de verticalização e um modelo diferenciado de negócio, o que tem lhe permitido manter o melhor nível de margem operacional do seu setor, em sua visão. A estratégia de crescimento da Companhia tem sido pautada na análise criteriosa da sua capacidade de geração de caixa, crescimento potencial dos setores em que atua, capacidade produtiva vis-a-vis os riscos inerentes ao seu negócio. Portanto, é opinião dos diretores que, seja pela capacidade de geração de caixa ou de negociar boas condições de prazo e custo para suas dividas, que a Companhia possui plenas condições de honrar seus compromissos operacionais e financeiros e de buscar seu crescimento de forma sustentável.

É opinião dos diretores também que o principal fator externo que deve afetar a Companhia nos próximos anos seja a taxa de câmbio, com a tendência de valorização do real em relação a outras moedas, influenciando direta ou indiretamente as importações no mercado siderúrgico sul-americano, as importações de produtos refratários para o mercado sul-americano, as exportações de nossos produtos para mercados fora da América do Sul, e a consolidação das nossas operações na América do Norte, Europa e Ásia.

Especificamente em relação ao mercado mundial de refratários, pelo entendimento dos diretores esse é um mercado fragmentado, com mais de 50% do mercado pertencente a empresas com menos de 1% de participação total. Por esse motivo, é opinião dos diretores que haverá uma continuação do movimento de consolidação nesse setor.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

A tabela a seguir resume a estrutura de capital da Companhia:

	30/09/10	31/12/09	31/12/08	31/12/07
Capital Próprio	43,8%	44,7%	38,0%	35,1%
Capital de Terceiros	56,2%	55,3%	62,0%	64,9%

Não há hipótese de resgate de ações prevista no estatuto social da Companhia. A Companhia possui somente ações ordinárias em sua estrutura de capital.

Na estrutura de capital apresentada, Capital Próprio é o patrimônio líquido da Companhia, conforme apresentado nas demonstrações financeiras: R$2.223,0 milhões em 30 de setembro em 2010, R$2.219,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, R$2.113,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, e R$814,0 milhões em 31 de dezembro de 2007. Capital de terceiros é o passivo total menos o Capital Próprio: R$2.854,9 milhões em 30 de setembro em 2010, R$2.746,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, R$3.450,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, e R$1.506,1 em 31 de dezembro de 2007.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Somos parte em diversos contratos financeiros que nos exigem observar determinadas obrigações e quocientes financeiros, dentre os quais se inclui:

- manutenção de um quociente máximo entre endividamento líquido consolidado e LAJIDA[1]; e
- manutenção de quociente mínimo entre LAJIDA e despesa financeira líquida consolidada.

Um inadimplemento de nossos contratos financeiros que não seja tolerado ou renunciado formalmente pelo respectivo credor pode resultar em uma decisão de tal credor em declarar o vencimento antecipado da dívida, o que, por sua vez, poderia ensejar o vencimento antecipado de outras dívidas em razão de previsão contratual nesse sentido (*cross default*).

Nossos ativos e fluxo de caixa podem ser insuficientes para pagamento da totalidade da dívida da companhia decorrente de contratos financeiros, seja nas datas de pagamento originalmente contratadas, mas também em caso de vencimento antecipado e cobrança integral da dívida financeira, o que afetaria nossa posição financeira materialmente.

No primeiro trimestre de 2010, finalizamos a renegociação das condições financeiras contratadas em duas linhas de financiamento representativas de 56,7% do total da dívida em 31/12/09, possibilitando, além do alongamento do prazo de pagamento, redução das taxas de juros. Adicionalmente, no mesmo trimestre, concluímos a captação de US$400,0 milhões com a emissão de títulos de renda fixa e de longo prazo (bonds), vencíveis em 2020, dos quais US$300,0 milhões já foram utilizados na liquidação antecipada do empréstimo com o banco JP Morgan. Com esses eventos, é opinião dos diretores que as linhas de financiamentos da Companhia estão mais adequadas à sua capacidade de pagamento, principalmente, pela

[1]"LAJIDA" compreende, de acordo com o Ofício Circular CVM n.º 1/2005, os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização e das participações de acionistas minoritários, participações dos administradores e despesas não operacionais, líquidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

sua capacidade de geração de caixa, reduzindo assim o seu risco e proporcionando melhores condições para implementar sua estratégia de crescimento.

Em 2009, é opinião dos diretores que a Magnesita priorizou a utilização do seu fluxo de caixa livre para a redução do endividamento e, durante o decorrer de 2009, amortizou dívidas mais caras e captou, quando necessário, modalidades que pudessem ser vinculadas às suas exportações. Nesse ano, a Companhia encerrou o aumento de capital onde foram emitidas e integralizadas 44.871.795 ações ordinárias, gerando um aumento de capital de R$350,0 milhões. Com a conclusão do processo de aumento de capital, a Companhia pré-pagou US$ 175,0 milhões da sua linha de crédito junto ao Banco JP Morgan.

Em 2008, a Companhia contraiu valores significativos de dívida para financiar a aquisição da LWB. Até 2007, a Companhia não possuía valores significativos de dívida. É opinião dos diretores que o perfil da dívida é foco das atenções sendo constantemente monitorado e sempre que oportunidades de renegociação surgirem, alterações serão feitas buscando otimizar a estrutura de capital e reduzir a alavancagem financeira e, consequentemente, o seu risco.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atividades de financiamento

As atividades de financiamento geraram caixa de R$7,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 e geraram caixa de R$ 254,8 milhões no mesmo período de 2009. A variação se atribui, principalmente, ao foco na redução do nosso endividamento em 2009 e a emissão, no valor de US$ 400 milhões, de *senior notes* com juros de 7,875% e vencimento em 2020 realizada no 1º trimestre de 2010, e o adiantamento para futuro aumento de capital de R$ 334,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, pagamos, em dinheiro, empréstimos e financiamentos, inclusive nosso *senior export facility agreement* de US$ 300 milhões, com JP Morgan Chase Bank, N.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A., no valor de R$ 507,1 milhões, e duas notas de crédito à exportação com Banco do Brasil S.A., de um valor total de R$44 milhões, contratadas em fevereiro de 2010. A fonte principal dos recursos aplicados no pagamento do nosso *senior export facility agreement* de US$ 300 milhões foi a emissão, no valor de US$ 400 milhões, de senior notes com juros de 7,875% e vencimento em 2020, que resultou na captação de US$391 milhões líquidos, e a fonte principal dos recursos aplicados no pagamento de dois financiamentos com Banco do Brasil S.A., no valor total de R$44 milhões, foi a contratação de novo financiamento com Banco do Brasil S.A., no valor de R$ 200 milhões.

Em 2009, nossas fontes principais de financiamento incluíram um aumento de capital no valor de R$ 350,0 milhões e novos empréstimos e financiamentos no valor de R$305,7 milhões, o que inclui adiantamentos sobre contratos de câmbio. Também liquidamos empréstimos e financiamentos no valor de R$771,3 milhões, entre outros parte da *Senior Export Facility*.

As atividades de financiamento consumiram caixa líquido no valor de R$116,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e geraram caixa líquido de R$791,8 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2008. A variação se deu principalmente ao foco da Companhia na redução do endividamento em 2009 e à sua contratação de valores significativos de dívida para financiar a aquisição da LWB em 2008.

Em 2008, as principais fontes de financiamento compreenderam novas captações, incluindo as notas de crédito de exportação do Banco Bradesco S.A., e do Itaú BBA S.A. e a *Senior Export Facility* do JP Morgan. Em 2008, o caixa proveniente de ingressos de empréstimos e financiamentos totalizava R$2.676,4 milhões, e o aumento de capital R$397,7 milhões. Durante o exercício de 2008, foi utilizado caixa na amortização de financiamentos, dentre eles o empréstimo obtido junto ao Banco ABN Amro Real S.A. pela Magnesita Refratários S.A. para financiar a aquisição da Magnesita S.A., no valor de R$2.276,3 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Endividamento:

Em 30 de setembro de 2010, o endividamento consolidado da Companhia totalizava R$1.894,1 milhões, composto por R$98,4 milhões em dívida de curto prazo, incluindo a parte circulante da dívida de longo prazo, e R$1.795,7 milhões em dívida de longo prazo. No consolidado, a dívida denominada em real em 30 de setembro de 2010 somava R$1.038,4 milhões, e a denominada em moeda estrangeira totalizava R$855,7 milhões, líquidos dos custos de transações.

Em 30 de setembro de 2010, sobre a dívida denominada em real incidiam juros a uma taxa média de 14,7% a.a., e sobre a dívida denominada em moeda estrangeira incidiam juros a uma taxa média de 7,2% a.a. para financiamentos denominados em dólar e 6,7% a.a. para financiamentos denominados em euro. Em 30 de setembro de 2010, 62,1% da dívida da Companhia incorria juros a taxas flutuantes.

Endividamento de Curto Prazo

Em 30 de setembro de 2010, a dívida de curto prazo consolidada da Companhia consistia da parte circulante do endividamento de longo prazo e de adiantamentos sobre contratos de câmbio.

Endividamento de Longo Prazo

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas referentes ao endividamento de longo prazo em 30 de setembro de 2010 (inclui a parcela de curto prazo das dívidas de longo prazo).

	Moeda	Taxa de Juros Média Anual	Saldo em Aberto	Vencimento Final
Senior Notes.(1)	US$	7,875%	R$657,9	Março 2020
NCE —Banco Bradesco S.A.(2).	R$	CDI + 2,75%	R$144,1	Março 2015
NCE —Itaú BBA S.A.(3)	R$	CDI + 2,75%	R$704,1	Março 2015
NCE – Banco do Brasil	R$	CDI + 1,50%	R$203,6	Agosto 2015
Custos da transação a amortizar			R$(14,8)	
Financiamento de Importação	US$	2,32%	R$10,8	Setembro 2012
Financiamento de Plantas, Propriedades e de Equipamentos	R$	TJLP + 2,05%	R$0,7	Março 2014
Arrendamento Mercantil Financeiro	R$	CDI	R$0,7	Dezembro 2013
Pré-pagamento de Exportação (PPE)	US$	4,48%	R$96,9	Agosto 2015
Outros			R$33,8	Março 2014

(1) No primeiro trimestre de 2010, concluímos a captação de US$400,0 milhões com a emissão de títulos de renda fixa e de longo prazo (bonds), vencíveis em 2020.
(2) Nos termos do aditamento celebrado em 10 de fevereiro de 2010, a taxa de juros aplicável à nota foi alterada para CDI acrescida de 2,75% e o vencimento foi estendido para 2015.
(3) Nos termos do acordo celebrado em 25 de fevereiro de 2010, a taxa de juros aplicável à nota foi alterada para CDI acrescida de 2,75%. A efetivação da alteração da taxa de juros está condicionada à celebração de aditamento à nota.

A tabela abaixo resume nossas obrigações contratuais significativas e compromissos em 30 de setembro de 2010:

Obrigações Contratuais (em milhares de reais)	< 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5anos	> 5 anos	Total
Longo Prazo	41.651	333.561	799.971	661.920	1.837.103
Arrendamento mercantil financeiro	521	191	16	--	728
Total	42.172	333.752	799.987	661.920	1.837.831

Adicionalmente às dívidas apresentadas no quadro acima, a Companhia possui linhas de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, no valor de R$56,2 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Portanto, em 30 de setembro de 2010, as fontes de financiamento para capital de giro são os Pré-pagamentos de Exportação (PPEs), no valor de R$96,9 milhões e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, no valor de R$56,2 milhões, totalizando R$153,1 milhões em capital de giro.

As fontes para financiamento em ativos não-circulantes utilizados são as *Senior Notes*, no valor de R$657,9 milhões, as Notas de Crédito à Exportação, no valor total de R$1.037,0 milhões, linhas de financiamento de importação, no valor total de R$10,8 milhões, linhas de financiamento de plantas, propriedades e equipamentos, no valor de R$0,7 milhão, arrendamento mercantil financeiro no valor de R$0,7 milhão, e outros no valor de R$33,8 milhões.

Caso venha a ter necessidade, a Companhia pode contratar linhas de crédito similares às descritas acima, sempre atenta para que o custo e o prazo de financiamento sejam adequados ao motivo do financiamento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em bases históricas, temos acomodado nossa necessidade de caixa (incluindo recursos necessários para pagamentos de parcelas de principal e juros no respectivo vencimento, refinanciamento de dívida, e recursos para capital de giro e os dispêndios em projetos de investimento (Capex) planejadas) a partir do fluxo de caixa operacional, empréstimos, ofertas de ações ou dívidas, bem como de recursos provenientes da venda de ativos.

Para cobrir eventuais deficiências de liquidez, a Companhia pode contratar para capital de giro linhas de Pré-pagamentos de Exportação (PPEs) e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio. Para investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia pode realizar emissões de dívida similares as *Senior Notes*, emissões de ações, captação de NCEs, linhas de financiamento de importação, linhas de financiamento de plantas, propriedades e equipamentos, linhas de arrendamento financeiro, e outros tipos de endividamento que a Companhia julgar adequados.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O disposto a seguir é um resumo dos nossos instrumentos de dívida relevantes. As informações constantes deste quadro referem-se aos três últimos exercícios sociais e o último período corrente. A descrição é apenas um resumo e não se destina a descrever todos os termos de nossos acordos de crédito considerados importantes.

<u>*Senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875%</u>

Em março de 2010, realizamos uma emissão de *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875%, de um valor total de US$ 400 milhões. Aplicamos os recursos captados com essa emissão na liquidação de uma *senior export facility* de US$ 300 milhões com JPMorgan Chase Bank, N.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A.

As *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875% vencerão em 30 de março de 2020. Sobre as *senior notes* incidirão juros de 7,875% ao ano, sendo que os juros serão pagos em 30 de março e 30 de setembro em cada ano, partir de 30 de setembro de 2010.

A escritura de emissão das *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875% impõe limites à faculdade de Magnesita e determinadas subsidiárias de:

- assumir endividamento adicional;
- pagar dividendos e efetuar outros pagamentos sujeitos a restrições;
- efetuar determinados investimentos;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- concluir a alienação de determinados ativos;
- assumir ônus;
- efetuar a fusão, incorporação, venda ou outra alienação de todos nossos ativos ou de uma parte substancial dos nossos ativos; e celebrar determinadas operações com afiliadas.

Ressalvadas determinadas exceções, a escritura de emissão das *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875% faculta a assunção de endividamento adicional pela Companhia e pelas nossas subsidiárias restritas.

Em 30 de setembro de 2010, o saldo devedor das *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875% era de US$ 400 milhões.

Financiamento para Aquisição de Investimentos

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia obteve empréstimo junto ao Banco ABN Amro Real S.A., no valor de R$ 560 milhões mediante a emissão de 56 CCB – Cédula de Crédito Bancário com vencimento em 180 dias e com opção de renovação por mais 360 dias, corrigidas pela variação da Taxa DI e acrescido de juros de 0,80% ao ano. Em 13 de dezembro de 2007 a Companhia efetuou nova tomada mediante a emissão de outras 7 Cédulas de Crédito Bancário, no montante de R$ 70 milhões, com as mesmas condições das anteriores.

Em 20 de março de 2008 a Companhia optou por refinanciar esta dívida por uma operação de nota de crédito de exportação realizada com o Itaú BBA S.A.

Notas de Crédito à Exportação — Itaú BBA S.A.

Em 20 de março de 2008, a Magnesita e o Unibanco-União de Bancos Brasileiros S.A. (sucedido pelo Banco Itaú BBA S.A.), celebraram Nota de Crédito à Exportação (posteriormente alterada em 11 de agosto de 2009, 5 de novembro de 2009, 8 de abril de 2010 e 10 de maio de 2010) para o financiamento das exportações, no montante de R$ 800 milhões, com juros anuais equivalentes à taxa média diária dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") acrescida de 2,75%. Em agosto de 2010, a Magnesita pagou R$150 milhões, incluindo principal e juros. Após tal pagamento, o pagamento do principal deve ser efetuado em três parcelas anuais, sendo a primeira de aproximadamente R$ 157,7 milhões a ser paga em fevereiro de 2013, e as duas parcelas subsequentes de aproximadamente R$266,7 milhões, a serem pagas em março de 2014 e 2015.

Além dos eventos usuais de vencimento antecipado, o contrato prevê as mesmas obrigações financeiras aplicáveis à Magnesita na Nota de Crédito à Exportação celebrada com Banco Bradesco S.A. descritas acima.

Em 30 de setembro de 2010 o saldo devedor em relação a este contrato era de R$704,1 milhões.

Notas de Crédito à Exportação — Banco Bradesco S.A.

Em 22 de abril de 2008, a Magnesita e o Banco Bradesco S.A. celebraram Nota de Crédito à Exportação para financiar a compra de matéria-prima utilizada em exportações (posteriormente alterada em 13 de agosto de 2009, em 23 de outubro de 2009, 10 de fevereiro de 2010, 3 de maio de 2010 e 7 de dezembro de 2010), no valor de R$ 166,9 milhões, com juros anuais equivalentes à taxa CDI, acrescidos de 1,35%. Uma parcela inicial do principal, no montante de R$ 33,4 milhões, foi paga em 2009. O pagamento do principal em aberto deve ser efetuado em três parcelas iguais e anuais de aproximadamente R$ 44,5 milhões, a ser pago no período de 2013 a 2015.

Além dos eventos usuais de vencimento antecipado, o contrato prevê a seguinte obrigação financeira, que se aplica à Magnesita:

- O quociente de sua Alavancagem Líquida Consolidada não deverá ser maior que 6,0 no quarto trimestre de 2009, 5,5 no primeiro trimestre de 2010, 5,0 no segundo trimestre de 2010, 4,5 no

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

terceiro e quarto trimestres de 2010, 4,0 no primeiro trimestre de 2011, e 3,5 no segundo trimestre de 2011 e em períodos subsequentes; e

● O quociente entre o LAJIDA Consolidado e Despesa Líquida com Juros Consolidada deverá ser igual ou maior a 1,5 no quarto trimestre de 2009 e no primeiro trimestre de 2010, 1,75 nos segundo e terceiro trimestres de 2010, e 2,0 no quarto trimestre de 2010 e em períodos subsequentes.

Em 30 de setembro de 2010 o saldo devedor em relação a este contrato era de R$144,1 milhões.

Senior Export Facility (JP MORGAN)

Em setembro de 2008 a Companhia e o JP Morgan celebraram *Sênior Export Facility* no valor de US$ 475 milhões obtida com o vencimento em 6 anos após um período de carência de 30 meses e juros anuais de LIBOR (*London Interbank Offered Rate*, taxa de juro praticada no mercado interbancário de Londres) + 2,5%. Os *covenants* financeiros anuais eram os seguintes:

	2008	A partir de 2009
Dívida líquida/LAJIDA	Máximo de 4	Máximo de 3,5
LAJIDA /Despesa financeira líquida	Mínimo de 2	Mínimo de 2

A *Senior Export Facility* foi renegociada em 14 de agosto de 2009 tendo a taxa de juros anuais sido alterada para LIBOR (com garantia de taxa mínima de 2,5%) + 5,0%. Após a renegociação os *covenants* financeiros anuais passaram a ser:

	Dívida líquida/ LAJIDA	LAJIDA /Despesa financeira líquida
4T 2009	6,0	1,50
1T 2010	5,5	1,50
2T 2010	5,0	1,75
3T 2010	4,5	1,75
4T 2010	4,5	2,00
1T 2011	4,0	2,00
2T 2011 em diante	4,0	2,00

Como parte da renegociação da dívida, em novembro de 2009 a Companhia efetuou uma amortização extraordinária de US$ 175 milhões.

Em março de 2010 a Companhia pré-pagou a *Senior Export Facility* utilizando os fundos obtidos na emissão de títulos de dívida (*senior notes*) denominados em dólares norte-americanos.

Notas de Crédito a Exportação (NCE) – Banco do Brasil S.A.

Em 5 de agosto de 2010, a Magnesita e o Banco do Brasil SA, celebraram Nota de Crédito à Exportação para o financiamento das exportações e capital de giro no valor de R$ 200 milhões, a uma taxa média anual equivalente à CDI + 1,5%. O pagamento do principal deve ser efetuado em três parcelas iguais e anuais de aproximadamente R$ 66,6 milhões, a serem pagas entre 2013 e 2015. Além dos eventos usuais de vencimento antecipado, o contrato prevê a seguinte obrigação financeira, que se aplica à Magnesita:

● o quociente entre o endividamento consolidado líquido e o LAJIDA nos últimos 12 meses não deverá ser maior que 4,75 no período findo em 31 de dezembro de 2010, 4,00 no período findo em 31 de dezembro de 2011, e 3,75 no período findo em 31 de dezembro de 2012 em períodos subsequentes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Magnesita aplicou R$ 46,3 milhões dos recursos captados através dessa note na liquidação de duas notas de crédito a exportação celebradas com Banco do Brasil S.A. em fevereiro de 2010, e outros R$ 150 milhões na liquidação parcial da nota de crédito a exportação celebrada com o Banco Itaú BBA S.A. em março de 2008.

Em 30 de setembro de 2010, o saldo devedor nos termos deste contrato era de R$203,6 milhões.

Pré-pagamento de Exportação (PPE) – Banco Santander

Em 28/04/2010, Magnesita e Banco Santander (Brasil) S/A (Grand Cayman Island Branch) celebraram um contrato de financiamento de exportações e de capital de giro, no valor de US$ 25 milhões, com juros anuais equivalentes a 64% da CDI. O pagamento do principal deverá ser efetuado em 10 parcelas iguais e semestrais de aproximadamente US$ 2,5 milhões, vencendo em outubro e abril no período de 2010 até 2015. Além dos eventos usuais de vencimento antecipado, o contrato estabelece determinadas obrigações, assim como limitações aplicáveis à endividamento, pagamentos, ônus, alienação de ativos, fusões, incorporações e determinadas operações com afiliadas, idênticas às limitações aplicáveis às *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875%.

Em 27/05/2010, Magnesita e Banco Santander (Brasil) S/A (Grand Cayman Island Branch) celebraram um contrato de financiamento de exportações e de capital de giro, no valor de US$ 5 milhões, com juros anuais equivalentes a 63,8% da CDI. O pagamento do principal deverá ser efetuado em 10 parcelas iguais e semestrais de aproximadamente US$ 0,5 milhão, vencendo em novembro e maio no período de 2010 até 2015. Além dos eventos usuais de vencimento antecipado, o contrato estabelece determinadas obrigações, assim como limitações aplicáveis à endividamento, pagamentos, ônus, alienação de ativos, fusões, incorporações e determinadas operações com afiliadas, idênticas às limitações aplicáveis às *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875%.

Em 30 de setembro de 2010, o saldo devedor nos termos destes contratos era de R$52,2 milhões.

Pré-pagamento de Exportação (PPE) – Banco do Brasil

Em 12 de novembro de 2010, a Magnesita e o Banco Bradesco S.A. celebraram Nota de Crédito à Exportação (NCE) para financiar exportações e capital de giro no valor de US$25 milhões, com juros anuais equivalentes à LIBOR acrescida de 3,08% ao ano. Nos termos de tal contrato, o pagamento de principal é devido em 6 parcelas iguais semestrais de aproximadamente US$4,2 milhões, a serem pagas no período de 2013 a 2015, nos meses de maio e novembro.

Além dos eventos usuais de vencimento antecipado, o contrato prevê restrições à realização de operações de fusão e certas transações com afiliadas, dentre outras.

Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito – Banco Itaú BBA

Em 8 de junho de 2010 a Magnesita e o Banco Itaú BBA S.A. celebraram Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito, com recursos provenientes do "Programa BNDES de Sustentação do Investimento – BNDES PSI, Subprograma Exportação Pré-Embarque", no valor de US$ 40 milhões, com juros de 7% ao ano e vencimento em 15 de dezembro de 2011. Até 30 de setembro de 2010, não houve desembolso dos recursos objeto do contrato. Além dos eventos usuais de vencimento antecipado, o contrato prevê obrigações (*covenants*).

Adiantamentos para contratos em moeda estrangeira

A Magnesita também celebrou uma série de adiantamentos de contrato de câmbio junto a várias instituições financeiras. Em 30 de setembro de 2010, a Magnesita figurava como parte em 8 adiantamentos de contrato de câmbio celebrados com o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., sendo o montante total em aberto nos termos dos referidos adiantamentos, em 30 de setembro de 2010, de R$ 56,2 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em todos os contratos de endividamento apresentados neste quadro, as eventuais cláusulas restritivas impostas à Companhia estão sendo cumpridas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além dos instrumentos de dívida acima descritos, a Magnesita também é parte em vários contratos de crédito, contratos de pagamento antecipado de exportação, contratos de arrendamento mercantil, contratos de linha de crédito e cédulas de crédito bancário, em um montante de aproximadamente R$ 46,0 milhões em 30 de setembro de 2010.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Em 30 de setembro de 2010, R$ 1,4 milhão da dívida da Companhia era denominada em reais e R$10,8 milhões da dívida da Companhia denominada em moeda estrangeira, contando com garantia real. Trata-se de financiamentos para aquisição de bens os quais foram dados em garantia da própria dívida contraída para financiar sua aquisição. Os termos e condições inerentes a cada financiamento e garantia variam de acordo com a transação.

Além dessas obrigações com garantia real, as demais principais dívidas da Companhia descritas no item 10.1(f)(i) acima são obrigações sem garantia real e não subordinadas da Companhia, conforme o caso, e têm o mesmo nível de preferência, em termos de direito de pagamento, entre si.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Algumas das nossas dívidas de longo prazo, incluindo nossos contratos de financiamento e as "7,875% senior notes", estabelecem obrigações que limitam a nossa habilidade e a de nossas subsidiárias de praticar determinados atos, incluindo restrições a: celebração de dívidas adicionais, pagamento de dividendos ou outras distribuições, realização de investimentos, oneração de ativos, certas transações com partes relacionadas, realização de certos pagamentos, venda de ativos, implementação de reorganizações societárias, dentre outras. A violação das obrigações relativas ao nosso endividamento de longo prazo constituiria um evento de default que, por sua vez, poderá implicar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos. Por exemplo, em 2009, obtivemos renúncias dos nossos credores, sem as quais teríamos violado determinadas obrigações financeiras previstas nos nossos contratos de financiamento, implicando no vencimento antecipado das nossas obrigações nos termos dos referidos contratos.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Atualmente, não há financiamentos com limite de utilização dos recursos contratados pela Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparativo do Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2010 com o Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2009

Receita Líquida

A receita líquida é calculada deduzindo-se da receita bruta os impostos sobre receita e serviços. A receita

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

líquida aumentou em 21,5%, ou R$ 299,3 milhões, alcançando R$ 1.688,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, em relação à receita líquida de R$ 1.388,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. A segregação da receita líquida por mercado interno e externo e por segmento é efetuada com base nas informações extraídas de nossos sistemas contábeis. De acordo com essa segregação, a receita líquida no mercado brasileiro cresceu 40,1%, ou R$231,0 milhões, para R$807,5 milhões no período encerrado em 30 de setembro de 2010 em relação a R$576,5 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009, refletindo um aumento no volume de venda de refratários e um aumento no volume de serviços relacionados a esses produtos. O mercado brasileiro foi responsável por 47,8%, ou R$ 807,5 milhões, da nossa receita líquida (comparado com os 41,5% ou R$ 576,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009), e o mercado externo foi responsável por 52,2% ou R$ 880,7 milhões (comparado com os 58,5% ou R$ 812,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009). O aumento na receita líquida no mercado brasileiro reflete a recuperação econômica mais acelerada no Brasil, relativa à de outros mercados. De acordo com a Worldsteel Association, a produção de aço no Brasil, por exemplo, aumentou em 34,6%, ou 6,4 milhões de toneladas, passando de 18,5 milhões de toneladas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 a 24,9 milhões de toneladas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, enquanto no mercado externo, ainda de acordo com a Worldsteel Association, o aumento no mesmo período foi de 20,5%, ou 173,6 milhões de toneladas, passando de 848,6 milhões de toneladas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 a 1.022,2 milhões de toneladas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010.

A receita líquida para a indústria siderúrgica, que apresentou um crescimento global de produção de 19,6% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, se comparado ao período de nove meses encerrado em 2009 conforme relatório de segregação da receita líquida por cliente baseado em informações da Contabilidade, representaram 85,4% da nossa receita de refratários, em relação aos 82,0% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

Ainda com base no referido relatório, a receita líquida para a indústria cimenteira foi de R$ 135,0 milhões ou 9,1% da nossa receita total de vendas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2010, comparado a R$ 161,0 milhões 13.1% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009, uma queda de 4.0%. Essa diminuição resultou da redução de vendas no mercado norte-americano de cimento no primeiro e segundo trimestres de 2010, conforme publicado pela International Cements Review.

Na indústria cimenteira, a produção de cimento no Brasil aumentou em 14,9%, ou 5,6 milhões de toneladas, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, em relação ao mesmo período em 2009 de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, o que reflete uma demanda maior para cimento, devido em grande parte às obras de infra-estrutura relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do governo federal e o programa habitacional popular, Minha Casa Minha Vida.

O volume de vendas de refratários somou 772.888 toneladas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 conforme informações obtidas na Contabilidade, superando o volume de vendas anterior à recente crise econômica global, e reflete um aumento de 30,6% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação ao mesmo período em 2009. A receita líquida auferida de refratários aumentou em 20,3%, ou R$ 250,9 milhões, passando de R$1.233,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 a R$1.484,3 milhões no mesmo período em 2010.

Houve também um aumento nas vendas de nossos negócios de serviços com base no relatório de segregação da receita líquida por cliente baseado em informações obtidas em nossos sistemas contábeis, que focam em serviços mecânicos e de manutenção de refratários para clientes da indústria siderúrgica. A receita dos serviços prestados aumentou 71,2%, ou R$ 48,5 milhões, chegando a R$ 116,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, comparado aos R$ 68,1 milhões no mesmo período de 2009, refletindo a maior demanda da indústria siderúrgica.

Os volumes de vendas de nossos negócios de minerais reduziram 2,3%, chegando a 652.675 toneladas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação às 668.112 toneladas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Apesar da redução no volume, as vendas líquidas deste segmento aumentaram 17,3%, ou R$ 8,0 milhões, chegando a R$ 54,2 milhões no período de nove meses

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

findo em 30 de setembro de 2010 em relação aos R$ 46,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. O aumento na receita deste segmento foi devido a ajustes de preço e a um aumento na mistura dos produtos, com uma parcela maior de minerais de valor superior, como cromita, talco e óxido de magnésio.

Os volumes de vendas de sínter de dolomita e magnesita reduziram 1,5%, chegando a 63.449 toneladas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação às 64.442 toneladas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. As vendas líquidas de sínter reduziram 35,6%, ou R$ 14,4 milhões, chegando a R$ 26,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação aos R$ 40,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Isto resulta do fato de que, em nossos negócios, sínter de dolomita e magnesita são vendidos somente quando a produção de refratário não consegue absorver toda a produção de sínter e que operamos em plena capacidade durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010.

As vendas líquidas no mercado estrangeiro aumentaram 8,4%, ou R$ 68,3 milhões, chegando a R$ 880,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação aos R$ 812,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Este aumento reflete um aumento significativo nos volumes de vendas de produtos de refratário de nossas unidades na América do Norte e Europa em comparação com o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, conforme informações obtidas dos sistemas contábeis das respectivas unidades.

A tabela abaixo apresenta as vendas líquidas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 2009 e foi preparada com base em informações extraídas de nossos sistemas contábeis:

Receita Líquida	**Para o período de 9 meses findos em**	
(em milhões de reais)	**30 de Setembro de 2010**	**30 de Setembro de 2009**
Mercado Interno (Brasil)	**807.460**	**576.523**
Refratários	650.830	471.453
Sínter de Magnesita	552	4.555
Outros Minerais (*)	39.485	32.441
Serviços	116.593	68.074
Mercado Externo	**880.732**	**812.334**
Refratários (Unidades na América do Sul)	104.206	129.403
Refratários (demais Unidades)	729.272	632.452
Sínter de Magnesita	15.395	28.220
Sínter de Dolomita	10.152	7.755
Outros Minerais (*)	14.731	13.791
Outros Produtos (**)	6.976	696
Serviços	—	17
Total	**1.688.192**	**1.388.857**
Refratários	1.484.308	1.233.308
Sínter de Magnesita/Dolomita	26.099	40.530
Outros Minerais (*)	54.216	46.232
Outros Produtos (**)	6.976	696
Serviços	116.593	68.091

(*) "Outros Minerais" correspondem a dolomita, cromita, talco e óxido de magnésio.

(**) "Outros Produtos" correspondem a subprodutos vendidos pelas unidades fora da América do Sul.

Custo de produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados aumentou 16,1%, ou R$ 152,3 milhões, chegando a R$ 1.097,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação aos R$ 945,6

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Este aumento foi devido à recuperação econômica observada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, enquanto as vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 foram afetadas pela crise econômica internacional.

Considerando somente as unidades da América do Sul, conforme nossos registros contábeis o custo dos produtos vendidos e serviços prestados aumentou 25,1%, ou R$ 113,9 milhões, chegando a R$ 568,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação aos R$ 454, 5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, de acordo com o aumento de 26,5% nas receitas líquidas.

No que diz respeito às outras unidades, também conforme nossos registros contábeis o custo dos produtos vendidos e serviços prestados aumentou 7,8%, ou R$ 38,4 milhões, chegando a R$ 529,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação aos R$ 491,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

O aumento no custo dos produtos vendidos e serviços prestados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em comparação com o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 está principalmente relacionado ao aumento de 16,0% nas vendas (tanto em termos de volume quanto de preço) no mesmo período. Esse aumento no custo foi parcialmente compensado pela valorização de 8,5% do real ante ao euro de acordo com as taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil no período quando o valor de tal custo foi convertido para reais.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou 33,2%, ou R$ 147,0 milhões, chegando a R$ 590,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação aos R$ 443,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Como porcentagem das vendas líquidas, o lucro bruto aumentou 3,1%, chegando a 35,0% das vendas líquidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em comparação com os 31,9% das vendas líquidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

Despesas com venda

As despesas com venda aumentaram 23,7%, ou R$ 35,3 milhões, chegando aos R$ 184,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação aos R$ 148,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, principalmente devido às despesas mais altas de frete registradas nas unidades da América do Sul.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 5,0% ou R$ 8,1 milhões, chegando a R$ 169,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação aos R$ 160,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Este aumento foi devido às despesas de pesquisas de mercado e estudos de viabilidade de diversos projetos de expansão, incluindo projetos de investimento em matérias-primas.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas representaram um saldo de receita líquida de R$ 23,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, em comparação com o saldo de despesas líquidas de R$ 3,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, principalmente devido ao lucro na venda do bem imóvel em São Caetano do Sul - São Paulo, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, de R$ 12,1 milhões conforme razão contábil, e a reversão de R$ 12,3 milhões relacionados à provisão de despesas de plano de saúde para aposentados contabilizada em nossas operações dos Estados Unidos como resultado de diversas alterações feitas aos termos e condições do plano em 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro aumentou 99,8%, ou R$ 130,0 milhões, chegando a R$ 260,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação aos R$ 130,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

Resultado financeiro

As nossas despesas financeiras líquidas diminuíram 10,2%, ou R$ 17,2 milhões, chegando a R$ 151,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação aos R$ 169,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

A receita financeira é derivada de caixa e equivalentes de caixa e dos ganhos e perdas de variação monetária e cambial sobre os ativos. A receita financeira líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 foi de R$ 48,4 milhões (incluindo R$28,1 milhões de ganhos de variação monetária e cambial) e foi negativa no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 devido a perda de variação monetária e cambial sobre ativos em virtude da valorização do de 8,5% do real ante ao euro de acordo com as taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil, o saldo de receita financeira ficou devedor em R$ 17,2 milhões.

As despesas financeiras são efetivamente despesas relacionadas com a dívida e variação monetária e ganhos/perdas cambiais sobre os passivos. As despesas financeiras aumentaram 31,8%, ou R$ 48,3 milhões, chegando a R$ 200,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação aos R$ 152,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Este aumento foi devido à maior taxa de juros efetiva que a Magnesita teve que pagar no período de nove meses encerrado 30 de setembro de 2010 como resultado da renegociação, em outubro de 2009, de acordos de dívida em aberto, que implicaram maior taxa efetiva sobre o endividamento total da Companhia.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

Em razão dos fatores acima, o lucro antes dos impostos foi de R$ 108,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, comparado ao prejuízo de R$ 38,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa liquida de imposto de renda e contribuição social aumentou R$28,4 milhões, para uma despesa de R$38,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em relação a uma despesa de R$ 9,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

Imposto de renda e contribuição social correntes aumentaram R$ 8,5 milhões, chegando a uma despesa de R$ 13,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em comparação a uma despesa de R$ 4,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

O imposto de renda e contribuição social diferidos aumentaram R$19,9 milhões, para uma despesa de R$ 25,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 em comparação a uma despesa de R$ 5,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

A mudança no imposto de renda e contribuição social do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 está principalmente relacionada a nossos resultados operacionais. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, relatamos um prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social devido a um impacto significativo em nossos negócios da crise econômica internacional, enquanto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, reportamos um lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme aqui discutido, novas regras contábeis foram apresentadas em 2008, determinando que o ágio não pode mais ser amortizado para fins contábeis a partir de 1º de janeiro de 2009. Pelo fato de a amortização do ágio ainda ser dedutível para efeitos fiscais, registramos um passivo correspondente de imposto diferido.

Lucro (prejuízo) antes de participação minoritária

Em razão dos fatores acima, o lucro (prejuízo) antes de participação minoritária foi um lucro líquido de R$70.2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, em comparação com uma perda de R$ 48,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

Participação minoritária

A participação minoritária foi um debito de R$ 0,5 milhão no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 e um crédito de R$ 1,2 milhão no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

Lucro (prejuízo) líquido no período

Em razão dos fatores acima, o lucro (prejuízo) líquido para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 foi um lucro de R$ 70,7 milhões em comparação com um prejuízo de R$ 49,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

Balanço Patrimonial referente ao período de 30 de Setembro de 2010 comparado com o Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de Dezembro de 2009

Ativo Circulante

Disponibilidades
Em 30 de setembro de 2010, as disponibilidades da Companhia totalizaram R$ 450,0 milhões, que comparado a R$ 343,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, geraram um aumento de R$ 106,8 milhões, ou de 31,1%, principalmente devido ao caixa gerado nas operações, de R$ 290,5 milhões e caixa proveniente das atividades financeiras, de R$ 7,6 milhões.

Clientes
Em 30 de setembro de 2010, o total de créditos a receber de clientes no ativo circulante da Companhia era de R$ 479,7 milhões, que comparado com R$ 430,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, representou um aumento de R$ 49,2 milhões. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento do saldo de contas a receber no mercado interno, de R$ 38,3 milhões, decorrente de maior volume de vendas do que o verificado no período encerrado em 31 de dezembro de 2009. Além disso, houve um aumento de R$ 10,3 milhões referente aos créditos de clientes do mercado externo, também devido ao maior volume vendido.

Estoque
Em 30 de setembro de 2010, o total de estoque era de R$ 614,2 milhões, maior do que o valor apresentado em 31 de dezembro de 2009 que foi de R$ 509,5 milhões. Esta variação de R$ 104,7 milhões, ou 20,5%, ocorreu principalmente em virtude da recuperação do volume de produção e vendas de refratários. Os estoques de matéria-prima própria também tiveram aumento em virtude do maior ritmo de produção. Verifica-se no ano de 2010 um aumento no custo de matéria-prima, em especial as adquiridas de terceiros, decorrente de menor disponibilidade destes insumos por parte de produtores mundiais, em especial a China.

Créditos por vendas de imóveis
Em 30 de setembro de 2010 o total de créditos por venda de imóveis era de R$19,6 milhões comparado com o período encerrado em 31 de dezembro de 2009 no montante de R$ 14,4 milhões, um aumento de 36,0% equivalente a R$ 5,2 milhões devido principalmente a continuidade das vendas de unidades imobiliárias do empreendimento imobiliário mantido em São Caetano do Sul/SP.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Não Circulante

Em 30 de setembro de 2010, o ativo realizável a longo prazo da Companhia totalizava R$ 408,0 milhões, aumento de 8,9% comparado ao saldo de R$ 374,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. A variação ocorre principalmente devido ao aumento de créditos tributários em R$ 42,2 milhões, em especial os créditos sobre prejuízos fiscais da Magnesita Refratários. Os prejuízos fiscais gerados decorrem, especialmente, da amortização fiscal de ágios.

Em 30 de setembro de 2010, o ativo imobilizado da Companhia totalizava R$ 797,3 milhões, comparado a R$ 908,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. A variação de R$ 111,5 milhões deve-se, principalmente, à depreciação no período que totalizou R$ 85,8 milhões.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos
Em 30 de setembro de 2010, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R$ 98,4 milhões, representando uma redução de R$ 265,3 milhões em relação ao período de 31 de dezembro de 2009. A companhia refinanciou dívidas de curto prazo com a emissão de títulos de dívida.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos e emissão de títulos de dívida
Em 30 de setembro de 2010, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo, que incluem os valores de emissão de títulos de dívida, totalizavam R$ 1.795,7 milhões, uma redução de R$ 376,9 milhões em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2009. A companhia refinanciou dívidas de longo prazo com a emissão de títulos de dívida.

Em 2010 a subsidiária integral Rearden G Holdings Eins GmbH ("Rearden"). emitiu US$ 400 milhões em títulos de dívida. Tais títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por meio da subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Através destes títulos a Companhia liquidou dívidas de curto e longo prazo.

Contingências
A Companhia apresentou em 30 de setembro de 2010 um saldo de R$ 91,4 milhões, que foi 16,8% menor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2009, que foi de R$ 109,8 milhões. Esta variação ocorreu principalmente pela solução judicial de processos fiscais e trabalhistas.

Obrigações pós emprego
Em 30 de setembro de 2010 tinha um saldo de R$ 205,6 milhões, que foi 10,3% menor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2009 de R$ 229,2 milhões, ocasionado principalmente por efeitos de variação cambial sobre passivos atuariais de controladas no exterior.

Impostos Diferidos
Em 30 de setembro de 2010 o saldo de impostos diferidos era de R$ 243,3 milhões, o que representa um aumento de 27,0% ou R$ 51,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2009, que foi de R$ 191,5 milhões principalmente pelo reconhecimento do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre a amortização fiscal dos ágios por expectativa de rentabilidade futura que deixaram de ser amortizados contabilmente.

Patrimônio Líquido
Em setembro de 2010 o total do Patrimônio Líquido da Companhia foi de R$ 2.223,0 milhões, registrando um aumento de 0,1% em relação a 31 dezembro de 2009, ao qual foi de R$ 2.219,7 milhões. Esta variação foi provocada principalmente pelo lucro líquido do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 no valor de R$ 70,7 milhões, acrescido de um aumento de capital no montante de R$ 2,8 milhões, pela outorga de opções de ações no montante de R$ 4,1 milhões e pela redução da variação cambial de investimentos no exterior no montante de R$ 74,9 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2008

Receita líquida

A receita líquida é calculada deduzindo-se da receita bruta os impostos sobre receita e serviços. A receita líquida alcançou R$1.926,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 31,4%, ou R$460,5 milhões em relação aos R$1.466,1 milhões auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Este aumento deve-se principalmente à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008. O aumento foi parcialmente compensado pela redução da demanda pelos produtos da Companhia em função da crise econômica mundial.

A receita líquida no mercado brasileiro diminuiu em 21,9%, ou R$232,3 milhões, para R$827,5 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2009, ante R$1.059,8 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2008. Esta diminuição na receita líquida no mercado brasileiro se deu em razão da diminuição na produção de aço bruto no Brasil em 21,4% em 2009 comparativamente a 2008, o que refletiu o impacto adverso da crise econômica na indústria de aço brasileira. Enquanto os preços de nossos produtos permaneceram relativamente estáveis em 2009 comparativamente a 2008, o nosso volume de vendas caiu significativamente. Por exemplo, em 2009 nós vendemos aproximadamente 258 mil toneladas de refratários no mercado brasileiro comparado a 297 mil toneladas vendidas em 2008.

Embora a indústria siderúrgica brasileira tenha sido prejudicada pela crise econômica, a mesma apresentou sinais de recuperação antes que a indústria siderúrgica mundial. Em 2009, o governo brasileiro introduziu incentivos fiscais e outras medidas para combater os efeitos da crise econômica. Adicionalmente, o governo brasileiro manteve a taxa básica de juros para facilitar o acesso ao crédito e, consequentemente, aumentar o consumo. A partir do segundo trimestre de 2009, observou-se um ligeiro aumento na produção de aço. Apesar da crise econômica no Brasil, a indústria doméstica de cimento manteve-se relativamente estável, em grande parte devido aos projetos de infra-estrutura do Programa de Aceleração do Crescimento e do programa “Minha Casa, Minha Vida”.

A receita líquida no mercado externo foi de R$1.099,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, uma aumento de 170,5% correspondente a R$692,8 milhões em relação aos R$406,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Este aumento se deve principalmente à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008.

Esta diminuição na receita líquida no mercado externo teria sido decorrente da diminuição da demanda por nossos produtos no mercado externo em razão da crise econômica internacional, bem como do efeito adverso sobre a nossa gama de produtos resultantes da crise econômica internacional em 2009, durante a qual vendemos uma grande proporção de produtos de baixa margem de lucro em comparação com 2008. Nós experimentamos esse efeito em ambas as nossas vendas de refratários e minerais. Por exemplo, porque a crise econômica internacional diminuiu significativamente a demanda por aço inoxidável, nós vendemos uma proporção maior de nosso refratários aos produtores de aço bruto, que geralmente tem menor margem de lucro que os produtores refratários de aço inoxidável. Nós vendemos os volumes mais baixos de refratários no mercado externo em 2009 em comparação a 2008. A valorização significativa do real frente ao euro e ao dólar equivalente a 29,1% e 34,2%, respectivamente, em 2009, também causou a queda nas vendas no mercado externo.

A tabela abaixo apresenta as receitas líquidas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Líquida	Exercícios findos em	
(em milhões de *reais*)	**2009**	**2008**
Mercado Interno		
Refratários	R$678,2	R$833,0
Sínter de Magnesita	5,8	4,1
Outros Minerais	45,1	61,9
Serviços	98,3	160,8
Mercado Externo		
Refratários	1.024,9	337,5
Sínter de Magnesita	44,7	53,0
Sínter de Dolomita	9,7	1,8
Outros Minerais	17,2	10,3
Outros Produtos	2,7	3,1
Serviços	—	0,6
Total	R$1.926,6	R$1.466,1

Custo de produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados somou R$1.299,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, aumentando em 41,7%, ou R$382,8 milhões, em relação ao valor de R$916,9 milhões registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Este aumento se deu principalmente à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008.

Em 2009, os maiores componentes do custo de produtos vendidos e serviços prestados foram, em ordem de magnitude, matérias primas, mão de obra, obras (que incluem custos com consultoria e mineração), combustível, depreciação, manutenção e energia elétrica. Em 2008, os maiores componentes do custo de produtos vendidos e serviços prestados foram, em ordem de magnitude, matérias primas, mão de obra, combustível, outros, depreciação, manutenção e energia elétrica. Em 2009, houve uma redução nos custos de combustíveis, em função da queda do preço do petróleo, e nos custos de mão de obra, devido às reduções nos quadros funcionais e corporativos em âmbito global.

Resultado bruto

Em razão dos fatores acima, o lucro bruto somou R$626,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, elevando-se em 14,1%, ou R$77,6 milhões, em relação aos R$549,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. O lucro bruto representou 32,5% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, 5% inferior ao de 37,5% registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Despesas com vendas

As despesas com vendas somaram R$199,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, elevando-se em 59,4%, ou R$74,3 milhões, em relação aos R$125,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Este aumento se deu à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R$212,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, elevando-se em 32,5%, ou R$52,2 milhões, em relação aos R$160,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Este aumento deve-se principalmente à inclusão de 12 meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008, o que foi parcialmente mitigado pelos efeitos das medidas de redução de custos adotados em 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Amortização do ágio

Não registramos amortização de ágio no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, comparado a R$254,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Tal fato decorreu da introdução de novas regras contábeis que, de acordo com a Lei 11.638/07, ágio não pode ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009.

Outras receitas operacionais (despesas), líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas somaram R$24,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, uma redução de 60,8%, ou R$38,0 milhões em relação aos R$62,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Apesar do ganho relacionado ao processo judicial da Centrais Elétricas S.A. – Eletrobrás ("Eletrobrás") no montante de R$ 65,2 milhões (liquido das custas judiciais), a redução nas outras receitas (despesas) operacionais, líquidas deve-se a perdas atuariais relacionadas ao plano de benefícios da Magnus no valor de R$8,1 milhões, aumento nas despesas com reestruturação no montante de R$7,2 milhões, redução no ganho líquido na venda de imóveis no valor de R$52,3 milhões, redução no ganho com recuperação judicial de tributos no montante de R$13,2 milhões e redução na reversão de provisões no montante de R$19,3 milhões.

Lucro (perda) operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro somou R$239,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, elevando-se em 236,0%, ou R$168,0 milhões, em relação aos R$71,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. O aumento se deve principalmente à entrada em vigor de novas regras contábeis, os quais estabelecem que o ágio não deverá ser amortizado a partir de 1° de janeiro de 2009.

Resultado financeiro

As despesas financeiras, liquidas somaram R$238,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, representando uma queda de 71,6%, ou R$99,6 milhões, em relação as despesas financeiras, liquidas de R$139,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

A receita financeira é derivada de caixa e equivalentes de caixa e dos ganhos e perdas de variação monetária e cambial sobre os ativos. A receita financeira apresentou redução de R$134,6 milhões para uma despesa (proveniente da variação cambial ativa) de R$9,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 contra uma receita financeira de R$124,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A redução se deu à redução nos ganhos/perdas de variações monetárias e cambiais sobre ativos, em razão da desvalorização do dólar frente ao euro e ao real em 2009, comparativamente à valorização do dólar e do euro frente ao real em 2008.

As despesas financeiras são calculadas somando-se as despesas financeiras, que correspondem efetivamente às despesas relacionadas à dívida, e os ganhos/perdas de variações monetárias e cambiais sobre passivos. As despesas financeiras somaram R$228,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, reduzindo-se em 13,3%, ou R$35,1 milhões, em relação aos R$264,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A redução se deve ao aumento nos ganhos/perdas de variações monetárias e cambiais sobre passivos, em razão da desvalorização do dólar frente ao euro e ao real em 2009, comparativamente à valorização do dólar e do euro frente ao real em 2008, o que reduziu o valor em reais dos nossos passivos denominados em moeda estrangeira. A redução das despesas financeiras foi parcialmente compensada pelo aumento nas taxas de juros incidentes sobre a dívida da Companhia, como resultado da renegociação de alguns de seus contratos de financiamento em 2009.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

Registramos um lucro antes de impostos de R$0,5 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, comparado com um prejuízo de R$67,9 milhões registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de renda e contribuição social

Registramos uma despesa de imposto de renda e contribuição social de R$ 28,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, comparado com um crédito de R$ 14,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes aumentaram 9,1%, ou R$ 2,2 milhões, chegando a R$ 26,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em relação aos R$ 24,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Registramos uma despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos de R$ 2,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparado com um crédito de R$ 38,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Conforme discutido acima, as novas regras de contabilidade introduzidas em 2008 dispõem que o ágio deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009. Pelo fato de a amortização do ágio ainda ser dedutível para efeitos fiscais, criamos um passivo correspondente de imposto de renda diferido.

Lucro (prejuízo) antes da participação minoritária

Em razão dos fatores acima, o lucro (prejuízo) antes da participação de acionistas não controladores diminuiu 47,9%, ou R$ 25,8 milhões, chegando a um prejuízo de R$ 28,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em relação ao também prejuízo de R$ 53,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Participação minoritária

A participação dos acionistas minoritários nos lucros das nossas subsidiarias aumentou em R$1,5 milhão, chegando a R$1,5 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparativamente a R$0,0 milhão no exercício findo em 31 de dezembro 2008. Esse aumento foi devido a um aumento nos resultados operacionais das nossas subsidiarias.

Prejuízo do exercício

Em razão dos fatores acima, o prejuízo do exercício diminuiu 44,9%, ou R$24,2 milhões, para R$29,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 em relação a R$53,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de Dezembro de 2009 comparado com o Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de Dezembro de 2008

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa
Em 31 de dezembro de 2009, as disponibilidades da Companhia totalizaram R$ 343,2 milhões, que comparado a R$ 384,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, geraram uma redução de R$ 41,3 milhões, ou de 10,7% explicada principalmente pela aplicação de caixa nas atividades de financiamento no montante de R$116,8 milhões, devido ao foco da Companhia na redução do endividamento em 2009, e à sua contratação de valores significativos de dívida para financiar a aquisição da LWB em 2008.

Contas a receber de clientes
Em 31 de dezembro de 2009, o total de contas a receber de clientes no ativo circulante da Companhia era de R$ 430,5 milhões, que comparado com R$ 451,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, representou uma redução de R$ 20,5 milhões. Durante o ano de 2009, estivemos focados na redução do giro do contas a receber.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Estoque
Em 31 de dezembro de 2009, o total de estoque era de R$ 509,5 milhões que apresentou uma redução de R$ 183,0 milhões ou 26,4% comparado ao valor de R$ 692,5 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2008. Esta variação reflete o foco da Companhia em 2009 na redução do nosso ciclo de conversão de caixa, com especial ênfase na redução do giro dos estoques.

Créditos por vendas de imóveis
Houve uma redução nos créditos por vendas de imóveis em 31 de dezembro de 2009 comparado com o período encerrado em 31 de dezembro de 2008 de 61,5%, equivalente a R$ 23,0 milhões devida à reclassificação para o longo prazo.

Valores a receber-Eletrobrás
No quarto trimestre de 2009, a Companhia registrou recebível no montante de R$ 65,2 milhões referente a crédito decorrente de ação judicial que discutiu a correção monetária plena incidente sobre os empréstimos compulsórios à Eletrobrás. A decisão da Companhia foi baseada na decisão em segunda instância favorável ao levantamento do valor depositado judicialmente, cujas chances de reversão através de novos recursos, já impetrados por parte da Eletrobrás (presentemente aguardando decisão da justiça), foram consideradas mínimas pelos seus consultores jurídicos.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2009, o ativo realizável a longo prazo da Companhia totalizava R$ 374,6 milhões, aumento de 54,1% comparado ao saldo de R$ 243,1 milhões em 31 de dezembro de 2008. A variação ocorre principalmente devido ao aumento de créditos tributários em R$ 131,5 milhões, em especial os créditos sobre prejuízos fiscais da Magnesita Refratários. Os prejuízos fiscais gerados decorrem, especialmente, da amortização fiscal de ágios. Adicionalmente, houve também o aumento de R$ 33,0 milhões ou 122,7% nos créditos por vendas de imóveis em virtude de reclassificação do curto prazo totalizando R$ 59,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 comparado com o valor de R$ 26,9 milhões em 31 de dezembro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2009, o ativo intangível da Companhia totalizava R$ 2.184,6 milhões, comparado a R$ 2.453,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. A variação de R$ 268,9 milhões deve-se, principalmente, pelo efeito de variação cambial sobre o valor dos ágios na aquisição de empresas.

Passivo Circulante

Fornecedores
Em 31 de dezembro de 2009, o total de contas a pagar para fornecedores foi R$ 167,1 milhões apresentando uma redução de R$ 55,5 milhões ou 24,9% comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2008 que era de R$ 222,6 milhões. Esta variação refere-se à redução do saldo de contas a pagar no mercado externo, de R$ 81,0 milhões, decorrente do efeito da variação cambial no período.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos
Em 31 de dezembro de 2009, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo totalizavam R$ 1.418,8 milhões, apresentando uma redução de R$ 644,0 milhões ou 31,2% em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2008 cujo saldo era de R$ 2.062,8 milhões. Essa variação reflete o foco da Companhia na redução do endividamento em 2009 em contrapartida à contratação de valores significativos de dívida para financiar a aquisição da LWB em 2008.

Provisão para Contingências
A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2009 um saldo de R$ 109,8 milhões, 21,9% maior do que o apresentado em 31 de dezembro de 2008, no montante de R$ 90,1 milhões. Esta variação refere-se à provisão ocorrida no período referente a processos fiscais e trabalhistas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Obrigações pós emprego
Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia tinha um saldo de R$ 229,2 milhões, 24,4% menor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2008 de R$ 303,2 milhões, ocasionado principalmente por efeitos de variação cambial sobre passivos atuariais de controladas no exterior.

Impostos Diferidos
Em 31 de dezembro de 2009 o saldo de impostos diferidos era de R$ 191,5 milhões, o que representa um aumento de R$ 105,0 milhões ou 121,4% em relação ao saldo de R$ 86,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, essa diferença se deu principalmente pelo reconhecimento do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre a amortização fiscal dos ágios por expectativa de rentabilidade futura que deixaram de ser amortizados contabilmente.

Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2009 o total do Patrimônio Líquido da Companhia foi de R$ 2.219,7 milhões, registrando um aumento de R$ 106,5 milhões ou 5,0 % em relação a 31 de dezembro de 2008 cujo saldo era de R$ 2.113,2 milhões. Esta variação foi provocada pelo aumento de capital no valor de R$ 350,0 milhões e pela redução da variação cambial de investimentos no exterior no montante de R$ 215,0 milhões.

Comparativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2007

Receita líquida

O volume das vendas líquidas é calculado pela dedução dos impostos sobre vendas e serviços oriundos de vendas e serviços brutos. As vendas líquidas registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram de R$ 1.466,1 milhões apresentando um aumento de R$ 1.160,1 milhões em relação aos R$ 306,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. O aumento apresentado é devido ao fato de que no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 a Companhia consolidou somente três meses de resultados operacionais da sua controlada Magnesita S.A.. Por outro lado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 além dos doze meses de resultado operacional da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia em 21 de fevereiro de 2008), houve o efeito da inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB (vendas líquidas de R$ 145,6 milhões).

As vendas no mercado brasileiro foram de R$ 1.059,8 milhões, que consistem na receita bruta de vendas e/ou serviços no mercado interno menos o total das deduções da receita bruta, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 apresentando um aumento de R$ 809,6 milhões em relação aos R$ 250,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (receita bruta de vendas e/ou serviços no mercado interno menos o total das deduções da receita bruta no período). O aumento apresentado é explicado pelo fato de que em 31 de dezembro de 2007 a Companhia consolidou somente três meses de resultados operacionais da sua controlada Magnesita S.A. ao passo que em 31 de dezembro de 2008 as vendas refletem doze meses de resultado operacional da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia em 21 de fevereiro de 2008).

Já as vendas no mercado externo aumentaram R$ 350,5 milhões chegando a R$ 406,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 em relação aos R$ 55,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. O aumento apresentado é devido ao fato de que no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 a Companhia consolidou somente três meses de resultados operacionais da sua controlada Magnesita S.A.. Por outro lado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 além dos doze meses de resultado operacional da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia em 21 de fevereiro de 2008), houve o impacto da inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB (R$ 145,6 milhões).

Custo de produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizou R$ 916,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 comparado com R$ 198,1 milhões apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentando um aumento de R$ 718,8 milhões originado em grande parte pelo fato de que em 31 de dezembro de 2007 a companhia consolidou somente três meses de resultados operacionais da sua controlada Magnesita S.A.. Por outro lado, em 31 de dezembro de 2008 além dos doze meses de resultado

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

operacional da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia em 21 de fevereiro de 2008), houve o efeito da inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB (R$ 110,1 milhões).

Resultado bruto

O resultado bruto aumentou R$ 441,4 milhões, chegando a R$ 549,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 em relação aos R$ 107,9 milhões apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento é devido ao fato de que em 31 de dezembro de 2007 a Companhia consolidou somente três meses de resultados operacionais da sua controlada Magnesita S.A.. Por outro lado, em 31 de dezembro de 2008 além dos doze meses de resultado operacional da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia em 21 de fevereiro de 2008), houve o efeito da inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB (R$ 35,5 milhões). Como uma percentagem da receita líquida, o lucro bruto aumentou em 2,2%, passando para 37,5% das vendas líquidas no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparado aos 35,3% das vendas líquidas no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram R$ 94,9 milhões, chegando a R$ 125,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R$ 30,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. O aumento das despesas com vendas se deve principalmente devido ao fato de que em 31 de dezembro de 2007 a Companhia consolidou somente três meses de resultados operacionais da sua controlada Magnesita S.A.. Por outro lado, em 31 de dezembro de 2008 além dos doze meses de resultado operacional da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia em 21 de fevereiro de 2008), houve o efeito da inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB (R$ 21,8 milhões).

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram R$ 97,6 milhões, chegando a R$ 160,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R$ 63,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. O aumento das despesas gerais e administrativas foi principalmente atribuível ao fato de que em 31 de dezembro de 2007 a Companhia consolidou somente três meses de resultados operacionais da sua controlada Magnesita S.A.. Por outro lado, em 31 de dezembro de 2008 além dos doze meses de resultado operacional da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia em 21 de fevereiro de 2008), houve o impacto da inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB (R$ 16,4 milhões).

Amortização do ágio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram amortizados R$ 254,8 milhões do saldo de ágio gerado nas aquisições da Magnesita S.A. e da LWB pela Magnesita Refratários S.A., um aumento de R$ 231,6 milhões em comparação a R$ 23,2 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 que consistiram em apenas três meses de amortização do ágio oriundo na aquisição da Magnesita S.A. ocorrida em 27 de setembro de 2007.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Registramos outras receitas operacionais líquidas de R$ 62,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 comparado com outras despesas operacionais líquidas de R$ 22,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Esta variação se deve em parte ao fato de que em 31 de dezembro de 2007 a Companhia consolidou somente três meses de resultados operacionais da sua controlada Magnesita S.A.. Por outro lado, em 31 de dezembro de 2008 além dos doze meses de resultado operacional da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia em 21 de fevereiro de 2008), houve o efeito da inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB que representaram uma despesa de R$ 22,0 milhões.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 há o efeito da decisão favorável em um processo judicial que gerou uma receita de R$ 18,5 milhões, um ganho na venda de bens imóveis situados em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, no valor de R$ 67,2 milhões e uma mudança nos princípios

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

contábeis em relação a 31 de dezembro de 2007, através da qual as receitas (despesas) não-operacionais líquidas foram reclassificadas para Outras receitas (despesas), operacionais líquidas.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi de R$ 71,2 milhões comparado com o prejuízo operacional de R$ 30,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Essa variação se deve ao fato de que em 31 de dezembro de 2007 a Companhia consolidou somente três meses de resultados operacionais da sua controlada Magnesita S.A.. Por outro lado, o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 reflete os doze meses de resultado operacional da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia em 21 de fevereiro de 2008), a inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB (prejuízo operacional de R$ 24,8 milhões) e a mudança nos princípios contábeis em relação a 31 de dezembro de 2007, através da qual as receitas (despesas) não-operacionais líquidas foram reclassificadas para Outras receitas (despesas), operacionais líquidas.

Resultado financeiro

Registramos uma despesa financeira liquida de R$ 139,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, comparado com uma despesa financeira liquida de R$ 17,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. O aumento de R$ 121,5 milhões deve-se ao fato de que em 31 de dezembro de 2007 a Companhia consolidou somente três meses de resultados operacionais da sua controlada Magnesita S.A.. Por outro lado, o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 reflete os doze meses de resultado operacional da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia em 21 de fevereiro de 2008) e a inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB que representaram uma despesa financeira líquida de R$ 25,1 milhões.

A receita financeira é calculada pela soma do resultado financeiro, que é efetivamente receita proveniente de caixa e equivalentes de caixa, e variações monetária e ganhos/perdas cambial sobre o ativo. A receita financeira aumentou R$ 117,8 milhões, chegando a R$ 124,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R$ 7,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento é resultante da consolidação pela Companhia em 31 de dezembro de 2007 de somente três meses de resultados operacionais da sua controlada Magnesita S.A.. Por outro lado, o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 reflete doze meses de resultado operacional da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia em 21 de fevereiro de 2008), além da inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB.

As despesas financeiras são calculadas adicionando as despesas financeiras, que são efetivamente as despesas relacionadas com a dívida, e variações monetárias e ganhos/perdas cambiais sobre os ativos. As despesas financeiras aumentaram R$ 239,4 milhões, chegando a R$ 264,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R$ 24,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento é resultante da consolidação pela Companhia de somente três meses de resultados operacionais da sua controlada Magnesita S.A. em 31 de dezembro de 2007. Por outro lado, em 31 de dezembro de 2008 a inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB foi o principal responsável pelo aumento das despesas financeiras, uma vez que o aumento no valor do nosso passivo denominado em moeda estrangeira e a valorização do dólar e do euro frente ao real em 2008 aumentaram perdas cambiais sobre o passivo em 2008. Além disso, houve também o aumento da dívida contraída pela Magnesita Refratários S.A. no exercício findo em 31 de dezembro 2008 para financiar a aquisição da LWB.

Resultado operacional

Registramos prejuízo operacional de R$ 67,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, comparado ao prejuízo operacional de R$ 48,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 apresentando uma redução de R$ 19,7 no resultado operacional.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

Registramos um prejuízo antes dos impostos de R$ 67,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, comparado com um prejuízo antes dos impostos de R$ 48,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Imposto de renda e contribuição social

Registramos um saldo credor de imposto de renda e contribuição social de R$ 14,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, comparado com o saldo credor de R$ 5,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentando um aumento de R$ 8,8 milhões dos quais R$ 6,4 milhões são devidos à inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008.

O imposto de renda e a contribuição social correntes totalizaram uma despesa de R$ 24,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 comparado ao crédito de R$ 4,2 milhões apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

O saldo credor de imposto de renda e a contribuição social diferidos aumentaram R$ 37,2 milhões, chegando a um crédito de R$ 38,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação a um crédito de R$ 1,0 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi responsável por R$ 9,5 milhões do referido aumento e o restante do aumento foi devido ao imposto de renda diferido originado a partir do ágio proveniente da aquisição da LWB ocorrida em novembro de 2008.

Resultado líquido no exercício

Registramos um prejuízo de R$ 53,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 comparado com o prejuízo líquido de R$ 54,9 milhões apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB representou R$ 43,6 milhões do prejuízo apurado em 31 de dezembro de 2008.

Liquidez e recursos de capital

Nossas principais fontes de liquidez têm sido, historicamente, os fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento e de empréstimos de curto e longo prazos. Acreditamos que essas fontes continuarão a ser os principais meios com os quais poderemos satisfazer as nossas necessidades de fluxo de caixa. Nossas necessidades de caixa incluem os itens abaixo:

- capital de giro;
- o serviço da nossa dívida, e
- dispêndios em projetos de investimentos e aquisições.

Em 30 de setembro de 2010, nosso caixa e equivalentes somavam R$ 450,0 milhões, dos quais R$ 351,9 milhões eram denominados em reais. Em 30 de setembro de 2010, tínhamos um capital de giro operacional de R$ 934,1 milhões. O capital de giro operacional equivale à soma das contas a receber de clientes e estoques, menos fornecedores.

Temos planos de fazer dispêndios de capital durante os próximos dois anos para expandir a capacidade da produção de sínter em nossas instalações de Brumado e investir em nossas minas de grafite, em valores orçados de R$300 milhões. Os planos estão sujeitos às condições do mercado e à demanda de refratários, logo, não podemos garantir se e quando serão feitos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fluxos de caixa

Atividades operacionais

O fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais totalizou R$ 144,7 milhões durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, em comparação com o caixa utilizado de R$ 83,2 milhões durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Isto foi principalmente atribuível ao aumento do lucro líquido e a redução da necessidade de financiamento de capital de giro.

O caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R$ 131,2 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e R$ 112,4 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. O aumento foi principalmente atribuível ao caixa gerado pela LWB, o qual foi parcialmente compensado por uma diminuição do resultado operacional, devido aos efeitos da crise econômica internacional.

Em 30 de setembro de 2010, tínhamos um capital de giro operacional (definido como contas a receber mais estoques menos fornecedores) de R$ 934,1 milhões, em comparação com o capital de giro operacional de R$ 780,8 milhões em 30 de setembro de 2009. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, continuamos focados na redução do nosso ciclo de conversão de caixa, com ênfase especial na gestão e redução de estoques. Além disso, o prazo médio de pagamento permaneceu estável, na medida em que negociamos com uma série de fornecedores, a fim de obter os mesmos prazos de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2009, tínhamos um capital de giro operacional de R$ 772,9 milhões, em comparação com o capital de giro operacional de R$ 920,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Durante o ano de 2009, estivemos focados na redução do nosso ciclo de conversão de caixa, com especial ênfase na gestão e redução dos estoques .

Adicionalmente, o prazo médio de pagamentos aumentou na medida em que negociamos com uma série de fornecedores a fim de obter prazos de pagamento mais longos. Nós também reduzimos os dispêndios em projetos de investimento (Capex) significativamente para R$44,4 milhões em 2009 em relação a R$111,8 milhões em 2008, uma vez que reduzimos os dispêndios em projetos de investimento (Capex) para o nível mínimo sem afetar a segurança operacional.

A Companhia não preparou a Demonstração do Fluxo de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2007, cuja divulgação tornou-se obrigatória a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, conforme disposto na Lei nº 11.638/07, que altera a Lei das Sociedades por Ações, quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento foi de R$ 37,1 milhões durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2010 e R$18,2 milhões durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009. Estes montantes correspondem aos dispêndios em projetos de investimento (Capex) relacionados com adições ao imobilizado, incluindo equipamentos, ativos intangíveis e investimentos. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, nós reduzimos os dispêndios em projetos de investimento (Capex) para o nível mínimo sem afetar a segurança operacional.

O caixa utilizado nas atividades de investimento foi de R$30,5 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e R$883,2 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A queda foi principalmente atribuída ao uso de uma quantidade significativa de caixa em 2008 para executar a aquisição da LWB.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, as atividades de investimento para as quais utilizamos caixa consistiram em primeiro lugar em adição ao imobilizado e ativos intangíveis no montante de R$ 41,0 milhões. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, para as quais utilizamos caixa, consistiram em primeiro lugar em adições ao imobilizado, equipamentos e ativos intangíveis no montante de R$ 30,0 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Durante 2009, as atividades de investimento para as quais utilizamos caixa consistiram em adições ao ativo imobilizado, incluindo equipamentos, e ativos intangíveis (principalmente software), no valor de R$44,4 milhões. Em 2008, as atividades de investimento para as quais utilizamos caixa consistiram principalmente em aquisições, incluindo a aquisição da LWB, no valor de R$952,3 milhões e adições de propriedade, instalações, equipamentos e ativos intangíveis (principalmente software), no valor de R$ 111,8 milhões.

Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de Dezembro de 2008 comparado com o Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de Dezembro de 2007

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa
Em 31 de dezembro de 2008, as disponibilidades da Companhia totalizaram R$ 384,5 milhões, que comparado a R$ 344,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, gerando um aumento de R$ 39,9 milhões dos quais R$ 18,9 milhões são relativos ao efeito líquido de variação cambial e a diferença de R$ 21,0 milhões referente ao saldo de caixa gerado em 2008.

A geração de caixa de R$ 21,0 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 é explicada pelo caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R$ 112,4 milhões, na aplicação de caixa nas atividades de investimentos no montante de R$ 883,2 milhões (refere-se basicamente à aquisição da LWB) e no caixa gerado nas atividades de financiamento no total de R$ 791,8 milhões devido à contratação pela companhia de valores significativos de dívida para financiar a referida aquisição.

Contas a receber de clientes
Em 31 de dezembro de 2008, o total de contas a receber de clientes no ativo circulante da Companhia era de R$ 451,0 milhões que comparado ao saldo de R$ 224,6 milhões em 31 de dezembro de 2007 apresentou um aumento de R$ 226,4 milhões ou 100,8% devido à consolidação dos saldos de contas patrimoniais da LWB a partir de Novembro de 2008, data em que a mesma foi adquirida.

Estoque
Em 31 de dezembro de 2008, o total dos estoques era de R$ 692,5 milhões que comparado ao saldo de R$ 271,3 milhões em 31 de dezembro de 2007 apresentou um aumento de R$ 421,2 milhões ou 155,3% devido à consolidação dos saldos de contas patrimoniais da LWB a partir de Novembro de 2008, data em que a mesma foi adquirida.

Créditos por vendas de imóveis
Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia apresentou no ativo circulante, recebível de R$ 37,4 milhões sob a rubrica de "Créditos por vendas de Imóveis" referentes à alienação durante o ano de 2008 de lotes que compõem o empreendimento imobiliário localizado na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, denominado "Espaço Cerâmica".

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2008, o ativo realizável a longo prazo da Companhia totalizava R$ 243,1 milhões, apresentando um aumento de R$ 203,1 milhões comparado ao saldo de R$ 40,0 milhões em 31 de dezembro de 2007. A variação decorre em parte da consolidação dos saldos de contas patrimoniais da LWB a partir de Novembro de 2008, data em que a mesma foi adquirida.

Adicionalmente, com a incorporação pela Companhia em dezembro de 2008 de empresa detentora de 10,97% do seu capital social, foi registrado no ativo intangível da incorporada o ágio decorrente da aquisição destas ações no montante de R$ 88,9 milhões reduzido por provisão nos termos da Instrução CMV n◦ 349/01. Quando utilizada para aumento de capital, a reserva beneficiará a todos os acionistas. O saldo líquido desse ágio representa o valor do benefício fiscal esperado da sua amortização e está classificado no ativo não circulante – realizável a longo prazo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia apresentou também no ativo não-circulante recebível de R$ 26,9 milhões sob a rubrica de "Créditos por vendas de Imóveis" cujo saldo era zerado em 31 de dezembro de 2007. Tais créditos são referentes à alienação durante o ano de 2008 de lotes que compõem o empreendimento imobiliário localizado na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, denominado "Espaço Cerâmica".

Em 31 de dezembro de 2008, o ativo imobilizado da Companhia totalizava R$1.171,1 milhões, comparado a R$ 395,1 milhões em 31 de dezembro de 2007. A variação de R$ 776,0 milhões apresentada é devida à consolidação dos saldos de contas patrimoniais da LWB a partir de Novembro de 2008, data em que a mesma foi adquirida.

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de investimentos em controladas totalizava R$ 2,4 milhões comparado a saldo de R$ 967,9 milhões em 31 de dezembro de 2007 referente à aquisição do controle da Magnesita S.A. com ágio. A redução de R$ 965,5 milhões apresentada é explicada pela incorporação em 2008 das controladas Magnesita S.A., Partimag S.A., Magnesita Service Ltda., Risa Refratários e Isolantes Ltda., Risa Materiais Cerâmicos Ltda., Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda., Ikera Indústria e Comércio Ltda., Refratec Participações Ltda. e São José Administração de Matérias Primas Ltda.

Em virtude da referida incorporação, o ágio pago na aquisição da Magnesita S.A. no valor de R$ 1.043,7 milhões foi transferido para a conta de ativo intangível cujo saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R$ 2.453,5 milhões composto também pelos ágios pagos na aquisição do grupo LWB no montante de R$ 1.359,4 milhões, da Insider no montante de R$ 39,8 milhões e de software e outros no montante de R$10,6 milhões.

Os ágios pagos nas aquisições dos investimentos estão fundamentados nas perspectivas de rentabilidade futura.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos
Em 31 de dezembro de 2008, o total de empréstimos e financiamentos no passivo circulante era de R$ 380,8 milhões que comparado com o saldo de R$ 719,7 milhões em 31 de dezembro de 2007 apresentou uma redução de R$ 338,9 milhões. Durante o exercício de 2008, foi utilizado caixa na amortização de financiamentos, dentre eles o empréstimo obtido junto ao Banco ABN Amro Real S.A. pela Magnesita Refratários S.A. para financiar a aquisição da Magnesita S.A..

Fornecedores
Em 31 de dezembro de 2008, o total de contas a pagas para fornecedores foi de R$ 222,6 milhões apresentando um aumento de R$ 172,3 milhões comparado ao saldo de R$ 50,3 milhões em 31 de dezembro de 2007 devido à consolidação dos saldos de contas patrimoniais da LWB a partir de Novembro de 2008, data em que a mesma foi adquirida.

Salários , provisões e contribuições sociais
Em 31 de dezembro de 2008, o total de salários, provisões e contribuições sociais era de R$ 115,0 milhões que comparado ao saldo de R$ 45,4 milhões em 31 de dezembro de 2007 apresentou um aumento de R$ 69,6 milhões devido à consolidação dos saldos de contas patrimoniais da LWB a partir de Novembro de 2008, data em que a mesma foi adquirida.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos
Em 31 de dezembro de 2008, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo totalizavam R$ 2.062,8 milhões apresentando um aumento de R$ 2.024,9 milhões em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2007 cujo saldo era de R$ 37,9 milhões, que reflete a contratação de valores significativos de dívida ocorrida em 2008 para financiar a aquisição da LWB.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Obrigações pós emprego
Em 31 de dezembro de 2008 a provisão para obrigações pós emprego apresentava um saldo de R$ 303,2 milhões, apresentando um aumento de R$ 286,5 milhões em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2007 cujo saldo era de R$ 16,7 milhões em virtude da consolidação dos saldos de contas patrimoniais da LWB a partir de Novembro de 2008, data em que a mesma foi adquirida.

Impostos Diferidos
Em 31 de dezembro de 2008 o saldo de impostos diferidos era de R$ 86,5 milhões o qual se encontrava zerado em 31 de dezembro de 2007. A variação refere-se aos saldos de contas patrimoniais da LWB consolidados a partir de Novembro de 2008, data em que a mesma foi adquirida.

Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2008 o total do Patrimônio Líquido da Companhia foi de R$ 2.113,2 milhões, registrando um aumento de R$ 1.299,2 em relação a 31 de dezembro de 2007 cujo saldo era de R$ 814,0 milhões, refletindo os aumentos de capital ocorridos em 2008 em virtude da compra de ações bem como incorporação de subsidiárias, quais sejam Magnesita S.A. e Partimag S.A.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar:
a. resultados das operações do emissor, em especial:
i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Magnesita advém da comercialização de produtos refratários, utilizados por uma infinidade de indústrias que operam com temperaturas acima dos 1.200º C, com destaque para os setores de siderurgia e de cimento. Adicionalmente, a Companhia comercializa uma série de minerais extraídos de minas próprias, além do excedente de sínter de magnesita e de dolomita, principais matérias-primas utilizadas na produção dos refratários básicos. Outro item importante na receita da Companhia é a prestação de serviços, principalmente, de manutenção eletromecânica dos equipamentos dos seus clientes.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Produção de aço e cimento

Os resultados das operações da Magnesita foram, e continuarão a ser, altamente correlacionados com o nível da produção de aço e cimento. De acordo com a WorldCement[1] e com World Steel Association[2], a crise econômica internacional prejudicou a demanda por aço e produtos de cimento, o que resultou na diminuição dos níveis de produção por esses setores em 2009. De acordo com a World Steel Association, a produção mundial de aço aumentou 20,8%, de 867 milhões de toneladas no período de nove meses encerrado em setembro de 2009 para 1.047 milhões de toneladas no período de nove meses encerrado em setembro de 2010, depois de ter diminuído de 1.329,7 milhões de toneladas em 2008 para 1.219,7 milhões de toneladas em 2009, e a produção de aço no Brasil aumentou 34,6%, de 18,5 milhões de toneladas no período de nove meses encerrado em setembro de 2009 para 24,9 milhões de toneladas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2010, depois de ter diminuído de 33,7 milhões de toneladas em 2008 para 26,5 milhões de toneladas em 30 de setembro de 2009. A produção brasileira de cimento aumentou 14,9%, de 37,9 milhões de toneladas no período de nove meses encerrado em setembro de 2009 para 43,6 milhões de toneladas no período de nove meses encerrado em setembro de 2010, tendo aumentado de 51,8 milhões de toneladas em 2008 para 52 milhões de toneladas em 2009. Como resultado da queda de produção nas indústrias de aço e cimento em 2009, experimentamos uma diminuição na demanda de nossos produtos durante esse período. Da mesma forma, os recentes aumentos de produção resultaram em um aumento na demanda por nossos produtos nos períodos mais recentes. Esperamos que a produção de aço e cimento venha a se correlacionar com o Produto Interno Bruto ("PIB") global e aumentar gradualmente nos próximos três a cinco anos.

Condições econômicas globais e internas

Nossos resultados operacionais dependem em grande escala das condições econômicas globais e internas, especialmente do seu efeito sobre a produção global e nacional de aço e cimento, que tem uma correlação significativa com a demanda por nossos produtos e serviços. Antes da crise econômica internacional, nossa empresa se beneficiava na medida em que o crescimento das economias nacional e mundial de aço impulsionava a produção de cimento a níveis recordes, o que aumentou a demanda por nossos produtos e serviços. Por outro lado, durante a crise econômica internacional e devido ao seu agravamento, a consequente diminuição da produção de aço e cimento afetou nossas operações.

Além disso, a estabilidade nos mercados de capitais globais e a disponibilidade de financiamento a taxas razoáveis podem afetar nossa capacidade de fazer aquisições significativas. Entendemos que as aquisições são uma parte importante da nossa estratégia de negócios. Costumamos financiar aquisições com dívida. Por exemplo, a Magnesita Refratários S.A. financiou a aquisição da Magnesita S.A. com dívida e assim também

[1] http://www.worldcement.com/magazines/editorsmessage/world-cement_8_2009.aspx
[2] http://www.worldsteel.org/?action=newsdetail&id=265

10.2 - Resultado operacional e financeiro

foi na aquisição da LWB Refractories Holding Gmbh ("LWB"), onde parte do pagamento envolveu a assunção de dívidas contraídas pela empresa adquirida. A volatilidade nos mercados de capital globais e a indisponibilidade de financiamento a taxas razoáveis podem restringir a nossa capacidade de financiar aquisições significativas.

Concorrência

Temos concorrentes para todos os nossos produtos, tanto no mercado brasileiro quanto no internacional. Nossos maiores concorrentes globais são: RHI Refratories; Vesuvius; Shinagawa Refractories Co.; Krosaki Harima Corporation; Saint-Gobain; Calderys Refractories Solutions; Shinagawa Refractories Co.; ANH Refractories Company, Vesuvius; Morgan Crucible e Saint-Gobain, o grupo Refratechnik. Concorremos também com uma série de *players* regionais e locais em cada um dos mercados em que vendemos nossos produtos, inclusive no Brasil. Por termos como clientes os maiores produtores de aço do país de acordo com o ranking do Instituto Aço Brasil, acreditamos baseados em nossas estimativas internas que somos atualmente responsáveis por mais de 70% dos refratários vendidos no Brasil, com base em receitas. Enfrentamos, contudo, uma concorrência significativa em nossos esforços de expansão internacional. Nosso sucesso no mercado externo e nossa capacidade de gerar vendas líquidas no mercado externo dependem da nossa capacidade de competir efetivamente com nossos concorrentes e fornecer produtos, serviços e preços que nos diferenciem deles.

Medidas de redução de custos

Nós operamos um sistema de gerenciamento de redução de custos contínuo e agressivo e dispomos de ferramentas modernas de gestão da produtividade, a fim de reduzir nossos custos e despesas, com foco na redução de nossa mão-de-obra, consumo de matérias-primas e custos com energia. Nosso sistema de gerenciamento de redução de custos inclui delegar aos nossos diretores operacionais e financeiros a responsabilidade de gerenciar uma ampla variedade de despesas, desde custos com matérias-primas até os administrativos, passando pelos custos de gerenciamento de estoque. Como resultado da crise econômica internacional, reduzimos nossa força de trabalho e nosso pessoal corporativo em todo o mundo, bem como nossos custos fixos e as necessidades de capital de giro. Reduzimos nossas contas a receber e nossos estoques, principalmente em nossas operações nos EUA e na Europa, e demos início a uma forte redução dos estoques e das condições de pagamento com fornecedores da América do Sul. Esperamos continuar implementando medidas para o controle e redução dos nossos custos no futuro.

Crescimento do produto interno bruto brasileiro e demanda interna para nossos produtos

Durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2010, as vendas no Brasil representavam 47,8% de nossas vendas consolidadas. As vendas domésticas de refratários representaram 43,9% de nossas vendas de refratários durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2010. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as vendas no Brasil representaram 42,9% das nossas vendas líquidas consolidadas. As vendas internas de refratários representaram 39,8% das nossas vendas de refratários durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Como uma empresa com uma parcela substancial de nossas operações no Brasil, somos significativamente afetados pelas condições econômicas do Brasil. Nossos resultados operacionais e condição financeira têm sido, e continuarão a ser, afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro, uma vez que parte substancial de nossos produtos é vendida no Brasil.

O crescimento do PIB brasileiro tem flutuado significativamente, e prevemos que provavelmente mantenha esse ritmo. É opinião dos diretores que o crescimento econômico brasileiro deve afetar positivamente o futuro de nossas vendas líquidas e dos resultados de nossas operações. No entanto, um crescimento baixo e continuado ou uma recessão no Brasil provavelmente reduziria nossa receita líquida futura, surtindo um efeito negativo sobre os resultados de nossas operações.

Sazonalidade

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nossa exposição a flutuações sazonais na demanda por cimento e, em grau ainda menor, por aço é mínima. Muito embora o impacto global sobre nosso negócio de sazonalidade nas indústrias de aço e cimento não seja significativo, a demanda por materiais refratários é afetada durante os períodos de menor demanda por cimento, tais como períodos chuvosos, e paradas programadas na indústria siderúrgica, que tendem a ocorrer durante períodos de menor utilização, como os meses de dezembro e julho.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, a receita líquida da Companhia aumentou em 21,5% em relação à receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. A receita líquida no mercado brasileiro cresceu 40,1% no período encerrado em 30 de setembro de 2010 em relação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009, refletindo um aumento de 30,6%no volume de venda de refratários e um aumento no volume de serviços relacionados a esses produtos. É opinião dos diretores que todo o restante da variação da receita no período pode ser atribuído a variação de preços, a taxas de câmbio e ao mix de produtos e serviços. Especificamente, dado que o real se valorizou em relação ao dólar e ao euro nos primeiros 9 meses de 2010, o impacto na nossa receita foi negativo, visto que consolidamos nossa receita em reais. O mercado brasileiro foi responsável por 47,8% da nossa receita líquida (comparado com os 41,5% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009), e o mercado externo foi responsável por 52,2% (comparado com os 58,5% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009). É opinião dos diretores que o aumento na receita líquida no mercado brasileiro reflete a recuperação econômica mais acelerada no Brasil, relativa à de outros mercados. A produção de aço no Brasil, por exemplo, aumentou em 34,6% comparando-se o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 com o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, enquanto no mercado externo, o aumento no mesmo período foi de 20,8%. É opinião dos diretores que a variação de nossa receita líquida se deve, também, à desvalorização das moedas americana e européia frente ao real, já que mais da metade das nossas receitas advém do mercado externo, com grande concentração de clientes nos EUA e em países da Europa. A expansão do modelo de negócios CPP – *Cost Per Performance*, que consiste na prestação de serviços que aumentam a produtividade do cliente e agregam valor aos nossos produtos, exerceram influência para essa variação, conforme opinião dos diretores.

Na opinião dos diretores, novos produtos e tecnologias desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores da Magnesita também contribuíram para o aumento da receita no último período a exemplos dos três projetos que se encontram em fase de teste no mercado:

- Desenvolvimento de formatos de peças refratárias com foco na qualidade do aço e na segurança operacional. A partir do amortecimento da turbulência do aço liquido durante sua conformação no processo de lingotamento;
- Desenvolvimento de aditivo, à base de MgO, para o condicionamento de escória em fornos elétricos. Com isso, há um aumento da produtividade e um menor consumo de energia e de refratários pelo cliente.
- Desenvolvimento de massas refratárias utilizadas no controle da produção e vazamento de gusa produzido em pequenos fornos, que operam com carvão vegetal.

Nós mantemos contratos de curto prazo e com uma freqüência anual, conforme opinião dos diretores, renovamos os acordos de fornecimento com a maioria dos nossos clientes, por meio dos quais nos comprometemos em entregar um percentual da necessidade de refratários destes clientes. Os termos destes acordos de suprimento de refratários tipicamente requerem que, numa base anual e juntamente com o cliente, determinemos os preços para aquele período. Os preços são geralmente determinados, em parte, pela referencia de nossos custos incorridos com matéria-prima, energia e mão-de-obra.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

10.2 - Resultado operacional e financeiro

É opinião dos diretores que estamos expostos a riscos de mercado diferentes, incluindo alterações nas taxas de câmbio e taxas de juros. Risco de mercado vem a ser a perda em potencial decorrente de mudanças adversas nas taxas e nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Risco de taxa de juros

É opinião dos diretores que a nossa exposição à taxa de juros flutuante está basicamente sujeita às variações da taxa média diária dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDI"), pois esta é referência aos empréstimos denominados em reais. A análise de sensibilidade que se segue foi elaborada para estudar o risco de taxa de juros associada a algumas de nossas dívidas de longo prazo. Com conexão a essa análise de sensibilidade, foram considerados como "prováveis" a expectativa do Banco Central do Brasil para o CDI para o ano de 2010. Além disso, os Cenários II e III foram calculados levando em conta o aumento do CDI de 25% e 50%, respectivamente, em comparação com o cenário provável. Abaixo estão as nossas despesas financeiras no âmbito desses cenários, tendo em conta o parcela pós-fixada das taxas de juro aplicáveis:

		Despesa Financeira (em milhares de reais)		
Instrumento	**Taxa**	**Cenário I (provável)**	**Cenário II**	**Cenário III**
Export Credit Notes	CDI	148.420	178.930	209.440

É opinião dos diretores que haverá um aumento das taxas de juros no Brasil no ano de 2011, prejudicando o nosso resultado operacional na medida que tal aumento de juros acontecerá para conter pressões inflacionárias e, portanto, arrefecer a demanda de consumo.

É também opinião dos diretores que um aumento das taxas de juros também prejudicará o nosso resultado financeiro, visto que temos dívidas cujos indexadores são o CDI, e tal aumento poderá encarecer o custo da dívida da Companhia,

Durante os primeiros 9 meses de 2010, nossas despesas financeiras totalizaram R$172,5 milhões, impactando negativamente o resultado financeiro. Já nossas receitas financeiras totalizaram R$20,3 milhões no mesmo período, impactando positivamente o resultado financeiro.

Efeitos das flutuações nas taxas de câmbio entre o real, o dólar dos EUA e o euro

É opinião dos diretores que nossos resultados operacionais e condição financeira têm sido e continuarão a ser afetados pela taxa de depreciação ou apreciação do real frente ao dólar dos EUA e ao euro porque:

- uma parcela significativa da nossa receita líquida é denominada em dólares ou em euros ou é atrelada a estas moedas;
- nossos custos para algumas de nossas matérias-primas são contraídos em dólares ou em euros ou estão atrelados a estas moedas;
- temos determinadas despesas operacionais, e efetuamos alguns outros investimentos, que são cotados em dólares ou em euros ou estão atreladas a estas moedas, e
- possuímos um número considerável do passivo em dólares que nos obriga a fazer pagamentos de principal e juros nesta moeda.

Uma parcela substancial de nossas vendas de refratários é efetuada no mercado externo a preços que tomam por base preços do mercado internacional. Quando o real se desvaloriza frente ao dólar dos EUA ou ao euro, nossas vendas líquidas oriundas de mercados externos aumentam. Inversamente, quando o real se valoriza frente ao dólar ou ao euro, nossas vendas líquidas provenientes desses mercados diminuem.

As vendas no mercado externo, que nos permitem gerar recebíveis em moeda estrangeira, tendem a fornecer um hedge natural contra nossas obrigações do serviço da dívida em dólar, porém estas não coincidem totalmente com tais vendas. Assim, muitas vezes, realizamos hedges para atenuar as flutuações da taxa de câmbio de nossa dívida denominada em dólar. É opinião dos diretores que uma parcela significativa de nossa dívida está vinculada às vendas no mercado externo, que lhe servem como o principal meio de pagamento. Esta dívida está denominada em dólares dos EUA e geralmente está disponível a um custo menor do que outros tipos de financiamento disponíveis no Brasil.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A nossa exposição líquida a flutuações cambiais, de 30 de setembro de 2010, decorrente principalmente das flutuações do dólar é a seguinte:

(em milhares de reais)	Dólares	Euro	Outras moedas
Ativos e passivos em moeda estrangeira			
Caixa e Bancos	33.131	35.482	26.050
Títulos e Valores Mobiliários	3.239	—	204
Contas a receber, líquidas de provisão para riscos de crédito	88.417	112.817	31.133
Fornecedores	(39.054)	(47.700)	(21.481)
Empréstimos e financiamentos	(176.920)	(20.846)	—
Emissão de títulos de dívida	(657.894)	—	—
Outros passivos monetários líquidos no exterior	(63.193)	(155.054)	(22.132)
	(812.274)	(75.301)	13.774

É opinião dos diretores que o risco cambial inerente às 7,875% senior notes a ser atenuado, pois realizamos operações nos Estados Unidos e Europa, bem como por exportações realizadas por nós na moeda norte-americana.

É também opinião dos diretores que o real não se desvalorizará fortemente contra o dólar americano no ano de 2011. Os diretores têm a opinião que o fluxo de dólares para o Brasil continuará alto, atraídos pelos juros pagos no país.

É opinião dos diretores que um real valorizado contra outras moedas torna atrativas as importações de aço, o que representaria menor produção de aço no Brasil, prejudicando o nosso resultado operacional.

É opinião dos diretores que, por termos dívida em dólares americanos, uma valorização do real frente a outras moedas, visto que teríamos um ganho cambial, melhoraria o resultado financeiro da Companhia.

Os diretores tem a opinião que condições macroeconômicas mundiais podem influenciar o Banco Central do Brasil a propor medidas que resultem em uma desvalorização do real frente a outras moedas.

Durante os primeiros 9 meses de 2010, nossas variações cambiais/monetárias ativas totalizaram R$28,1 milhões, impactando positivamente o resultado financeiro. Já nossas variações cambiais/monetárias passivas totalizaram R$27,8 milhões no mesmo período, impactando negativamente o resultado financeiro.

Derivativos

Não efetuamos operações com derivativos para fins especulativos conforme determina a política interna da Companhia, nem costumamos liquidar operações com derivativos antes do vencimento. No entanto, é opinião dos diretores que podemos realizar operações com derivativos antes do vencimento, quando se extingue a obrigação subjacente a que se refere o derivativo (por exemplo, dívida).

Celebramos um contrato a termo a fim de proteger os fluxos de caixa com a aquisição de matérias-primas, como segue:

(em milhares de reais)	Vencimento	Valor de Referência (nocional)	Valor Justo
Alemanha	30/03/2015		
Ativos		US$150.000	(7.754)
Passivos		€118.110	
Reino Unido	29/10/2010 até 29/07/2011		
Ativos		£4.340	104
Passivos		€4.896	

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A análise de sensibilidade que se segue foi elaborada para estudar o risco cambial associado ao contrato a termo. Para fins dessa análise de sensibilidade, consideramos o valor de mercado do contrato a termo em 30 de setembro de 2010 no cenário "provável". Além disso, os Cenários II e III foram calculados considerando o agravamento da variação cambial de 25% e 50%, respectivamente, em comparação com o cenário provável.

				Ganho (Perda)
	Risco	**Cenário I (provável)**	**Cenário II**	**Cenário III**
Alemanha.....	Valorização do Euro frente ao Dolar	(7.754)	(91.431)	(175.108)
Bonds.....	Valorização do Euro frente ao Dolar	7.754	91.431	175.108
Reino Unido.....	Valorização da Libra frente ao Euro	104	(1.528)	(4.792)
Operações de venda ..	Valorização da Libra frente ao Euro	(104)	1.528	4.792

Efeitos das flutuações nos preços de matérias-primas e combustíveis

Devido ao fato de possuirmos 85 concessões de mineração ativas com extensas reservas minerais, temos acesso a matérias-primas de alta qualidade a custos mais baixos do que os nossos concorrentes, o que limita a nossa exposição à volatilidade dos preços das matérias-primas. Em 2009 e nos primeiros nove meses de 2010, éramos auto-suficientes em aproximadamente 70% do total das nossas necessidades de matérias-primas, em termos de volume. No entanto, nossas operações dependem em grande parte de fontes de combustível (especialmente petróleo e gás), o que representam 10,3% de nossos custos totais de produção em 2009 e 10,4% de nossos custos totais de produção para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2010.

Contamos com terceiros para o nosso abastecimento de combustível. Embora, no momento, não efetuemos hedge para nossos custos de combustível, é opinião dos diretores que existe a possibilidade de fazê-lo futuramente. Além disso, consideramos a possibilidade de hedge para o risco cambial inerente ao custo de nossas matérias-primas.

É opinião dos diretores que a China continuará dominando o fornecimento de todas as matérias-primas chave para o setor de refratários, e que os preços dessas matérias-primas continuarão subindo rapidamente com alta volatilidade devido às crescentes restrições da China sobre as exportações, o que causa fornecimento instável ao mercado mundial. Os preços destas matérias-primas têm aumentado desde o final de 2009, em função da retomada do crescimento da economia global e, mais recentemente, a partir do segundo trimestre deste ano, em função da redução, pelo governo Chinês, das cotas de exportação de matérias-primas intensivas em energia Essas medidas continuarão impactando diretamente os preços de magnésia eletro-fundida, sínter de magnesita, grafita e alumina.. Como a Companhia é consumidora de tais produtos, o nosso resultado operacional poderá sofrer algum impacto. Entretanto, como somos auto-suficientes em aproximadamente 70% do total das nossas necessidades de matérias-primas, é opinião dos diretores que tal impacto seria relativizado.

Durante os primeiros 9 meses de 2010, matérias-primas adquiridas de terceiros representaram 38,4% do custo dos produtos vendidos. Os combustíveis representaram 10,4% do custo dos produtos vendidos no mesmo período.Por sua vez, eletricidade representou 3,6% do custo dos produtos vendidos nos primeiros 9 meses de 2010.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Além da atividade de produção de refratários, temos outras atividades, principalmente de mineração, que eventualmente podem ser expandidas, monetizadas ou até mesmo vendidas.

Continuaremos a explorar oportunidades de efetuar aquisições e parcerias com outras empresas no intuito de expandir nossos negócios. Quaisquer aquisições ou acordos de parceria dessa natureza podem ser significativos e ter um impacto notável sobre nossos negócios e os resultados das operações.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Efeitos da aquisição da LWB

Em 5 de novembro de 2008, adquirimos a LWB Refractories Holding Gmbh ("LWB"), líder na produção internacional de produtos refratários dolomíticos de alto valor agregado. Foram pagos R$901,0 milhões, sendo R$413,7 milhões em espécie (dos quais R$297,8 foram pagos aos acionistas vendedores) e R$ 487,6 milhões sob a forma de 23.457.778 ações ordinárias emitidas por nós, totalizando R$901,2 milhões. Nós contabilizamos ágio de R$310,0 milhões em razão da aquisição da LWB.

Como resultado da aquisição da LWB, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), nós consolidamos totalmente os ativos, passivos e resultados operacionais da LWB e suas subsidiárias nas nossas demonstrações financeiras a partir de 1º de novembro de 2008. Nossos resultados operacionais foram significativamente afetados a partir de 1º de novembro de 2008 em razão da consolidação dos resultados operacionais da LWB em nossas demonstrações financeiras. Nossos resultados operacionais podem ainda ser afetados por quaisquer diminuições futuras no ágio que nós contabilizamos como resultado da aquisição da LWB. Desde 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado para fins contábeis. Para fins fiscais, é esperado que este ágio seja amortizado dentro de um período de 5 a 10 anos, reduzindo nossa receita líquida tributável durante este período e, consequentemente, reduzindo nossos pagamentos de impostos e contribuições sociais na medida em que nós de outra forma geraremos receita tributável durante este período.

Efeitos da aquisição da Magnesita S.A.

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia concluiu a aquisição de ações representativas, direta e indiretamente, de 70,7% do capital votante da Magnesita S.A. e 3,1% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 38,6% do capital social total da referida empresa.

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia adquiriu, via Bolsa de Valores, novas ações preferenciais classe A e preferenciais classe C da Magnesita S.A., representativas de 16,83% das ações preferenciais em circulação, por meio de Oferta Pública de Ações Voluntária, representando um acréscimo de 7,98% no capital total.

Entre 3 e 31 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu, via Bolsa de Valores, 955.392.390 ações ordinárias e 2.951.731.751 ações preferenciais classe A de emissão de Magnesita S.A., aumentando sua participação em 9,18% do capital total.

Em 31 de janeiro de 2008, a Companhia realizou leilão na BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&F BOVESPA") de Oferta Pública para Aquisição de ações ordinárias de emissão da Magnesita S.A. (por força do art. 254. A da Lei nº 6.404/76), tendo adquirido 4.512.220.813 ações ordinárias de emissão da Magnesita S.A., representando 10,61% do capital total.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Incorporação da Magnesita S.A.

Em 2 de fevereiro de 2008, a Companhia apresentou proposta de incorporação das controladas Magnesita S.A. e Partimag S.A., o que se efetivou em 21 de fevereiro de 2008, tendo como data base 31 de dezembro de 2007. Os acionistas detentores de ações da Magnesita S.A. receberam ações da Magnesita Refratários S.A. No caso da Partimag S.A., subsidiária integral de Magnesita Refratários S.A., cujo principal ativo referia-se a sua participação na Magnesita S.A., a incorporação não gerou emissão de ações.

Conforme disposto em Fato Relevante de 01.02.2008, a referida incorporação teve como principais objetivos: (i) simplificar a estrutura societária da qual faziam parte a Companhia, a Partimag e a Magnesita S.A., alinhando e consolidando interesses de todos os acionistas do grupo; (ii) introduzir no referido grupo melhores práticas de governança corporativa, com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da BM&F BOVESPA; e (iii) proporcionar benefícios financeiros para a Companhia, e, conseqüentemente, para seus acionistas, especialmente no que diz respeito ao aproveitamento fiscal do ágio pago pela Companhia na aquisição do seu investimento na Magnesita S.A..

A Companhia, como consequência da incorporação mencionada acima, deu plena continuidade às atividades da Magnesita S.A.- sem qualquer alteração operacional ou do curso normal de seus negócios - as quais tiveram início em 1940, tendo a Magnesita S.A., em 16.03.1967, se tornado companhia aberta, vindo a ser listada na BM&F BOVESPA em 04.06.73.

Posteriormente à incorporação da Magnesita S.A., e em consonância com os objetivos expostos no supra mencionado Fato Relevante de 01.02.2008, a Companhia obteve registro junto à BM&F BOVESPA em 19.02.2008, vindo a ingressar no Novo Mercado em 02.04.2008.

Efeitos da aquisição da Insider

Em 25 de abril de 2008, nós adquirimos a Insider – Insumos Refratários para Siderurgia Ltda., um fabricante de refratários monolíticos e pré-moldados de alta tecnologia. Em 1º de outubro de 2008, pagamos um preço de compra no montante de R$ 57,4 milhões para as quotas representativas do capital social total da Insider. Como resultado da aquisição da Insider, em conformidade com o BR GAAP, consolidamos totalmente o ativo, o passivo e os resultados consolidados das operações da Insider e suas subsidiárias em nossas demonstrações financeiras em 1º de outubro de 2008.

c. eventos ou operações não usuais

Desde a alteração no controle acionário da Companhia ocorrida ao final de 2007, tem sido feitas alterações significativas em sua estrutura societária, objetivando, na opinião dos diretores, otimizá-la, reduzir custos e concentrar-se em seu negócio principal. Assim, ao longo desse período, 16 empresas foram incorporadas; três foram fechadas; uma alienada e oito foram criadas para, principalmente, viabilizar a aquisição da LWB e, em alguns casos, possibilitar a comercialização de nossos produtos em determinadas regiões.

Avanços recentes

De tempos em tempos, recebemos ofertas de compra dos nossos negócios de talco e, dados os termos e preços atrativos, os diretores consideram a possível alienação de nossos negócios de talco. Nossos negócios de talco foram responsáveis por R$ 23,6 milhões nas vendas líquidas, ou 1,4% de nossas vendas líquidas, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 e R$ 19,1 milhões nas vendas líquidas, ou 1,4% de nossas vendas líquidas, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, R$25,6 milhões nas vendas líquidas, ou 1,3% de nossas vendas líquidas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e R$25,5 milhões em vendas líquidas, ou 1,4% de nossas vendas líquidas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Além disso, na opinião dos diretores, deve-se explorar as oportunidades para capitalizar nossas reservas minerais excedentes, que pode incluir a venda de uma parte destas reservas.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Na opinião dos diretores, a Companhia deveria continuar explorando as oportunidades para fazer aquisições e formar parcerias com outras empresas para expandir seus negócios. Todos os acordos de aquisição ou parceria podem ser significativos e ter um grande impacto em nossos negócios e resultados de operações, na opinião dos diretores.

Em 12 de novembro de 2010, Magnesita e Banco Bradesco S.A., Filial de Grand Cayman, celebraram um contrato para o financiamento de exportações e capital de giro no valor de US$ 25 milhões, acumulando juros a uma taxa anual equivalente a LIBOR (*London Interbank Offered Rate*, taxa de juro praticada no mercado interbancário de Londres) mais 3,08%. O pagamento do principal de acordo com o contrato é devido em seis prestações semestrais iguais de aproximadamente US$ 4,2 milhões, a serem pagas nos meses de maio e novembro de 2013 a 2015. Além dos eventos de inadimplência usuais, o contrato contém obrigações referentes à limitação de fusões e determinadas transações com afiliadas, entre outros.

Notes (Títulos de dívida)

Foi concluída em 30 de março de 2010, a emissão de US$ 400 milhões em títulos de dívida denominados em dólares norte-americanos, com vencimento final em 2020 e juros fixos de 7,875% ao ano, por meio de sua subsidiária integral Rearden G Holdings EINS GmbH ("Rearden"). Os recursos captados por meio de tal oferta serão utilizados principalmente para pagamento antecipado da dívida da Companhia de que trata o *Senior Export Facility Agreement* de US$ 300 milhões.

Os títulos constituirão obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e serão total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por sua subsidiária Mag-Sé Participações Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Os títulos e a garantia não foram e não serão registrados de acordo com as leis que regem o mercado de capitais de qualquer Estado ou jurisdição, e serão vendidos somente a compradores institucionais qualificados nos termos da *Rule 144A* do *Securities Act*, e fora dos Estados Unidos de acordo com a *Regulation S* do *Securities Act*.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4.	***Os diretores devem comentar:***
	a. ***mudanças significativas nas práticas contábeis***
	b. ***efeitos significativos das alterações em práticas contábeis***

Nossas demonstrações financeiras referentes aos anos de 2008, 2009 e os nove primeiros meses de 2009 e de 2010 já incluem todas as alterações trazidas pelas normas contábeis brasileiras, introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ou CPC, e interpretações aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários, ou, CVM, vigentes até 31 de dezembro de 2008. Tais alterações, no entanto, não foram aplicadas retroativamente às nossas demonstrações financeiras referente ao ano de 2007. As nossas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") em vigor à época e não incluem as novas normas contábeis e regras introduzidas em 2008, que podem afetar a comparação entre as demonstrações financeiras para os mencionados períodos.

O CPC emitiu recentemente normas contábeis que modificam o BR GAAP para melhor alinhá-lo em relação aos *International Financial Reporting Standards* (IFRS), normas internacionais de contabilidade. As normas emitidas em 2009 devem ser obrigatoriamente adotadas nas demonstrações financeiras a serem apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e, para fins de comparação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Diante disso, quando nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 forem apresentadas, nossas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e períodos intermediários em 2010 e 2009 serão reapresentados. Nós acreditamos que poderão existir mudanças com impacto significativo em nossas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nos nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 2009 e em nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e nos anos subsequentes em decorrência da adoção de tais normas, interpretações e orientações. Para mais informações sobre o impacto das reclassificações e mudanças nos princípios contábeis em nossas demonstrações financeiras e políticas contábeis críticas com respeito as novas regras contábeis, ver "Discussão e Análise das Demonstrações Financeiras e Resultados de Operações Financeiras Apresentação e discussão Políticas Contábeis- Possíveis efeitos dos novos padrões BR GAAP e interpretações" e nota 4 de nossas demonstrações financeiras.

Em linha com o acima comentado, a CVM determinou que companhias abertas devem adotar as normas do novo BR GAAP, que alinha o BR GAAP ao IFRS em relação às demonstrações financeiras consolidadas para as demonstrações financeiras consolidadas do exercício a findar em 31 de dezembro de 2010, com valores comparativos de 2009. Assim, devemos adotar as normas do novo BR GAAP, que alinha o BR GAAP ao IFRS para nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2010. Em 28 de dezembro de 2007, o governo brasileiro promulgou a Lei nº 11.638/07 para facilitar a transição do BR GAAP para as normas IFRS. A Lei nº 11.638/07, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, alterou a Lei das Sociedades Anônimas brasileira, o que provocou mudança nas políticas contábeis segundo o BR GAAP.

Em dezembro de 2008, a CVM emitiu a Deliberação 565/08, determinando a aplicação dessas alterações nas políticas contábeis. Em dezembro de 2008, o governo brasileiro sancionou a Medida Provisória nº 449, que instituiu o Regime Tributário de Transição - RTT para a determinação do lucro líquido tributável de empresas sujeitas ao regime do lucro tributável, em virtude da implantação dessas mudanças nas políticas contábeis e da Lei das Sociedades Anônimas brasileira. Em maio de 2009, a Medida Provisória nº 449 foi convertida na Lei nº 11.941/09.

As deliberações da CVM No. 603 e 626 permitiram que as companhias emissoras de valores mobiliários apresentem formulários de informações trimestrais - ITR e demonstrações intermediárias durante 2010 elaboradas em conformidade com as normas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2009 e transferiram a adoção de novas práticas contábeis adotadas no Brasil e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2010 até o momento em que forem apresentadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar em 31 de

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

dezembro de 2010. Neste caso, as empresas devem divulgar a sua escolha em transferir a adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil e reapresentar as informações trimestrais de 2010 com as informações comparativas de 2009, ajustadas para as novas normas de 2010 no momento em que forem apresentadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações financeiras provisórias de 30 de setembro de 2010 e dos períodos de nove meses findos de 30 de setembro de 2010 e 2009 serão atualizadas para as novas normas de 2010 mediante a apresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Estas demonstrações financeiras atualizadas diferirão em alguns aspectos materiais das demonstrações financeiras inclusas na circular de oferta dos períodos aplicáveis.

Em consonância com o BR GAAP, as demonstrações financeiras consolidadas da Magnesita em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Magnesita S.A., a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e as demonstrações financeiras consolidadas não auditadas da Magnesita de 30 de setembro de 2010 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 e 2009, inclusive, foram elaboradas de acordo com a Instrução CVM 247. Esta Instrução requer a consolidação proporcional das sociedades de controle compartilhado que não sejam subsidiárias, mas que sejam controladas em conjunto com um ou vários outros acionistas.

Discussão qualitativa acerca da interpretação e dos efeitos do novo padrão brasileiro contábil GAAP

Visando a convergência dos padrões brasileiros contábeis com as práticas contábeis internacionais, o CPC, emitiu em 2009 uma série de práticas e interpretações que modificaram os padrões contábeis adotados no Brasil, passando a partir de 1º de janeiro de 2010 a serem exigidos. Contudo, com a edição da Deliberação CVM nº 603/09, as companhias abertas ficaram autorizadas a adiar a adoção dos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, permitindo a apresentação pelas referidas companhias de seus formulários de informações trimestrais – ITR em 2010 de acordo com os padrões contábeis em vigor em 31 de dezembro de 2009.

O processo de análise dos impactos nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência das novas normas e interpretações de normas contábeis brasileiras vem evoluindo desde que foram divulgadas as demonstrações financeiras de 2009. Assim, as seguintes análises qualitativas discutem os possíveis efeitos das interpretações e práticas contábeis mais significativas que esperamos afetar nossas demonstrações financeiras para o ano que se encerrará em 31 de dezembro de 2010, assim como nossas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2009 e para o ano então findo, bem como os períodos intermediários referentes aos anos de 2009 e 2010. A lista a seguir não é exaustiva, mas meramente indicativa dos pontos identificados até o momento como de maior relevância em termos de potencial de impacto em nossas demonstrações financeiras.

Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos

Nossas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2010 serão preparadas e apresentadas sob os padrões e práticas do IFRS, conforme emitido pelo Comitê de Práticas Contábeis Internacionais (International Accounting Standards Board – IASB), nos termos das normas editadas pela CVM. Esta adoção resultará, entre outros ajustes, na eliminação do deságio do balanço contra o patrimônio de abertura na transação em 1º de janeiro de 2009. Ademais, esperamos rever os ativos e passivos de determinados fundos de pensão de empregados brasileiros de modo a levar em conta as modificações no reconhecimento de diferimento de ganhos atuais contra o patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009.

Informação por Segmento

Previamente à adoção dos novos padrões contábeis, não foram exigidos a apresentação de informações financeiras por segmento. Como nossas demonstrações financeiras consolidadas de 2010 e 2009 devem atender aos novos padrões do CPC, apresentaremos algumas informações financeiras por segmentos. Informações por segmentos adicionais serão apresentadas como informações suplementares às notas

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

explicativas das nossas demonstrações financeiras para refletir a base pela qual nosso principal tomador de decisões operacionais aloca os recursos entre os segmentos.

Ativo Imobilizado

De acordo com os novos padrões contábeis, temos a opção de realizar avaliações do nosso ativo imobilizado e estabelecer um novo preço justo dos ativos na data de abertura do balanço. Estamos atualmente conduzindo estudos internos para determinar o valor justo do nosso ativo imobilizado. Apesar de não esperarmos que os valores atuais do nosso ativo imobilizado sejam modificados, não podemos assegurar que um novo valor atribuído não será considerado. Os novos padrões contábeis também exigem a revisão da vida útil de nosso ativo imobilizado. Contratamos uma empresa especializada para realizar a avaliação da vida útil de nosso ativo imobilizado e se determinado que a vida útil sofreu modificação, o valor de depreciação poderá sofrer alteração.

Provisões e Contingências

De acordo com os novos padrões contábeis, estamos obrigados a determinar a existência de obrigações ou passivos por desativação ou restauração das nossas minas, refletindo o valor atual de futuros dispêndios capitalizáveis que podem ser exigidos a serem realizados de modo a devolver as referidas propriedades às suas condições ambientais originais. Caso tenhamos que registrar tal obrigação, o valor equivalente será capitalizado no ativo imobilizado depreciado.

Divulgação de Instrumentos Financeiros

Os novos padrões contábeis exigem a apresentação de detalhes suficientes em nossas demonstrações financeiras de modo a permitir que os investidores avaliem a importância de nossos instrumentos financeiros de nossa performance e posição financeira, a natureza e extensão dos riscos oriundos dos instrumentos financeiros aos quais ficamos expostos, e a maneira na qual gerimos esses riscos. Atualmente nós não fornecemos essas informações com nível alto de detalhe como será exigido pelas novas práticas contábeis.

Impacto na determinação do dividendo mínimo obrigatório

Os ajustes contábeis introduzidos pelo CPC afetarão o lucro liquido ajustado para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2010, o qual será tomado por base para determinação do dividendo mínimo obrigatório de 25%. A distribuição de dividendos depende da existência de reservas distribuíveis suficientes no patrimônio líquido, sendo que a apuração de tais reservas pode também ser afetada pela adoção das novas práticas contábeis.

Reclassificações de participações dos acionistas não controladores

Os novos padrões contábeis exigirão que as participações dos acionistas não controladores (anteriormente denominados acionistas minoritários) sejam reclassificadas, de uma apresentação escalonada entre o passivo e o patrimônio líquido, para item do patrimônio líquido. Nosso lucro liquido, que pelas regras contábeis anteriores era determinada após ajuste das participações minoritárias em nossas subsidiárias, passará, pelos ajustes das novas regras contábeis, a ser segregado para evidenciar o lucro liquido atribuível à companhia e o lucro liquido atribuível a participações dos acionistas não controladores.

Lucro (prejuízo) por ação

De acordo com as práticas contábeis usadas pela companhia para apresentação das nossas demonstrações financeiras, nós determinamos o lucro (prejuízo) por ação baseado em nosso número de ações em circulação na data de fechamento do balanço. As novas práticas contábeis exigirão a apresentação do lucro (prejuízo) por ação sejam calculados com base na média ponderada do número de ações em circulação durante o período.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Provisão para dividendos a pagar

A provisão para dividendos a pagar somente será contabilizada no final do exercício em reconhecimento à obrigação de pagar o saldo do dividendo mínimo obrigatório ou quando uma distribuição tenha sido declarada ou aprovada pelos acionistas. De acordo com as práticas contábeis usadas pela companhia para apresentação de nossas demonstrações financeiras, a provisão para pagamento de dividendos era contabilizada ao final do exercício com base na proposta da administração sujeita à homologação da assembléia geral de acionistas.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

(i) Os pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Magnesita Refratários S.A para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2009 não possuem ressalvas e/ou parágrafos de ênfase.

(ii) Com relação ao parecer dos auditores sobre as demonstrações financeiras da Magnesita Refratários S.A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não há ressalvas, porém, foi relacionado o seguinte parágrafo de ênfase:

Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial da Magnesita Refratários S.A. e o balanço patrimonial consolidado da Magnesita Refratários S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Companhia e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 1º de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na Nota 2(b), as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. Essas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

(iii) O relatório de revisão limitada em 30 de setembro de 2010 da Magnesita Refratários S.A para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, não há ressalvas, porém, relacionou o seguinte parágrafo de ênfase:

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 (b), a Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia apresentou suas Informações Trimestrais -ITR utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Conforme requerido pela referida Deliberação, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2 (b) às ITR, bem como a descrição das principais alterações que poderão impactar suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Políticas contábeis críticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tomamos por base estimativas e suposições derivadas da experiência histórica e vários outros fatores que julgamos razoáveis e pertinentes. Políticas contábeis críticas são aquelas importantes para o retrato de nossa posição financeira consolidada e dos resultados das operações, exigindo decisões, estimativas e suposições difíceis, subjetivas ou complexas, conforme opinião dos diretores. A aplicação dessas políticas contábeis críticas frequentemente exige decisões baseadas na opinião dos diretores quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas com respeito aos nossos resultados de operações e ao valor contábil de nossos ativos e passivos. Nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser diferentes daqueles estabelecidos em nossas demonstrações financeiras consolidadas, caso nossa experiência real venha a diferir das suposições e estimativas baseada na opinião dos diretores. A fim de proporcionar uma compreensão de nossas políticas contábeis críticas, incluindo algumas das variáveis e suposições subjacentes às estimativas, bem como a sensibilidade dessas suposições e estimativas a parâmetros e condições distintos, propusemos a seguir uma discussão de nossas políticas contábeis críticas relativas a:

- reconhecimento de receitas;
- provisão para devedores duvidosos;
- imposto de renda diferido;
- ativo imobilizado;
- amortização e teste de recuperação contábil (*impairment*) de ágio;
- ativos contingentes e provisões para contingências;
- contingências relacionadas aos planos de benefícios;
- remuneração baseada em ações (*stock option*); e
- instrumentos financeiros.

Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de produtos é reconhecida quando o produto é entregue a um cliente ou quando o serviço é prestado, independentemente de a venda se referir à venda direta ou à venda segundo um contrato CPP – *Cost Per Performance* ("CPP"). Reconhecemos a receita no momento da entrega dos produtos a nossos clientes nos termos dos contratos CPP com base em nossas estimativas dos volumes de produção de nossos clientes. Nossas estimativas levam em conta o conhecimento que temos dos processos produtivos e capacidades de nossos clientes, bem como dos seus níveis históricos de produção. Uma vez determinado o volume de produção real dos nossos clientes, ajustamos a receita no período em curso para registrar quaisquer diferenças entre os volumes de produção e desempenho estimados e aqueles efetivamente realizados. O nível de experiência adquirido pela Companhia nesse modelo de negócio, bem como o extenso conhecimento das operações dos clientes, tem nos permitido um alto de grau de acerto em nossas estimativas de preço, contribuindo para evitar diferenças significativas.

Provisão para devedores duvidosos

Consideramos o registro de provisões para devedores duvidosos em valores suficientes para cobrir o risco de perda na realização de nossas contas a receber de nossos clientes. A determinação dos montantes se fundamenta em uma análise individual de cada cliente. Todas as faturas são analisadas individualmente pelo nosso departamento de crédito e cobrança, em conjunto com o gerente de contas responsável pelo cliente em questão, a fim de medir a quantidade de prováveis perdas esperadas e, por conseguinte, determinar a

10.5 - Políticas contábeis críticas

provisão para devedores duvidosos, se houver, a ser registrada. Para clientes com faturas em atraso, acumulamos 100% de seus saldos em aberto, se considerarmos duvidoso o reembolso dessas faturas.

Imposto de renda diferido

Reconhecemos ativos e passivos de impostos diferidos com base nas diferenças temporais entre os valores contábeis das demonstrações financeiras e a base fiscal dos ativos e dos passivos. Pelo fato do imposto de renda e da contribuição social no Brasil serem calculados e pagos com base na pessoa jurídica, não havendo declarações fiscais consolidadas, só reconhecermos ativos por impostos diferidos se for provável que sejam realizados com base na pessoa jurídica.

No Brasil, onde se tem a maior concentração dos impostos diferidos, as atuais alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuições sociais são utilizadas para calcular os impostos diferidos ativos, que correspondem a diferenças temporais e prejuízos fiscais. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as vendas de imobilizado para recebimentos de longo prazo, sobre a realização fiscal do ágio e a depreciação fiscal acelerada do ativo imobilizado, entre outros.

Conforme exigido pelas Instruções CVM nº 273/98 e 371/02, limitamos o reconhecimento dos nossos impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais aos montantes que se esperam recuperar ao longo dos próximos dez anos, com base em nossa receita tributável estimada, a valor presente.

Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação (com corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995) e depreciado pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos relacionados.

Custos com reparos e manutenção são contabilizados durante o período em que são incorridos. O custo das benfeitorias é capitalizado quando as mesmas aumentam a vida útil do ativo relacionado. As benfeitorias são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

Em virtude da adoção da Lei nº 11.638/07 e da Deliberação CVM nº 565/08, para os períodos que comecem a partir de 1º de janeiro de 2008, inclusive, somos obrigados a rever e analisar periodicamente a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido em nosso balanço patrimonial para garantir que (1) as perdas por deterioração sejam registradas como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas aos referidos ativos ou quando houver evidências de que os resultados de operações futuras não serão suficientes para garantir a sua realização, e (2) os critérios empregados para determinar o restante da vida útil estimada dos referidos ativos para fins de registrar a despesa de depreciação, amortização e exaustão sejam revisados e ajustados.

Amortização e recuperação contábil (impairment) de ágio

O ágio é calculado como a diferença entre o preço pago na compra e o valor contábil do investimento adquirido e do passivo assumido.

Antes de 31 de dezembro de 2008, se o ágio ou deságio tomasse por base expectativas de rentabilidade futura, a amortização desse ágio deveria ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas durante um período compatível com o período em que os ganhos ou perdas eram esperados. Se o ágio ou deságio tivesse tomado por base o valor de mercado do ativo, a amortização deveria ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas durante um período compatível com o restante da vida útil dos ativos.

Como resultado da aprovação da Lei nº 11.638/07 e da Deliberação CVM 565/08, para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive, nós não amortizamos o ágio em nossas demonstrações consolidadas e somos obrigados a testar a recuperação do mesmo anualmente.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Além disso, o ágio é também revisto sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o seu valor contábil possa não ser recuperável. Neste caso, determina-se o seu valor recuperável a fim de verificar a necessidade de um teste.

Ativos contingentes e provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de nossos ativos e passivos contingentes e obrigações legais seguem os seguintes critérios descritos na Deliberação CVM 489/05:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há prova de que a realização é praticamente certa ou favorável, ou decisões judiciais em caráter final e irrecorrível tenham sido obtidas. Os ativos contingentes com probabilidade de um desfecho favorável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensurados com confiabilidade. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados nas notas às demonstrações financeiras e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Também estamos sujeitos a contingências no que diz respeito a reclamações de natureza fiscal, cível, trabalhista e ambiental, tendo efetuado provisões para ações judiciais, referentes a algumas perdas, se podem estimar como prováveis, da ordem de R$ 91,4 milhões em 30 de setembro de 2010, líquidas de depósitos judiciais. A tabela a seguir resume os processos jurídicos atuais, os valores em discussão nesses processos e o valor total da provisão estabelecida para perdas que venham a ocorrer em virtude desses processos em 30 de setembro de 2010. Os valores contestados constantes abaixo refletem o valor atribuível à ação pertinente por cada autor, e não refletem, necessariamente, o valor definitivo que se poderia obter na hipótese de um resultado desfavorável.

(milhões de reais, exceto número de processos)	Número de Processos	Pedidos	Provisão	Depósitos Judiciais
Fiscal – processos judiciais e administrativos	281	R$110,9	R$78,7	R$4,7
Trabalhista– processos judiciais e administrativos	846[1]	R$54,6[2]	R$15,8	R$0,3
Processos Cíveis	26	R$6,5	R$1,9	-
Total	1.153	R$172,0	R$96,4	R$5,0

Em 2006, a Magnesita S.A. obteve decisão favorável, final e definitiva em discussão judicial movida contra à Centrais Elétricas S.A. – Eletrobrás ("Eletrobrás") acerca da correção monetária plena incidente sobre os empréstimos compulsórios. Em decorrência da decisão final favorável, o mérito da ação não pode mais ser discutido. A Eletrobrás foi condenada a pagar uma quantia apurada em laudo pericial e a entregar 167.212.493 ações de sua emissão à Magnesita S.A. Posteriormente, a Companhia impetrou ação de cobrança contra a Eletrobrás visando o recebimento dos respectivos valores, sendo que parte do valor pleiteado pela Companhia, no montante de aproximadamente R$ 8 milhões foi reconhecido pela Eletrobrás e registrado nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 2006. A ação de cobrança do valor não reconhecido pela Eletrobrás teve continuidade, ocorrendo, inclusive, depósito judicial no montante de R$ 69,7 milhões em agosto de 2007 por parte da Eletrobrás. No quarto trimestre de 2009, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Companhia requereu o levantamento do valor depositado em juízo em razão do transcurso do prazo para a Eletrobrás impugnar a execução de cobrança. Em janeiro de 2010, a Companhia obteve decisão em segunda instância favorável ao levantamento do valor depositado judicialmente, cujas chances de reversão através de novos recursos impetrados por parte da Eletrobrás, são consideradas remotas (mínimas) pelos seus consultores jurídicos. Dessa forma, no 4º. trimestre de 2009, a Companhia decidiu registrar o montante atualizado de R$ 65,2 milhões, líquido dos custos advocatícios, no resultado daquele exercício, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", em

[1] Data-base 31/10/2010.

[2] Data-base 31/10/2010.

10.5 - Políticas contábeis críticas

contrapartida da rubrica “Valores a receber - Eletrobrás” no ativo circulante. No entanto, em razão da apresentação de recursos e mandado de segurança pela Eletrobrás, a Companhia acredita que o levantamento dos respectivos valores não deverá ocorrer em 2010 o que poderá implicar a reclassificação do registro acima mencionado nas demonstrações financeiras para o "ativo não-circulante".

Passivos pós-emprego

O passivo relacionado a nossos benefícios dos planos de pensão definidos é equivalente ao valor presente da obrigação do benefício definida na data do balanço patrimonial menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado para ganhos ou perdas atuariais dos serviços antigos. Nossa obrigação do benefício definida é calculada anualmente por atuários independentes.

Remuneração baseada em ações (stock option)

Oferecemos aos nossos executivos planos de remuneração baseada em ações, a ser paga em ações de nossa empresa. Nos termos desses planos, a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período em que o direito é concedido - período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos (*vesting*) devem ser atendidas. Na data do balanço, revemos a estimativa do número de opções conferido e, posteriormente, reconhecemos o impacto da mudança nas estimativas iniciais, se houver, nas demonstrações financeiras, com uma contra-partida para o patrimônio líquido de maneira prospectiva.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas encontram-se registrados em contas patrimoniais em 30 de setembro de 2010. A Companhia adota uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A política tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. A Companhia realiza operações de derivativos visando sempre proteger seus passivos financeiros e reduzir sua exposição cambial, com o objetivo de evitar o descasamento entre moedas e reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa. A Companhia não faz operações de derivativos com fins especulativos.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros possuem a seguinte avaliação em relação aos valores de mercado ou de realização:

- Títulos e valores mobiliários - as taxas e os prazos das operações estão, substancialmente, compatíveis com as de mercado.

- Contas as receber de clientes - os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

- Investimentos - as controladas não possuem quotas ou ações negociadas no mercado, sendo que suas atividades são substancialmente complementares aos negócios da controladora.

Empréstimos e financiamentos - as taxas e os prazos das operações estão, substancialmente, compatíveis com as de mercado e é opinião dos diretores que os valores contábeis aproximam-se aos valores de mercado.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Na opinião dos diretores, a Companhia mantém controles internos administrativos e contábeis que asseguram um adequado domínio das operações e conseqüentes registros contábeis tempestivos e corretos, evitando, também fraudes e desperdícios. Além da estrutura administrativa e sistemas informatizados adequados, a Companhia conta com serviços de consultores especializados em cada área de atuação. A diretoria se envolve nas operações rotineiramente, sempre atentando para a conciliação das operações com as informações contábeis oficiais. Nenhum relatório oficial para a tomada de decisão é gerado fora do ambiente oficial da contabilidade, de forma a assegurar decisões fundamentadas sempre nos números oficiais, desenvolvendo a cultura de unicidade de informação para tomada de decisão. Quaisquer pontos de fragilidade de controle ou de erro de conciliação ou de contabilização apontados pelos auditores internos e/ou externos são estudados pela diretoria, que recomenda e implanta ações corretivas e, eventualmente, alteração na estrutura operacional e administrativa.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em 2008, os auditores externos apresentaram relatório de recomendações acerca dos nossos controles internos contendo três seções:

- Seção A: recomendações para a alta administração sobre criação de comitê de auditoria e sobre a implementação de um centro de serviços compartilhado; Esta recomendação não foi completamente implementada. A Cia mantém uma equipe de auditores internos e tem o Conselho Fiscal. Não temos o comitê de auditoria. A Cia mantém um centro de serviços compartilhado para suas operações na America do Sul. Nas demais regiões, cada região possui sua estrutura própria.

- Seção B: recomendações destinadas ao aprimoramento dos sistemas contábil e de controles internos. Foram apresentados 24 pontos relativos a conciliações e deficiências de controles contábeis. Foram apresentados, ainda, cinco pontos relativos a segurança e controle de sistemas informatizados. Adicionalmente, foram abordados quatro pontos acerca dos processos de venda ; sete sobre processos de compras e contas a pagar e um ponto referente aos controles de bens do imobilizado. Os pontos identificados nesta seção tiveram, de alguma forma, origem no desenvolvimento e implantação, pela Companhia, de um sistema integrado de informações (SAP) durante o exercício de 2008 que, como é comum nesses casos, acabaram gerando deficiências e inconsistências quando da substituição dos sistemas e controles anteriores. As recomendações foram, em sua grande maioria, implementadas ou possuem um plano de ação em andamento, considerando o seu custo / benefício em relação às operações da Companhia.

- Seção C: recomendações destinadas ao aprimoramento dos procedimentos tributários. Foram apresentados nesta seção 18 pontos de atenção relativos à área fiscal e tributaria. Considerando as prioridades e relevância dos temas reportados, na opinião da administração, as recomendações de controles internos foram implementadas ou possuem um plano de ação em andamento.

Em relação aos pontos de controles internos e deficiências de controle contábeis referentes ao exercício de 2009, neste momento a administração está em processo de avaliação das recomendações reportadas pelos auditores e de desenvolvimento dos respectivos planos de ação.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em 14 de fevereiro de 2010, a Magnesita Refratários S.A. ("Companhia") realizou oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de sua emissão, tendo captado R$253.275.000,00 ("Oferta"), sendo que R$126.637.500,00 foram alocados à conta capital e R$126.637.500,00 foram alocados à conta reserva de capital. Adicionalmente, em 22 de fevereiro de 2010, nos termos do artigo 24 da Inst. CVM 400, a quantidade de ações ofertadas no âmbito da oferta (sem considerações adicionais) foi acrescida em 10%, ou seja, em 3.070.000 ações nas mesmas condições, totalizando R$25.327.500,00 sendo R$ 12.663.750,00 alocados à conta capital e R$12.663.750,00 alocados à conta reserva de capital.

Os recursos líquidos da Oferta, deduzidas as comissões e despesas relacionadas, considerando as ações suplementares, totalizaram R$278.602.500,00

Buscando a adequação de sua estrutura de capital, a Companhia destinará 100% dos recursos líquidos provenientes da Oferta para a redução de seu endividamento bancário, por meio da liquidação parcial da Nota de Crédito à Exportação celebrada com o Itaú Unibanco em 20 de março de 2008, com saldo aberto em 31 de janeiro de 2011 de R$735.108.357,44 e a uma taxa de juros de CDI+2,75% ("NCE"), e renegociação do seu saldo em termos e condições mais adequadas e favoráveis para a Companhia. Com a quitação parcial da NCE, a Companhia visa acelerar a realização de investimentos e aumentar sua auto-suficiência e verticalização em matérias-primas, através da expansão de suas atividades de mineração e produção de matérias-primas estratégicas.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:
a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
iv. contratos de construção não terminada
v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Na data-base de 31 de dezembro de 2009, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:
a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
b. natureza e o propósito da operação
c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Na data-base de 31 de dezembro de 2009, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A tabela abaixo mostra nossos investimentos técnicos para o período encerrado em 30 de setembro de 2010 e 2009, e para os anos findos em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007.

	Ano findo em 31 de dezembro de			Nove meses findos em 30 de setembro de	
(em milhões de reais	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2009**
Risco operacional	18,16	17,16	13,55	15,60	8,59
Receita	9,44	19,23	8,77	8,53	8,38
Produtividade	2,84	7,48	3,98	1,10	3,61
Outra manutenção	5,51	6,33	3,42	7,24	1,61
Meio ambiente/segurança	6,04	7,04	3,79	2,84	2,85
Estratégicos	8,10	47,22	6,50	1,42	3,47
Outro	4,02	7,34	4,42	4,24	1,52
Total	R$54,11	R$111,80	R$44,43	R$40,97	R$30,03

Nossos dispêndios em projetos de investimento (Capex) podem ser classificados da seguinte forma:

Receita. Investimentos em receitas são feitos para aumentar nossa capacidade de produção, desenvolver novos produtos e aumentar a nossa fatia no mercado. Exemplo: aquisição de novos equipamentos.

Estratégicos. Investimentos estratégicos são efetuados com o objetivo de manter nossa base de clientes ou em conexão com projetos institucionais especiais. Exemplo: gastos com equipamentos nas instalações de nossos clientes, bem como a gestão da tecnologia da informação e projetos de automação.

Meio ambiente/segurança. Despesas com meio ambiente e segurança são divididas em despesas obrigatórias e preventivas. Despesas obrigatórias são aquelas efetuadas para cumprir as leis e regulamentos aplicáveis e seguir programações previstas nas leis e regulamentos. Exemplo: investimentos na segurança dos trabalhadores. Despesas preventivas, por outro lado, não estão sujeitas a quaisquer programações específicas e incluem melhorias ergonômicas e investimentos em equipamentos para a suspensão de materiais pesados.

Produtividade. Dispêndios de capital relacionados com produtividade objetivam reduzir os custos de produção e despesas e aumentar a produtividade através do desenvolvimento e melhoria dos sistemas e processos. Exemplo: investimentos em sistemas de inspeção.

Risco operacional. Despesas com riscos operacionais são aquelas efetuadas para evitar a diminuição da capacidade de produção e garantir a continuidade da mesma, substituindo equipamentos obsoletos ou esgotados. Exemplo: reforma de equipamentos e investimentos em ferramentas e instrumentos.

Manutenção. Os investimentos em manutenção são divididos em investimentos em administrativos e em tecnologia da informação. Os investimentos administrativos incluem a renovação de nossas instalações e os

10.10 - Plano de negócios

investimentos em mobiliário e equipamentos de escritório. Investimentos em tecnologia da informação incluem investimentos em equipamentos eletrônicos e softwares.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

As aquisições da Insider - Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. ("Insider") e da LWB Refractories Holding Gmbh ("LWB"), mencionadas no item 10.3.b, aumentaram substancialmente a capacidade de produção de refratários que antes somava 590,0 mil t/ano e colocava a Magnesita na 7ª posição no *ranking* mundial (medido pela receita líquida), para 1,4 milhão de t/ano colocando-a em 3º lugar.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia mantém um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil e dois núcleos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D em York (EUA) e outro em Hagen (Alemanha), altamente qualificados e fundamentais para o seu segmento de atuação. São esperados gastos anuais de R$9,5 milhões em pesquisas para desenvolvimento de soluções integradas de serviços, refratários e matérias-primas que visam maximizar os resultados dos clientes.

Os projetos e pesquisas relevantes e já divulgados que se encontram em desenvolvimento compreendem:

- tijolos refratários para uso em panelas de aço a partir do uso de bauxito sintético, utilizando-se o mineral bauxito de propriedade da Companhia;
- tecnologia para aumentar a produtividade do bauxito sintético, um processo que, atualmente, se consegue somente às custas de um volume muito grande de água, o que resulta em um maior tempo no processo de secagem do material;
- Tecnologia para viabilizar o reprocessamento de produtos refratários utilizados pelos clientes, objetivando maximizar o seu reaproveitamento, já que, atualmente, a reutilização é bastante limitada;
- Desenvolvimento de refratários para convertedores LD e panelas de aço a partir do uso do nano carbono, o que permitirá melhorar as propriedades físicas, importantes para seu desempenho, além de reduzir a condutividade térmica.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

AQUISIÇÃO DA LWB

Em função da importância da aquisição da LWB Refractories Holding Gmbh ("LWB"), incluímos as seguintes informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas* e sim objeto de "conforto" na cara de conforto nos moldes das Normas e Procedimentos de Auditoria - NPA 12 endereçada à Companhia e aos bancos, emitida pelos nossos auditores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 com base na premissa de que a aquisição da LWB tenha ocorrido em 1º de janeiro de 2008. As informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas* foram preparadas usando as informações financeiras consolidadas históricas da Magnesita, que foram preparadas em conformidade com o BR GAAP, práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), e da LWB, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS - *International Financial Reporting Standards*, normas internacionais de contabilidade ("IFRS"). As informações financeiras consolidadas históricas da LWB não foram ajustadas de forma a refletir o BR GAAP aplicado à Magnesita e o IFRS aplicado à LWB tendo em vista que as diferenças não são significativas.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas* são baseadas em estimativas e premissas estabelecidas nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 2008. As informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas* estão sendo fornecidas apenas com propósito informativo. Embora as informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas* apresentadas estejam baseadas em pressupostos razoáveis na opinião dos diretores, elas não devem ser interpretadas como nossos resultados operacionais atuais, como uma indicação de nossos resultados consolidados futuros, uma base de cálculo dos dividendos ou para quaisquer outros propósitos.

As informações financeiras *pro-forma não auditadas* são fornecidas apenas para fins ilustrativos e não buscam representar aquilo que os atuais resultados operacionais consolidados ou a posição financeira consolidada teria apresentado caso a aquisição da LWB tivesse ocorrido nas datas assumidas. As informações financeiras *pro-forma não auditadas*, por exemplo, não refletem (1) quaisquer sinergias, eficiências operacionais ou economia de custos que poderiam ter resultado ou poderão resultar da aquisição da LWB, (2) quaisquer benefícios que resultaram ou poderão resultar das projeções de crescimento combinadas da companhia, ou (3) mudanças nos preços e taxas de câmbio subsequentes às datas das informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas*.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma* não auditadas não foram preparadas de acordo com as regras para preparação de informações financeiras *pro forma* estabelecidas em qualquer organismo regulador, tal como SEC - Securities and Exchange Commission ou CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Baseamos os ajustes pro-forma nas informações disponíveis e em determinados pressupostos os quais acreditamos serem razoáveis sob as circunstâncias, conforme descritos abaixo:

(i) Base da Apresentação Pro-forma

Em 5 de novembro de 2008, adquirimos a Rearden G Holdings Eins GmbH, sociedade controladora da LWB, empresa líder na manufatura de refratários de dolomita. A aquisição foi efetuada mediante pagamento de R$413,7 milhões em dinheiro (dos quais R$297,8 milhões foram pagos aos acionistas vendedores) e R$487,6 milhões na forma de 23.457.778 ações ordinárias emitidas por nós, representando 10.97% das nossas ações ordinárias. O pagamento total foi de R$901,2 milhões.

O ágio resultante da aquisição foi registrado nos ativos intangíveis. De acordo com a Instrução CVM de número 349/01, uma provisão parcial foi registrada para compensar o ágio contra a reserva especial no patrimônio liquido. O saldo remanescente de ágio resultante da aquisição, que representa o montante do benefício fiscal futuro que surgirá quando da amortização do ágio para fins fiscais, foi classificado no balanço patrimonial no ativo não circulante.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

A aquisição da LWB foi contabilizada usando o método de compra de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis na data da transação. O ágio resultante da aquisição no valor de R$ 309,9 milhões foi calculado pela diferença entre o valor pago de R$ 901,2 milhões (sendo R$ 413,7 milhões a título de aumento de capital e R$ 487,6 milhões mediante troca de ações) e o valor contábil dos ativos adquiridos e as obrigações assumidas no montante de R$ 591,3 milhões.

(ii) Ajustes ao resultado consolidado *pro-forma não auditado*

O ágio gerado pela aquisição, baseada nas expectativas de rentabilidade futura, estava sendo amortizado durante 2008 num período de dez anos. Conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC No. 13, o ágio resultante de rentabilidade futura não é mais amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 para fins contábeis, apesar de ainda ser amortizado para fins fiscais.

A Magnesita Refratários S.A. contribuiu com capital no montante de R$413,7 milhões (dos quais R$297,8 milhões foram usados para pagar os acionistas da LWB) como parte do preço de compra. A Magnesita Refratários S.A. adicionalmente pagou R$487,6 milhões, na forma de 23.457.778 ações ordinárias emitidas por nós, aos acionistas da LWB. O preço total de compra para a aquisição foi de R$901,2 milhões.

(a) Ajuste da Amortização do Ágio

O valor contábil para a aquisição foi de R$591,3 milhões e a diferença entre este valor contábil e o preço de compra de R$310,0 milhões foi alocado como sendo ágio. A amortização do ágio para os dois meses encerrados em 31 de dezembro de 2008 nas demonstrações consolidadas históricas operacionais da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 totalizou R$5,2 milhões com base na premissa de período de amortização de 10 anos.

Esse ajuste *pro-forma* consistiria na amortização do ágio para o período adicional de dez meses findo em 31 de outubro de 2008 como se o período de amortização de ágio tivesse tido início em 1º de janeiro de 2008, representando um encargo adicional de R$25,8 milhões.

(b) Ajuste do Efeito de Imposto da Amortização do Ágio

Já o ajuste *pro-forma* referente ao efeito fiscal da amortização do ágio foi reconhecido para o período adicional de dez meses findo em 31 de outubro de 2008, refletindo o ativo de imposto diferido proveniente da amortização *pro-forma* adicional de ágio de R$8,8 milhões, como se a amortização do ágio tivesse começado em 1º de janeiro de 2008. A taxa de imposto usada para calcular o ativo de imposto diferido é a taxa nominal de imposto de renda brasileira de 34%.

Principais impactos do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 em base pro forma

A Companhia adquiriu a LWB em setembro de 2008, com efeitos contábeis a partir de 1º novembro, quando ocorreu o fechamento da transação. Para fins ilustrativos, as demonstrações financeiras consolidadas de 2008 foram complementadas, quando apropriado, por informações financeiras consolidadas *pro-forma e não auditadas*. Adicionalmente, em 2009, a Companhia havia disponibilizado ao mercado, em seus relatórios trimestrais de desempenho (*press releases*), dados *pro-forma* de 2008, calculados a partir de uma cotação média das moedas locais de cada unidade adquirida para o período de 12 meses. Esse critério difere do ora apresentado uma vez que a conversão para reais foi feita a partir da cotação média das moedas em dois períodos: o não consolidado (de janeiro a outubro) e o consolidado (novembro e dezembro). Desta forma, no que se refere à abertura da receita líquida, na base *pro-forma*, optamos por manter o critério de conversão pela taxa média anteriormente divulgado, apresentando uma linha de diferença cambial em relação aos dois cálculos.

Receita líquida

10.11 - Outros fatores com influência relevante

A receita líquida é calculada deduzindo-se da receita bruta os impostos sobre receita e serviços. Em base *pro-forma*, a receita líquida auferida no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seria de R$2.386,8 milhões (Magnesita R$1.466,1 milhões + LWB R$ 920,7 milhões).

No mercado Brasileiro, a receita líquida em base *pro forma* seria de R$1.059,8 milhões (Magnesita R$ 1.059,8 milhões + LWB R$0,0 milhões) no ano encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Já no mercado externo, em base *pro-forma*, a receita líquida auferida no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seria de R$1.327,0 milhões (Magnesita R$ 406,3 milhões + LWB R$ 920,7 milhões).

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

Em base *pro-forma*, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seria de R$1.523,4 milhões (Magnesita R$ 916,9 milhões + LWB R$ 606,5 milhões)

Resultado bruto

Em base *pro-forma*, o lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seria de R$863,4 milhões (Magnesita R$549,3 milhões + LWB R$ 314,1 milhões). Também em base pro-forma, o lucro bruto teria representado 36,2% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Despesas com vendas

Em base *pro-forma*, as despesas com vendas em 31 de dezembro de 2008 seriam de R$239,6 milhões (Magnesita R$ 125,0 milhões + LWB R$ 114,6 milhões).

Despesas gerais e administrativas

Em base *pro-forma*, as despesas gerais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 totalizariam R$256,2 milhões (Magnesita R$ 160,0 milhões + LWB R$ 96,2 milhões).

Amortização de ágio

A amortização de ágio no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seria de R$281,3 milhões em base *pro-forma*.

Outras receitas operacionais (despesas), líquidas

Em base *pro-forma*, as outras receitas operacionais, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 totalizariam R$63,0 milhões (Magnesita R$ 62,5 milhões + LWB R$ 0,5 milhão)

Lucro (perda) operacional antes do resultado financeiro

Em base *pro-forma*, o lucro operacional antes do resultado financeiro seria de R$149,3 milhões (Magnesita R$ 71,2 milhões + LWB R$ 103,9 milhões – ajuste *pro forma* da amortização do ágio R$ 25,8 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Resultado financeiro

Em base *pro-forma*, as despesas financeiras, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seriam de R$231,2 milhões (Magnesita R$139,1 milhões + LWB R$92,1 milhões).

A receita financeira é calculada somando-se a receita financeira proveniente das disponibilidades e os ganhos/perdas de variações monetárias e cambiais sobre ativos. Em base *pro-forma*, a receita financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seria de R$143,3 milhões (Magnesita R$124,8 milhões + LWB R$18,5 milhões).

10.11 - Outros fatores com influência relevante

As despesas financeiras são calculadas somando-se as despesas financeiras, que correspondem efetivamente às despesas relacionadas à dívida, e os ganhos/perdas de variações monetárias e cambiais sobre passivos. Em base *pro-forma*, as despesas financeiras totalizariam R$374,5 milhões (Magnesita R$264,0 milhões + LWB R$110,5 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

Em base *pro-forma*, seria gerado prejuízo antes de impostos de R$81,9 milhões (prejuízo Magnesita R$67,9 milhões – lucro LWB R$ 11,8 milhões + ajuste *pro-forma* da amortização do ágio R$ 25,8 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

IR e contribuição social

Em base pro forma, a despesa líquida de imposto de renda e contribuição social seria de R$ 5,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Em base pro forma, a despesa de imposto de renda e contribuição social corrente teria totalizado R$ 48,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Teríamos registrado em base pro forma um crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos de R$ 42,7 milhões (Magnesita R$38,2 milhões - LWB R$ 4,3 milhões + ajuste pro forma do efeito de imposto sobre a amortização do ágio de R$ 8,8 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Prejuízo antes da participação de acionistas não controladores

Em base pro forma, o prejuízo do exercício teria sido de R$ 87,2 milhões (Magnesita R$53,9 milhões + LWB R$16,3 milhões + ajuste *pro forma* da amortização do ágio, líquido R$ 17,0 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Participação minoritária

Em base *pro forma*, participação minoritária teria sido de R$0,0 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Prejuízo do exercício

Em base *pro forma*, o prejuízo do exercício teria sido de R$87,2 milhões (Magnesita R$53,9 milhões + LWB R$ 16,3 milhões + ajuste *pro forma* da amortização do ágio, líquido de R$ 17,0 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

AQUISIÇÃO E INCORPORAÇÃO DA MAGNESITA S.A.

Em 27 de setembro de 2007, a companhia (à época RPAR Holding S.A. cuja denominação social foi posteriomente alterada para Magnesita Refratários S.A.) adquiriu o controle da Magnesita S.A., a qual foi incorporada pela companhia em 21 de fevereiro de 2008.

Para efeitos contábeis, a data de vigência da incorporação foi 1º de janeiro de 2008. Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas da companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 incluem tão-somente três meses de resultados de operações, que correspondem às operações da Magnesita S.A. a partir da data em que foi adquirida. A título de informação ao investidor e para um melhor entendimento quanto ao contexto da operação realizada, são apresentados abaixo os comentários dos diretores contemplando os principais aspectos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da controlada Magnesita S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Comentários dos Diretores aos Principais Aspectos das Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas da Magnesita S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2007

Receita líquida

O volume das vendas líquidas é calculado pela dedução dos impostos sobre vendas e serviços oriundos de vendas e serviços brutos. As vendas líquidas apuradas pela Magnesita S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, totalizaram R$ 1.198,6 milhões.

No mercado brasileiro as vendas da Magnesita S.A. foram R$ 978,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (receita bruta de vendas e/ou serviços no mercado interno menos o total das deduções da receita bruta no período), sendo R$ 763,8 milhões correspondentes à venda de refratários, R$ 164,3 milhões referentes a serviços prestados e R$ 50,3 milhões relativos à venda de outros minerais.

Já no mercado externo, as vendas registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram de R$ 220,2 milhões, dos quais R$ 162,3 milhões correspondentes à venda de refratários, R$ 43,6 milhões relativos à venda de sínter de magnesita e R$ 14,3 milhões referentes à venda de outros minerais.

Custo de produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados registrado pela Magnesita S.A. foi R$ 746,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, cujos componentes foram, por ordem de grandeza, matérias-primas, mão-de-obra, combustíveis, outros (que inclui os custos associados a serviços de consultoria e mineração), depreciação, energia elétrica e manutenção.

Resultado bruto

O resultado bruto apurado pela Magnesita S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foi R$ 451,8 milhões. Como uma percentagem da receita líquida, o lucro bruto representou 37,7% das vendas líquidas no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Despesas com vendas

As despesas com vendas da Magnesita S.A. no período encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram R$ 122,7 milhões.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Magnesita S.A. no período encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram R$ 148,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

A Magnesita S.A. registrou outras despesas operacionais líquidas de R$ 8,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro apurado pela Magnesita S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foi de R$ 168,5 milhões.

Resultado financeiro

A Magnesita S.A. registrou uma receita financeira liquida de R$ 5,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

A receita financeira é calculada pela soma do resultado financeiro, que é efetivamente receita proveniente de caixa e equivalentes de caixa, e variações monetária e ganhos/perdas cambial sobre o ativo. A receita financeira da Magnesita S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foi R$ 21,1 milhões.

As despesas financeiras são calculadas adicionando as despesas financeiras, que são efetivamente as despesas relacionadas com a dívida, e variações monetárias e ganhos/perdas cambiais sobre os passivos. As despesas financeiras da Magnesita S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram R$ 15,5 milhões.

Resultado operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Magnesita S.A. registrou um lucro operacional de R$ 174,1 milhões.

Receitas (despesas) não-operacionais líquidas

As despesas não-operacionais líquidas no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram R$ 15,0 milhões.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

A Magnesita S.A. registrou um lucro antes dos impostos de R$ 159,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Magnesita S.A. apurou uma despesa de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 47,7 milhões.

O imposto de renda e a contribuição social correntes apurados pela Magnesita S.A. em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R$ 54,2 milhões.

O saldo credor de imposto de renda e a contribuição social diferidos da Magnesita S.A. foi R$ 6,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Resultado líquido no exercício

A Magnesita S.A. registrou lucro líquido de R$ 108,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 As projeções devem identificar:
a. objeto da projeção
b. período projetado e o prazo de validade da projeção
c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não realizou projeções nos 3 últimos exercícios sociais.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:
a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário
b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções
c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não divulgou projeções nos 3 últimos exercícios sociais.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno.

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Os membros do Conselho de Administração possuem mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição, já os diretores possuem mandato de 3 anos, com o mesmo direito de serem reeleitos.

A Companhia possui, ainda, um Conselho Fiscal instalado em caráter permanente. Os membros do Conselho Fiscal possuem mandato até a primeira assembleia geral ordinária da Companhia que se realizar após a sua respectiva eleição, podendo ser reeleitos.

O Estatuto Social da Companhia permite a criação, pelo Conselho de Administração, de comitês que visam auxiliar o Conselho de Administração com atribuições específicas definidas pelo próprio Conselho de Administração. A Companhia possui o Comitê do Plano de Opção com o objetivo de implementar e administrar o plano de outorga de opção de compra de ação, como forma de recompensar executivos, empregados e prestadores de serviços pelo resultado e alcance de metas de longo prazo.

a. Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 8 (oito) membros e igual número de suplentes, todos acionistas, eleitos pela assembleia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração serão Conselheiros Independentes, os quais devem ser expressamente declarados como tal na assembléia geral que os eleger.

O Conselho de Administração poderá, para seu assessoramento, determinar a formação de comitês técnicos ou consultivos, com objetivos e funções definidos e que poderão ser integrados por membros do Conselho de Administração ou terceiros indicados pelo Conselho de Administração.

Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, inclusive quanto à sua composição, funcionamento e, no caso de terceiros indicados pelo Conselho de Administração, sua eventual remuneração

Além das demais matérias previstas em lei e no estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios;

b) eleger e destituir os diretores, fixar suas remunerações dentro do montante global fixado pela assembléia geral, bem como estabelecer-lhes atribuições e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

responsabilidades específicas, observado o disposto no estatuto social da Companhia;

c) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, livros e papéis, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

d) fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores e dos funcionários de escalão superior;

e) convocar a assembléia geral;

f) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

g) autorizar a emissão de novas ações ordinárias e bônus de subscrição, até o limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre a aquisição de ações de sua emissão, seja para cancelamento ou permanência em tesouraria, e sua venda ou colocação no mercado, observadas as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e demais legislação aplicável;

h) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, ou em outro balanço intermediário, bem como determinar o pagamento de juros sobre capital próprio;

i) aprovar o Plano de Negócios e Orçamento Anual, qualquer revisão, alteração ou atualização do mesmo, bem como todos e quaisquer investimentos de capital ou despesas operacionais cujo valor exceder em 10% os montantes previamente aprovados no Plano de Negócios e Orçamento Anual para o respectivo exercício social;

j) aprovar a assunção de dívida ou a contratação ou concessão de empréstimos ou financiamentos (inclusive por meio de contratos de abertura de crédito, mútuos, arrendamento mercantil, *compror* e *vendor* e desconto ou cessão de recebíveis ou créditos) cujo valor seja igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por operação;

k) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato, por si ou por suas controladas, cujo valor seja igual ou superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

l) deliberar sobre a emissão, resgate antecipado e todas as demais condições de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, *commercial papers*, bônus e demais títulos destinados a distribuição pública ou privada, primária ou secundária;

m) aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza, por si ou por suas controladas, com os acionistas ou qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum de acionistas ("Afiliada"), bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

qualquer administrador da Companhia ou seus respectivos cônjuges, parentes até segundo grau ou Afiliadas;

n) aprovar qualquer licenciamento, aquisição, alienação ou oneração de qualquer marca, patente, direito autoral, segredo de negócio, know-how ou outra propriedade intelectual, por si ou por suas controladas;

o) aprovar o ingresso, por si ou por suas controladas, em qualquer *joint venture* ou associação, incluindo a constituição de sociedades com terceiros;

p) aprovar a criação e extinção de controladas e a aquisição, alienação ou oneração, por si ou por suas controladas, de quaisquer participações, diretas ou indiretas, em quaisquer sociedades ou em consórcios;

q) aprovar a aquisição ou alienação, por si ou por suas controladas, de qualquer outro bem ou direito em valor igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), exceto se especificamente previsto no Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovados;

r) aprovar a constituição de qualquer ônus sobre qualquer bem ou ativo, bem como a concessão de qualquer garantia, real ou pessoal, inclusive aval, por si ou por suas controladas, em valor igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

s) aprovar a propositura de qualquer ação judicial (exceto ações tributárias) ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio, por si ou por suas controladas, envolvendo valor igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

t) aprovar a propositura de qualquer ação tributária ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio tributário, por si ou por suas controladas, envolvendo valor igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais);

u) definir e instruir o voto nas assembléias gerais, assembléias ou reuniões de sócio ou reuniões de órgãos de administração de qualquer controlada ou outra sociedade ou consórcio no qual a Companhia detenha, direta ou indiretamente, qualquer participação;

v) aprovar planos de participação nos lucros, inclusive qualquer plano de participação nos lucros exigido por lei;

w) selecionar e destituir os auditores independentes;

x) aprovar a implementação, alteração ou extinção de políticas contábeis, políticas de divulgação de informações e negociação de valores mobiliários, exceto conforme exigido por lei;

y) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e de qualquer comitê, conselho ou comissão estatutária, se houver; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

z) deliberar sobre qualquer matéria submetida à apreciação do Conselho de Administração pela Diretoria.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é composta por um mínimo de 2 (dois) e um máximo de 15 (quinze) diretores, sendo um o Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e os demais diretores sem designação específica. Um dos diretores deverá ser eleito ou cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores, devendo tal circunstância constar da respectiva ata do Conselho de Administração que deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria.

Os diretores terão todos os poderes para gerir e administrar a Companhia, competindo-lhes:

a) a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele;

b) o cumprimento das atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e aquelas estabelecidas pelo Conselho de Administração; e

c) a execução do Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado.

As seguintes matérias também serão de competência da Diretoria da Companhia, como colegiado:

a) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

b) definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;

c) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;

d) aprovar o plano de cargos e salários da Companhia e seu regulamento, observada a competência do Conselho de Administração para fixar os critérios de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores e dos funcionários de escalão superior;

e) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

f) propor ao Conselho de Administração a criação, fixação da remuneração e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia;

g) aprovar a abertura ou encerramento de filiais e escritórios no Brasil (não sendo necessária a referida autorização no que se refere à abertura de filiais e escritórios no exterior); e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

h) decidir sobre os assuntos que não sejam de competência da assembléia geral ou do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, que funcionará em caráter permanente. Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira assembléia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Compete ao Conselho Fiscal:

a) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

b) expor sua visão sobre o relatório da administração;

c) expor sua visão sobre as propostas dos órgãos da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis da assembleia geral;

d) denunciar aos órgãos de administração e à assembleia geral os erros, fraudes e crimes que descobrirem;

e) convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária, se os órgãos de administração retardarem por mais de 30 dias essa convocação, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes que julgarem pertinentes;

f) analisar o balancete e as demais demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia

Comitê do Plano de Opção

O plano de opção de compra de ação é administrado pelo Conselho de Administração ou, a critério deste, por um Comitê formado por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo pelo menos um destes membro do Conselho de Administração. Os membros do Comitê não poderão se habilitar às opções de compra objeto do Plano.

Compete ao Comitê:

a) estabelecer os termos e as condições de cada opção do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, dentre eles: os beneficiários, o número de ações da Companhia objeto de outorga, o preço de exercício, o prazo inicial de carência o qual a opção não poderá ser exercida e a data limite para o exercício total ou parcial;

b) organizar e administrar o Plano de Compras de Ações e das outorgas de opções;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c) alterar ou extinguir o Plano de Compras de Ações;

d) estabelecer regulamentação aplicável aos casos omissos do Plano de Compra de Ações;

e) prorrogar o prazo final para o exercício das opções vigentes;

f) estabelecer um percentual de acréscimo ou decréscimo do número base de opções outorgadas a cada beneficiário.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal funciona em caráter permanente.

O Comitê do Plano de Opção foi criado em 24/03/2008, data em que também foram eleitos seus membros.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Os membros do Conselho Fiscal e do Comitê do Plano de Opção não são avaliados por um organismo formal.

d. Atribuições e poderes dos membros da diretoria

Compete ao Diretor Presidente:

a) convocar e presidir as reuniões de Diretoria;

b) coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria;

c) elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro, o Plano de Negócios e Orçamento Anual, para revisão e aprovação do Conselho de Administração;

d) fixar atribuições aos demais diretores não previstas no estatuto social da Companhia ou em resoluções do Conselho de Administração;

e) definir, juntamente com o Diretor Financeiro, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, a estrutura de capital mais apropriada à Companhia, incluindo a seleção de instrumentos de dívida de curto e longo prazo e proposta de emissão de valores mobiliários;

f) submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requeiram exame e aprovação do Conselho de Administração;

g) se não tiver sido eleito o Diretor Financeiro e na falta de deliberação diversa do Conselho de Administração, cumular as funções do Diretor Financeiro ou atribuí-las, no todo ou em parte, aos demais diretores;

h) exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Diretor Financeiro:

a) elaborar, juntamente com o Diretor Presidente, o Plano de Negócios e Orçamento Anual, para revisão e aprovação do Conselho de Administração;

b) coordenar e controlar o Plano de Negócios e Orçamento Anual;

c) administrar e controlar as reservas financeiras;

d) responder pela contabilidade e controladoria e pela contratação de auditores externos, observada a competência do Conselho de Administração para indicação dos auditores independentes;

e) preparar balancetes e demonstrativos de lucros e perdas, bem como o relatório anual e as demonstrações financeiras, anuais ou semestrais, os quais serão submetidos à Diretoria;

f) definir, juntamente com o Diretor Presidente, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, a estrutura de capital mais apropriada à Companhia, incluindo a seleção de instrumentos de dívida de curto e longo prazo e a proposta de emissão de valores mobiliários;

g) substituir o Diretor Presidente em suas ausências;

h) exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho de Administração.

Compete ao diretor que exercer ou cumular o cargo de Diretor de Relação com Investidores, representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais.

Compete aos demais Diretores:

Exercer as atribuições que lhes sejam cometidas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da diretoria

Os diretores da Companhia são avaliados anualmente pelo Diretor Presidente. Essa avaliação identifica se as metas estabelecidas para o ano vigente foram cumpridas. O Diretor Presidente, por sua vez, é avaliado anualmente pelo Conselho de Administração de acordo com os resultados obtidos pela Companhia e que foram pré-estabelecidos no início do ano de avaliação. Os membros do Conselho de Administração e dos comitês não são avaliados por um organismo formal.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembléias gerais

a. Prazos de convocação

As assembleias gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, ou 8 (oito) dias, em segunda convocação.

b. Competências

Compete à assembleia geral, além das demais competências fixadas pela Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias:

a) aprovar o plano de outorga de opção de compra ou substituição de ações em favor dos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia;

b) aprovar a saída da Companhia do Novo Mercado;

c) escolher a instituição responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas no estatuto social, dentre as instituições indicadas pelo Conselho de Administração;

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os endereços aos quais os documentos da assembleia geral estão disponíveis são os seguintes:

- Endereço eletrônico: http://www.magnesita.com; http://www.cvm.gov.br; http://www.bmfbovespa.com.br.

- Endereço físico: Praça Louis Ensch, 240, Bairro Cidade Industrial, CEP 32210-050, cidade Contagem, Estado de Minas Gerais, Brasil.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos da lei, no caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, este não poderá proferir seu voto. Assim, a Companhia aplica o disposto na legislação, não admitindo, em regra, o voto de acionistas que tenham conflito de interesse.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Administração da Companhia não adota a prática de solicitar procurações aos acionistas da Companhia para o exercício do direito de voto em assembleias gerais.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador dos fundos de investimento representar os condôminos. Para tomar parte na assembleia geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar na sede da Companhia, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores, o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma do Artigo 126 da Lei da Sociedade por Ações. O acionista, seu representante legal ou procurador deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade e seus poderes.

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e áudio das assembleias.

i. *Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas*

Não há mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formulados por acionistas. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas e observadas as disposições legais e regulamentares.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	05/03/2010
		O Tempo - MG	05/03/2010
		Valor Econômico - SP	05/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	10/04/2010
			12/04/2010
			13/04/2010
		O Tempo - MG	10/04/2010
			12/04/2010
			13/04/2010
		Valor Econômico - SP	12/04/2010
			13/04/2010
			14/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	29/04/2010
		O Tempo - MG	29/04/2010
		Valor Econômico - SP	29/04/2010
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	31/03/2009
		O Tempo - MG	31/03/2009
		Valor Econômico - SP	31/03/2009
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	14/04/2009
			15/04/2009
			16/04/2009
		O Tempo - MG	14/04/2009
			15/04/2009
			16/04/2009
		Valor Econômico - SP	14/04/2009
			15/04/2009
			16/04/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	12/05/2009
		O Tempo - MG	12/05/2009
		Valor Econômico - SP	12/05/2009
31/12/2007	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	12/02/2008
		Jornal de Notícias de Montes Claros - MG	12/02/2008
		Valor Econômico - SP	12/02/2008
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	29/02/2008
			01/03/2008
			04/03/2008
		Jornal de Notícias de Montes Claros - MG	29/02/2008
			01/03/2008
			04/03/2008
		O Tempo - MG	29/02/2008
			01/03/2008
			02/03/2008
		Valor Econômico - SP	29/02/2008
			03/03/2008
			04/03/2008
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	24/04/2008
		O Tempo - MG	24/04/2008
		Valor Econômico - SP	24/04/2008

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões

O Conselho de Administração se reúne sempre que necessário e, pelo menos, trimestralmente.

b. *disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho*

No acordo de acionistas vigente, celebrado em 30 de agosto de 2007, aditado em 24 de janeiro de 2008 e 5 de novembro de 2008 ("Acordo de Acionistas"), há cláusulas que estabelecem restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto dos membros do Conselho de Administração.

O Acordo de Acionistas dispõe que os membros do Conselho de Administração nomeados pelos acionistas controladores devem exercer o seu direito de voto de forma a cumprir integralmente os termos do Acordo de Acionistas, inclusive no que se refere ao quorum qualificado para aprovação de determinadas matérias, conforme detalhado no item 15.5.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia observa o disposto na Lei nº 6.404/76 em relação ao conflito de interesses, sendo vedado a qualquer membro do Conselho de Administração votar ou atuar em operações nas quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Não há procedimento especial para identificação e administração de conflitos de interesses.

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

***12.5.* Descrição da cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem**

Conforme o artigo 40 de seu estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal devem resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Flávio Rezende Barbosa	46	Pertence apenas à Diretoria	12/03/2010	30/04/2012
590.964.976-00	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	12/03/2010	Não
Não se aplica.				
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	54	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2009	30/04/2012
223.184.456-72	Psicologo	10 - Diretor Presidente / Superintendente	30/04/2009	Não
Nao se aplica.				
David Gregory	62	Pertence apenas à Diretoria	12/03/2010	30/04/2012
233.448.768-64	Administrador de Empresas	19 -	01/10/2010	Não
Não se aplica.				
Afonso Celso Resende	47	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2010	30/04/2012
002.390.647-20	Contador	19 -	04/05/2010	Não
Não se aplica.				
Eduardo Francisco Lôbo	52	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2009	30/04/2012
416.540.726-72	Administrador de Empresas	19 -	30/04/2009	Não
Não se aplica.				
Yan Hoffstetter	47	Pertence apenas à Diretoria	16/12/2010	30/04/2012
000.000.000-00	Engenheiro	19 -	16/12/2010	Não
Não se aplica.				
Wagner Mariano Sampaio	39	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2009	30/04/2012
960.186.746-53	Engenheiro	19 -	30/04/2009	Não
Não se aplica.				
Otto Alexandre Levy Reis	44	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2009	30/04/2012
870.903.097-20	Engenheiro	19 -	30/04/2009	Não
Não se aplica				
Milton José de Oliveira Sacramento	39	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2010	30/04/2012
023.669.726-95	Engenheiro	19 -	04/05/2010	Não
Não se aplica.				
Luis Rodolfo Mariani Bittencourt	46	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2009	30/04/2012

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
642.154.076-72	Engenheiro	19 -	30/04/2009	Não
Não se aplica.				
Gustavo Lúcio Gonçalves Franco	33	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2010	30/04/2012
036.972.416-05	Engenheiro	19 -	04/05/2010	Não
Não se aplica.				
Fabrício Rodrigues Amaral	31	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2010	30/04/2012
040.156.326-05	Engenheiro	19 -	04/05/2010	Não
Não se aplica.				
Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social find
086.323.078-43	Empresário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2009	Sim
Não se aplica.				
Bernardo Guimarães Rodarte	35	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
030.562.756-28	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2009	Não
Não se aplica.				
Danilo Gamboa	35	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
267.513.588-73	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2009	Sim
Não se aplica.				
Fábio Alperowitch	38	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2010.
153.582.338-06	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2009	Não
Não se aplica.				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Fersen Lamas Lambranho	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10
667.308.057-49	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2009	Sim
Coordenador do comitê de Stock Option				
Franz-Ferdinand Buerstedde	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	10/11/2010	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2010
000.000.000-00	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	10/11/2010	Sim
Guilherme Barbosa Pereira de Sousa	29	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2010	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
913.190.727-04	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/02/2010	Sim
Não se aplica.				
João Henrique Braga Junqueira	31	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
041.249.236-94	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2009	Sim
Não se aplica.				
Luiz Gustavo Miranda Lage	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social find
295.831.526-68	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2009	Não
Não se aplica.				
Márcio Tabatchnick Trigueiro	35	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2010	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
832.302.464-20	Engenheiro	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	18/02/2010	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não se aplica.				
Mauricio Levi	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
797.054.489-49	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2009	Não
Não se aplica.				
Nelson Rozental	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
346.167.137-15	Empresario	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2009	Sim
Não se aplica.				
Octavio Cortes Pereira Lopes	38	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
149.224.538-06	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2009	Sim
Não se aplica.				
Ricardo Propheta Marques	31	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
223.372.048-20	Empresário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2009	Sim
Não se aplica.				
Robert Frank Agostinelli	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2010	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2010.
000.000.000-00	Banqueiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Thiago Emanuel Rodrigues	32	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2010.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
730.653.826-87	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2009	Sim
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (jul/09 a mar/10)				
Alexei Ribeiro Nunes	44	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
848.478.327-87	Empresário	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Bruno de Oliveira Vargens	28	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
088.819.917-13	Engenheiro	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/04/2010	Não
Nao se aplica.				
Emanuel Sotelino Schiferle	70	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
009.251.367-00	Engenheiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Flávio Barretta Jr	52	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
317.960.609-68	Empresário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Jose Abramovicz	63	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
005.636.178-53	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
José Augusto da Gama Figueira	62	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
242.456.667-49	Engenheiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Pedro Wagner Pereira Coelho	61	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
258.318.957-34	Contador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Ricardo Scalzo	58	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
370.933.557-49	Físico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica;				
Sergio Antonio Cordeiro de Oliveira	65	Conselho Fiscal	27/04/2010	1ano
114.486.289-20	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não se aplica				
Sérgio Valadares Portella	59	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
104.121.236-49	Administrador de Empresas	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/04/2010	Não
Não se aplica.				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Flávio Rezende Barbosa - 590.964.976-00

Juntou-se a nós em março de 2010. Nos últimos 5 anos, atuou como Diretor no Citigroup em Nova Iorque, na área de mercado de capitais America Latina (2005 a 2006) e CFO da Springs Global em Charlotte, Carolina do Norte, de 2006 a 2010; e, atualmente, exerce o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários). Antes disso, foi CFO da Springs Global (indústria têxtil) por mais de três anos, depois de ter trabalhado nos Estados Unidos como diretor do Citigroup (financeiro), Banco Votorantim (banco), Fleet Boston Financial (financeiro), e Santander Investments Securities Inc (seguros). Também trabalhou no Citicorp Securities Inc (seguros). e Companhia de Tecidos Norte de Minas (indústria têxtil) . É bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais, com MBA pela The Wharton School, e um mestrado na Escola de Artes e Ciências da Universidade da Pensilvânia. É membro do Instituto Joseph H. Lauder de Gestão e Estudos Internacionais.

O Sr. BARBOSA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira - 223.184.456-72

Atualmente, é o CEO da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários), responsável pelas operações globais. Juntou-se a nós em Setembro de 2007, após a nossa mudança de controle, quando ele foi eleito como diretor e reeleito posteriormente. Nos últimos 05 anos, atuou no Grupo Telemar (telecomunicações) e atualmente é diretor presidente da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários). Anteriormente, atuou em grandes empresas como a Gerdau (siderurgia), onde permaneceu de 1984 a 1997, FCA – Ferrovia Centro-Atlântica (ferrovia), de 1997 a 1999, e do Grupo Telemar (telecomunicações), de 1999 a 2006. Ele é bacharel em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com pós-graduação e doutorado em mudança organizacional na Universidade de Paris, Dauphine.

O Sr. PEREIRA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

David Gregory - 233.448.768-64

Juntou-se ao Grupo LWB em 1989. Nos últimos 5 anos, atuou como Diretor e Gerente Geral da LWB Refractories (produtos refratários); e, atualmente, exerce o cargo de Diretor sem designação específica da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários), exercendo a função de Vice-Presidente de Operações Globais. Anteriormente, também trabalhou na Pfizer Quigley UK Ltd (indústria farmacêutica) e Steetley Refractories (produtos refratários). É bacharel com honras em direito empresarial pela Faculdade de Tecnologia de Lanchester com educação complementar em Sheffield Regional Management Centre em recursos humanos, sociologia, psicologia e gestão empresarial.

O Sr. GREGORY declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Afonso Celso Resende - 002.390.647-20

Juntou-se a nós em 1991. Nos últimos 5 anos, atuou como funcionário responsável pelas Demonstrações Financeiras da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários); e, atualmente, exerce o cargo de Diretor sem designação específica da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários). Anteriormente, atuou em empresa de auditoria externa, Fernando Motta & Auditores Associados por 5 anos, auditor interno de conglomerado financeiro Banco do Estado de Minas Gerais S.A. – BEMGE por 2 anos e professor universitário da Faculdade de Ciências Gerenciais da UNA na cadeira de Auditoria Fiscal durante 3 anos.

O Sr. RESENDE declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Eduardo Francisco Lôbo - 416.540.726-72

Juntou-se a nós em setembro de 2007. Nos últimos 5 anos, atuou como diretor de controladas da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários); e, atualmente, exerce o cargo de Diretor sem designação específica da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários), exercendo a função de diretor de Recursos Humanos e Administração, responsável pela região da América do Sul, bem como pelas funções administrativas gerais, incluindo as aquisições não-estratégicas (não relacionadas às matérias-primas). Anteriormente, trabalhou para o grupo Gerdau (siderurgia) por 12 anos e Cemar (energia) por 3 anos. Ele é bacharel em Administração de Empresas da Faculdade de Administração e Finanças, com pós-graduação em recursos humanos na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e gestão de negócios na Fundação Dom Cabral (FDC).

O Sr. LÔBO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Yan Hoffstetter - 000.000.000-00

Sr. Hoffstetter se juntou a nós em dezembro de 2010, quando se tornou vice-presidente do departamento comercial industrial global da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários). Nos últimos 05 anos, atuou na Saint-Gobain Sefpro (produtos refratários). Anteriormente, atuou em outras empresas do grupo Saint Gobain, tendo trabalhado em Plásticos de Performance Saint-Gobain 1992-1995 e de 1998 a 2002, e Saint-Gobain Vetrotex entre 2002 e 2005. Ele possui uma licenciatura em engenharia mecânica e elétrica.

O Sr. HOFFSTETTER declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Wagner Mariano Sampaio - 960.186.746-53

Atualmente, é o nosso Diretor de Operações na América do Sul. Ingressou na Magnesita S.A. (produtos refratários) em 1993 como engenheiro de processo em uma de nossas plantas de refratário, onde permaneceu até 1996. Nos últimos 05 anos atuou na Magnesita Refratários S.A. como (i) gerente geral de produção, (ii) superintendente geral de produção, (iii) superintendente de produção, (iv) diretor de produção, (v) vice-presidente de produção e logística, (vi) diretor de operações; e (vii) diretor sem designação específica. Anteriormente, integrou o Grupo Paranapanema (indústria de cobres e metais), como gerente de produção, voltando à Magnesita S.A. em 1998 como gerente de contas e assistente técnico do departamento de marketing. É formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O Sr. SAMPAIO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Otto Alexandre Levy Reis - 870.903.097-20

Ingressou na Magnesita S.A. em Novembro de 2008. Nos últimos 05 anos, atuou como consultor líder de projetos do INDG (consultoria); e atualmente é diretor global de Recursos Humanos e Administração da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários), responsável por nosso orçamento e medição de desempenho. Tem seis anos de experiência no setor de siderurgia e metalurgia e 13 anos de experiência como consultor do INDG no Brasil e no exterior (Estados Unidos, Canadá, América Latina, Europa e Rússia) em vários segmentos como a siderurgia, alimentos, bebidas, automotivo e financeiro. Possui bacharelado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo frequentado cursos de administração de várias instituições como a Kellogg Graduate School of Management, a JUSE (União dos Cientistas e Engenheiros Japoneses), ASQ (American Society for Quality) e missões no Japão em visitas a grandes empresas como a Nippon Denso, Kyoei Steel e Toyota.

O Sr. REIS declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Milton José de Oliveira Sacramento - 023.669.726-95

Ingressou na Magnesita Refratários S.A. em 2007. Nos últimos 05 anos, atuou como (i) Gerente de Engenharia da Ambev (bebidas); (ii) como Gerente de Manutenção e Engenharia da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários); e (iii) a partir de 2009, como Superintendente de Operações em Clientes da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários).

O Sr. SACRAMENTO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luis Rodolfo Mariani Bittencourt - 642.154.076-72

Juntou-se a nós em 1986 como pesquisador de matérias-primas. Nos últimos 05 anos atuou na Magnesita Refratários S.A. como (i) gerente geral de tecnologia e minerais, (ii) superintendente geral de pesquisas em minerais e refratários, (iii) superintendente técnico e de matérias-primas, (iv) diretor técnico e de matérias-primas e (v) atualmente é responsável pelo departamento técnico global (minerais e qualidade) da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários), incluindo a gestão de pesquisa e desenvolvimento. Tem mais de 20 anos de experiência nas áreas de mineração e refratário, tendo trabalhado na Magnesita durante toda sua carreira. É bacharel em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Engenharia Metalúrgica pela Universidade de Utah e doutor em Engenharia Cerâmica pela Universidade de Missouri.

O Sr. BITTENCOURT declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Gustavo Lúcio Gonçalves Franco - 036.972.416-05

Ingressou na Magnesita Refratários S.A (produtos refratários). em 2001 como Engenheiro Trainee. Atuou, desde 2001, como (i) Assistente Técnico da Magnesita Refratários S.A (produtos refratários); (ii) Gerente de Contas da Magnesita Refratários S.A (produtos refratários); e (iii) Superintendente Comercial da Magnesita Refratários S.A (produtos refratários). Atualmente, exerce o cargo de Diretor sem designação específica da Magnesita Refratários S.A (produtos refratários).

O Sr. FRANCO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Fabrício Rodrigues Amaral - 040.156.326-05

Ingressou na Magnesita Refratários S.A. em 2007. Nos últimos 5 anos, atuou como (i) na Ambev (bebidas), como Gerente de Produção responsável pelas atividades industriais na Fábrica de Contagem; (ii) Staff de Produção, na área de desenvolvimento do trabalho de estruturação e produtividade fabril nas unidades do Rio de Janeiro e Minas Gerais; (iii) Supervisor de Produção de processos de enlatamento e engarrafamento na unidade de Minas Gerais; (iv) Analista de Gestão responsável pele implantação e gerenciamento dos programas de célula de gestão autônoma e gerenciamento da rotina da Ambev (bebidas); (v) Gerente de Produção da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários); e (vi) Superintendente de Operações da área de serviços nos clientes da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários). Em 2009, assumiu a função de Diretor de Operações da América do Sul, que engloba as áreas de produção refratária e logística.

O Sr. AMARAL declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano - 086.323.078-43

Ingressou na GP Investments, Ltd. em 1993. É Co-Presidente do Conselho e Co-CEO da GP Investments, Ltd (gestão de recuros). Atua como membro do conselho de administração da BR Properties S.A. (imobiliária), San Antonio Internacional, Ltd. (serviços de petróleo e gás), Allis Participações S.A., LeitBom S.A.(laticínios), BRZ Investimentos (investimentos), Estácio Participações S.A. (educação), e BHG S.A. - Brazil Hospitality Group (hotelaria). Atuou anteriormente como membro do conselho de administração da LAHotels S.A. (hotelaria), Sé Supermercados (supermercados), ALL – América Latina Logística S.A. (logística), Kuala S.A., Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (energia), ABC Supermercados S.A. (supermercados), Gafisa S.A. (construção civil), Hopi Hari S.A. (entretenimento), Submarino S.A. (comércio online), Equatorial Energia S.A. (energia) e Playcenter S.A. (entretenimento). Ainda, foi diretor financeiro da SuperMar Supermercados (supermercardos e fundador e CEO da Submarino S.A. (comércio online).

Sr.BONCHRISTIANO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Bernardo Guimarães Rodarte - 030.562.756-28

Nos últimos 05 anos, trabalhou para SITA Corretora S/A (financeiro) como um gerente de operação. É bacharel em Administração de Empresas pela UNA (União de Negócios e Administração) e fez estudos especializados em mercados de capitais na London Business School.

O Sr. RODARTE declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Danilo Gamboa - 267.513.588-73

Ingressou na GP Investments, Ltd. (gestão de investimentos) em 2004. Nos últimos 05 anos, atuou na GP Investments, Ltd. (gestão de investimentos), sendo que, desde 2006, é Diretor da GP Investments, Ltd. (gestão de investimentos). Atualmente, é membro do conselho de administração da Allis Participações S.A., LeitBom S.A., BRZ Investimentos S.A. (investimentos) e Fogo de Chão Churrascaria (Holding) LLC (alimentação). Atuou como membro do conselho de administração da Submarino S.A. (comércio online), Imbra S.A. (odontologia), LAHotels S.A. (hotelaria), ALL - América Latina Logística S.A. (logística), Tempo Participações S.A. (serviços de saúde), Hypermarcas S.A. e Gafisa S.A. (construção civil) O Sr. Gamboa é bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo, concluiu seu MBA no MIT Sloan School of Management.

Sr. GAMBOA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Fábio Alperowitch - 153.582.338-06

Iniciou sua carreira na Procter & Gamble, onde trabalhou por dois anos. Fundou a Fama Investimentos (investimentos) em 1993. Nos últimos 5 anos, atuou como responsável pela gestão dos fundos e pelo departamento de análise da Fama Investimentos (investimentos). É membro do conselho de administração da Log-In Logistica Intermodal S.A. (transportes) e da M Dias Branco S.A. (alimentos). É formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e possui a certificação CFA (chartered financial analyst).

O Sr. ALPEROWITCH declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Fersen Lamas Lambranho - 667.308.057-49

Ingressou na GP Investments, Ltd. em 1998. É Co-Presidente do Conselho e Co-CEO da GP Investments, Ltd.. É atualmente membro do conselho de administração da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários), BR Malls Participações S.A. (gestão de shopping center), Allis Participações S.A. , San Antonio Internacional, Ltd. (serviços de petróleo e gás), Leitbom S.A. (laticínios), Estácio Participações S.A. (educação), BHG S.A. Brazil Hospitality Group (hotelaria) e BRZ Investimentos S.A. (investimentos). Anteriormente, atuou como membro do conselho de administração da Tele Norte Leste Participações S.A. (telecomuniações), Gafisa S.A. (construção civil), São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. (imobiliária), ABC Supermercados S.A. (supermercados), Playcenter S.A. (entretenimento), Shoptime S.A. (comércio), Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – Farmasa (laboratório), BR Properties S.A. (imobiliária) e Americanas.com S.A. (comércio online). Ainda, foi CEO e membro do conselho de administração das Lojas Americanas S.A. (comércio).

Sr. LAMBRANHO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Franz-Ferdinand Buerstedde - 000.000.000-00

Atualmente, é diretor da Industrial Sealing Solutions LLC (holding da UTEX Industries Inc.) e membro suplente do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários). Nos últimos 5 anos, atuou na monitoração de diversos investimentos do Grupo Rhône em diversas indústrias, incluindo Almatis (produtos refratários) e LWB Refractories (produtos refratários). Antes de ingressar no Grupo Rhône, trabalhou no departamento de fusões e aquisições do Citigroup (financeiro). É mestre em Administração pela ESCP-EAP em Paris e mestre em Finanças pela London Business School.

O Sr. FRANZ declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Obs: Após a eleição como membro suplente do Conselho de Administração na AGE realizada em 10/11/2010, o Sr. Franz tem até 30 dias para tomar posse do cargo.

Guilherme Barbosa Pereira de Sousa - 913.190.727-04

Ingressou na GP (gestão de investimentos) em 2006. Nos últimos 05 anos, atuou (i) no fundo de hedge JGP Global (gestão de recursos); (ii) na companhia de bebidas AmBev (bebidas); e atualmente é associate da GP (gestão de investimentos).

O Sr. SOUSA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial

João Henrique Braga Junqueira - 041.249.236-94

Ingressou na GP em 2008. Nos últimos 05 anos, exerceu o cargo de (i) consultor do time de estratégia da Accenture (consultoria), e (ii) associado da GP Investments. Ltd. (gestão de investimentos). Desde setembro de 2010, atua como Diretor Financeiro da GP. Atualmente, é membro do conselho de administração da BHG – Brazilian Hospitality Group (hotelaria). João Junqueira é bacharel em Engenharia de Materiais pela Universidade de São Paulo e concluiu o seu MBA na Wharton School of the University of Pennsylvania onde se graduou com honras.

Sr.JUNQUEIRA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luiz Gustavo Miranda Lage - 295.831.526-68

Nos últimos 05 anos, atuou como operador de mercado financeiro na área de renda variável, intermediando operações de renda variável junto a BM&F BOVESPA, tendo trabalhado nas seguintes corretoras membros da BM&F BOVESPA - Esc Ruy Lage SCTVM LTDA (financeiro), Walpires S/A CCTVM (financeiro) e SITA SCCVM S/A (financeiro).

O Sr. LAGE declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Márcio Tabatchnick Trigueiro - 832.302.464-20

Ingressou na GP Investments, Ltd. em 2001, tornando-se Diretor em 2004. Atua como membro do conselho de administração da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários) e da BR Properties S.A. (imobiliária). Atuou como membro do conselho de administração da Integrated Health Holdings (serviços de saúde), Hopi Hari S.A. (diversões), ALL - América Latina Logística S.A. (logística), Automatos International Limited (automações diversas), Fogo de Chão Churrascaria LLC (alimentação) e Tempo Participações S.A. (serviços de saúde).

Sr. TRIGUEIRO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Mauricio Levi - 797.054.489-49

Depois de trabalhar na Procter & Gamble (bens de consumo) por 2 anos, fundou a FAMA Investimentos (investimentos) em 1993. Nos últimos 05 anos, atuou como responsável pela gestão de fundos e pela análise política e macroeconômica da FAMA Investimentos. É membro do conselho de administração da Rodobens Negócios Imobiliários S.A (investimentos imobiliários), Portobello S.A. (revestimentos cerâmicos).

O Sr. LEVI declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nelson Rozental - 346.167.137-15

É sócio da GP Investments Ltd (investimentos). É membro do conselho de administração da Magnesita Refratários S.A (refratários), ALL – América Latina Logística (transportes) e BRZ Investimentos S.A (investimentos). Atuou como membro dos conselhos de administração da Gafisa S.A (construção civil), Bahia Sul Celulose (papel e celulose), Light S.A (energia), Telemar Participações S.A (telecomunicações). Atualmente, é sócio da GP Investments, Ltd. e, antes de ingressar na GP, foi diretor do BNDES Participações S.A. (banco de fomento) e membro do conselho de administração da Fundição Tupy (industria de fundição), Bahia Sul Celulose (papel e celulose), Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (bolsa de valores), Iochpe Maxion e INSPR. Ele também foi membro da diretoria da Empresa Brasileira de Equity Partners Fund e do Brasil Private Equity Mutual Fund, além de ser um membro suplente do Conselho de Administração da Light e da Tele Norte Leste Participações S.A. É bacharel em Engenharia de Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-graduação na mesma universidade (COPPEAD-UFRJ).

O Sr. ROZENTAL declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Octavio Cortes Pereira Lopes - 149.224.538-06

Ingressou na GP Investments, Ltd. em 1997, tornou-se Diretor em 2000. Nos últimos 05 anos, foi CEO da Equatorial Energia S.A. (energia) e da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (energia). Atualmente, atua como membro do conselho de administração da Companhia, bem como é conselheiro da Tempo Participações S.A. (serviços de saúde), Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários), San Antonio Internacional, Ltd. (serviços de petróleo e gás) e BHG S.A.- Brazil Hospitality Group (hotelaria). Atualmente, é membro do conselho executivo latino-americano da Wharton School of the University of Pennsylvania. Atuou como membro do conselho de administração da Equatorial Energia S.A. (energia), Imbra S.A. (odontologia), Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (energia), Allis Participações S.A., Gafisa S.A. (construção civil), Submarino S.A. (comércio online), IBest S.A., Integrated Health Holdings (saúde), Fratelli-Vita Bebidas Ltda. (bebidas), Shoptime S.A. (comércio), Webmotors S.A. (automotivos), Mercado Eletrônico S.A. (comércio online), Hopi Hari S.A. (entretenimento) e Playcenter S.A (parques temáticos).

Sr. LOPES declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ricardo Propheta Marques - 223.372.048-20

Ingressou na GP Investments Ltd (investimentos) em 2002, onde trabalhou como analista e associado nos fundos de private equity. Nos últimos 05 anos, atuou como associado na área de longo prazo da BRZ Investimentos (investimentos), onde exerce funções de prospecção, execução e monitoramento de companhias e projetos. Foi membro do comitê de investimento e do conselho de administração da Magnesita Automatos International Ltd. (automações diversas), Lupatech S.A (bens industriais), Cia. Energética do Maranhão - Cemar (energia) dentre outros. Atualmente é membro de conselho de administração da Poit Energia (energia). Antes de ingressar na GP Investments Ltd, trabalhou como consultor na Booz Allen & Hamilton do Brasil (consultoria).

O Sr. MARQUES declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Robert Frank Agostinelli - 000.000.000-00

Fundou o Rhône Group LLC, ou Rhône, em 1996. Nos últimos 5 anos, atuou como membro do conselho de administração da Magnesita Refratários S.A. e diretor da Venice Holdings s.r.l (holding). Antes de ingressar na Rhône, trabalhou no grupo bancário Lazard Frères & Co., LLC (financeiro), e, antes disso, no Goldman, Sachs & Co. (financeiro), e no Jacob Rothschild (financeiro). Também é Vice-Presidente do Conselho dos Estados Unidos e da Itália e diretor e conselheiro de diversas instituições filantropias nos Estados Unidos e Europa. É bacharel pela St. John Fisher College e fez MBA na Columbia Business School.

O Sr. AGOSTINELLI declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Thiago Emanuel Rodrigues - 730.653.826-87

Ingressou na GP Investments, Ltd. (gestão de investimentos) em 2006. Nos últimos 05 anos, atuou como (i) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários); e (ii) Diretor da GP Investments, Ltd. (gestão de investimentos). Atualmente, é membro do conselho de administração da Allis Participações S.A., Tempo Participações S.A. (serviços de saúde), e Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários). Atuou como membro do conselho de BR Properties S.A. (imobiliária). Trabalhou durante seis anos como associate na AIG Capital Partners (financeiro), filial do American International Group, Inc.

Sr. RODRIGUES declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Alexei Ribeiro Nunes - 848.478.327-87

Atua na área de consultoria tributária há mais de vinte anos, sendo atualmente sócio-diretor da Advalorem Consultoria Empresarial Ltda (consultoria). Antes de juntar-se a Advalorem Consultoria Empresarial Ltda,trabalhou na Coopers & Lybrand e Arthur Andersen (consultoria), onde atuou como diretor da área de tributos. No período de 1999 a 2001, ocupou a posição de Gerente Geral de tributos do Grupo Telemar Participações S.A (telecomunicações) e atuou como membro de Conselhos Fiscais de Empresas do Grupo.

O Sr. NUNES declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Bruno de Oliveira Vargens - 088.819.917-13

Iniciou sua carreira trabalhando como trader e analista de renda fixa na Tesouraria do Banco J Safra (financeiro). Nos últimos 5 anos, atuou como analista de renda variável da FVF Participações e Assessoria Empresarial (financeiro). Atualmente, integra a equipe de gestão da FAMA Investimentos (investimentos).

O Sr. VARGENS declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Emanuel Sotelino Schiferle - 009.251.367-00

Ocupou várias posições de diretoria no setor financeiro e em empresas ligadas a GP Investimentos (gestora de investimentos). Já atuou como membro do conselho fiscal da Estácio Participações S.A (serviços educacionais), em 2008, Companhia de Bebidas das Américas – AmBev (bebidas), em 2005, ALL – América Latina Logística S.A (logística), de 2004 a 2009, Hopi Hari S.A., de 2001 a 2005, FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes S.A., de 2006 a 2008 e Lojas Americanas S.A (comércio e varejo), de 2000 a 2001. Também foi membro do conselho de administração da Manasa S.A. (madeireira), de 1996 a 2003, FERROPAR S.A. [transportes ferroviários], de 2003 a 2004 e São Carlos Empreendimentos e Participações S.A (investimentos imobiliários), em 2007 Nos últimos 5 anos, atuou (i) na gestão da Bretagne Comercial Ltda (comércio de automóveis); (ii) na supervisão de grupo para avaliação e dimensionamento de riscos na SOTEP; (iii) na gestão de transição da área administrativo-financeira na Leitbom S.A. (laticínios); (iv) nas áreas de avaliação, organização e processos de empresa “target” na GP Investimentos S.A. (gestora de investimentos); (v) na gestão de transição pós-aquisição na Pride International Srl (serviços de petróleo e gás); e (vi) na área de diagnóstico dos sistemas de controles após aquisição da BRMALLS (gestão de shopping center).

O Sr. SCHIEFERLE declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Flávio Barretta Jr - 317.960.609-68

Flávio Barretta Jr Iniciou sua carreira na PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes (auditoria) transferindo-se depois para Coopers & Lybrand (consultoria). Posteriormente foi Diretor Financeiro Adjunto do grupo francês Technip (óleo e gás) e, atualmente, é Diretor da Nexia Auditores e Consultores (consultoria).

O Sr. BARRETTA JR. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Jose Abramovicz - 005.636.178-53

Foi Presidente / CEO de empresas nos setores de bens de consumo, serviços e produtos industriais, dentre as quais a Cia Fiat Lux de Fósforos de Segurança (bens de consumo), a Incepa Revestimentos Cerâmicos S.A (cerâmica), o Estaleiro Mauá S.A (logística) e Supertintas Litoverti (tintas em pó e vernizes industriais).

O Sr. ABRAMOVICZ, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Augusto da Gama Figueira - 242.456.667-49

Atua como membro dos Conselhos de Administração da Telemar Participações S.A (telecomunicações), da Brasil Telecom S.A (telecomunicações), da Tele Norte Leste Participações S.A. (telecomunicações), e da Tele Norte Leste Celular Participações S.A (telecomunicações). Nos últimos 05 anos, atuou como Diretor da Telemar Participações S.A (telecomunicações), e atualmente é Diretor da Contax Participações S.A (serviços de telemarketing). Anteriormente, foi membro dos conselhos fiscais da TELEST (telecomunicações), TELEPISA (telecomunicações) e TELEAMAZON (telecomunicações) no período abril até dezembro de 1999, bem como Diretor da Pegasus Telecom (telecomunicações), de julho de 1997 até agosto de 1999,

O Sr. FIGUEIRA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Pedro Wagner Pereira Coelho - 258.318.957-34

Atuou na área de auditoria externa na Empresa PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes (auditoria), de outubro de 1978 a abril de 1981. É presidente do conselho fiscal da Magnesita Refratários S.A (refratários). Também foi presidente do conselho fiscal das Lojas Americanas S.A (comércio e varejo), Tele Norte Leste Participações S.A (telecomunicação), Telemar Participações S.A (telecomunicações), Tam S.A (transportes), e Enersul – Energética do Matogrosso do Sul (energia). Nos últimos 5 anos, atuou como sócio da Carpe Diem – Consultoria, Planejamento e Assessoria Empresarial Ltda. (empresa no ramo de atividade de Consultoria Fiscal e Contábil, Planejamento e Assessoria Empresarial, Empreendimentos e Participações).

O Sr. COELHO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ricardo Scalzo - 370.933.557-49

Nos últimos 5 anos, atuou como consultor independente. Anteriormente, foi Gerente de Consultoria Financeira e Auditoria da Arthur Andersen (atual Accenture do Brasil Ltda.) (empresa de auditoria) de 1974 a 1982; Gerente de Controle Corporativo do Banco de Investimentos Garantia S.A (empresa de consultoria empresarial) desde 1982 até 1998; gerente geral da Varbra S.A (controladora da Lojas Americanas S.A) e Braco S.A (controladora da Companhia de Bebidas das Américas - AmBev) de 1998 a 2002; Atualmente é membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Lojas Americanas S.A (setor de varejo); All-America Latina Logística S.A (setor de logística); Tecnisa S.A (construção civil); Beneficência Médica Brasileira S.A; – Hospital e Maternidade São Luiz (setor hospitalar); foi, ainda, membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Companhia de Bebidas das Américas – Ambev (setor de bebidas e distribuição); Contax S.A (serviços de telemarketing); Hopi Hari S.A. (entretenimento); Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (energia); e Equatorial Energia S.A (energia). É licenciado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Sr. Ricardo não foi membro da administração (conselho de administração ou diretoria) de qualquer sociedade anônima de capital aberto. É membro certificado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (instituto sem fins lucrativos) desde outubro de 2009.

O Sr. SCALZO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sergio Antonio Cordeiro de Oliveira - 114.486.289-20

No período de 1970 a 1997 atuou como Gerente de Contabilidade da Artex S.A. (têxtil), onde ocupou também a posição de Diretor no período de 1997 a 2000. A partir de 2000 atuou como Diretor Superintendente da Kuala S.A. (investimentos) e Diretor Presidente da Fundação Teófilo B. Zadrozny. Nos últimos 5 anos, atuou como Diretor Presidente da CDMA Participações S/A (diversões) e Diretor Presidente da LPS Participações S/A (investimentos). Também foi presidente do Conselho de Administração do Hopi Hari S.A (entretenimento).

O Sr. Oliveira não esteve, nos últimos 05 anos, sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sérgio Valadares Portella - 104.121.236-49

Possui mais de 30 anos de experiência do mercado de capitais, sendo ex-sócio do IBMEC Educacional S.A (serviços educacionais), ex-vice e ex-presidente da APIMEC-MG e ex-conselheiro Fiscal da Trikem S.A (petroquímica). É atualmente sócio diretor da Construtora Belo Vale Ltda. (construção civil), Conselheiro Fiscal da APIMEC-MG, analista de valores mobiliários registrado na Comissão de Valores Mobiliários e superintendente de operação da Sita Corretora S/A (investimentos), cargo que ocupa desde 1973.

O Sr. PORTELLA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Idade**	**Data posse**	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
Eduardo Alcalay	Outros Comitês	Outros	Administrador de Empresas	30/10/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
148.080.298-04	Comitê de Stock Option	Secretário	41	30/10/2009	
Não se aplica.					
Fersen Lamas Lambranho	Outros Comitês	Outros	Empresário	30/10/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
667.308.057-49	Comitê de Stock Option	Coordenador	48	30/10/2009	
Presidente do Conselho de Administração					
Piero Paolo Picchioni Minardi	Outros Comitês	Outros	Engenheiro	30/10/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
051.575.478-11	Comitê de Stock Option	Membro efetivo	49	30/10/2009	
Não se aplica.					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco entre (i) os administradores da Companhia; (ii) os administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (iii) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; ou (iv) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladores diretas e indiretas da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2009

Administrador do Emissor

Fersen Lamas Lambranho	667.308.057-49	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64
Administrador	

Observação

Administrador do Emissor

Danilo Gamboa	267.513.588-73	Controle	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64
Administrador	

Observação

Administrador do Emissor

Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano	086.323.078-43	Controle	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64
Administrador	

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Octavio Pereira Lopes	149.224.538-06	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Henrique Braga Junqueira	041.249.236-94	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Ricardo Propheta Marques	223.372.048-20	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
BRZ Investimentos Ltda	02.888.152/0001-06		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Piero Paolo Picchioni Minardi	051.575.478-11	Subordinação	Controlador Indireto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda.	08.052.758/0001-85		
Sócio			
Observação			
O Sr. MINARDI renunciou ao cargo de conselheiro em 29/01/2010			
Administrador do Emissor			
Christopher David Meyn	056.084.127-29	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda.	08.052.758/0001-85		
Sócio			
Observação			
O Sr. CHRISTOPHER renunciou ao cargo de conselheiro suplente em 29/01/2010			

Exercício Social 31/12/2008

Administrador do Emissor			
Danilo Gamboa	267.513.588-73	Controle	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano	086.323.078-43	Controle	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Ricardo Propheta Marques	223.372.048-20	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
BRZ Investimentos Ltda	02.888.152/0001-06		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fersen Lamas Lambranho	667.308.057-49	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Octavio Pereira Lopes	149.224.538-06	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Thiago Emanuel Rodrigues Membro Efetivo do Conselho de Administração	730.653.826-87	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc. Administrador	08.996.583/0001-64		
Observação			
Administrador do Emissor			
Piero Paolo Picchioni Minardi Vice-Presidente do Conselho de Administração	051.575.478-11	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
GIF Gestão de Investimento e Participações Ltda. Sócio	08.052.758/0001-85		
Observação			
O Sr. MINARDI renunciou ao cargo de conselheiro em 29/01/2010			
Administrador do Emissor			
Christopher David Meyn Membro Suplente do Conselho de Administração	056.084.127-29	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
GIF Gestão de Investimento e Participações Ltda. Sócio	08.052.758/0001-85		
Observação			
O Sr. CHRISTOPHER renunciou ao cargo de conselheiro suplente em 29/01/2010			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2007

Administrador do Emissor

Fersen Lamas Lambranho	667.308.057-49	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			

Observação

Administrador do Emissor

Thiago Emanuel Rodrigues	730.653.826-87	Controle	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			

Observação

Administrador do Emissor

Ricardo Propheta Marques	223.372.048-20	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

BRZ Investimentos Ltda.	02.888.152/0001-06		
Diretor			

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano	086.323.078-43	Controle	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Danilo Gamboa	267.513.588-73	Controle	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Adminsitração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Octavio Pereira Lopes	149.224.538-06	Controle	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Investimentos S.A.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Piero Paolo Picchioni Minardi	051.575.478-11	Subordinação	Controlador Indireto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda.	08.052.758/0001-85		
Sócio			
Observação			
O Sr. MINARDI renunciou ao cargo de conselheiro em 29/01/2010			
Administrador do Emissor			
Christopher David Meyn	056.084.127-29	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda.	08.052.758/0001-85		
Sócio			
Observação			
O Sr. CHRISTOPHER renunciou ao cargo de conselheiro suplente em 29/01/2010			
Administrador do Emissor			
Eduardo Alcalay	148.080.298-04	Controle	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eduardo Alcalay	148.080.298-04	Controle	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. ***Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.***

A Companhia contrata regularmente seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir o pagamento aos administradores da Companhia de indenização - até o limite da importância segurada - decorrente de perdas e danos impostos ao administrador por conta de reclamações – iniciadas em qualquer parte do mundo - decorrentes única e exclusivamente de sua condição de administrador da Companhia. A cobertura securitária se estende automaticamente aos administradores de qualquer subsidiária ou controlada nos termos da apólice de seguro.

O valor total segurado por nosso atual seguro de Responsabilidade Civil de Administradores é de US$40.000.000,00, sendo que este valor é dividido em duas apólices celebradas com a Ace Seguros, cujo valor segurado é de R$50.000.000,00 (aproximadamente US$25.000.000,00), e com a Chubb Seguros, cujo valor segurado é de R$30.000.000,00 (aproximadamente US$15.000.000,00).

As apólices são emitidas em reais e os valores dos prêmios pagos para cada uma dessas apólices são os seguintes: (i) R$229.148,92 (já incluído o IOF) para o seguro contratado com a Ace Seguros; e (ii) R$106.198,82 (já incluído o IOF) para o seguro contratado com a Chubb Seguros, sendo certo que tais valores já foram integralmente quitados pela Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. ***Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes***

Sr. Buerstedde esteve envolvido na gestão da LWB Refractories que era controlada pela Rhône Group LLC, e, também esteve envolvido aquisição da LWB pela Magnesita Refratários S.A..

Nossas Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (accountability); e (iv) responsabilidade corporativa.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas no "Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa", adotamos as seguintes: (i) capital social dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os nossos acionistas; (ii) em caso de transferência de controle, deve ser feita oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista controlador alienante; (iii) contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros; (iv)· previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal; (v) pelo menos 20% (vinte por cento) dos membros do nosso Conselho de Administração serão conselheiros independentes; (vi) possuímos, por deliberação do nosso Conselho de Administração, uma política de negociação de nossos valores mobiliários, bem como uma política de divulgação de informações; e (vii) resolução de conflitos que possam surgir entre nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros do conselho fiscal, por meio de arbitragem.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração da Companhia é compensar seus administradores adequadamente pelo atingimento do desafio proposto a cada cargo e suas respectivas responsabilidades, visando sempre atrair e reter os melhores profissionais disponíveis no mercado. Para definição da Política de Remuneração da Companhia, foi utilizada como base a metodologia de pontos Hay, anualmente atualizada de acordo com a movimentação do mercado. Nossa política baseia-se em mantermos na média do mercado o valor da remuneração fixa, o pacote de benefícios oferecidos e na possibilidade de trabalharmos o diferencial na Remuneração Variável. O foco em Remuneração Variável está diretamente relacionado a um dos valores da Companhia que é a meritocracia através do compartilhamento do risco e do resultado da Companhia, além da existência de uma política de remuneração transparente e clara, através da qual os esforços dos profissionais são justamente recompensados.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus a apenas uma remuneração fixa trimestral, cujos parâmetros são definidos em Assembléia Geral Ordinária, não havendo outros elementos, sejam eles da remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal, cujos parâmetros são definidos pela Assembleia Geral Ordinária. Aos membros do Conselho de Administração também é concedido o benefício de previdência privada, onde é recolhido mensalmente o valor correspondente aos critérios estabelecidos no Plano de Complementação Previdenciária da Companhia, não havendo outros elementos, sejam eles da remuneração variável e incentivos de longo prazo.

A remuneração dos Diretores é composta por:

- **Remuneração Mensal Fixa** – estabelece o valor mensal a ser pago de acordo com a mediana praticada pelo mercado (Tabela Hay);

- **Remuneração Variável** – estabelece a recompensa por resultados alcançados durante o exercício. O valor é calculado sobre múltiplos salariais estabelecidos de acordo com a prática de mercado.

- **Pacote de Benefícios** – o pacote de benefícios busca atender, principalmente, as necessidades básicas oferecidas pelo mercado tais como: plano médico, dental, previdência privada, alimentação e seguro de vida. O objetivo é trabalhar na média do mercado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- **Incentivo de Longo Prazo** – através de um programa de *stock option*, a Companhia visa incentivar seus executivos a buscar resultados e objetivos no longo prazo, através da concessão da oportunidade de se tornarem acionistas, obtendo, em conseqüência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

O único comitê instalado na Companhia é o Comitê do Plano de Opção, cujos membros não fazem jus a qualquer tipo de remuneração em virtude da participação no referido comitê.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, a remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total.

Para a Diretoria, no último ano, a proporção foi de:
- Remuneração mensal fixa – 44,64% da remuneração total;
- Remuneração Variável Curto Prazo – 41,20% da remuneração total;
- Pacote de Benefícios – 1,15% da remuneração total; e,
- Incentivo de Longo Prazo – 13,01% da remuneração total.

Esses percentuais podem variar em função de mudanças nos resultados obtidos pela Companhia no período, dado o componente de compartilhamento de riscos e resultados existente na remuneração variável.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- Remuneração mensal fixa – valores atualizados anualmente de acordo com a tabela Hay, que é elaborada pela Consultoria Hay Group, baseando-se em metodologia própria de coleta de dados e analise de mercado. A Consultoria Hay Group elabora anualmente uma escala salarial para todas as posições equivalentes comparadas ao mercado inserido, chegando, por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo setor e localizadas em uma mesma região, na variação percentual da remuneração de um dado cargo (tais como, gerentes, coordenadores, analistas, diretores, dentre outros).
- Remuneração Variável – valores estipulados e alterados pela média de mercado, de acordo com a tabela Hay mencionada acima. Adicionalmente, a situação econômica do mercado em que estamos inseridos também é avaliada anualmente ao início de cada exercício fiscal para fins de cálculo da remuneração variável;
- Pacote de Benefícios – valores atualizados de acordo com (i) os indicadores econômicos do mercado, como o Índice Geral de Preços – Mercado ("IGPM"); e (ii) a tabela Hay mencionada acima, meio pelo qual a Companhia acompanha a média de pacote de benefícios utilizado pelo mercado; e,
- Incentivo de longo prazo – o programa de distribuição de ações é avaliado e aprovado por Comitê específico que aprova e define as regras para o programa bem como o preço ao qual a ação será oferecida. Os critérios de definição de número de ações a serem distribuídos são definidos pelo nível hierárquico, como diretores,

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

gerentes e coordenadores e todo o programa está vinculado a permanência na empresa, sendo que a cada ano o beneficiário do plano de incentivo de longo prazo passa a ter direito a 20% do total de ações distribuídos para cada grupo.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O alinhamento aos valores da Companhia e à cultura de seu acionista controlador (meritocracia) é o principal fator que define a estratégia de remuneração. Adicionalmente, é observada a prática de mercado e a metodologia Hay descrita acima. Toda composição da remuneração é vinculada a uma comparação com a prática de mercado buscando fortalecer a cultura e filosofia da empresa que premia o desempenho individual que mais contribui para alavancar os resultados da empresa.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação de todos os itens de remuneração, é levada em consideração a performance individual, a qual é mensurada a partir do cumprimento de metas anuais que deverão ser acompanhadas e avaliadas mensalmente. Essas metas devem ter cunho quantitativo, qualitativo e projetos, que visam alavancar o negócio e o desempenho da Companhia.

As metas são estipuladas através da definição estratégica do negócio buscando garantir (i) o cumprimento da rentabilidade através do Ebitda, (ii) a receita liquida atrelada a sustentabilidade do negócio, bem como (iii) controles de todo custo e gastos da empresa. Estas metas são refletidas e desdobradas para todos os níveis da organização.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Toda e qualquer mudança nos itens que compõem a remuneração estão diretamente vinculadas ao desempenho individual e aos resultados obtidos pela Companhia. Como exemplo, podemos citar a remuneração variável que, por meio de metas estipuladas, é definida uma curva de premiação que varia de acordo com o resultado obtido no conjunto das metas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração fixa e variável busca reter os melhores profissionais da Companhia e estimula a melhoria dos resultados, sendo que a remuneração fixa, pela sua característica imediatista, premia o desempenho a curto prazo, já a remuneração variável através de sua vinculação a metas especificas da organização visa premiar os objetivos a curto e médio prazo. A política de compra de ações (*stock option*) visa

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

alinhar a remuneração dos executivos à melhor *performance* das ações de emissão da Companhia a longo prazo

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração aos administradores da Companhia que seja suportada por suas subsidiárias e controladas ou por seus controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	13,00	5,00	25,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	450.000,00	9.187.750,00	178.029,00	9.815.779,00
Benefícios direto e indireto	40.995,00	236.125,00	0,00	277.120,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.481.000,00	0,00	8.481.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	2.678.500,00	0,00	2.678.500,00
Total da remuneração	490.995,00	20.583.375,00	178.029,00	21.252.399,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,42	7,00	5,00	19,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	416.715,33	4.841.950,00	178.028,40	5.436.693,73
Benefícios direto e indireto	37.968,41	124.200,00	0,00	162.168,41
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.045.592,70	0,00	4.045.592,70
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	2.418.000,00	0,00	2.418.000,00
Total da remuneração	454.683,74	11.429.742,70	178.028,40	12.062.454,84

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
a. órgão
b. número de membros
c. em relação ao bônus:
1. valor mínimo previsto no plano de remuneração
2. valor máximo previsto no plano de remuneração
3. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
4. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
d. em relação à participação no resultado:
1. valor mínimo previsto no plano de remuneração
2. valor máximo previsto no plano de remuneração
3. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
4. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2009				
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	0	0	7	7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	3.021.900,00	3.021.900,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	6.475.500,00	6.475.500,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	4.748.700,00	4.748.700,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	4.045.592,70	4.045.592,70
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2010)				
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	0	0	13	13
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	5.397.000,00	5.397.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	11.565.000,00	11.565.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	N/A	N/A	8.481.000,00	8.481.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	8.481.000,00	8.481.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

A Companhia conta com um Plano de Opção de Compra de Ações (o "Plano de Opções"), pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia os seus administradores, empregados e prestadores de serviços, bem como aqueles das sociedades controladas pela Companhia (os "Beneficiários"). Atualmente, 31 pessoas, dentre administradores e empregados, detêm opções de compra de ações da Companhia.

O Plano de Opção foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 24 de março de 2008. O Conselho de Administração é responsável por administrar o Plano, com amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do Plano. O Conselho de Administração pode ainda optar por delegar suas funções a um Comitê específico, composto por 3 membros, os quais não serão elegíveis a receber opções. Atualmente, o Comitê do Plano de Opções encontra-se instalado e cumprindo as funções e competências que são previstas pelo Plano de Opções e que foram delegadas pelo Conselho de Administração.

Sendo assim, o Comitê do Plano de Opções é responsável por realizar as outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações ("Programas"), onde são definidos os Beneficiários, o número total de ações objeto de outorga, a divisão das opções em lotes, o preço e o prazo de exercício, eventuais restrições às ações adquiridas e disposições sobre as penalidades aplicáveis.

Os Beneficiários contemplados pelas outorgas devem celebrar Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contratos") com a Companhia, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do Plano e do Programa correspondente.

Cada uma das opções outorgadas pela Companhia dá o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Atualmente, existem 3 Programas para outorga de opções que foram aprovados pelo Comitê do Plano de Opções, lançados respectivamente nas reuniões de tal órgão realizadas respectivamente em 28 de março de 2008, 02 de março de 2009 e em 1º de outubro de 2009 (respectivamente, "1º Programa", "2º Programa" e "3º Programa"). As condições dos Programas aprovados pelo Comitê do Plano de Opções são substancialmente similares e encontram-se descritas em maior detalhe nos subitens abaixo.

As condições das outorgas individuais realizadas nos Contratos celebrados com cada Beneficiário são também substancialmente similares, podendo contudo variar ou incluir certas condições específicas, especialmente com relação à possibilidade de exercício das opções, tendo em vista as particularidades das funções específicas desempenhadas por

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

determinados Beneficiários e a necessidade de alinhamento de incentivos necessários ao desempenho de tais funções específicas.

Com relação ao exercício social corrente, não há expectativa de aprovação de novos Programas. Da mesma forma, não se espera que as condições das atuais outorgas ou de eventuais outorgas futuras de opções venham a diferir substancialmente daquelas que são descritas neste Formulário de Referência.

b. principais objetivos do plano

O principal objetivo do plano é conceder aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, a oportunidade de se tornarem acionistas, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos demais acionistas e da Companhia no longo prazo.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da Companhia, em condições potencialmente diferenciadas, cria-se um ambiente favorável a um maior comprometimento com a criação de valor, com incentivos para que o exercício da função e atividades do pessoal-chave da Companhia seja mais efetivo e direcionado ao atendimento dos interesses dos acionistas e da Companhia. Assim, é possibilitada a criação de maiores sinergias entre o grupo de colaboradores e o grupo de acionistas da Companhia, podendo propiciar a maximização dos resultados da Companhia no longo prazo.

Adicionalmente, a Companhia entende que o Plano de Opção cumpre importante função como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, diante dos incentivos ao compartilhamento da valorização das ações da Companhia e à possibilidade de obtenção de ganhos condicionados à permanência do vínculo com a Companhia no longo prazo.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opções insere-se na política da Companhia de criar incentivos para a criação de valor no longo prazo, fazendo com que a remuneração seja composta, em parte substancial, por elementos que a vinculem ao desempenho da Companhia. A Companhia entende que a remuneração dos administradores deve representar um pacote atrativo, mas que também estimule a retenção de talentos no longo prazo e que crie incentivos para que os ganhos mais relevantes sejam compartilhados com os acionistas da Companhia.

Para determinar aqueles Beneficiários que farão jus à outorga de opções, os principais fatores que são levados em consideração resumem-se à análise em dois focos, a saber: o cargo ocupado e a pessoa do beneficiário. A análise do cargo ocupado considera se a posição do Beneficiário é estratégica para a Companhia enquanto organização, a medida em que tal posição implica responsabilidade pelos resultados da Companhia e a abrangência das competências inerentes a tal posição, bem como a medida em que elas impactam o desempenho financeiro da Companhia. Para a avaliação dos Beneficiários

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

enquanto indivíduos, são considerados o alinhamento da pessoa com a cultura e os valores da Companhia, a medida em que tal pessoa contribuiu para os resultados da Companhia e teve desempenho satisfatório, sua importância diante da política de retenção de talentos e a opinião da Diretoria sobre tal pessoa, que deverá representar um consenso no sentido de que àquela pessoa devem ser outorgadas opções.

Com base na análise e avaliação destes critérios, o Comitê do Plano de Opções determina aqueles que receberão opções de compra de ações, bem como o volume das outorgas individuais de cada Beneficiário.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Espera-se que os Beneficiários do Plano de Opções estejam alinhados com os interesses dos acionistas em diferentes horizontes de tempo, porém como foco principal no longo prazo. As outorgas e os Programas correspondentes foram estruturados de maneira a prever mecanismos de incentivos constantes, para que os ganhos da Companhia sejam maximizados no curto, médio e longo prazos.

Ao instituir a necessidade de destinação de um percentual dos valores pagos a título de variável ou participação nos lucros, bem como dos dividendos, para o exercício de opções e, consequentemente, à aquisição de ações de emissão da Companhia, os administradores são estimulados a comprometer seus recursos imediatamente disponíveis, vinculando-os no curto prazo.

Ao mesmo tempo, essas ações deverão permanecer com os Beneficiários durante o período de restrição à transferência de ações adquiridas pelo Plano (períodos de *lock-up*, conforme explicado no item "l" abaixo). O escalonamento de prazos de carência a partir dos quais as opções se tornam exercíveis também permite que os Beneficiários apenas possam auferir todo o benefício ao longo do tempo, o que se complementa com base nos períodos de *lock-up* aplicáveis às ações adquiridas com base no exercício das opções correspondentes a cada lote.

Outro mecanismo de vinculação que permite o alinhamento de interesses num prazo mais curto é o fato de que o preço de exercício das opções é deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia desde a data de outorga das opções. Desta forma, espera-se que a cada ano os Beneficiários atuem para maximizar o desempenho da Companhia, para que assim possam conseguir uma dedução maior com relação ao preço de aquisição e/ou subscrição das ações correspondentes.

Assim, espera-se que os Beneficiários sejam constantemente e a cada ano estimulados ao exercício das opções, permanecendo assim vinculados enquanto não puderem alienar as correspondentes ações. Portanto, espera-se que os Beneficiários atuem para a maximização de valor desde o curto prazo, mas sempre com vistas ao objetivo maior de valorização das ações no longo prazo, possibilitado pela existência de prazos de carência para o exercício das opções e de períodos de restrição à disponibilidade das ações. Desta forma, os Beneficiários deverão estar alinhados com a construção de resultados sustentáveis e crescentes no médio e longo prazo, para que o valor da

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Companhia cresça ao longo dos períodos referidos, impactando diretamente o valor das ações de que os Beneficiários são titulares.

f. número máximo de ações abrangidas

A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções equivale a 6% do capital social da Companhia, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções. Na data deste Formulário de Referência, este montante corresponde a 15.492.717 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a quantidade máxima de ações correspondentes às opções que foram outorgadas à Diretoria Estatutária e ainda não exercidas, sob os Programas em vigor, corresponde, nesta data, a 5.537.281 ações ordinárias de emissão da Companhia.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme informado no subitem "f" acima, a quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções equivale a 6% do capital social da Companhia, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções. Na data deste Formulário de Referência, este montante corresponde a 6.056.203 ações ordinárias de emissão da Companhia.

h. condições de aquisição de ações

As opções devem ser adquiridas pelo preço de exercício que venha a ser definido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Plano de Opções em cada Programa, com base nos critérios detalhados no subitem "i" abaixo, devendo tal preço ser liquidado nas condições descritas no subitem "k" abaixo.

Em todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência, as opções outorgadas foram divididas em 5 lotes anuais iguais, cada um deles equivalente a 20% do total das opções outorgadas, sendo o primeiro lote exercível sempre a partir do primeiro aniversário da data de outorga (e assinatura do Contrato correspondente) e os demais a partir dos subsequentes aniversários desta data, devendo o Beneficiário permanecer no desempenho de suas funções para que possa exercer as opções, exceto nos casos indicados no subitem "n" abaixo. O prazo final para exercício das opções componentes de cada lote anual é de 10 anos contados da data em que tal lote tornar-se exercível. No caso do 1º Programa, o primeiro lote de opções tornou-se exercível em 01 de janeiro de 2009 e os demais tornaram-se ou tornar-se-ão exercíveis, conforme o caso, nos demais aniversários desta data.

Ainda, o Beneficiário é obrigado a destinar ao menos 50% do valor por ele recebido como variável ou participação nos resultados anual ao exercício de opções, bem como 50% dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia, em ambos os casos sob pena de perder o direito a exercer todas as opções que poderiam ter sido exercidas mediante a destinação das quantias correspondentes. Este montante poderá ser reduzido de valor igual ao montante de recursos próprios que o Beneficiário venha a destinar para exercer as opções, no período de até um ano antes do recebimento de seu variável e dos dividendos. Entende-se que a exigência de destinação de variável e dividendos representa mecanismo para que os Beneficiários efetivamente demonstrem

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

comprometimento com a Companhia e disposição em utilizar seus recursos para adquirir ações de sua emissão, caso deseje continuar fazendo jus ao benefício potencial futuro.

O Comitê do Plano de Opções pode eventualmente fixar condições diferenciadas, com base nas competências que lhes são outorgadas pelo Plano de Opções. Além disso, algumas das outorgas já existentes contêm certas condições diferenciadas, que se referem essencialmente à possibilidade de exercício das opções apenas e na medida em que seja verificada não apenas a permanência do Beneficiário no desempenho de suas funções, mas também a permanência em posição ocupada em localidade geográfica específica considerada estratégica aos negócios da Companhia.

Excepcionalmente, no ano de 2009, o Comitê do Plano de Opções, tendo em vista as excepcionais condições de mercado existentes, permitiu que as ações adquiridas no mercado pelos Beneficiários do 1º Programa fossem imputadas à obrigação de destinação mínima de bônus, conforme descrita acima, de forma que as ações correspondentes ficassem sujeitas às condições do 1º Programa e Contratos correspondentes. Foram incluídas nesta permissão as ações adquiridas no mercado desde a data de aprovação do 1º Programa até 90 dias após o pagamento de bônus ao Beneficiário. O Comitê entendeu que esta permissão justificou-se, diante das condições de mercado naquele momento específico, para permitir que os Beneficiários cumprissem com a regra que determina a destinação de bônus, mantendo íntegros os objetivos do Plano de Opções em promover o comprometimento de recursos dos Beneficiários com ações da Companhia.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Como regra geral, o preço de exercício das opções deve ser equivalente ao valor médio das ações da Companhia nos 30 pregões anteriores à outorga das opções, realizados no âmbito da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Valor de Mercado"), sujeito à correção monetária com base na variação de índice de preços a ser definido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Plano de Opções. Poderá ser concedido um desconto de até 10% sobre o Valor de Mercado, na fixação do preço de exercício das opções.

O preço de exercício das opções outorgadas e ainda não exercidas será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia por ação, a partir da data da outorga.

Entende-se que a fixação do preço de exercício equivalente ao Valor de Mercado é necessária para melhor alinhar os interesses dos Beneficiários em gerar valor para os acionistas da Companhia: os seus ganhos serão obtidos na medida em que as ações da Companhia se valorizem no mercado. A possibilidade de correção monetária existe para que o preço de exercício não seja defasado e não passe a representar um valor muito baixo ao Beneficiário.

Já a concessão de descontos possibilita que os Beneficiários possam adquirir ações a um preço mais atrativo e assim efetivamente comprometer seus recursos com o Plano de Opções, de maneira a viabilizar seus objetivos com maior eficácia. A dedução de juros sobre o capital próprio e de dividendos é uma forma de assegurar aos Beneficiários que

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

participem dos resultados obtidos pela Companhia durante o período em que já receberam a outorga de opções, mas em que ainda não se tornaram ainda acionistas. Por outro lado, assegura que os resultados só serão recebidos pelo Beneficiário caso permaneça na Companhia e exerça as opções, tornando-se efetivamente acionista da Companhia.

Excepcionalmente no caso do 1º Programa, considerando que a Companhia não possuía histórico de negociação de suas ações na BM&FBovespa, o Plano de Opções autorizou a fixação do preço de exercício das opções em R$10,00 (dez reais) por ação, equivalente ao valor por ação pago pelos acionistas nos aumentos de capital realizados na Companhia nos anos de 2007 e 2008, e ajustado pelo grupamento de ações aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 17 de março de 2008.

No caso dos demais Programas, os critérios gerais indicados acima foram sempre observados, sendo que o índice de correção do preço de exercício determinado pelo Comitê do Plano de Opções foi, para todos os Programas, o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aplicado a partir da data da outorga das opções até a data de seu efetivo exercício e pagamento, calculada *pro-rata temporis*.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Em todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência, as opções outorgadas foram divididas em 5 lotes anuais iguais, cada um deles equivalente a 20% do total das opções outorgadas, sendo o primeiro lote exercível sempre a partir do primeiro aniversário da data de outorga (e assinatura do Contrato correspondente) e os demais a partir dos subsequentes aniversários desta data. No caso do 1º Programa, o primeiro lote de opções tornou-se exercível em 01 de janeiro de 2009 e os demais tornaram-se ou tornar-se-ão exercíveis, conforme o caso, nos demais aniversários desta data.

Espera-se que a divisão das opções em lotes represente um mecanismo de vinculação do Beneficiário ao longo do tempo, de forma que apenas possa adquirir a propriedade das ações (e consequentemente obter os ganhos correspondentes de sua eventual revenda) de forma modulada, assim obtendo-se uma vinculação desde o médio até o longo prazo.

As opções componentes de cada lote poderão ser exercidas total ou parcialmente dentro do prazo extintivo de 10 (dez) anos, contados a partir da data em que tal lote tenha se tornado exercível. Após o término deste prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício da opção com relação à parcela não exercida do lote de ações, sem direito a qualquer indenização. Tal prazo de 10 anos permite que o Beneficiário tenha um maior horizonte de tempo para escolher o momento de exercício, desde que observadas as condições mínimas de destinação de seu variável e dos dividendos, descritas no item "h" acima.

k. forma de liquidação

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários são emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, é homologado pelo Conselho de Administração. A Companhia também pode utilizar-se de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

Nos Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência, a regra é que o preço de exercício, devidamente corrigido e feitas as deduções previstas em cada Programa, seja pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes. Devem também ser observadas as condições de destinação da remuneração variável e dos dividendos que venham a ser pagos aos Beneficiários, conforme descritas no subitem "h" acima.

l. restrições à transferência das ações

As ações adquiridas no âmbito de todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência encontram-se sujeitas a um prazo de indisponibilidade (*lock up*) de 1 (um) ano contado da data da subscrição ou da aquisição das ações. Este período de indisponibilidade permanecerá em vigor também caso o Beneficiário venha a se desligar da Companhia. Entende-se que a existência do período de *lock up* permite que o Plano de Opções cumpra seu objetivo de exigir o comprometimento de recursos do Beneficiário e o seu alinhamento à geração de valor ao longo do tempo, incentivando-o a manter-se como acionista da Companhia no longo prazo e assim compartilhar os riscos inerentes a tal condição.

Em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário, os períodos de *lock up* não serão aplicáveis, podendo o Beneficiário ou seus herdeiros e sucessores, conforme o caso, alienar livremente as ações a qualquer tempo.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração ou o Comitê poderão, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano, estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos e prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes. No exercício de tais funções, porém, não é permitido aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas, nem alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer outorga existente sem consentimento do Beneficiário.

Adicionalmente, em caso de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções poderão ser transferidas para a Companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados para exercício durante prazo determinado.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia em razão de aposentadoria, renúncia ou destituição de cargo de administrador da Companhia sem

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

justa causa ou término do contrato de trabalho ou de contrato de prestação de serviços sem justa causa, a opção cujo direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido pelo Beneficiário caducará imediatamente e a opção cujo direito ao exercício já tenha sido adquirido pelo Beneficiário caducará se não for exercida nos 30 (trinta) dias seguintes à data do evento que originar o término da relação com a Companhia.

Na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia por razão que configure justa causa, todas as opções não exercidas caducarão, independentemente de serem exercíveis ou não na data do desligamento do Beneficiário.

Em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário que o impeça de desempenhar suas funções na Companhia, todas as opções que lhe tenham sido outorgadas, sejam elas exercíveis ou não, na data do evento que ocasionar a morte ou invalidez, poderão ser exercidas, no todo ou em parte, pelo Beneficiário ou seus respectivos herdeiros ou sucessores, conforme o caso, no prazo de 3 (três) anos a contar da data do falecimento ou invalidez permanente. Este prazo foi inicialmente fixado em 180 (cento e oitenta) dias no Plano de Opções, sendo alterado pelo Comitê do Plano de Opções, no exercício de suas competências, por ter julgado que o novo prazo mostra-se mais razoável diante das formalidades e atos necessários para exercício dos direitos pelos sucessores ou representantes do Beneficiário.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

		31/12/2010		
Sociedade	**Categoria**	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Magnesita Refratários S.A	Ações ordinárias	19.028	514.843	80.001
	Opções de compra de ações	Não há	5.737.281	Não há
	Outros valores mobiliários conversíveis	Não há	Não há	Não há
Participação direta e indireta na GP Investments, Ltd.[1]	Ações e outros valores mobiliários conversíveis	35.512.622[2]	Não há	Não há
Participação direta na Rhône Capital L.L.C	Ações e outros valores mobiliários conversíveis	Não aplicável [3]	Não há	Não há
Participação em sociedades controladas	Ações e outros valores mobiliários conversíveis	Não há	Não há	Não há
Participação em sociedades sob controle comum	Ações e outros valores mobiliários conversíveis	Não há	Não há	Não há

[1] A participação na GP Investments Ltd., controladora indireta da Companhia, detida por membros do Conselho de Administração da Companhia representa, aproximadamente, 21,64% do capital social total da GP Investments Ltd. e uma participação indireta no capital social total da Companhia de aproximadamente 1,69%. Tais percentuais representam o somatório das participações detidas por membros do Conselho de Administração da Emissora que detenham participação, direta ou indiretamente, no capital social da GP Investments, Ltd.

[2] A quantidade de ações apresentada é aproximada, tendo em vista o arredondamento de percentuais de participação para fins do cálculo da participação direta e indireta detida por membros do Conselho de Administração.

[3] O capital da Rhône Capital LLC não é representado por ações ou quotas, motivo pelo qual não há como ser informada a quantidade de ações, quotas ou valores mobiliários conversíveis em ações detida por membros do Conselho de Administração da emissora. Note-se que a participação dos membros do Conselho de Administração da emissora na Rhône Capital LLC representa, aproximadamente, 18% do capital da Rhône Capital LLC e uma participação indireta no capital social total da Companhia de aproximadamente 0,05%.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número de membros
c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
    1. data de outorga
    2. quantidade de opções outorgadas
    3. prazo para que as opções se tornem exercíveis
    4. prazo máximo para exercício das opções
    5. prazo de restrição à transferência das ações
    6. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
        - em aberto no início do exercício social
        - perdidas durante o exercício social
        - exercidas durante o exercício social
        - expiradas durante o exercício social
d. valor justo das opções na data de outorga
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Exercício Social de 2010	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária		
Programas		**1º Programa**	**2º Programa**	**3º Programa**
b) Número de Membros	0	7 de 8	4 de 7	6 de 12
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	n.a.	04/04/2008	02/03/2009	01/10/2009; 31/03/2010 e 30/11/2010(2)
Quantidade de opções outorgadas	n.a.	5.306.203	1.200.000	800.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a.	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)
Prazo máximo para exercício das opções	n.a.	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções				
- em aberto no início do exercício social	n.a.	10,61	10,61	10,61
- perdidas durante o exercício social	n.a.	Não houve	10,66	Não houve
- exercidas durante o exercício social	n.a.	R$10,92	R$10,92	Não houve
- expiradas durante o exercício social	n.a.	Não houve	Não houve	Não houve
d) Valor justo das opções na data de outorga	n.a.	R$3,61	R$0,94	R$4,87 em 01/10/2009; R$7,35 em 31/03/2010; e R$5,31 em 30/11/2010.
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	n.a.	2,01%	0,46%	0,31%

(1) Os membros do Conselho de Administração não receberam opções de compra de ações.
(2) O 3º Programa foi criado em 01/10/2009, tendo sido estabelecida uma reserva de opções para outorgas futuras sob as condições de tal Programa. As datas expressas refletem as datas em que outorgas foram realizadas sob o 3º Programa.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício Social de 2009	Conselho de Administração [1]	Diretoria Estatutária		
Programas		**1º Programa**	**2º Programa**	**3º Programa**
b) Número de Membros	0	7 de 8	2 de 7[2]	5 de 12[3]
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	n.a.	04/04/2008	02/03/2009	01/10/2009
Quantidade de opções outorgadas	n.a.	5.306.203	1.200.000	600.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a.	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)
Prazo máximo para exercício das opções	n.a.	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções				
- em aberto no início do exercício social [2]	n.a.	10,68	Não havia	Não havia
- perdidas durante o exercício social	n.a.	10,66	Não houve	Não houve
- exercidas durante o exercício social	n.a.	Não houve[4]	Não houve	Não houve
- expiradas durante o exercício social	n.a.	Não houve	Não houve	Não houve
d) Valor justo das opções na data de outorga	n.a.	R$3,61	R$0,94	R$4,87
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	n.a.	2,01%	0,46%	0,23%

(1) Os membros do Conselho de Administração não receberam opções de compra de ações.
(2) Dentre os demais Beneficiários contemplados pelo 2º Programa, há outros 2 que posteriormente tornaram-se diretores estatutários da Companhia.
(3) Considera o número atual de Diretores da Companhia.
(4) No ano de 2009, tendo em vista circunstâncias excepcionais de mercado, o Comitê do Plano de Opções permitiu a aquisição de ações no mercado como forma de cumprimento das condições de destinação de recursos de bônus, exigidas no âmbito do Plano de Opções, inclusive ratificando e atribuindo a tais fins ações que já haviam sido adquiridas no mercado pelos Beneficiários. Tecnicamente, não houve o exercício de opções; no entanto, o número de opções de cada beneficiário foi deduzido do número de ações adquirido no mercado, para fins de cumprimento da regra mencionada.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
a. órgão
b. número de membros
c. em relação às opções ainda não exercíveis
1. quantidade
2. data em que se tornarão exercíveis
3. prazo máximo para exercício das opções
4. prazo de restrição à transferência das ações
5. preço médio ponderado de exercício
6. valor justo das opções no último dia do exercício social
a. em relação às opções exercíveis
1. quantidade
2. prazo máximo para exercício das opções
3. prazo de restrição à transferência das ações
4. preço médio ponderado de exercício
5. valor justo das opções no último dia do exercício social
6. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Exercício Social findo em 31.12.2009	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária		
		1º Programa	2º Programa	3º Programa
b) Número de Membros	0	7 de 8	2 de 7(2)	5 de 12(3)
c) Opções ainda não exercíveis				
i) quantidade	n.a.	2.804.962(4)	1.200.000	600.000 (5)
ii) data em que se tornarão exercíveis	n.a.	4 lotes iguais restantes, respectivamente em 01/01/2010, 01/01/2011, 01/01/2012 e 01/01/2013	5 lotes iguais restantes, respectivamente em 02/03/2010, 02/03/2011, 02/03/2012, 02/03/2013 e 02/03/2014	5 lotes iguais restantes, respectivamente em 01/10/2010, 01/10/2011, 01/10/2012, 01/10/2013 e 01/10/2014
iii) prazo máximo para exercício das opções	n.a.	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis
iv) prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	1 ano	1 ano	1 ano
v) preço médio ponderado de exercício	n.a.	10,61	10,61	10,61
vi) valor justo das opções no último dia do exercício social	n.a.	8,08	7,58	7,52
d) Opções exercíveis				
i) quantidade	n.a.	1.439.874(6)	0	0
ii) prazo máximo para exercício das opões	n.a.	439.874 até 01/01/2019; 1.000.000 até 16/07/2012(7)	n.a.	n.a.
iii) prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	1 ano	n.a.	n.a.
iv) preço médio ponderado de exercício	n.a.	Não houve(8)	n.a.	n.a.
v) valor justo das opções no último dia do exercício social	n.a.	8,08	n.a.	n.a.
vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n.a.	11.634.181,92	n.a.	n.a.

(1) Os membros do Conselho de Administração não receberam opções de compra de ações.
(2) Dentre os demais Beneficiários contemplados pelo 2º Programa, há outros 2 que posteriormente tornaram-se diretores estatutários da Companhia.
(3) Considera o número atual de Diretores da Companhia, já que o 3º Programa continuou em vigor até 30.11.2010 e certos Beneficiários do 3º Programa vieram a se tornar Diretores posteriormente ao lançamento do 3º Programa.
(4) No caso do 1º Programa, as opções de determinado beneficiário foram integralmente antecipadas para exercício antes do final do ano de 2009, tendo em vista o seu falecimento, de acordo com as regras do Plano de Opções. Adicionalmente, as opções de determinados beneficiários foram perdidas, em virtude de seu desligamento da Companhia.
(5) O valor não reflete as opções outorgadas no âmbito da reserva estabelecida no 3º Programa, uma vez que as outorgas correspondentes ocorreram apenas

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

em 2010.

(6) No caso do 1º Programa, as opções de determinado beneficiário foram integralmente antecipadas para exercício antes do final do ano de 2009, tendo em vista o seu falecimento, de acordo com as regras do Plano de Opções. Adicionalmente, as opções de determinados beneficiários foram perdidas, em virtude de seu desligamento da Companhia.

(7) Este saldo de 1.000.000 de opções pode ser exercido antecipadamente, porém pelo prazo de 3 anos, considerando a regra do Plano de Opções para o caso de falecimento do Beneficiário.

(8) No ano de 2009, tendo em vista circunstâncias excepcionais de mercado, o Comitê do Plano de Opções permitiu a aquisição de ações no mercado como forma de cumprimento das condições de destinação de recursos de bônus, exigidas no âmbito do Plano de Opções, inclusive ratificando e atribuindo a tais fins ações que já haviam sido adquiridas no mercado pelos Beneficiários. Tecnicamente, não houve o exercício de opções; no entanto, o número de opções de cada beneficiário foi deduzido do número de ações adquirido no mercado, para fins de cumprimento da regra mencionada.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número de membros
c. em relação às opções exercidas informar:
    1. número de ações
    2. preço médio ponderado de exercício
    3. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
d. em relação às ações entregues informar:
    1. número de ações
    2. preço médio ponderado de aquisição
    3. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Exercício Social de 2009	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária		
Programa (Ano)		**1º Programa**	**2º Programa**	**3º Programa**
b) Número de Membros	0	7 de 8	2 de 7(2)	5 de 12(3)
c) Em relação às opções exercidas				
i) número de ações	n.a.	183.366	Não houve	Não houve
ii) preço médio ponderado de exercício	n.a.	Não houve (4)	n.a.	n.a.
iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n.a.	Não houve(5)	n.a.	n.a.
d) Em relação às ações entregues informar	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
i) número de ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
ii) preço médio ponderado de aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(1) Os membros do Conselho de Administração não receberam opções de compra de ações.
(2) Dentre os demais Beneficiários contemplados pelo 2º Programa, há outros 2 que posteriormente tornaram-se diretores estatutários da Companhia.
(3) Considera o número atual de Diretores da Companhia, já que o 3º Programa continuou em vigor até 30.11.2010 e certos Beneficiários do 3º Programa vieram a se tornar Diretores posteriormente ao lançamento do 3º Programa.
(4) No ano de 2009, tendo em vista circunstâncias excepcionais de mercado, o Comitê do Plano de Opções permitiu a aquisição de ações no mercado como forma de cumprimento das condições de destinação de recursos de bônus, exigidas no âmbito do Plano de Opções, inclusive ratificando e atribuindo a tais fins ações que já haviam sido adquiridas no mercado pelos Beneficiários. Tecnicamente, não houve o exercício de opções; no entanto, o número de opções de cada beneficiário foi deduzido do número de ações adquirido no mercado, para fins de cumprimento da regra mencionada.
(5) No ano de 2009, tendo em vista circunstâncias excepcionais de mercado, o Comitê do Plano de Opções permitiu a aquisição de ações no mercado como forma de cumprimento das condições de destinação de recursos de bônus, exigidas no âmbito do Plano de Opções, inclusive ratificando e atribuindo a tais fins ações que já haviam sido adquiridas no mercado pelos Beneficiários. Tecnicamente, não houve o exercício de opções; no entanto, o número de opções de cada beneficiário foi deduzido do número de ações adquirido no mercado, para fins de cumprimento da regra mencionada.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O valor justo das opções outorgadas sob o Plano de Opções é precificado com base no modelo de precificação de opções de Black-Scholes-Merton, em conformidade com as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação**,** incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações de emissão da Companhia considerado para o cálculo do valor das respectivas opções é a cotação de fechamento das ações no mercado, na data da outorga das opções.

Preço de exercício

O preço de exercício é o preço previsto nos Contratos celebrados com os Beneficiários do Plano de Opções, que foi fixado em R$ 10,00 para o 1º Programa e que, nos demais Programas, corresponde à média do preço das ações de emissão da Companhia nos 30 pregões da BM&FBovespa anteriores à data de outorga. Em todos os casos, o preço de exercício é corrigido pelo índice IGP-M, apurado pela FGV, desde a data de outorga até a data de exercício efetivo das opções.

Volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade esperada, foram utilizados no modelo os preços médios ponderados das ações em períodos históricos equivalentes aos períodos para exercício de 10 anos, fixados nos termos das outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opções.

Prazo de vida da opção

O prazo de vida esperado pela Companhia foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções ao final do período para seu exercício, o que não necessariamente se verifica na realidade. Assim, foi considerado que as opções têm prazo de vida de 10 anos.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Com base no histórico de pagamento de dividendos pela Companhia, foi estimada uma taxa de dividendos esperados em 1,2% sobre o valor de mercado da ação.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade esperada, foram utilizados no modelo os preços médios ponderados das ações em períodos históricos equivalentes aos períodos para exercício de 10 anos, fixados nos termos das outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opções.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia adotou como valor *spot*, para mensuração do valor justo da opção, o valor da ação da Companhia na data da outorga.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:
a. Órgão
b. número de membros
c. nome do plano
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
e. condições para se aposentar antecipadamente
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Órgão (a)	No. Membros (b)	Plano (c)	Qt. Adm. Aposentáveis (d)	Condições p/ aposentar antecipadamente (e)	Valor anualizado (f)	Valor atualizado (g)
Diretoria Executiva	7	Magnus	---	Idem	R$2.572520,24	R$203.550,57

Posição do último período de 2009 – 31/12/2009

Não foram realizadas contribuições para o plano de previdência com relação aos membros do Conselho de Administração.

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

- Portabilidade: o Participante ativo que tiver cessado seu vinculo empregatício com Patrocinadora, após completar 3 (três) anos de Vinculação ao Plano e desde que não esteja em gozo de um beneficio do Plano, sendo 100% (cem por cento) do saldo de Conta de Contribuição do Participante, acrescido de percentual determinado do saldo de Conta de Contribuição de Patrocinadora e do Crédito de Transferência, em função do tempo de Serviço Continuo do Participante na data do Término do Vínculo Empregatício;

- Resgate: o Participante ativo que não esteja em gozo de um beneficio do Plano poderá, alternativamente, optar pelo Resgate, correspondente 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Contribuição de Participante, acrescido de percentual determinado do saldo de Conta de Contribuição de Patrocinadora e do Credito de Transferência, em função do tempo de Serviço Continuo do Participante apurado na data do Término do Vínculo Empregatício.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2009
Nº de membros	7,00	7,42	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	3.007.827,73	76.181,43	35.605,68
Valor da menor remuneração(Reais)	744.884,89	57.768,96	35.605,68
Valor médio da remuneração(Reais)	1.632.820,39	61.278,13	35.605,68

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração	
31/12/2009	O número de membros do Conselho de Administração foi encontrado a partir da média anual do numero de membros apurado mensalmente. O valor acima corresponde à média das remunerações fixas e variáveis, conforme tabela do item 13.2 deste Formulário.

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Percentual na Remuneração Total dos Membros do Conselho de Administração Relacionados ao Controlador – 2009	
Membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores	5
(A) Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores em 2009	R$ 301.177,41
(B) Total geral da remuneração do Conselho de Administração em 2009	R$ 416.715,33
Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionado aos Controladores em 2009 (A) / Total Geral da remuneração do Conselho de Administração em 2009 (B) corresponde a:	72%

Percentual na Remuneração Total dos Membros da Diretoria Estatutária Relacionados ao Controlador – 2009	
Membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores	0,5
(A) Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores em 2009	R$ 367.616,66
(B) Total geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2009	R$ 4.841.950,00
Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionado aos Controladores em 2009 (A) / Total Geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2009 (B) corresponde a:	8%

Em 2009, não há membros do Conselho Fiscal relacionados aos Controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos 3 exercícios, não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos 3 exercícios, não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sobre controle comum e de controladas do emissor.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes ao assunto foram disponibilizadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em bases consolidadas, temos empregados distribuídos pelas seguintes regiões:

Número de empregados por região	**2010**	**2009**	**2008**	**2007**
América do Sul	6.736	5.608	6.144	6.671
Europa	473	474	713	-
América do Norte	441	404	514	-
Ásia	390	450	462	-
Total	**8.040**	**6.936**	**7.833**	**6.671**

Ainda no que concerne às informações consolidadas da emissora e de suas controladas nas regiões citadas, as atividades desempenhadas pelos empregados eram divididas, em novembro de 2010, de acordo com a tabela abaixo:

Região	Área	2007	2008	2009	2010
Europa	Comercial		106	93	78
	Administrativo		79	57	53
	Produção		528	324	342
	Total		713	474	473
Ásia	Comercial		54	52	44
	Administrativo		36	35	30
	Produção		372	363	316
	Total		462	450	390
América do Norte	Comercial		104	92	100
	Administrativo		60	37	40
	Produção		350	276	301
	Total		514	404	441
América do Sul	Comercial	294	271	248	297
	Administrativo	287	264	241	290
	Produção	6.090	5.609	5.119	6.149
	Total	6.671	6.144	5.608	6.736

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

14.1 - Descrição dos recursos humanos

O número de terceirizados, por localização geográfica, divide-se de acordo com a tabela abaixo:

Região	Área	2007	2008	2009	2010
Europa	Operacional	160	148	81	177
Ásia	Operacional	33	33	33	33
América do Norte	Operacional	9	9	5	5
América do Sul	Operacional	1.429	1.151	1.373	1.194

c. índice de rotatividade

A rotatividade dos empregados da Companhia durante os anos de 2010 (até o mês de novembro), 2009, 2008 e 2007 foram, respectivamente, de 2,40%, 2,70%, 3,00% e 3,96%.

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Em outubro de 2010, a Companhia era ré em aproximadamente 846 processos judiciais de contingência trabalhista em andamento. Esses processos somavam aproximadamente R$ 54,6 milhões de acordo com as estimativas indicadas pelos advogados da Companhia baseados no valor indicado em cada causa, e a Companhia provisiona, na data-base de setembro de 2010, R$ 15,8 milhões levando em consideração as reais chances de êxito dos pedidos formulados em cada processo. Para o provisionamento das contingências trabalhistas a Companhia considera o valor médio dos acordos e condenações pagos ao longo do último ano, multiplicado pelo número de processos existentes.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia era ré em aproximadamente 1.087 processos judiciais de contingência trabalhista. Esses processos somavam aproximadamente R$ 21,5 milhões e a Companhia provisionava R$ 25,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia era ré em aproximadamente 652 processos judiciais de contingência trabalhista. Esses processos somavam aproximadamente R$ 11,3 milhões e a Companhia provisionava R$ 15,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia era ré em aproximadamente 327 processos judiciais de contingência trabalhista. Esses processos somavam aproximadamente R$ 2,7 milhões e a Companhia provisionava R$ 2,7 milhões.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Passamos por reformulações administrativas em 2009 motivadas, basicamente, pela aquisição da LWB Refractories e pelas contingências impostas pela crise financeira mundial. No primeiro caso, tratou-se da replicação, no exterior, do modelo de gestão adotado nas unidades da América do Sul que tem como premissa simplificar a estrutura, racionalizar processos, aumentar a produtividade e reduzir os custos. Já as medidas anti-crise adotadas em todas as regiões abrangeram, sobretudo, a área operacional tendo em vista a redução do ritmo de produção. Contudo, ao final do exercício de 2009, 502 recontratações já haviam sido realizadas e, deste período até novembro de 2010, 774 postos de trabalho foram criados pela emissora e suas subsidiárias.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3.Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:
a. política de salários e remuneração variável
b. política de benefícios
c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:
1. grupos de beneficiários
2. condições para exercício
3. preços de exercício
4. prazos de exercício
5. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia tem por política remunerar seus funcionários com um salário fixo acrescido de uma remuneração variável, que é estabelecida a todos os funcionários da Magnesita Refratários S.A e é concedida aos mesmos através do cumprimento de metas estabelecidas pelos administradores da Companhia. A remuneração variável reflete a posição da empresa de remunerar àqueles que apresentam um bom rendimento em suas atividades. Além disso, a Magnesita Refratários S.A. oferece os seguintes benefícios aos seus empregados: plano de saúde e dental, cartão farmácia, cartão supermercado, empréstimo consignado, auxilio creche, seguro de vida e plano de previdência privada com objetivo de aposentadoria que pode alcançar até 75% do salário do participante.

Com relação aos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, a Companhia outorga opções de compra de ações àqueles que sejam considerados empregados-chave, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2008. As condições para exercício das opções, os preços e prazos de exercício aplicáveis, bem como as quantidades de ações comprometidas pelo Plano de Opção de Compra de Ações encontram-se descritos e detalhados no item 13.4 deste Formulário de Referência. Embora o referido item deste Formulário de Referência se destine à descrição da remuneração dos administradores da Companhia, vale notar que, no que se refere especificamente ao Plano de Opção de Compra de Ações, as condições praticadas com relação aos empregados não-administradores são idênticas àquelas observadas com relação aos administradores da Companhia.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4.Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

A Magnesita Refratários S.A. tem com os vários Sindicatos dos Trabalhadores uma relação pautada em procedimentos que objetivam o aprimoramento contínuo dos vínculos existentes entre as partes. Este comportamento valoriza e estreita os relacionamentos e reconhece, respeitosamente, os respectivos interesses e liberdade do cumprimento de suas funções institucionais.

No ano de 2010, foram celebrados 18 Acordos Coletivos e 6 Convenções Coletivas de Trabalho nas unidades do Brasil, havendo movimento paredista em apenas uma planta industrial de um de nossos clientes onde atuamos com o fornecimento de refratários e de serviços (Vitória, Espírito Santo), cuja paralisação durou apenas entre 17 de novembro e 24 de novembro, tendo sido motivada por ocasião da renegociação dos termos do instrumento coletivo de trabalho aplicável para aquela localidade.

De todas as localidades onde a Companhia mantém atividades, apenas 6 Acordos Coletivos de Trabalho ainda não foram firmados referentes ao ano de 2010 (Paraopeba, Contagem, Brumado, Santa Luz, Ipatinga e Coronel Fabriciano). Tais acordos têm como data-base o mês de dezembro de 2010.

Embora a Companhia possua relação sem maiores atritos com o Sindicato representativo dos trabalhadores em Ipatinga (MG), este Sindicato, assim como a relação deste com inúmeras empresas da região (dentre elas a Companhia), vem sendo alvo de investigação por parte do Ministério Público do Trabalho.

Sem embargo, ao longo do tempo a Magnesita Refratários S.A. tem em suas práticas a realidade de evolução contínua no que se refere ao seu pacote de benefícios, o que tem gerado, juntamente com o respeito incondicional à legislação trabalhista, o crescimento e melhoria das relações da Companhia com os seus trabalhadores, a evolução positiva no clima organizacional e motivacional e melhoria nos seus índices de segurança do trabalho e indicadores de desenvolvimento de pessoal.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**		**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)		**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**		**Ações %**			
Fama Investimentos (participação detida por carteiras administradas)						
00.156.956/0001-87	Brasileira-SP		Não	Não	25/02/2011	
21.066.334		7,210000%	0	0,000000%	21.066.334	7,210000%
GPCP4 - Fundo de Investimentos em Participações						
08.954.286/0001-56	Brasileira-SP		Sim	Sim	25/02/2011	
1.138.301		0,390000%	0	0,000000%	1.138.301	0,390000%
Alumina Holdings, LLC						
08.996.583/0001-64	Americana		Sim	Sim	25/02/2011	
88.654.796		30,360000%	0	0,000000%	88.654.796	30,360000%
GIF II Fundo de Inv. em Participações						
08.669.289/0001-48	Brasileira-SP		Sim	Sim	25/02/2011	
4.950.323		1,700000%	0	0,000000%	4.950.323	1,700000%
Mag Fundo de Inv. em Participações						
09.253.202/0001-10	Brasileira-SP		Sim	Sim	25/02/2011	
9.537.978		3,270000%	0	0,000000%	9.537.978	3,270000%
Rearden L Holdings 3 A.S.R.L.						
10.400.939/0001-05	Luxemburguesa		Sim	Sim	25/02/2011	
21.019.595		7,200000%	0	0,000000%	21.019.595	7,200000%
OUTROS						
145.614.607		49,870000%	0	0,000000%	145.614.607	49,870000%
AÇÕES EM TESOURARIA						
0		0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL					
291.981.934	100,000000%	0	0,000000%	291.981.934	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Alumina Holdings, LLC	**08.996.583/0001-64**	

Grafita Holdings, Inc.					
	Cayman Islands	Não	Sim	25/02/2011	
88.654.796	100,000000	0	0,000000	88.654.796	100,000000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

TOTAL					
88.654.796	100,000000	0	0,000000	88.654.796	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fama Investimentos (participação detida por carteiras administradas)	**00.156.956/0001-87**	

Fama Investimentos (participação detida por carteiras administradas)					
00.156.956/0001-87	Brasileira-SP	Não	Não	25/02/2011	
21.066.334	100,000000	0	0,000000	21.066.334	100,000000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
21.066.334	100,000000	0	0,000000	21.066.334	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
GIF II Fundo de Inv. em Participações	**08.669.289/0001-48**	

Bradesco e Previdencia S/A

51.990.695/0001-37	Brasileira-SP	Não	Não	25/02/2011	
579.683	11,710000	0	0,000000	579.683	11,710000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

GIF II PE - A2 LLC

08.728.384/0001-75	Americana	Não	Não	25/02/2011	
1.163.821	23,510000	0	0,000000	1.163.821	23,510000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

GIF II PE - C2 LLC

08.728.386/0001-64	Americana	Não	Não	25/02/2011	
1.107.882	22,380000	0	0,000000	1.107.882	22,380000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

GIF II PE - D2 LLC

08.728.387/0001-09	Americana	Não	Não	25/02/2011	
920.265	18,590000	0	0,000000	920.265	18,590000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
GIF II Fundo de Inv. em Participações				**08.669.289/0001-48**	
GIF II PE- B2 LLC					
08.728.385/0001-10	Americana	Não	Não	25/02/2011	
1.178.672	23,810000	0	0,000000	1.178.672	23,810000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
4.950.323	100,000000	0	0,000000	4.950.323	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
GPCP4 - Fundo de Investimentos em Participações	**08.954.286/0001-56**	

GP Investimentos S.A.					
07.755.775/0001-16	Brasileira-SP	Não	Não	25/02/2011	
1.138.301	100,000000	0	0,000000	1.138.301	100,000000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

TOTAL					
1.138.301	100,000000	0	0,000000	1.138.301	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Mag Fundo de Inv. em Participações				**09.253.202/0001-10**	
Atlântico					
07.110.214/0001-60	Brasileira-SP	Não	Não	25/02/2011	
1.239.937	13,000000	0	0,000000	1.239.937	13,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Boticário					
00.998.828/0001-80	Brasileira-SP	Não	Não	25/02/2011	
143.068	1,500000	0	0,000000	143.068	1,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
BRZ Investimentos					
03.468.802/0001-19	Brasileira-SP	Não	Não	25/02/2011	
371.981	3,900000	0	0,000000	371.981	3,900000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Forluz					
16.539.926/0001-90	Brasileira-SP	Não	Não	25/02/2011	
2.384.495	25,000000	0	0,000000	2.384.495	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Mag Fundo de Inv. em Participações				**09.253.202/0001-10**	
Funcef					
00.436.923/0001-90	Brasileiro-SP	Não	Não	25/02/2011	
2.384.495	25,000000	0	0,000000	2.384.495	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Petros					
34.053.942/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Não	25/02/2011	
2.384.495	25,000000	0	0,000000	2.384.495	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Sabesprev					
65.471.914/0001-86	Brasileira-SP	Não	Não	25/02/2011	
629.507	6,600000	0	0,000000	629.507	6,600000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
9.537.978	100,000000	0	0,000000	9.537.978	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Rearden L Holdings 3 A.S.R.L.				**10.400.939/0001-05**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Rhone Coinvestment III LP					
	Americana	Não	Não	25/02/2011	
16.815	0,080000	0	0,000000	16.815	0,080000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Rhône Offshore Partners III LP					
	Cayman Islands	Não	Não	25/02/2011	
9.568.120	45,520000	0	0,000000	9.568.120	45,520000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Rhône Onshore Partners III LP					
	Americana	Não	Não	25/02/2011	
11.434.660	54,400000	0	0,000000	11.434.660	54,400000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
21.019.595	100,000000	0	0,000000	21.019.595	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Grafita Holdings, Inc.		

GP Capital Partners III, L.P.					
	Cayman Islands	Não	Sim	25/02/2011	
10.087.875	11,380000	0	0,000000	10.087.875	11,380000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

GP Capital Partners IV, L.P.					
	Cayman Islands	Não	Sim	25/02/2011	
45.831.615	51,700000	0	0,000000	45.831.615	51,700000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

OUTROS					
32.735.306	36,920000	0	0,000000	32.735.306	36,920000

TOTAL					
88.654.796	100,000000	0	0,000000	88.654.796	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
GP Capital Partners III, L.P.					
GP Investments III, Ltd.					
	Cayman Islands	Não	Não	25/02/2011	
807.030	8,000000	0	0,000000	807.030	8,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Limited Partners					
		Não	Não	14/02/2011	
9.280.845	92,000000	0	0,000000	9.280.845	92,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
10.087.875	100,000000	0	0,000000	10.087.875	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
GP Capital Partners IV, L.P.					
GP Investments IV, Ltd.					
	Cayman Islands	Não	Não	25/02/2011	
458	0,001000	0	0,000000	458	0,001000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Limited Partners					
		Não	Não	14/02/2011	
45.831.157	99,999000	0	0,000000	45.831.157	99,999000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
45.831.615	100,000000	0	0,000000	45.831.615	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia	23/11/2010
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	9.161
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1.082
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	624

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	166.147.070	56,900000%
Quantidade preferênciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	166.147.070	56,900000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2

As informações podem ser visualizadas nos itens 15.1 e 15.2 deste formulário.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

Acordo de Acionistas Controladores

a) partes e b) data de celebração

Em 30.08.2007 foi celebrado um acordo de acionistas ("Acordo de Acionistas Controladores") entre os acionistas controladores da Companhia, a saber, Alumina Holdings, LLC ("Alumina"), GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações ("GPCP4-FIP"), GIF-II Fundo de Investimento em Participações ("FIP Gávea") e GIF Mining Holdings, LLC ("GIF Holdings"), tendo a Companhia como interveniente. O referido acordo foi aditado em 24.01.2008, para adesão do acionista MAG – Fundo de Investimento em Participações ("FIPMAG"), e novamente em 05.11.2008, data em que (i) o acionista Mukden Participações Ltda. ("Rhône") passou a ser signatário do acordo, sendo posteriormente sucedido pela Rearden L Holdings 3 A.S.R.L., e (ii) a GIF Holdings deixou de ser signatária do mesmo, tendo em vista a transferência de sua participação na Companhia (sendo Alumina, GPCP4-FIP, FIP Gávea, GIF Holdings, FIPMAG e Rhône os "Acionistas Controladores").

c) vigência

O Acordo de Acionistas Controladores permanecerá em vigor até 30 de agosto de 2027.

d) cláusulas relativas ao exercício de voto e poder de controle

Os Acionistas Controladores devem exercer, diretamente ou por meio de seus representantes, bem como a fazer com que a Companhia, suas subsidiárias e todos os seus respectivos representantes exerçam, os seus direitos de voto em qualquer assembleia geral, reunião do Conselho de Administração, da diretoria ou de qualquer outro órgão da administração da Companhia ou de qualquer subsidiária de forma a cumprir integralmente os termos do Acordo de Acionistas Controladores. Os acionistas votarão, e farão com que os seus representantes, a Companhia e as subsidiárias e os seus respectivos representantes votem, sempre em bloco, em todas as reuniões, em toda e qualquer matéria da ordem do dia da reunião, de forma a dar plena validade e eficácia às disposições do Acordo de Acionistas Controladores.

Os Acionistas Controladores deverão se reunir antes de toda e qualquer reunião (e, se possível, antes da respectiva convocação para a reunião), para definir o voto em bloco a ser proferido, na reunião, pelos Acionistas Controladores, pela Companhia, suas subsidiárias ou pelos seus respectivos representantes.

Os Acionistas Controladores definirão e aprovarão o voto em bloco a ser proferido em relação a toda e qualquer matéria, independentemente do nível ou órgão societário ou de administração no qual deva ser discutida, aprovada ou deliberada, seja na Companhia ou em qualquer subsidiária, de acordo com o voto favorável de Acionistas Controladores representando mais da metade das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas Controladores, ressalvadas as seguintes matérias relativas a ou envolvendo a

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Companhia ou uma subsidiária, cuja aprovação dependerá da aprovação e voto favorável de todos os blocos:

(a) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência, ou dissolução ou liquidação;

(b) mudança no objeto social;

(c) qualquer investimento que não esteja compreendido no âmbito dos negócios;

(d) alteração na composição, competência e funcionamento do Conselho de Administração, de quaisquer de seus comitês ou de quaisquer órgãos equivalentes;

(e) transferência pela Companhia (ou por quaisquer subsidiárias) de quaisquer participações societárias detidas pela Companhia ou por quaisquer de suas subsidiárias;

(f) transferência de qualquer participação, ativos ou direitos detidos pela Companhia ou por qualquer subsidiária (excetuando-se suas respectivas participações societárias, as quais serão regidas pelo item (e) acima), direta ou indiretamente, em valor igual ou superior a R$15.000.000,00;

(g) qualquer aumento de capital (inclusive dentro do limite do capital autorizado, bem como o aumento ou outra alteração do capital autorizado), capitalização de lucros ou reservas ou adiantamento para futuro aumento de capital;

(h) criação, aquisição (incluindo qualquer aumento na participação societária ou participação), constituição ou extinção de quaisquer subsidiárias, ou aquisição, disposição ou criação de ônus ou oneração de quaisquer participações, diretas ou indiretas, em quaisquer sociedades ou em consórcios;

(i) qualquer transformação, fusão, incorporação, incluindo incorporação de ações, cisão ou qualquer outra forma de reorganização ou reestruturação societária;

(j) qualquer operação ou negócio de qualquer natureza (incluindo qualquer reorganização ou reestruturação ou outra operação societária) entre, de um lado, a Companhia ou qualquer subsidiária e, de outro lado, (i) qualquer Acionista Controlador ou qualquer de suas afiliadas, (ii) qualquer administrador da Companhia ou de qualquer subsidiária ou quaisquer de suas respectivas afiliadas, (iii) qualquer administrador ou pessoa relacionada de qualquer Acionista Controlador, ou, (iv) no caso de qualquer das pessoas acima referidas ser pessoa física, os respectivos cônjuges, parentes até segundo grau e afiliadas;

(k) quaisquer alterações ao estatuto social, contrato social ou instrumento equivalente, incluindo relativas a objeto social, prazo de duração, capital, ações, composição, competência e funcionamento dos órgãos de administração, criação de reservas, política de dividendos e distribuição de resultados, e qualquer alteração decorrente de deliberação, cujo objeto seja uma das matérias ora listadas, sendo que nenhuma deliberação acerca da criação de reservas poderá afetar o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado;

(l) seleção, contratação, destituição ou substituição de auditores independentes;

(m) qualquer alteração das práticas ou políticas contábeis ou de divulgação de informações, exceto conforme exigido por lei;

(n) emissão de ações preferenciais, criação de nova classe de ações, alteração nos direitos, preferências, vantagens ou condições (inclusive resgate e amortização) de ações ou valores mobiliários existentes, ou emissão de ações ou valores mobiliários de classe mais favorecida ou sem guardar proporção com as espécies ou classes existentes;

(o) registro de companhia aberta, cancelamento do respectivo registro, adesão ou alteração de segmento especial ou nível de governança e fechamento de capital, e qualquer oferta pública de quaisquer valores mobiliários, salvo as ofertas secundárias da Rhône, nos termos do Acordo de Acionistas Controladores;

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(p) concessão ou outorga de qualquer garantia, real ou pessoal, inclusive aval, a criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo, assunção de dívidas ou contratação de qualquer empréstimo ou financiamento (inclusive por meio da emissão de *commercial papers*, títulos ou outros instrumentos, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior, contratos de abertura de crédito, mútuos, arrendamento mercantil, *compror* e *vendor* e desconto de recebíveis ou dívidas) pela Companhia ou qualquer subsidiária, em valor superior ao previamente aprovado e previsto no Plano de Negócios e Orçamento Anual;
(q) compra de ações ou outros valores mobiliários de própria emissão, resgate ou amortização de ações, quotas ou outros valores mobiliários, qualquer declaração ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou outra distribuição ou pagamento a acionistas ou sócios, inclusive redução de capital;
(r) quaisquer investimentos de capital ou quaisquer despesas operacionais da Companhia e de suas subsidiárias, cujo valor exceder em mais do que 10% os correspondentes montantes previamente aprovados no Plano de Negócios e Orçamento Anual;
(s) qualquer aquisição relevante ou a celebração de qualquer *joint venture* relevante; e
(t) aprovação das demonstrações financeiras da Companhia.

e) cláusulas relativas à indicação de administradores

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 8 membros e igual número de suplentes, sendo 2 conselheiros independentes. Nos termos do Acordo de Acionistas Controladores, a eleição dos membros do Conselho é feita da seguinte forma:

(i) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de seis membros do Conselho de Administração, quatro membros serão nomeados pelo maior bloco e cada um dos demais blocos nomeará um membro do Conselho de Administração.

(ii) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas cinco membros do Conselho de Administração, três membros serão nomeados pelo maior bloco e cada um dos demais blocos nomeará um membro do Conselho de Administração.

(iii) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas quatro membros do Conselho de Administração, dois membros serão nomeados pelo maior bloco e cada um dos demais blocos nomeará um membro do Conselho de Administração.

(iv) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas três membros do Conselho de Administração, o maior bloco deverá nomear dois membros e os demais blocos deverão nomear, em conjunto, um membro do Conselho de Administração.

(v) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas dois membros do Conselho de Administração, o maior bloco deverá nomear um membro e os demais blocos deverão nomear, em conjunto, um membro do Conselho de Administração.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(vi) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas um membro do Conselho de Administração, o maior bloco deverá nomear tal membro e os demais blocos deverão nomear, em conjunto, o suplente para o respectivo membro.

Se o percentual de participação da Alumina, GPCP4-FIP e FIPMAG alcançar, somadas, menos de 50% do percentual de participação inicial de tais entidades, os demais Acionistas Controladores deverão eleger os membros do Conselho de Administração de maneira proporcional.

Cada um dos Acionistas Controladores manterá, nos termos do Acordo de Acionistas Controladores, seu direito a veto com relação a certas matérias e seu direito de nomear membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e de outros comitês, desde que possua, pelo menos, 7,66% do número total de ações sujeitas ao Acordo de Acionistas Controladores da Companhia.

Tendo em vista as recentes vendas realizadas em bolsa de valores, o FIP Gávea passou a deter menos de 7,66% do número total de ações sujeitas ao Acordo de Acionistas Controladores da Companhia. Consequentemente, deixou de possuir alguns dos direitos ali previstos, tais como o direito de veto em relação a determinadas matérias, conforme previstas no Acordo de Acionistas Controladores, e o direito de nomear membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e de outros comitês.

O direito de nomear um membro do Conselho de Administração concederá ao referido acionista o direito de nomear o respectivo suplente, salvo na hipótese de os blocos não chegarem a um acordo para, em conjunto, nomearem o suplente na hipótese do item (vi) acima. Neste caso, o bloco com mais ações deverá nomear o suplente na primeira eleição e o outro bloco deverá nomear o suplente correspondente na eleição subsequente, e tais nomeações serão alternadas assim subsequentemente entre tais blocos.

Na hipótese de renúncia ou vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, cada Acionista Controlador deverá, no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência da renúncia ou vacância, convocar ou fazer com que seja convocada assembleia geral para eleger novo membro do Conselho de Administração para o cargo vago, o qual será indicado pelo mesmo Acionista Controlador que tiver indicado o membro que renunciou ou deixou o respectivo cargo vago. Caso algum membro do Conselho de Administração tenha sido eleito pelo procedimento de voto múltiplo e sendo necessário eleger todos os membros do referido órgão pelo mesmo procedimento, por força do parágrafo 3º do art. 141 da LSA, competirá aos Acionistas Controladores votar, ou fazer com que os representantes votem, na respectiva assembleia geral, em conformidade com o procedimento acima descrito.

O presidente do Conselho de Administração da Companhia será eleito pelo maior bloco e o vice-presidente será eleito pelo segundo maior bloco. O presidente e o vice-presidente não terão direito a voto de desempate.

Os Acionistas Controladores renunciaram ao direito de requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo. Os Acionistas Controladores sempre elegerão o maior

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

número possível de membros do Conselho de Administração da Companhia conforme o procedimento acima descrito, incluindo na hipótese de o procedimento do voto múltiplo vir a ser adotado e qualquer outro acionista vir a ter e efetivamente eleger um ou mais membros do Conselho de Administração da Companhia. Os Acionistas Controladores não deverão utilizar qualquer direito de eleição em separado ou qualquer direito de eleição de qualquer membro do Conselho de Administração que contrarie o Acordo de Acionistas Controladores.

f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Os Acionistas Controladores somente poderão transferir as ações por eles detidas, total ou parcialmente, por meio de venda, observados o direito de preferência e o tag along (descritos abaixo), ou por meio de uma transferência autorizada (abaixo descrita).

Qualquer Acionista Controlador cujas ações estejam registradas de acordo com as regras previstas na resolução Bacen nº 2.689, não poderá transferir as suas ações, total ou parcialmente, salvo (i) conforme acima disposto, e desde que previamente (a) obtenha autorização prévia da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para a alienação de tais ações fora de bolsa de valores, conforme previsto no art. 8º da Resolução Bacen nº 2.689, ou (b) na falta ou impossibilidade, por qualquer motivo, de obtenção de tal autorização prévia, após a prévia conversão, pelo referido Acionista Controlador, às suas expensas, do investimento correspondente às ações a serem transferidas, para a modalidade de investimento estrangeiro direto, de acordo com a sistemática prevista na Lei nº 4.131/62, sujeito à aprovação prévia do Banco Central do Brasil; em ambos os casos das letras (a) e (b) acima; ou (ii) se previamente aprovado, por escrito, por todos os Acionistas Controladores.

Os Acionistas Controladores não poderão transferir os seus direitos de subscrição, de maneira privada, salvo (i) se para uma afiliada, ou (ii) se aprovado previamente, por escrito, por todos os Acionistas Controladores. Não obstante qualquer disposição do Acordo de Acionistas Controladores em contrário, Alumina e GPCP4-FIP obrigam-se a não transferir, bem como a fazer com que qualquer de suas afiliadas que porventura vierem a deter ações, não transfiram qualquer de suas ações ou direitos de subscrição para o FIPMAG, sem o prévio consentimento, por escrito, do Grupo Gávea.

Direito de Preferência

Na hipótese de qualquer Acionista Controlador desejar transferir quaisquer das ações por ele detidas, total ou parcialmente, referido acionista deverá fazê-lo por meio de venda e deverá primeiramente notificar os demais Acionistas Controladores sobre a quantidade de ações que pretende vender. Os Acionistas Controladores não cedentes terão o direito de fazer uma primeira oferta pelas ações ofertadas e, conforme for o caso, adquiri-las, de acordo com as seguintes condições:

a) O acionista cedente deverá incluir todas as ações ofertadas na notificação por escrito a ser enviada aos acionistas não cedentes, na qual informará aos acionistas não cedentes a sua intenção de vender as ações ofertadas, convidando os acionistas não cedentes a fazerem uma oferta pelas ações ofertadas.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

b) Cada acionista não cedente terá o direito de fazer uma oferta para adquirir a totalidade (e não menos do que a totalidade) das ações ofertadas. Caso mais de um acionista não cedente tenha direito a adquirir as ações ofertadas, cada acionista não cedente que desejar adquirir ações ofertadas deverá adquirir um número de ações ofertadas proporcional ao seu percentual de participação, excluído o percentual de participação do acionista cedente e de qualquer acionista não cedente que não deseje adquirir as ações ofertadas. A oferta do(s) acionista(s) não cedente(s) somente será válida para os fins deste acordo se contemplar a totalidade (e não menos do que a totalidade) das ações ofertadas.

c) Cada um dos acionistas não cedentes terá 20 (vinte) dias, contados do recebimento da notificação de oferta, mediante notificação ao acionista cedente (com cópia para os demais acionistas não cedentes), para (i) abster-se de fazer uma oferta pelas ações ofertadas (a ausência de resposta no prazo de 20 (vinte) dias será entendida como recusa do acionista não cedente em fazer qualquer oferta), ou (ii) submeter ao acionista cedente uma oferta irrevogável para adquirir todas as ações ofertadas pelo preço de compra por ação, em moeda corrente (desconsiderando-se qualquer pagamento pelas ações ofertadas que não em moeda corrente), a ser especificado em sua oferta.

d) Caso qualquer oferta seja submetida, o acionista cedente terá 15 (quinze) dias contados do término do prazo de 20 (vinte) dias previsto no item (c) acima para responder ao acionista não cedente que submeteu a oferta ou, caso mais de um acionista não cedente tenha submetido uma oferta, para o acionista não cedente que tenha submetido a maior oferta, informando aos acionistas não cedentes de sua rejeição ou aceitação da oferta (a ausência de resposta no referido prazo de 15 (quinze) dias será entendida como recusa do acionista cedente em aceitar qualquer oferta).

e) Na hipótese de o acionista cedente aceitar uma oferta, qualquer acionista não cedente que tenha submetido uma oferta, desde que por um preço por ação não inferior a 5% (cinco por cento) do preço por ação da maior oferta e desde que tal acionista não cedente notifique o acionista cedente (com cópia para o acionista não cedente que submeteu a maior oferta) no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da notificação do acionista cedente aceitando a maior oferta, terá o direito de aderir à compra das ações ofertadas e adquirir parte das ações ofertadas, pelo preço por ação indicado na maior oferta, proporcionalmente ao seu percentual de participação, excluído o percentual de participação do acionista cedente e de qualquer outro acionista não cedente que não for adquirir quaisquer ações ofertadas (a ausência de manifestação no referido prazo de 5 (cinco) dias será entendida como uma recusa de tal acionista não cedente em aderir aos termos da maior oferta).

f) Cada acionista não cedente que exercer o direito de submeter uma oferta ou de aderir à maior oferta deverá consumar a compra e venda das ações ofertadas no prazo de 30 (trinta) dias contados do término (i) do prazo de 15 (quinze) dias previsto no item (d) acima ou, caso mais de uma oferta tenha sido submetida e a(s) outra(s) oferta(s) submetida(s) estiver(em) dentro da margem de preço prevista no item (e) acima, ou (ii) do prazo de 5 (cinco) dias previsto no item (e) acima, o que ocorrer por último.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

g) Na hipótese de nenhum acionista não cedente submeter uma oferta, ou se o acionista cedente decidir não aceitar qualquer oferta submetida, o acionista cedente terá o direito de, observadas as demais disposições do Acordo de Acionistas Controladores, e no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do que ocorrer antes entre (i) o fim do prazo de 20 (vinte) dias previsto no item (c) acima, caso nenhuma oferta tenha sido submetida, ou (ii) o término do prazo de 15 (quinze) dias previsto no item (d) acima, caso o acionista cedente recuse ou seja reputada recusada qualquer oferta submetida, vender todas (mas não mais nem menos do que todas) as ações ofertadas para qualquer terceiro, ficando estabelecido, contudo, que, se qualquer oferta tiver sido submetida, o acionista cedente somente poderá vender as ações ofertadas por preço por ação, em moeda corrente, superior ao preço por ação da maior oferta a ele submetida e em termos e condições de qualquer forma não mais favoráveis ao terceiro do que aqueles da oferta.

h) Todos os acionistas deverão cooperar, e deverão fazer com que a Companhia coopere, com o acionista cedente com relação à venda das ações ofertadas. Na medida em que tais ações ofertadas representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) da totalidade do capital social da Companhia, a referida cooperação incluirá a permissão - ou fazer com que a Companhia conceda a permissão - para a realização de auditoria (*due diligence*) na Companhia e nas subsidiárias, às expensas do acionista cedente ou do terceiro potencial adquirente, em formato usual e que não afete o regular andamento dos negócios da Companhia e das subsidiárias, e sujeito à celebração de acordo(s) de confidencialidade em termos e condições usuais em operações de fusões e aquisições.

i) Caso a venda das ações ofertadas para o terceiro não seja consumada no prazo de venda, ou se o preço por ação obtido pelo acionista cedente para a venda das ações ofertadas for igual ou menor do que o preço mínimo de venda ou em termos e condições mais favoráveis ao terceiro do que os constantes da oferta, o acionista cedente não poderá transferir as ações ofertadas e, caso ainda deseje vender qualquer de suas ações, tal acionista deverá reiniciar o procedimento previsto no Acordo de Acionistas Controladores.

Direito de Adesão (*Tag Along*)

Na hipótese de, após cumprir todos os procedimentos previstos acima, as ações ofertadas não serem transferidas a um acionista não cedente e o acionista cedente chegar a um acordo com um terceiro para a transferência das ações ofertadas para tal terceiro (desde que, se qualquer oferta tiver sido submetida e não tiver sido aceita pelo acionista cedente, tal acordo seja por um preço, em moeda corrente, superior ao preço mínimo de venda e em termos e condições não mais favoráveis ao terceiro do que os constantes da oferta), qualquer acionista não cedente, independentemente de ter submetido ou não uma oferta, terá o direito de aderir (*tag along*) à venda ao terceiro ("Cedente Tag Along") e, portanto, de solicitar que seja incluída na venda ao terceiro uma parcela de suas ações, igual ou menor do que o número de ações ofertadas, multiplicado por seu percentual de participação, excluído o percentual de participação dos acionistas que não estiverem vendendo quaisquer de suas ações, pelo mesmo preço por ação e nos mesmos termos e condições oferecidos pelo terceiro, observado o quanto segue:

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(a) Caso o acionista cedente chegue a um acordo com o terceiro interessado durante o prazo de venda, o acionista cedente enviará prontamente aos Cedentes Tag Along notificação contendo (i) o nome e qualificação do terceiro; (ii) o preço de compra, por ação ofertada, em moeda corrente (desconsiderando-se qualquer pagamento que não em moeda corrente e, caso qualquer oferta tenha sido submetida e não aceita pelo acionista cedente, tal preço devendo ser superior ao preço mínimo de venda); (iii) compromisso irrevogável do terceiro de adquirir do acionista cedente e de cada um dos Cedentes Tag Along um número de ações, no total, no mínimo igual ao número de ações ofertadas; (iv) compromisso irrevogável do terceiro de aderir e se tornar parte do Acordo de Acionistas Controladores após adquirir quaisquer ações; e (v) cópia das minutas dos instrumentos a serem celebrados com o terceiro relativamente a referida venda e uma declaração de que não existem outros documentos a serem assinados, no que diz respeito a referida venda.

(b) No prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação mencionada no item (a) acima, cada Cedente Tag Along deverá exercer seu direito de adesão, após notificar o acionista cedente (com cópia para os demais Cedentes Tag Along), a respeito de seu desejo de participar da venda, indicando o número de ações que deseja dispor (a ausência de resposta por qualquer Cedente Tag Along, em tal prazo de 10 dias mencionado acima, será entendida como recusa do Cedente Tag Along em exercer seu direito de adesão).

(c) Na hipótese de nenhum Cedente Tag Along exercer seu direito de adesão (*tag along*), o acionista cedente deverá vender ao terceiro todas as ações ofertadas, desde que pelo mesmo preço especificado na notificação mencionada no item (a) acima. Na hipótese de qualquer Cedente Tag Along exercer seu direito de adesão, o acionista cedente e cada um dos respectivos Cedentes Tag Along deverão vender ao terceiro a totalidade das ações que ofertaram. Na hipótese, contudo, do terceiro não demonstrar interesse em adquirir a totalidade do número de ações detidas pelo acionista cedente e pelo(s) Cedente(s) Tag Along, estes deverão vender ao terceiro o número de ações igual ao número de ações ofertadas, multiplicado por seus respectivos percentuais de participação (excluído o percentual de participação de todos os Acionistas Controladores que não estiverem vendendo quaisquer ações), pelo mesmo preço especificado na notificação mencionada no item (a) acima. A venda das ações será consumada no prazo de venda.

Transferências Autorizadas

As seguintes transferências serão permitidas e não estarão sujeitas ao direito de primeira oferta ou ao direito de adesão (*tag along*):

a) Transferência de ações detidas por um Acionista Controlador a uma de suas afiliadas, desde que (i) o referido Acionista Controlador notifique previamente os demais Acionistas Controladores da transferência, informando a eles da transferência proposta e da afiliada (incluindo cópia de seus documentos de constituição, registro de propriedade e balanço patrimonial), (ii) no caso de o acionista cedente ter efetuado o investimento nas suas ações ao amparo e de acordo com a sistemática prevista na Resolução Bacen nº 2.689, seja observado o disposto

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

no Acordo de Acionistas Controladores, e (iii) a afiliada adira e se torne parte do Acordo de Acionistas Controladores.

b) Venda de ações (i) no contexto de uma oferta pública, ou (ii) realizada através da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou qualquer outra bolsa de valores aprovada pelos Acionistas Controladores no momento da aprovação de uma oferta pública.

c) Transferência por um Acionista Controlador de 1 (uma) ação por ele detida para uma pessoa física indicada por tal Acionista Controlador para ser eleita como membro do Conselho de Administração, devendo tal ação ser automaticamente transferida de volta ao Acionista Controlador cedente, ou a novo membro do Conselho de Administração indicado por tal Acionista Controlador, no momento em que o membro do Conselho de Administração deixar de ser membro do Conselho de Administração.

d) Transferência de ações pelo FIP Gávea ou pelo GPCP4-FIP ou pela Rhône para os seus respectivos quotistas, em caso de dissolução, liquidação, encerramento ou término do respectivo fundo ou, para os seus acionistas ou quotistas, caso o Bloco Gávea, a Alumina, GPCP4-FIP e o FIPMAG, ou o Bloco Rhône sejam uma sociedade. Na hipótese dos cessionários, nos termos do presente item, serem compostos por mais de uma pessoa jurídica, tais cessionários serão tidos como um único Acionista Controlador para determinar seus direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Acionistas Controladores.

Transferências Indiretas

O direito de preferência e o direito de adesão serão aplicáveis a uma transferência indireta de ações detidas por um Acionista Controlador que seja uma sociedade, nacional ou estrangeira, ou cujo controlador, direto ou indireto, seja uma sociedade, nacional ou estrangeira, através da transferência de quaisquer ações ou quotas do capital de tal Acionista Controlador ou de seu controlador, direto ou indireto, a terceiro (que não uma afiliada) e que seja acompanhada de ou implique em (na mesma operação ou por meio de operações relacionadas, concomitantes ou subseqüentes) transferência ao terceiro (ou pessoa a ele relacionada) do controle do Acionista Controlador ou do seu controlador, direto ou indireto ("Transferência Indireta"). A fim de evitar dúvidas, não serão consideradas Transferências Indiretas quaisquer transferências de ações ou quotas de um Acionista Controlador que seja uma sociedade, nacional ou estrangeira, ou do controlador, direto ou indireto, de tal Acionista Controlador que seja uma sociedade, nacional ou estrangeira, (i) se, em decorrência ou como parte de tal transferência, não ocorrer uma transferência do investimento nas ações e, cumulativamente, do controle da gestão de tal investimento por Alumina, GPCP4-FIP e FIPMAG, pelo Grupo Gávea ou pelo Grupo Rhône, conforme o caso; ou (ii) se as ações representarem menos do que 50% (cinqüenta por cento) da totalidade dos ativos e/ou investimentos do respectivo controlador, direto ou indireto, de tal Acionista Controlador.

Transferências de Ações de Alumina, GPCP4-FIP e FIPMAG

Alumina e GPCP4-FIP se obrigam a não transferir, bem como a fazer com que qualquer de suas afiliadas que porventura venham a deter ações não transfiram, qualquer de suas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

ações ou direito de subscrição ao FIPMAG sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, dos demais Acionistas Controladores.

Nulidade de Transferências não Autorizadas

Qualquer transferência de ações ou direitos de subscrição, direta ou indireta, em violação às disposições do Acordo de Acionistas Controladores será nula e ineficaz, não será reconhecida ou produzirá efeitos perante os Acionistas Controladores ou a Companhia e será tida como um inadimplemento ao Acordo de Acionistas Controladores, sujeitando o inadimplemento às penalidades aplicáveis.

g) cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração nomeados pelos Acionistas Controladores devem exercer o seu direito de voto de forma a cumprir integralmente os termos do Acordo de Acionistas Controladores, inclusive no que se refere ao quorum qualificado para aprovação de determinadas matérias.

Toda e qualquer deliberação tomada em qualquer reunião que esteja em desacordo com a instrução de voto resultante de reunião prévia ou com qualquer disposição do Acordo de Acionistas Controladores será reputada nula e sem efeito. Neste caso, (i) o presidente da respectiva reunião não computará os votos assim proferidos, e (ii) os demais Acionistas Controladores terão o direito de votar em nome do Acionista Controlador inadimplente, de acordo com as instruções de voto acordadas na respectiva reunião prévia. Nesta hipótese, os Acionistas Controladores deverão tomar e fazer com que sejam tomadas imediatamente todas as medidas necessárias para (a) destituir o(s) representante(s) que tenha(m) deixado de observar a deliberação tomada na reunião prévia ou as disposições do Acordo de Acionistas Controladores, e (b) declarar sem efeito qualquer deliberação contrária à reunião prévia e/ou realizar nova reunião, para aprovar as deliberações necessárias para dar efeito a tais medidas.

Acordo de Acionistas Krosaki

a) partes e b) data de celebração

Em 17.06.2008, foi celebrado um acordo entre os acionistas Alumina, GPCP4-FIP, FIP Gávea, GIF Holdings, FIPMAG e Krosaki Harima Corporation ("Krosaki"), tendo a Companhia como interveniente ("Acordo Krosaki").

O Acordo Krosaki não foi revogado pelo Acordo de Acionistas Controladores datado de 5 de novembro de 2008 e, em caso de conflito entre o Acordo Krosaki e o Acordo de Acionistas Controladores, o último deverá prevalecer.

c) prazo de vigência

O Acordo Krosaki permanecerá em vigor pelo prazo de 20 anos contados de sua assinatura ou até a ocorrência do primeiro entre os seguintes eventos (i) Krosaki se tornar titular de ações ordinárias representativas de 1,5% ou menos do capital social

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

total da Companhia, desde que essa redução na participação societária da Krosaki não seja resultante de (a) exercício, pelos Acionistas controladores, do direito de drag along previsto no Acordo Krosaki; (b) qualquer oferta pública de valores mobiliários na qual os acionistas da Companhia sejam impedidos de exercer seus respectivos direitos de preferência; (c) plano de opção de compra de ações outorgado a conselheiros, diretores, empregados e/ou qualquer pessoa que preste serviços à Companhia; (ii) a rescisão do Contrato de Subscrição de Ações celebrado em 20.05.2008 ou a rescisão de qualquer dos seguintes Contratos de Tecnologia: (x) *Agreement Joint Development and Technical Assistance Refractories for BOF*, datado de 29.07.2005; (y) *Agreement Joint Development and Technical Assistance Refractories for RH/AOD Degasser*, datado de 29.07.2005; e (z) *Agreement Joint Development and Technical Assistance S-G Refractories and A-G Refractories*, datado de 29.07.2005; desde que tais Contratos de Tecnologia sejam rescindidos em razão de qualquer dos eventos de rescisão neles estabelecidos, sendo certo que o término do prazo de vigência dos Contratos de Tecnologia não será considerado rescisão de nenhum Contrato de Tecnologia, a menos que a Krosaki se recuse a renovar quaisquer dos Contratos de Tecnologia expirados; (iii) a transferência, pelos Acionistas Controladores, de ações ordinárias representativas do controle da Companhia; e (iv) na data em que os Acionistas Controladores e a Krosaki concordarem por escrito em rescindir o Acordo Krosaki. Caso o Acordo de Acionistas Controladores seja prorrogado, o prazo do Acordo Krosaki será prorrogado de forma correspondente.

d) cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

O Acordo Krosaki não dispõe a respeito de exercício do direito de voto ou do poder de controle.

e) cláusulas relativas à indicação de administradores

À Krosaki é reservado o direito ao exercício do voto múltiplo a que faça jus, desde que em 48 horas antes da respectiva Assembléia Geral de Acionistas, a Krosaki detenha ações representativas de mais de 3% do total de ações da Companhia. Caso a participação da Krosaki permaneça igual ou torne-se inferior a 3%, a Krosaki concorda em não exercer o direito ao voto múltiplo, seja sozinha, em conjunto e/ou associada a outros acionistas da Companhia, devendo tal restrição ao direito da Krosaki incluir e, portanto, também impedir a cessão de quaisquer de seus direitos a quaisquer terceiros.

f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

As restrições previstas no Acordo Krosaki se referem somente às ações detidas pela Krosaki na data de assinatura do referido Acordo.

Direito de Preferência

Exceto no caso de uma transferência permitida (assim considerada uma transferência de ações realizada a qualquer afiliada de um acionista signatário do Acordo Krosaki, desde que tal afiliada passe a fazer parte e sujeitar-se aos termos do Acordo Krosaki), a Krosaki não poderá transferir qualquer valor mobiliário da Companhia por ela detido a não ser que (i) receba uma oferta irrevogável de um terceiro, incluindo qualquer um dos Acionistas Controladores, mediante pagamento em dinheiro; e (ii) a Krosaki primeiro

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

oferte tais valores mobiliários aos Acionistas Controladores, que terão direito de preferência para adquirir tais valores mobiliários.

A Krosaki não poderá ceder ou, por quaisquer outros meios, dispor de seu direito de subscrever novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, exceto para suas afiliadas, ou com a observância do direito de preferência.

Tag Along

Caso qualquer dos Acionistas Controladores queira transferir seus valores mobiliários de emissão da Magnesita a um terceiro (exceto a transferência privada (i) de um Acionista Controlador a uma afiliada sua, (ii) de um Acionista Controlador a outro Acionista Controlador ou sua afiliada; ou (iii) de um Acionista Controlador a um conselheiro por ele indicado), a Krosaki terá direito de adesão (*tag along*), pelo preço ofertado pelo adquirente. A notificação deverá ser enviada à Krosaki no mesmo prazo e deverá conter as mesmas informações. A Krosaki terá o direito de, no prazo de 30 dias contados do recebimento da notificação, ofertar uma parcela dos valores mobiliários da Companhia por ela detidos. Tal parcela será igual ao número total de valores mobiliários detidos pela Krosaki, multiplicado pela fração cujo numerador seja o número total de valores mobiliários incluídos na oferta e o denominador seja o número total de valores mobiliários de titularidade dos Acionistas Controladores que estejam fazendo a oferta.

Caso a oferta compreenda a transferência direta ou indireta do controle da Companhia, o direito de *tag along* da Krosaki poderá ser desproporcional em relação aos Acionistas Controladores ofertantes, compreendendo todos os valores mobiliários detidos pela Krosaki, a seu exclusivo critério. Caso o adquirente, nesta hipótese, não aceite adquirir um número de valores mobiliários maior do que o especificado na oferta, os Acionistas Controladores poderão, a seu exclusivo critério e mediante notificação à Krosaki, decidir não realizar a alienação ou reduzir o número de valores mobiliários a serem alienados, de modo que a Krosaki possa alienar todos os valores mobiliários que desejar.

Caso a oferta não compreenda a transferência direta ou indireta do controle da Companhia e o adquirente não aceite adquirir um número de valores mobiliários maior do que o especificado na oferta, os Acionistas Controladores poderão, a seu exclusivo critério e mediante notificação à Krosaki, optar por não realizar a alienação dos valores mobiliários ou reduzir o número de valores mobiliários proporcionalmente.

Drag Along

Caso os Acionistas Controladores queiram transferir a totalidade ou parte de seus valores mobiliários a um terceiro (desde que não seja uma afiliada de qualquer dos Acionistas Controladores), os Acionistas Controladores poderão exigir que a Krosaki aliene ao proponente adquirente, nos mesmos termos e condições, uma parcela dos valores mobiliários emitidos pela Companhia por ela detidos. Tal parcela será igual ao número total de valores mobiliários detidos pela Krosaki, multiplicado pela fração cujo numerador seja o número de valores mobiliários a serem transferidos ao terceiro e o denominador seja o número total de valores mobiliários detidos por tais Acionistas Controladores.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

O direito de *drag along* somente poderá ser exercido desde que (i) a alienação ao adquirente seja realizada dentro de 30 dias a contar do recebimento da notificação pela Krosaki; (ii) o preço de aquisição seja pago em dinheiro; e (iii) o preço por valor mobiliário a ser pago à Krosaki não seja inferior à quantia equivalente ao valor pago pela Krosaki pelas ações emitidas pela Companhia na data de assinatura do Acordo Krosaki, acrescido de 15% ao ano, calculado *pro rata temporis*.

Caso o direito de drag along seja exercido, a Krosaki terá o direito de rescindir parte ou todos os contratos de tecnologia e de, simultaneamente, alienar seus valores mobiliários remanescentes, se aplicável, aos Acionistas Controladores, pelo mesmo preço e condições dispostos na oferta do *drag along*.

Leilão para Transferência de Controle

Caso os Acionistas Controladores decidam transferir valores mobiliários de emissão da Companhia por eles detidos por meio de um procedimento de leilão privado, a Krosaki terá o direito de participar de tal processo como concorrente independente, sendo-lhe dado o mesmo tratamento dos demais concorrentes, inclusive no que tange ao direito de informação.

g) cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

O Acordo Krosaki não dispõe a respeito de cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Os acionistas da LWB receberam da Companhia, em 5 de novembro de 2008, data de fechamento da operação de aquisição do Grupo LWB pela Companhia, o valor de R$ 785,4 milhões, sendo que uma parcela correspondente a R$ 297,8 milhões, em dinheiro, e o restante, equivalente a R$ 487,6 milhões, através da entrega de 23.457.778 ações ordinárias de emissão da Companhia, que equivalia, à época, a 10,97% do seu capital social total. Foi considerado o valor de R$ 17,60 por ação da Companhia para fins do cálculo do valor da transação acima mencionada.

Em 14 de maio de 2009, o acionista não controlador, FAMA Investimentos Ltda., informou à Companhia que os fundos de investimentos e carteiras por ele geridos atingiram uma participação consolidada de 14.126.546 de ações de emissão da Companhia (correspondente a 6,6% do capital total).

A última alteração relevante (maior que 5% do total das ações Companhia) foi comunicada à Companhia em 12/03/10, por meio de correspondência postada no website da Comissão de Valores Mobiliários, em que o acionista GIF II Fundo de Investimento em Participações informou a venda de 13.500.000 ações ordinárias de emissão da Companhia (correspondentes a 5,1% do capital social total da Companhia).

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

a) Controladores indiretos

Alumina

A Alumina, LLC ("Alumina"), sociedade constituída de acordo com as leis do Estado de Delaware, EUA, detém 30,36% do capital social total da Companhia e é controlada, indiretamente, por GP Capital Partners III, L.P. ("GPCPIII") e GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV"), fundos que têm como objetivo realizar investimentos de *private equity*, ou relacionados a *private equity*, em empresas localizadas no Brasil ou com atividade comercial expressiva no Brasil e, em menor extensão, em outros países da América Latina, buscando o controle ou o controle compartilhado, ou uma participação minoritária influente nas empresas-alvo.

O GPCPIII e o GPCPIV são geridos, respectivamente, pelas sociedades GP Investments III, Ltd. e GP Investments IV, Ltd., ambas subsidiárias integrais da GP Investments, Ltd., sociedade de capital aberto com sede nas Bermudas, que já realizou oferta pública de BDRs no Brasil em 2006 ("GP Investments"). Essas sociedades – GP Investments III, Ltd. e GP Investments IV, Ltd. - atuam na administração do GPCPIII e do GPCPIV, na capacidade de "*general partners*", mediante contratos de administração - *Partnership Agreement* - celebrados entre cada uma dessas sociedades e os demais investidores ("*limited partners*") do GPCPIII e GPCPIV. Os *general partners* possuem total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento de cada um dos fundos, enquanto que os *limited partners* não possuem discricionariedade com relação a realização de investimentos e desinvestimentos desses fundos ou qualquer influência sobre as companhias investidas.

As sociedades GP Investments III, Ltd. e GP Investments IV, Ltd., representam, respectivamente, 8% e 0,001% das quotas dos fundos GPCPIII e GPCPIV. Os *limited partners*, por sua vez, representam, respectivamente, 53,14% e 68,44% das quotas do GPCPIII e GPCPIV, e incluem, resumidamente, instituições de fomento internacionais, fundos de universidades, hedge funds, fundações familiares e investidores institucionais, dentre eles a GP Private Equity, Ltd. ("GPPE"), uma subsidiária integral da GP Investments, que possui, 38,86% das quotas do GPCPIII e 31,56% das quotas do GPCPIV. Indiretamente, nenhum dos *limited partners* possui participação no capital social da Companhia superior a 5%, com exceção da GP Investments, que detém, indiretamente, através da GPPE e dos *general partners*, aproximadamente 7,0%do capital social da Companhia.

A GP Investments é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas, que, por sua vez, é controlada indiretamente pelos Srs. Fersen Lamas Lambranho e Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, cujas participações indiretas na Companhia são, individualmente, inferiores a 5%.

15.7 - Outras informações relevantes

GPCP4-FIP

O GPCP4-FIP detém 0,39% do capital social da Companhia. Assim como o GPCPIII e do GPCPIV, o GPCP4-FIP é gerido, indiretamente, pela GP Investments, através de sua controlada GP Investimentos S.A., registrada junto a CVM como administradora de fundos de investimento. O GPCP4-FIP é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução nº 391 da CVM e tem como finalidade a realização de investimentos em empresas localizadas no Brasil, *pari passu* às oportunidades de investimento do GPCPIV.

A GP Investimentos S.A., como gestora do GPCP4-FIP, possui total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo e orienta o voto do GPCP4-FIP nas assembleias gerais da Companhia.

A GP Investments (controladora indireta da GP Investimentos S.A.), é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas, que, por sua vez, é controlada indiretamente pelos Srs. Fersen Lamas Lambranho e Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, cujas participações indiretas na Companhia são, individualmente, inferiores a 5%.

A GP Investments não participa, direta ou indiretamente, como investidora do GPCP4-FIP.

MAG-FIP

O MAG-FIP detém 3,27% do capital social da Companhia. O MAG-FIP é gerido pela sociedade BRZ Investimentos Ltda., sociedade controlada indiretamente pela GP Investments e registrada junto a CVM para atuar como administradora de fundos de investimentos. O MAG-FIP é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução nº 391 da CVM e tem como finalidade exclusiva a realização de investimentos na Companhia.

A BRZ Investimentos Ltda., como gestora do MAG-FIP, possui total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo e orienta o voto do MAG-FIP nas assembleias gerais da Companhia.

A GP Investments (controladora indireta da BRZ Investimentos Ltda.) é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas, que, por sua vez, é controlada indiretamente pelos Srs. Fersen Lamas Lambranho e Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, cujas participações indiretas na Companhia são, individualmente, inferiores a 5%.

A GP Investments não participa, direta ou indiretamente, como investidora do MAG-FIP.

GIF II-FIP

O GIF II Fundo de Investimentos em Participações ("GIF II FIP") é um fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, e detém 1,70% do capital social da Companhia, nos termos da Instrução nº 391 da CVM, e registrado junto a

15.7 - Outras informações relevantes

CVM em 15 de março de 2007. O administrador do GIF II FIP é a BEM DTVM Ltda. e o gestor é a GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda. ("GIF Gestão"), que tem amplos poderes para gerir os recursos do GIF II FIP com exclusiva discricionariedade. Além do investimento na companhia, o GIF II FIP detém outros investimentos em private equity.

A GIF Gestão é uma empresa de administração de recursos (asset management) registrada junto a CVM e faz parte do grupo Gávea, empresa independente de gestão de investimentos no Brasil, gerindo aproximadamente US$ 5 bilhões (base: Novembro 2010) e cujo controle, a partir de Novembro de 2010, passou ao J.P. Morgan Asset Management, braço global de gestão de recursos do Grupo J.P. Morgan, através de sua subsidiária integral, a Highbridge Capital Management. Além de gestora da Carteira do GIF II FIP, a GIF Gestão atua também como gestora de carteiras ou de veículos de investimentos dos quotistas do GIF II FIP, com mandato contendo amplos poderes para à sua exclusiva descrição administrar seus recursos. A discricionariedade pela gestão do GIF II FIP fica a cargo do seu Comitê de Investimentos, coordenado pelo Srs. Armínio Fraga Neto e Luiz Henrique Fraga, sócios do grupo Gávea.

O GIF II FIP possui cinco quotistas: GIF 2 PE-A2 LLC, GIF 2 PE-B2 LLC, GIF 2 PE-C2 LLC e GIF 2 PE-D2 LLC e Bradesco Vida e Previdência S.A. (BVP), proprietários de respectivamente 23,51%, 23,81%, 22,38%, 18,59%, 11,71% do total de quotas emitidas pelo GIF II FIP, que correspondem a participações indiretas no capital social da companhia de menos de 1% respectivamente. Os quotistas GIF 2 PE-A2 LLC, GIF 2 PE-B2 LLC, GIF 2 PE-C2 LLC e GIF 2 PE-D2 LLC são subsidiárias integrais do Gavea Investment Fund II ("GIF II"). O GIF II é um fundo de Private Equity administrado pela Goldman Sachs por meio de uma de suas subsidiárias e gerido pela GIF Gestão e pela Gávea Investimentos Ltda, ("Gavea Investimentos"), esta última também uma entidade pertencente ao grupo Gávea, que junto com a GIF Gestão, tem amplos poderes para administrar os recursos do GIF II com exclusiva discricionariedade.

REARDEN L HOLDINGS 3 S.A.R.L

Rearden L 3 Holdings Sarl, com sede no Grão-Ducado do Luxemburgo ("Rearden") detém aproximadamente 7,20% das ações ordinárias da Magnesita Refratários S.A.. As participações acionárias na Rearden são detidas por Rhône Partners III, LP ("RP III"), uma sociedade limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware, Rhône Offshore Partners III, LP, uma sociedade limitada constituída segundo o leis das Ilhas Cayman ("ROP III"), e Rhône Coinvestment LP, uma sociedade limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware ("RC III" e, em conjunto com RP III e ROPIII, os "Fundos Rhône III").

Os Fundos Rhône III são fundos com foco em oportunidades de investimento em middle-market com perspectivas de crescimento nos mercados pan-europeu e transatlântico. Geralmente, os Fundos Rhône III procuram as empresas onde podem obter uma posição de controle e, de acordo com sua filosofia de investimento, esforçar-se por estabelecer relações estratégicas com outros investidores. O sócio gestor dos Fundos Rhône III é a Rhône Capital III LP, uma sociedade limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware ("General Partner").

15.7 - Outras informações relevantes

O Partnership Agreement de cada um dos Fundos Rhône III delega todos os poderes de gestão relacionados aos fundos, incluindo a discricionariedade pelas decisões de investimento, ao General Partner. O sócio gestor do General Partner é Rhône Holdings III L.L.C., uma sociedade limitada constituida sob as leis do Estado de Delaware, que, por sua vez, é controlada pela Rhône Capital L.L.C, uma sociedade limitada constituida sob as leis do Estado de Delaware. A Rhône Capital L.L.C é controlada por Robert F. Agostinelli e Steven Langman.

Os Limited Partners do RP III e do ROP III incluem investidores institucionais como fundos de pensão, seguradoras, instituições financeiras e universidades, e em menor medida, os investidores individuais. Os Limited Partners do RC III são os funcionários de algumas filiais da General Partner. Nenhum parceiro dos Fundos Rhône III (incluindo o General Partner) detém indiretamente 5% ou mais da Companhia.

b) Outras informações relevantes relacionadas com o Acordo de Acionistas Controladores

Nos termos do Acordo de Acionistas Controladores, nenhum gravame poderá ser constituído nas ações de emissão da Magnesita Refratários S.A. detidas pelos Acionistas Controladoras.

Até o último evento que ocorrer dentre os seguintes: (i) o Acionista Controlador detiver menos de 7,66% do número total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas Controladores ou (ii) o Acionista Controlador deixar de possuir um representante na administração da Companhia, o referido Acionista Controlador e suas afiliadas deverão se abster de adotar qualquer medida relevante cujo objetivo seja a realização de um investimento substancial ou aquisição de qualquer negócio que concorra com o da Companhia, desde que o Conselho de Administração da Companhia tenha discutido a realização do referido investimento ou aquisição pela Companhia. A referida restrição não se aplicará se (i) o respectivo Acionista Controlador for a Rhône ou o Gávea e tiver notificado o Conselho de Administração da Companhia de que tinha conhecimento prévio da referida oportunidade de investimento ou aquisição e (ii) o respectivo Acionista Controlador decidir, mediante o envio de notificação, por escrito, para os demais Acionistas Controladores, extinguir todos os direitos contemplados no Acordo de Acionistas Controladores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

No curso normal de suas atividades, a Companhia mantém operações de compra e venda de produtos e serviços com suas controladas sendo que essas operações são praticadas em condições acordadas entre as partes. Considerando que o percentual de participação da Companhia nas controladas é de 100% as mesmas são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Embora a Companhia não disponha de regras ou políticas quanto à realização de transações com partes relacionadas, a Companhia adota como medida preventiva a análise criteriosa de todos os contratos com partes relacionadas tanto sob o ponto de vista comercial quanto legal e societário. Adicionalmente, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, contratos com valores superiores a R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) são submetidos à aprovação do Conselho de Administração no que se refere à sua celebração, alteração ou rescisão, conforme previsto no art. 15 do Estatuto Social.

Para todas as partes relacionadas informadas no quadro 16.2, a relação com o emissor é de empresa controlada, não se aplicando a nenhuma das transações acima garantias e seguros, bem como condições de rescisão ou extinção.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Cerâmica São Caetano Ltda.	31/12/2009	0,00	(R$ 1.810.000,00)	(R$ 1.810.000,00)	Até a conclusão do processo de incorporação da controlada, já decidido e homologado pelo Conselho de Administração.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a pagar à controlada.						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Conclusão do processo de incorporação.						
Natureza e razão para a operação	A controlada integral encerrou suas atividades operacionais e havia pago obrigações da controladora decorrentes de suas atividades. A controlada já foi incorporada e o processo encontra-se em fase de liquidação junto aos órgãos governamentais.						
Cerâmica São Caetano Ltda.	31/12/2009	5.000.000,00	0	R$ 5.000.000,00	Concluído com o pagamento do dividendo.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Dividendos recebidos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	A Companhia informou em nota o dividendo pago pela controlada no ano.						
Mag-Sé Participações Ltda.	31/12/2009	3.157.000,00	R$ 467.000,00	R$ 3.157.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas pela controladora para fabricação de materiais refratários da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma controlada que possui uma planta para fabricação de uma linha de materiais refratários não mantida na fábrica da controladora, em função das características específicas deste produto. A controladora mantém o negócio em uma pessoa jurídica distinta, por questões tributárias.						
Mag-Sé Participações Ltda.	31/12/2009	3.619.000,00	R$ 476.000,00	R$ 3.619.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Compra de produtos refratários pela controladora para complementação do portfólio de produtos.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a fábrica da controladora. Não há razões para exigir garantia da controladora.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A controladora precisa desta linha de produtos para compor alguns contratos de fornecimento de produtos refratários. Estas linhas produtos não são fábricadas na controladora, e sim, nesta controlada.						
Mag-Sé Participações Ltda.	31/12/2009	0,00	(R$ 861.000,00)	(R$ 861.000,00)	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a pagar à controlada.						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	A controlada assumiu alguns compromissos da controladora originados com sua operação normal.						
RASA - Refractarios Argentinos SAICyM	31/12/2009	13.099.000,00	R$ 16.611.000,00	R$ 13.099.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas pela controladora para fabricação de materiais refratários da controlada e venda de materiais refratários para complementar o portfólio de produtos da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A controladora mantém uma controlada na Argentina para atendimento, principalmente, à siderurgia dos países da América do Sul, em especial Argentina e Chile.						
RASA - Refractarios Argentinos SAICyM	31/12/2009	0,00	R$ 533.000,00	R$ 533.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a receber da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A controladora pagou despesas da controlada no Brasil.						
RASA - Refractarios Argentinos SAICyM	31/12/2009	116.000,00	0	R$ 116.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra de produtos refratários pela controladora para complementação do portfólio de produtos.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma transação esporádica na qual a controladora teve a oportunidade de utilizar produtos desta controlada sem aplicação específica pela controlada.						
Iliama Participações SL	31/12/2009	18.453.000,00	R$ 11.854.000,00	R$ 18.453.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para revenda no mercado externo.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	Com a aquisição da controlada LWB, as operações feitas através desta controlada estão em processo de extinção.						
Natureza e razão para a operação	Revenda de produtos refratários no exteriror. A controlada opera apenas com produtos da controladora.						
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.	31/12/2009	484.000,00	R$ 329.000,00	R$ 484.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para controlada revender no Uruguai.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora, revenda de produtos em cliente de siderurgia. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Uruguai solicitaram quem o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preços de transferência.						
Refractarios Magnesita Colombia S.A.	31/12/2009	11.010.000,00	R$ 11.546.000,00	R$ 11.010.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para controlada revender no Colômbia.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora, revenda de produtos em cliente de siderurgia. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos na Colômbia solicitaram quem o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preços de transferência.						
Refractarios Magnesita Del Peru SAC	31/12/2009	1.569.000,00	R$ 1.592.000,00	R$ 1.569.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para controlada revender no Peru.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora, revenda de produtos em cliente de siderurgia. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Peru solicitaram quem o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preços de transferência.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Refractarios Magnesita Chile	31/12/2009	1.272.000,00	R$ 700.000,00	R$ 1.272.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para revenda no Chile.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora, revenda de produtos em cliente de siderurgia. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Chile solicitaram quem o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preços de transferência.						
Massambaba Mineração Ltda.	31/12/2009	0,00	R$ 3.682.000,00	R$ 3.682.000,00	Até a conclusão do processo de incorporação da controlada, já decidido e homologado pelo Conselho de Administração.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a receber da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Conclusão do processo de incorporação.						
Natureza e razão para a operação	A controlada integral encerrou suas atividades operacionais e precisou receber recursos de sua controladora para cumprir obrigações decorrentes de suas atividades. A controlada já foi incorporada e o processo encontra-se em fase de liquidação junto aos órgãos governamentais.						
Empresas LWB	31/12/2009	44.131.000,00	R$ 21.433.000,00	R$ 44.131.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas integrais.						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas para a controlada no exterior.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A controlada necessita de matérias-primas da controladora, representando forte sinergia entre os negócios das companhias. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A venda de matérias-primas para produção de refratários na controlada LWB é uma importante sinergia entre os negócios das empresas.						
Empresas LWB	31/12/2009	0,00	R$ 1.297.000,00	R$ 1.297.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas integrais						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a receber da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	A controladora pagou despesas da controlada no Brasil.						
MSA Agropecuária Ltda.	31/12/2009	0,00	(R$ 2.520.000,00)	(R$ 2.520.000,00)	Até a conclusão do processo de incorporação da controlada, já decidido e homologado pelo Conselho de Administração.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a pagar à controlada.						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Conclusão do processo de incorporação.						
Natureza e razão para a operação	A controlada integral encerrou suas atividades operacionais e havia pago obrigações da controladora decorrentes de suas atividades. A controlada já foi incorporada e o processo encontra-se em fase de liquidação junto aos órgãos governamentais.						
Magnesita Insider Refratários Ltda.	30/09/2010	2.033.000,00	R$ 50.000,00	R$ 2.033.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas pela controladora para fabricação de materiais refratários da controlada.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma controlada que possui uma planta para fabricação de uma linha de materiais refratários não mantida na fábrica da controladora, em função das características específicas deste produto. A controladora mantém o negócio em uma pessoa jurídica distinta, por questões tributárias.						
Magnesita Insider Refratários Ltda.	30/09/2010	3.019.000,00	R$ 1.795.000,00	R$ 3.019.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Compra de produtos refratários pela controladora para complementação do portfólio de produtos.						
Garantia e seguros	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A controladora precisa desta linha de produtos para compor alguns contratos de fornecimento de produtos refratários. Estas linhas produtos não são fábricadas na controladora, e sim, nesta controlada.						
Magnesita Insider Refratários Ltda.	30/09/2010	0,00	(R$ 861.000,00)	(R$ 861.000,00)	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a pagar à controlada.						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	A controlada assumiu alguns compromissos da controladora originados com sua operação normal.						
RASA - Refractarios Argentinos SAICyM	30/09/2010	323.000,00	0	R$ 323.000,00	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a receber da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A controladora pagou despesas da controlada no Brasil.						
RASA - Refractarios Argentinos SAICyM	30/09/2010	8.927.000,00	R$ 19.022.000,00	R$ 8.927.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas pela controladora para fabricação de materiais refratários da controlada e venda de materiais refratários para complementar o portfólio de produtos da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A controladora mantém uma controlada na Argentina para atendimento, principalmente, à siderurgia dos países da América do Sul, em especial Argentina e Chile.						
Iliama Participações SL	30/09/2010	0,00	R$ 1.292.000,00	R$ 1.292.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para revenda no mercado externo.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	Com a aquisição da controlada LWB, as operações feitas através desta controlada estão em processo de extinção.						
Natureza e razão para a operação	Revenda de produtos refratários no exteriror. A controlada opera apenas com produtos da controladora.						
Iliama Participações SL	30/09/2010	0,00	R$ 48.478.000,00	R$ 48.478.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a receber da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Com a aquisição da controlada LWB, as operações feitas através desta controlada estão em processo de extinção.						
Natureza e razão para a operação	Revenda de produtos refratários no exteriror. A controlada opera apenas com produtos da controladora.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.	30/09/2010	186.000,00	R$ 180.000,00	R$ 186.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para controlada revender no Uruguai.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora, revenda de produtos em cliente de siderurgia. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Uruguai solicitaram quem o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preços de transferência.						
Refractarios Magnesita Colombia S.A.	30/09/2010	13.393.000,00	R$ 15.903.000,00	R$ 13.393.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para controlada revender no Colômbia.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora, revenda de produtos em cliente de siderurgia. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos na Colômbia solicitaram quem o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preços de transferência.						
Refractarios Magnesita Colombia S.A.	30/09/2010	0,00	R$ 56.000,00	R$ 56.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a receber da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A controladora pagou despesas da controlada no Brasil.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Refractarios Magnesita Del Peru SAC	30/09/2010	5.798.000,00	R$ 6.874.000,00	R$ 5.798.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para controlada revender no Peru.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora, revenda de produtos em cliente de siderurgia. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Peru solicitaram quem o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preços de transferência.						
Refractarios Magnesita Chile	30/09/2010	1.696.000,00	R$ 2.130.000,00	R$ 1.696.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para revenda no Chile.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora, revenda de produtos em cliente de siderurgia. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Chile solicitaram quem o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preços de transferência.						
Empresas LWB	30/09/2010	50.682.000,00	R$ 15.847.000,00	R$ 50.682.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas integrais.						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas para a controlada no exterior.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada necessita de matérias-primas da controladora, representando forte sinergia entre os negócios das companhias. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A venda de matérias-primas para produção de refratários na controlada LWB é uma importante sinergia entre os negócios das empresas.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Empresas LWB	30/09/2010	0,00	R$ 2.016.000,00	R$ 2.016.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas integrais						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a receber da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	A controladora pagou despesas da controlada no Brasil.						
Cerâmica São Caetano Ltda.	31/12/2008	1.211.000,00	0	R$ 1.211.000,00	Até a conclusão do processo de incorporação da controlada, já decidido e homologado pelo Conselho de Administração.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas pela controladora para fabricação de materiais refratários da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	Conclusão do processo de incorporação.						
Natureza e razão para a operação	A controlada integral encerrou suas atividades operacionais e havia pago obrigações da controladora decorrentes de suas atividades. A controlada já foi incorporada e o processo encontra-se em fase de liquidação junto aos órgãos governamentais.						
Cerâmica São Caetano Ltda.	31/12/2008	1.419.000,00	0	R$ 1.419.000,00	Até a conclusão do processo de incorporação da controlada, já decidido e homologado pelo Conselho de Administração.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compra de produtos refratários pela controladora para complementação do portfólio de produtos.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a fábrica da controladora. Não há razões para exigir garantia da controladora.						
Rescisão ou extinção	Conclusão do processo de incorporação.						
Natureza e razão para a operação	A controlada integral encerrou suas atividades operacionais e havia pago obrigações da controladora decorrentes de suas atividades. A controlada já foi incorporada e o processo encontra-se em fase de liquidação junto aos órgãos governamentais.						
Cerâmica São Caetano Ltda.	31/12/2008	0,00	(R$ 1.198.000,00)	(R$ 1.198.000,00)	Até a conclusão do processo de incorporação da controlada, já decidido e homologado pelo Conselho de Administração.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a pagar à controlada.						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Conclusão do processo de incorporação.						
Natureza e razão para a operação	A controlada integral encerrou suas atividades operacionais e havia pago obrigações da controladora decorrentes de suas atividades. A controlada já foi incorporada e o processo encontra-se em fase de liquidação junto aos órgãos governamentais.						
RASA - Refractarios Argentinos SAICyM	31/12/2008	9.568.000,00	R$ 17.524.000,00	R$ 9.568.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas pela controladora para fabricação de materiais refratários da controlada e venda de materiais refratários para complementar o portfólio de produtos da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A controladora mantém uma controlada na Argentina para atendimento, principalmente, à siderurgia dos países da América do Sul, em especial Argentina e Chile.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
RASA - Refractarios Argentinos SAICyM	31/12/2008	1.004.000,00	0	R$ 1.004.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Compra de produtos refratários pela controladora para complementação do portfólio de produtos.						
Garantia e seguros	controladora contrata seguros para transporte da carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma transação esporádica na qual a controladora teve a oportunidade de utilizar produtos desta controlada sem aplicação específica pela controlada.						
RASA - Refractarios Argentinos SAICyM	31/12/2008	0,00	R$ 533.000,00	R$ 533.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a receber da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A controladora pagou despesas da controlada no Brasil.						
Iliama Participações SL	31/12/2008	45.342.000,00	R$ 26.667.000,00	R$ 45.342.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada controlada.						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para revenda no mercado externo.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	Com a aquisição da controlada LWB, as operações feitas através desta controlada estão em processo de extinção.						
Natureza e razão para a operação	Revenda de produtos refratários no exteriror. A controlada opera apenas com produtos da controladora.						
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.	31/12/2008	755.000,00	R$ 390.000,00	R$ 755.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para controlada revender no Uruguai.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora, revenda de produtos em cliente de siderurgia. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Uruguai solicitaram quem o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preços de transferência.						
Refractarios Magnesita Colombia S.A.	31/12/2008	18.404.000,00	R$ 16.000,00	R$ 18.404.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para controlada revender no Colômbia.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora, revenda de produtos em cliente de siderurgia. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos na Colômbia solicitaram quem o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preços de transferência.						
Refractarios Magnesita Del Peru SAC	31/12/2008	3.980.000,00	0	R$ 3.980.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para controlada revender no Peru.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora, revenda de produtos em cliente de siderurgia. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Peru solicitaram quem o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preços de transferência.						
Refractarios Magnesita Chile	31/12/2008	512.000,00	R$ 348.000,00	R$ 512.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para revenda no Chile.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora, revenda de produtos em cliente de siderurgia. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Chile solicitaram quem o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preços de transferência.						
Massambaba	31/12/2008	0,00	R$ 2.036.000,00	R$ 2.036.000,00	Até a conclusão do processo de incorporação da controlada, já decidido e homologado pelo Conselho de Administração.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a receber da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Conclusão do processo de incorporação.						
Natureza e razão para a operação	A controlada integral encerrou suas atividades operacionais e precisou receber recursos de sua controladora para cumprir obrigações decorrentes de suas atividades. A controlada já foi incorporada e o processo encontra-se em fase de liquidação junto aos órgãos governamentais.						
Empresas do grupo LWB	31/12/2008	0,00	(R$ 3.661.000,00)	(R$ 3.661.000,00)	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas integrais						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a pagar à controlada.						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	A controladora pagou despesas da controlada no Brasil.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
RISA Refratários Isolantes Ltda. (Incorporada)	31/12/2008	30.000.000,00	0	R$ 30.000.000,00	Concluído com o pagamento do dividendo.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Dividendos recebidos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	A Companhia informou em nota o dividendo pago pela controlada no ano.						
MSA Agropecuária Ltda.	31/12/2008	0,00	(R$ 3.389.000,00)	(R$ 3.389.000,00)	Até a conclusão do processo de incorporação da controlada, já decidido e homologado pelo Conselho de Administração.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Mútuo - Conta corrente com saldo a pagar à controlada.						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Conclusão do processo de incorporação.						
Natureza e razão para a operação	A controlada integral encerrou suas atividades operacionais e havia pago obrigações da controladora decorrentes de suas atividades. A controlada já foi incorporada e o processo encontra-se em fase de liquidação junto aos órgãos governamentais.						
MSA Infor Sistemas e Automações Ltda.	31/12/2008	7.835.000,00	0	R$ 7.835.000,00	Concluído com o pagamento do dividendo.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Dividendos recebidos						
Garantia e seguros	Não se aplica						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	A Companhia informou em nota o dividendo pago pela controlada no ano.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia acredita não haver conflito de interesses, visto que as operações de compra, venda ou mútuo são realizadas com empresas controladas com percentual de participação de 100%. Ou seja, as controladas são uma extensão do negócio da companhia e a companhia adota como medida preventiva a análise criteriosa de todos os contratos com partes relacionadas tanto sob o ponto de vista comercial quanto legal e societário com vistas a eliminar ou mitigar eventuais riscos fiscais com a legislação de preço de transferência ou discussões de distribuições disfarçadas de lucros. Desta forma, os preços, prazos e demais condições relevantes da operação são confrontados com operações similares realizadas com terceiros e em conformidade com a legislação de cada região de atuação dando cumprimento integral às regras legais e fiscais.

Adicionalmente, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, contratos com valores superiores a R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) são submetidos à aprovação do Conselho de Administração no que se refere à sua celebração, alteração ou rescisão, conforme previsto no art. 15 do Estatuto Social.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
22/02/2011	2.528.146.113,65		291.981.934	0	291.981.934
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
22/02/2011	2.528.146.113,65		291.981.934	0	291.981.934
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
22/02/2011	2.528.146.113,65		291.981.934	0	291.981.934
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
23/11/2010	4.000.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/08/2007	Assembleia Geral	30/08/2007	718.999.700,00	Subscrição particular	718.999.700	0	718.999.700	239.667,00000000	1,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional.

11/12/2007	Conselho de Administreação	11/12/2007	150.000.000,00	Subscrição particular	150.000.000	0	150.000.000	20,86000000	1,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional.

18/01/2008	Conselho de Administração	18/01/2008	44.303.797,47	Subscrição particular	44.303.797.470	0	44.303.797.470	5,10000000	1,00	R$ por Lote de Mil

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional.

23/01/2008	Conselho de Administração	23/01/2008	93.670.886,08	Subscrição particular	93.670.886.080	0	93.670.886.080	10,26000000	1,00	R$ por Lote de Mil

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional.

31/01/2008	Conselho de Administração	31/01/2008	74.000.000,00	Subscrição particular	74.000.000.000	0	74.000.000.000	7,34000000	1,00	R$ por Lote de Mil

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
21/02/2008	Assembleia Geral	21/02/2008	288.175.542,29	Subscrição particular	734.980.252.288	0	734.980.252.288	67,99000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão A emissão de ações se deu em virtude da incorporação da controlada Magnesita S.A.

Forma de integralização Não se aplica. Trata-se de incorporação de controlada.

30/04/2008	Assembleia Geral	30/04/2008	0,01	Subscrição particular	3	0	3	0,00000200	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Retificação de capital social.

(Inserido valor simbólico para viabilizar o envio do formulário)

Forma de integralização não se aplica.

24/07/2008	Conselho de Administração	24/07/2008	780.000,00	Subscrição particular	78.000	0	78.000	0,04000000	10,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Calculado na forma prevista no Plano de Opções de Compra de Ações observado pela AGE de 24/03/2008

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional.

24/07/2008	Conselho de Administração	24/07/2008	184.985.572,14	Subscrição particular	9.564.921	0	9.564.921	5,29000000	19,34	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional

05/11/2008	Assembleia Geral	05/11/2008	487.592.254,00	Subscrição particular	23.457.778	0	23.457.778	12,31000000	20,79	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional.

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/10/2009	Conselho de Administração	30/10/2009	350.000.001,00	Subscrição particular	44.871.795	0	44.871.795	21,06000000	7,80	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional.

24/06/2010	Conselho de Administração	24/06/2010	2.812.511,20	Subscrição particular	257.556	0	257.556	0,09980000	10,92	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Calculado na forma prevista no Plano de Oções de Compra de Ações apovado pela AGE de 24/03/08.

Forma de integralização À vista, em moeda corrente nacional

14/02/2011	Conselho de Administração	14/02/2011	253.275.000,00	Subscrição pública	30.700.000	0	30.700.000	10,60240470	8,25	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão a) Efetivação dos pedidos de reserva pelos investidores não institucionais no período de reserva
b) Conclusão do procedimento de bookbuilding realizado pelo banco Itaú BBA e pelo Credit Suisse S.A.

Forma de integralização À vista, em moeda corrente nacional

22/02/2011	Conselho de Administração	22/02/2011	25.327.500,00	Subscrição pública	3.070.000	0	3.070.000	1,00686454	8,25	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão a) Efetivação dos pedidos de reserva pelos investidores não-institucionais no período de reserva.
b) Conclusão do procedimento de bookbuilding realizado pela banco Itaú BBA e pelo Credit Suisse S.A.

Forma de integralização À vista, em moeda corrente nacional

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferênciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
24/07/2008	24/07/2008	6.475.700,53	822.747	0	822.747	0,45000000	0,00
Forma de restituição		Não houve restituição, tendo em vista que a redução do capital social ocorreu em virtude do cancelamento de ações em tesouraria.					
Razão para redução		Cancelamento de ações que se encontravam na Tesouraria. A redução de capital foi aprovada pela Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de julho de 2008.					
20/02/2009	20/02/2009	0,01	790.865	0	790.865	0,37000000	0,00
Forma de restituição		Não houve restituição (inserido valor simbólico para viabilizar envio do formulário)					
Razão para redução		Cancelamento de ações que se encontravam na Tesouraria. Sem impacto sobre o valor do capital social. A redução de capital foi aprovada pela Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2009.					

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 . Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Os aumentos de capital de 14 de fevereiro de 2011 e de 22 de fevereiro de 2011 se deram no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações da Magnesita Refratários S.A. ("Companhia"), por meio da qual a Companhia captou R$278.602.500,00, tendo sido parte desses recursos, no montante de R$139.301.250,00, alocados à conta capital, e parte dos recursos, no montante de R$139.301.250,00, alocados à conta reserva de capital.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, é concedido aos acionistas titulares de ações de emissão da Companhia o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia na proporção de suas participações no capital social da Companhia. Segundo o Estatuto Social da Companhia, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório, a todos acionistas, observadas as demais disposições do referido Estatuto Social e da legislação aplicável.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso de capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento das obrigações da Companhia. Caso o acionista decida retirar-se da Companhia em virtude de dissidências de certas deliberações tomadas em assembleia geral, o valor da ação, para fins de reembolso, será determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com a Lei da Sociedade por Ações.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais, (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Conforme disposto no artigo 31 do estatuto social da Companhia, aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o controle acionário, em razão de contrato particular celebrado com o acionista controlador da Companhia, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a efetivar a oferta pública referida no art. 29 do estatuto social, cuja redação determina que a alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deve ser contratada sob condição de que o adquirente se obrigue a efetivar, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista controlador alienante.A Companhia possui ADRs negociados nos Estados Unidos no Mercado de Balcão (OTC), administrado pela Securities and Exchange Comission.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Conforme disposto no artigo 31 do estatuto social da Companhia, aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o acionista controlador da Companhia, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a efetivar a oferta pública referida no art. 29 do estatuto social, cuja redação determina que a alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deve ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista controlador alienante.

Adicionalmente, nos termos do referido artigo 31 do estatuto social da Companhia, aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o acionista controlador da Companhia, deverá ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado de acordo com a variação do IPCA/IBGE, na forma da legislação em vigor; e a tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subseqüentes à aquisição do controle.

O acionista controlador ou a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas também na hipótese de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, nos termos do artigo 33 do estatuto social da Companhia.

Neste mesmo sentido, nos termos do *caput* do artigo 35 do estatuto social da Companhia, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas na hipótese de os acionistas, em assembleia geral, deliberarem a saída da Companhia do Novo Mercado, seja para que os valores mobiliários emitidos pela Companhia passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja em decorrência de reorganização societária na qual as ações da sociedade resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado.

Nos termos do artigo 37 do estatuto social da Companhia, o preço a ser ofertado nas ofertas públicas em caso de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou em caso de saída do Novo Mercado deverá corresponder, no mínimo, ao valor econômico das ações a serem adquiridas, apurado em laudo de avaliação, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Assim, se o valor econômico das ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

automaticamente revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, hipótese em que o ofertante deverá divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

Nesses casos, o artigo 34 do estatuto social dispõe que, quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública, ficando esta condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

Conforme disposto no artigo 36 do estatuto social da Companhia, a alienação de controle da Companhia que ocorrer nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do Novo Mercado obrigará o acionista controlador alienante, conjunta e solidariamente com o adquirente do controle, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado de acordo com a variação do IPCA/IBGE, na forma da legislação em vigor.

Se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação for superior ao valor da oferta pública realizada na forma do artigo 35 do estatuto social da Companhia, devidamente atualizado de acordo com a variação do IPCA/IBGE, o acionista controlador alienante conjunta e solidariamente com o comprador, deverá pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública.

Nos termos do estatuto social da Companhia, a Companhia e o acionista controlador ficam obrigados a averbar no livro de registro de ações da Companhia, em relação às ações de propriedade do acionista controlador, ônus que obrigue o comprador daquelas ações a estender aos demais acionistas da Companhia preço e condições de pagamento idênticos aos que forem pagos ao acionista controlador alienante, em caso de alienação.

Com relação às regras estatutárias que limitam o direito de voto dos acionistas, há no § 1º do artigo 39 do estatuto social da Companhia a obrigação dos presidentes da Assembleia Geral e do Conselho de Administração de não computarem qualquer voto proferido com infração ao acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social **31/12/2009**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	89.666.969	8,44	4,90	R$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	222.716.561	8,88	4,92	R$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	313.515.184	12,80	7,71	R$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	413.034.605	14,85	11,16	R$ por Unidade

Exercício social **31/12/2008**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	374.986.950	10,88	8,21	R$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	743.231.359	26,50	11,40	R$ por Unidade
31/12/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	217.710.071	11,80	4,80	R$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	475.768.944	24,20	10,20	R$ por Unidade

Exercício social **31/12/2007**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	37.024.715	4,25	3,38	R$ por Unidade
30/06/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	43.011.963	5,75	4,16	R$ por Unidade
30/09/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	275.726.174	7,96	5,80	R$ por Unidade
31/12/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	381.827.322	8,69	7,61	R$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data base de 30/09/2010 não havia outros valores mobiliários emitidos pela Companhia que não ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&F BOVESPA S.A sob o código “MAGG3” desde 02/04/2008.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7.Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:
a. país
b. mercado
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação
d. data de admissão à negociação
e. se houver, indicar o segmento de negociação
f. data de início de listagem no segmento de negociação
g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício
h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações
i. se houver, banco depositário
j. se houver, instituição custodiante

Item	
a. País	Estados Unidos
b. Mercado	Mercado de balcão (OTC)
c. Entidade administradora	U.S. Securities and Exchange Commission
d. Data de admissão	13/08/2010
e. Segmento de negociação	Nível I
f. Data de início da listagem	13/8/2010[1]
g. Percentual de volume de negociações no exterior em relação ao volume total no último exercício	0[2]
h. Proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada espécie de ações	1:2
i. Banco depositário	Deutsche Bank Trust Company Americas
j. Banco custodiante	Itáu-Unibanco S.A.

[1] Não houve listagem em Bolsa de Valores, mas, tão somente, uma admissão ao mercado de balcão (OTC).

[2] Não houve negociações no mercado de balcão entre a data de admissão e o final do exercício encerrado em 31/12/10.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Em 14 de fevereiro de 2010 e 22 de fevereiro de 2011, a Magnesita Refratários S.A. ("Companhia") realizou oferta pública de distribuição primária de ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. e do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e com a participação de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), e, ainda, com esforços de colocação das ações no exterior, exclusivamente junto a investidores estrangeiros, tendo captado R$278.602.500,00.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

A Companhia foi constituída em 11 de dezembro de 2006 sob a denominação Sibaúma Participações S.A. (alterada para "RPAR Holding S.A." em 06.08.2007 e para "Magnesita Refratários S.A." em 17.03.2008).

Ainda sob a denominação de RPAR Holding S.A., em 11 de dezembro de 2007, a Companhia adquiriu em bolsa, por meio de oferta pública voluntária de ações, ações preferenciais classe A e C da Magnesita S.A., correspondentes a 16,83% das ações preferenciais em circulação, representando um aumento na participação no capital total de 7,98%.

Em 31 de janeiro de 2008, a Companhia realizou leilão na BM&F BOVESPA de oferta pública para aquisição de ações ordinárias de emissão da Magnesita S.A, tendo adquirido 4.512.220.813 ações ordinárias, representativas de 10,61% do capital total.

Para maiores informações sobre o histórico da Companhia, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 30 de março de 2010, a Companhia emitiu títulos de dívida denominados em dólares norte-americanos (notes) por meio de sua subsidiária integral Rearden G Holdings EINS GmbH ("Rearden"), no valor de US$ 400 milhões, com vencimento final em 30 de março de 2020 e juros fixos de 7,875% ao ano, pagos semestralmente em 30 de março e 30 de setembro de cada ano. Os títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, pela subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Os títulos estão sendo negociados na bolsa de Luxemburgo e figura como agente fiduciário (trustee), registrador e pagador das notes, o Bank of New York Mellon, cujos direitos e obrigações estão definidos na respectiva escritura de emissão das notes.

As notes não são garantidas por quaisquer bens ou ativos da Campanhia e/ou das demais subsidiários garantidores, motivo pelo qual, caso a Companhia ou as subsidiárias garantidoras sejam demandadas para quitar as notes, os detentores das notes serão credores quirografários da Companhia e/ou das subsidiárias garantidoras. As notes impõem certas restrições à Companhia inclusive quanto à distribuição de dividendos (por exemplo, restringindo distribuições acima do dividendo mínimo obrigatório nos termos da Lei das S.A.), contratação de novas dívidas, realização de pagamentos acima de determinados valores, aquisição de participações societárias e concessão de garantias, alienação de ativos. Adicionalmente, as notes impedem que a Rearden emita novos valores mobiliários ou tenha suas ações transferidas ou sua estrutura de capital alterada, exceto se para afiliadas da Rearden e se cumpridas condições estabelecidas na escritura de emissão das notes.

Os recursos captados por meio da oferta foram utilizados principalmente para pagamento integral da dívida da Companhia de que trata o Senior Export Facility Agreement celebrado com o J.P. Morgan Chase Bank, N.A., o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. em 16/9/2009, no valor principal de US$ 300 milhões.

Os títulos e a garantia não foram e não serão registrados de acordo com o U.S. Securities Act de 1933, ou com as leis que regem o mercado de capitais de qualquer Estado ou jurisdição, e serão vendidos somente a compradores institucionais qualificados de acordo com a Rule 144A do Securities Act, e fora dos Estados Unidos a investidores não-americanos de acordo com a Regulation S.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve plano de recompra de ações nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Exercício social 30/09/2010

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	0	0,00	0,00
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	0	0,00	0,00

Exercício social 31/12/2009

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	790.865	0,00	0,00
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	790.865	0,00	0,00
Saldo final	0	0,00	0,00

Exercício social 31/12/2008

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	822.747	6.475.700,53	7,87
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	822.747	6.475.700,53	7,87
Saldo final	0	0,00	0,00

Exercício social 31/12/2007

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	0	0,00	0,00
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	0	0,00	0,00

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

No encerramento do último exercício social não havia valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Em 20 de junho de 2008, foi realizada a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 45, §6º da Lei nº 6.404/76, em virtude do cancelamento compulsório de 822.747 ações ordinárias de emissão da Companhia existentes em tesouraria por força do reembolso dessas ações a acionistas dissidentes da incorporação, pela Companhia, das sociedades Magnesita S.A. e Partimag S.A.

Em 20 de fevereiro de 2009, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o cancelamento de 790.865 ações ordinárias de emissão da própria Companhia, previamente detidas pelo Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e recebidas pela Companhia conforme autorização emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Não houve desembolso de recursos por parte da Companhia na referida transferência de ações.

Adicionalmente, cumpre esclarecer que a Companhia não efetua operações com derivativos para fins especulativos ou outros fins que não o de promover a proteção patrimonial, inclusive no que diz respeito a operações associadas a instrumentos tais como o “Total Return Swap” ou operações assemelhadas.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**31/03/2008**
Cargo e/ou função	São pessoas vinculadas à Política de Negociação a Companhia, seus acionistas controladores diretos e indiretos, acionistas da Companhia que tenham eleito membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, membros do Conselho de Administração, da diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, empregados e executivos da Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, em todos os casos, que tenham aderido expressamente à Política de Negociação, estando obrigados a observar as regras ali dispostas.

Principais características

As vedações da política abrangem as negociações feitas direta e indiretamente por pessoas vinculadas, excluídas aquelas feitas por fundos de investimento dos quais as pessoas vinculadas sejam quotistas, desde que não sejam fundos de investimento exclusivos ou cujas decisões de negociação do administrador ou gestor da carteira sejam diretamente influenciadas pelas pessoas vinculadas. Estas não transmitirão informação relevante àqueles com quem mantenham relação comercial, profissional ou de confiança, exceto se o fornecimento de tal informação for necessário ao exercício das funções ou cargo ocupado pela pessoa vinculada, caso em que a pessoa vinculada deverá alertar o destinatário de que se trata de informação relevante, que não pode ser divulgada nem utilizada para fins de negociação com valores mobiliários, devendo assegurar que aqueles com quem mantenham tal relação não negociem valores mobiliários quando tiverem acesso a informações relevantes não divulgadas. Para tanto, envidarão seus melhores esforços para que todos que acessem informações relevantes firmem o termo de adesão à Política. Sempre que estiver em curso processo de aquisição ou venda de ações de emissão da Companhia por pessoa vinculada, que seja de conhecimento público, e sempre que tenha sido celebrado acordo para transferência do controle acionário da Companhia, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para os mesmos fins, bem como se houver a intenção de promover incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia, será vedada a negociação com valores mobiliários pelas pessoas vinculadas. Essas vedações devem ser observadas até a divulgação da informação relevante ao público. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação da informação relevante, no caso em que eventuais negociações com valores mobiliários pelas pessoas vinculadas possam interferir, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, com o ato ou fato associado à informação relevante. Mesmo após sua divulgação ao público, a informação relevante deve continuar a ser tratada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado a tenham recebido e processado. Caso qualquer pessoa vinculada tenha dúvida quanto ao tempo que deva ser considerado como razoável, deverá ela recorrer ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia para os esclarecimentos necessários. O Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto não for tornada pública, através da publicação de ato ou fato relevante, a informação relativa à: (i) celebração de qualquer acordo sobre transferência do controle acionário da Companhia; (ii) ou outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou (iii) intenção de se promover incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As pessoas vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários ou a eles referenciados: a) no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação ou publicação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e FR) exigidas pela CVM, e das demonstrações financeiras da Companhia; e b) entre a data da deliberação do órgão competente referente ao aumento do capital social, distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. As pessoas vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: a) o encerramento do prazo de 06 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou b) até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da Companhia, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria. Dentre as alternativas acima referidas, prevalecerá sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar. Os acionistas controladores, administradores, os conselheiros fiscais e os membros de órgãos com funções técnicas ou Consultivas da Companhia deverão informar à Companhia a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como de derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários da Companhia, seja em nome próprio, seja em nome de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições, observados, para fins de tal informação, os prazos previstos no §4º do art. 11 da Instrução CVM nº 358/02. A comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à CVM, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, a outras bolsas de valores e mercado de balcão. Essa comunicação deverá ser efetuada (i) imediatamente após a investidura no cargo, conforme o caso, e (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes ao assunto foram divulgadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Companhia aprovou a política de divulgação de informações relevantes e preservação de sigilo ("Política de Divulgação"), descrita no item 21.2, em reunião do Conselho de Administração realizada em 31/03/2008.

Todas as pessoas vinculadas (acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, empregados e executivos da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Companhia, tenham conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia, seus negócios ou valores mobiliários) devem assinar o termo de adesão à Política de Divulgação.

Qualquer pessoa vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma informação relevante (entendida como informação relacionada à Companhia capaz de influir de modo ponderável na cotação dos seus valores mobiliários ou no comportamento de acionistas e investidores, ainda não divulgada ao público em geral) deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, que deverá processar as informações e tomar as medidas necessárias visando informar o mercado e as autoridades competentes, se o caso.

Neste sentido, a Companhia determina que todas as pessoas vinculadas que tiverem conhecimento de uma informação e verificarem a omissão de divulgação, deverão comunicar imediatamente os administradores da Companhia para que analisem o caso e tomem as medidas necessárias visando informar o mercado e as autoridades competentes, se o caso.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação, elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, tem por objetivo estabelecer as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas quanto à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca dessas informações.

A divulgação de ato ou fato relevante visa assegurar aos investidores o acesso, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, às informações necessárias para suas decisões de investimento, evitando assimetrias na disseminação das informações, e, ainda, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

A Instrução CVM nº 358/02 contém, em seu artigo 2º, uma lista não exaustiva de exemplos de ato ou fato potencialmente relevantes, e, sem prejuízo das disposições ali contidas, fica estabelecido, em qualquer caso, que os eventos relacionados com atos ou fatos relevantes devem ter a sua materialidade analisada no contexto das atividades e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas.

Cabe ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores a comunicação de informação relevante à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), à BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros e, se for o caso, a outras bolsas de valores e mercado de balcão, de forma simultânea e imediata por meio escrito, detalhando os fatos ocorridos e indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos necessários.

A divulgação de fato relevante deve ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros e, se for o caso, demais bolsas de valores e mercado de balcão. Caso haja incompatibilidade de horários com os mercados internacionais, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Dever de Guardar Sigilo

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação devem guardar sigilo acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais informações relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Mesmo após sua divulgação ao público, a informação relevante deve ser considerada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a informação relevante.

As pessoas vinculadas não devem discutir informações relevantes em lugares públicos.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Tais assuntos somente poderão ser discutidos com aqueles que tenham a necessidade de conhecer a informação relevante e, em tais casos, as pessoas vinculadas deverão assegurar condições adequadas para que a informação relevante não seja inadvertidamente transmitida, lida ou ouvida por terceiros que não estejam vinculados à Política de Divulgação da Companhia.

Exceção a Imediata Divulgação

A regra geral em relação a ato ou fato relevante é de sua imediata comunicação e divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar ato ou fato relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise.

Em casos excepcionais em que a divulgação indistinta de informação privilegiada que constitua ato ou fato relevante que possa por em risco interesse legítimo da Companhia, a não divulgação será objeto de decisão dos acionistas controladores e dos administradores da Companhia, conforme o caso. Nestes casos, a CVM, a pedidos dos administradores da Companhia, de qualquer acionista, ou ainda por iniciativa própria, poderá decidir sobre a prestação de informação que tenha deixado de ser divulgada, mediante requerimento dirigido ao presidente da CVM em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra “Confidencial”.

Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Nos termos da Política de Divulgação, os acionistas controladores, diretos ou indiretos, os acionistas que elegerem membro do conselho de administração da Companhia e os acionistas que elegerem membro do conselho fiscal da Companhia deverão comunicar, assim como divulgar informação sobre aquisição ou alienação de participação acionária relevante (assim entendida como participações societárias que correspondam, direta ou indiretamente, a, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia).

A comunicação à Companhia deverá ser encaminhada imediatamente após ser alcançada a participação acionária considerada relevante para fins da Política de Divulgação.

Respostas a Rumores

É política da Companhia não comentar rumores ou especulações originadas no mercado, exceto em situações extremas que impliquem ou possam implicar significativa volatilidade dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados. Nesses casos excepcionais, poderá haver necessidade de pronunciamento, negando ou confirmando as notícias. A questão será avaliada e decidida pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, que será responsável por realizar o eventual pronunciamento, quando necessário.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram prestadas nos itens anteriores.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1.Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

A Companhia firmou parceria com a SOBLOCO Construtora S.A. com o objetivo de desenvolver um empreendimento imobiliário, denominado "Espaço Cerâmica", em um terreno onde funcionava uma antiga fábrica da Cerâmica São Caetano Ltda. (outrora Cerâmica São Caetano S.A.), sociedade incorporada pela Companhia, localizada em São Caetano do Sul, São Paulo. O projeto consiste na divisão do terreno, com área total de 195.938,06 m2, em diversas "macro-zonas" de ocupação, cujo uso permitido seria dividido em residencial, comercial e industrial, prevendo-se ainda a construção de um shopping center pela MULTIPLAN Empreendimentos Imobiliários, conforme correspondência devidamente enviada à CVM em 11/09/09. As receitas oriundas de tal empreendimento são alocadas à razão de 50% para a Companhia e Sobloco Construtora S.A. Considerando a intenção de alienar ativos não operacionais, a Companhia realizou as seguintes alienações:

- 30.998 m^2 em 29 de maio de 2008 ao preço total de R$ 49,0 milhões;
- 27.076 m^2 em 04 de junho de 2008 ao preço total de R$ 39,1 milhões;
- 57.836 m^2 em 09 de julho de 2008 ao preço total de R$ 81,0 milhões.

Também, em 13/05/2008, a Companhia, na qualidade de promitente vendedora, firmou Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda com José Ribeiro de Mendonça, na qualidade de promissário comprador, tendo por objeto uma parte das áreas rurais localizadas na Fazenda Cocal e na Fazenda Bela Vista, no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, Brasil, de matrículas 40.808 e 11.691, ambas do Cartório de Registro de Imóveis de Uberaba, que representam uma área de, aproximadamente, 2.244,44,52 hectares, pelo valor total aproximado de R$11.593.208,68, sendo que 50% deste valor já foi quitado pelo promissário comprador e o saldo remanescente será quitado na data da outorga da escritura definitiva de compra e venda, a ser lavrada após o cumprimento de todas as condições precedentes descritas nos itens 5.1.1. a 5.1.4. do mencionado contrato.

Em novembro de 2009, a Companhia alienou o imóvel constituído pelos Lotes 01, 02, 07 e 08 da Quadra 61 da Cidade Industrial do Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, Brasil, objeto da matricula 87.548 do Cartório de Registro de Imóveis de Contagem, que representa uma área de, aproximadamente, 12.554,00m^2, pelo preço total aproximado de R$3.655.572,00.

Neste mesmo período, a Companhia também alienou o imóvel constituído pelos Lotes 01, 02, 03, 04, 05 e 06 da quadra 60 da Cidade Industrial do Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, Brasil, objeto da matrícula 7.025 do Cartório de Registro de Imóveis de Contagem, que representa uma área de, aproximadamente, 20.055m^2, pelo preço total aproximado de R$5.844.428,00.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Em 27/09/2007 a RPAR Holding S.A adquiriu, por meio de participação direta e indireta, a Magnesita S.A – empresa que era controlada pela família Pentagna Guimarães desde a sua fundação em 1939. Até o ano de 2007, controle acionário da Companhia era dividido entre os membros da família, direta ou indiretamente.

Em 21/02/2008, a RPAR Holding S.A incorporou as operações da Magnesita S.A e mudou sua razão social para Magnesita Refratários S.A. A aquisição da Magnesita S.A. pela RPAR Holding S.A., agora Magnesita Refratários S.A., modificou o controle acionário da Companhia, bem como suas diretrizes.

Depois da aquisição, o controle acionário da Companhia passou a ser exercido, diretamente, pelos fundos Alumina Holdings, LLC, GPCP4 Fundo de Investimento em Participações e MAG Fundo de Investimentos em Participações, bem como, indiretamente, pelo Grupo Gávea. Assim, a Companhia passou por uma extensa reestruturação: redução de custos de operação, diminuição do número de funcionários, política de meritocracia, remuneração variável, política orçamentária, dentre outros aspectos que visaram tornar a Magnesita mais competitiva no mercado. A Companhia também adotou como estratégia atuar em mercados internacionais de forma mais representativa. Nessa linha, em 07/09/2008, a Magnesita Refratários S.A. adquiriu o grupo LWB e se tornou a 3ª maior Companhia de refratários do mundo. Esta aquisição possibilitou que a Magnesita tivesse operações nos Estados Unidos, Bélgica, França, Alemanha, China e Taiwan – além da Argentina cuja fábrica a Companhia já detinha. Após a aquisição do grupo LWB, o controle acionário foi modificado significativamente mais uma vez: o grupo Rhone passou a fazer parte do grupo dos acionistas controladores. O Grupo Rhone é um fundo estrangeiro de private equity que detinha o controle acionário da LWB.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3.Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Na data base de 31/12/09, não havia contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4.Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações consideradas relevantes pela Companhia foram incluídas nos campos próprios deste formulário.